



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVI - Nº 052 - SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa Diretora não disponível.

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – EMENDA CONSTITUCIONAL	
Nº 35, de 2001, que dá nova redação ao art. 53 da Constituição Federal.	22118
2 – ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 20 DE DEZEMBRO DE 2001	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 35, de 2001, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 2-A, de 1995 (nº 610/98, na Câmara dos Deputados, que dá nova redação ao art. 53 da Constituição Federal. (Dispõe sobre a imunidade parlamentar).	22119
2.2.1 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Ramez Tebet)	
2.2.2 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Aécio Neves)	
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2001	
3.1 – ABERTURA	
3.2 – EXPEDIENTE	
3.2.1 – Mensagem do Presidente da República	
Nº 774, de 2001-CN (nº 1.348/2001, na origem), que encaminha a Medida Provisória nº 13, de 10 de dezembro de 2001, que cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo. À publicação.	22130
3.2.2 – Comunicação da Presidência	
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 13, de 2001, em 10 de dezembro de 2001 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que cria o cargo de secretário de Estado de Comunicação de Governo. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.	22130
3.2.3 – Discursos do Expediente – Breves Comunicações	
DEPUTADO BABÁ – Solidariedade às vítimas do incêndio ocorrido na área denominada Riacho Doce, em Belém/PA. Defesa do reajuste do salário mínimo para R\$220,00 e da renegociação das dívidas dos pequenos agricultores.	22138
DEPUTADO MIRO TEIXERIA – Estranheza diante de notícia divulgada em tempo real pelo O	
Estado de S. Paulo, acerca da concordância do PT com o valor de R\$200,00 para o novo salário mínimo.	22139
DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES, como Líder – Posicionamento do Partido dos Trabalhadores sobre a questão do reajuste do salário mínimo. .	22139
DEPUTADO MIRO TEIXERIA – Esclarecimentos ao Sr. Virgílio Guimarães.	22140
DEPUTADO WALTER PINHEIRO, como Líder – Proposta do Partido dos Trabalhadores para a votação do Orçamento, que engloba a questão do reajuste do salário mínimo e a negociação das dívidas dos pequenos e médios agricultores.	22141
DEPUTADO GILMAR MACHADO – Considerações sobre a atual crise da Argentina. Críticas ao modelo econômico imposto pelo FMI.	22142
DEPUTADO CLOVIS ILGENFRITZ – Empenho dos partidos de Oposição visando um reajuste maior do salário mínimo. Importância da participação popular na discussão da peça orçamentária, conforme proposta de emenda constitucional apresentada por S. Exª.	22143
DEPUTADO PAULO PAIM – Defesa da aprovação de um salário mínimo não inferior a US\$100.00.	22144
DEPUTADO SALATIEL CARVALHO – Balanço das atividades da gestão do Dr. Henri Philippe Reichstul à frente da Petrobras.	22145
DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Críticas ao Governo pelo descumprimento do Orçamento. Defesa do orçamento impositivo.	22150
DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Luta do Partido dos Trabalhadores pelo aumento do salário mínimo.	22151
DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Impasse para a votação do Orçamento da União para o ano de 2002, destacando a questão do salário mínimo, do reajuste dos servidores públicos e da dívida dos pequenos agricultores.	22151
DEPUTADO JOÃO MAGNO – Defesa da viabilidade da concessão de aumento digno do salário mínimo. Discriminação política na liberação de verbas da Funasa.	22152
DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Necessidade de mudança de rumo na economia	

brasileira, a fim de evitar os acontecimentos em curso na Argentina.	22153	DEPUTADO <i>EDINHO BEZ</i> – Registro de reunião na Câmara Municipal de Criciúma, onde se decidiu pelo não-fechamento da BR-101, no dia de hoje, no trecho entre a Palhoça e a divisa com o Rio Grande do Sul. Defesa da votação da peça orçamentária.	22164
DEPUTADO <i>DR. HÉLIO</i> – Comentários às recomendações estabelecidas por cerca de 17 países, para facilitar o ressarcimento e repatriamento de dinheiro público desviado.	22154	DEPUTADO <i>PAULO GOUVÊA</i> – Necessidade da votação do Orçamento. Apoio ao salário mínimo de R\$200,00. Transcurso, ontem, dos 40 anos de emancipação político-administrativa do município catarinense de Rio dos Cedros.	22165
DEPUTADO <i>JOÃO COSER</i> – Papel do Congresso Nacional no debate dos grandes problemas da Nação. Críticas aos critérios do Executivo para liberação dos recursos destinados às emendas parlamentares.	22155	DEPUTADO <i>INOCÊNCIO OLIVEIRA</i> – Abertura de negociação com os líderes da oposição, visando a votação do Orçamento.	22166
DEPUTADO <i>LUIZ ANTÔNIO FLEURY</i> – Homenagem póstuma à professora Olga Malouk Lopes da Silva. Encaminhamento de requerimento ao Ministro de Estado de Minas e Energia solicitando informações sobre o reajuste da energia elétrica, anunciado pelo Governo Federal.	22156	DEPUTADO <i>JAQUES WAGNER</i> – Congratulações ao TSE pela decisão unânime e inédita de suspender o programa partidário eleitoral do PFL no primeiro semestre do próximo ano, no Estado da Bahia, fazendo o mesmo com 75% do tempo do PTB....	22166
DEPUTADO <i>RUBENS BUENO</i> , como Líder – Posição do PPS sobre a tramitação do Orçamento Geral da União para o ano de 2002.	22157	DEPUTADO <i>AGNALDO MUNIZ</i> – Registro da presença, na Casa, do Vereador Campos, da cidade de Jaru/RO. Balanço de sua atividade parlamentar nos últimos três anos.	22167
DEPUTADO <i>DAMIÃO FELICIANO</i> – Congratulações ao Diário de Borborema , de Campina Grande/PB, agraciado com o prêmio de melhor capa do Brasil. Defesa do orçamento impositivo.	22157	3.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	
DEPUTADO <i>GONZAGA PATRIOTA</i> – Necessidade da votação dos projetos de lei que tratam de créditos especiais e da discussão do reajuste do salário mínimo.	22158	Nº 346/2001, de 11 do corrente, solicitando a substituição no anexo II do Projeto de Lei nº 36, de 2001-CN, da folha relativa à parte que contém o cancelamento de dotação a cargo da Justiça do Trabalho/Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – Distrito Federal e Tocantins, objetivando corrigir erro material contido no código identificador da unidade orçamentária (15.101).	22168
DEPUTADO <i>RÉGIS CAVALCANTE</i> – Intransigência do Governo quanto ao novo valor do salário mínimo e à renegociação dos débitos dos pequenos produtores com os bancos oficiais.	22159	3.2.5 – Discurso do Expediente – Breves Comunicações (continuação)	
DEPUTADO <i>JOSÉ CARLOS MARTINEZ</i> – Homenagem ao Deputado Estadual do Paraná, Tiago Amorim, assassinado anteontem à noite. ...	22159	DEPUTADO <i>AIRTON CASCAVEL</i> – Congratulações ao Presidente da República pela firme decisão contra o protecionismo americano, no bojo da discussão da criação da Alca. Análise da miséria que atinge 50 milhões de brasileiros....	22169
DEPUTADO <i>JORGE BITTAR</i> – Expectativas quanto à apreciação do Orçamento da União.	22160	3.2.6 – Ofícios do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	
DEPUTADO <i>ALBERTO FRAGA</i> – Solidariedade pela morte do Deputado Estadual Tiago Amorim, do Estado do Paraná.	22161	Nº 348/2001, de 12 do corrente, encaminhando cópia do Ofício GSAL nº 574, de 2001, do Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2001, Senador Amir Lando, que se refere ao pleito do Deputado Armando Monteiro, sobre solicitação de retificação na nomenclatura de ação orçamentária, objeto de suas Emendas nº 35340015 e 3530016, apresentadas à referida Proposta Orçamentária e constante da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001. À publicação.	22171
DEPUTADO <i>SÉRGIO CARVALHO</i> – Registro do assassinato do índio Carlito Cinta-Larga, ontem à noite no Estado de Mato Grosso. Denúncia da exploração ilegal de diamantes na reserva Cinta-Larga, situada no Município de Espigão d'Oeste/RO.	22161		
DEPUTADO <i>SÉRGIO BARROS</i> – Transcurso, amanhã, do aniversário de Feijó, no Acre. Apoio à desapropriação de área localizada na Fazenda Califórnia, Estado do Acre. Aniversário da cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, no próximo dia 28.	22162		
Importância do setor agrícola para o desempenho das exportações brasileiras e o equilíbrio da balança de pagamentos. Defesa da Polícia Federal. .	22162		

Nº 350/2001, de 13 do corrente, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhando cópia do Ofício GSAL nº 567, de 2001, do Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2001, Senador Amir Lando, que se refere ao pleito do Deputado Damião Feliciano, sobre solicitação de retificação na nomenclatura de ação orçamentária, objeto de sua Emenda nº 35300020, apresentada à referida Proposta Orçamentária e constante da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001. **À publicação....** 22177

3.2.7 – Ofícios

Nºs 1.693 e 1.694/2001, de 18 e 19 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar PFL/PST na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 13 e 2.176-79, de 2001, respectivamente. 22200

Nº 1.697/2001, de 20 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar PFL/PST na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 22200

Nºs 719 e 721/2001, de 20 do corrente, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 22200

3.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 183, de 2001-CN, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei nº 38, de 2001-CN. 22201

Nº 183/A, de 2001-CN, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei nº 39, de 2001-CN..... 22201

3.3 – ORDEM DO DIA

Item 2 (inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 184, de 2001-CN, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei nº 18, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), para os fins que especifica. Aprovado, com votos contrários dos Srs. Gilmar Machado, João Caldas e José Antônio Almeida, após usarem da palavra os Srs. Virgílio Guimarães, Giovanni Queiroz, Gilmar Machado, Alberto Goldman, José Antônio Almeida, João Caldas, José Carlos Aleluia, Fernando Coruja. **À sanção.** 22202

Item 3 (inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 184, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)

Projeto de Lei nº 28, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor

de R\$3.642.611.000,00 (três bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais), para os fins que especifica. Aprovado o substitutivo, ficando prejudicado o projeto, após usarem da palavra os Srs. Gilmar Machado, Alberto Goldman, João Caldas, Giovanni Queiroz, José Carlos Aleluia, Airton Cascavel, Virgílio Guimarães, Heráclito Fortes e José Pimentel. **À sanção.**..... 22207

Item 4 (inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 184, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)

Projeto de Lei nº 44, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$4.727.188.012,00 (quatro bilhões, setecentos e vinte e sete milhões, cento e oitenta e oito mil e doze reais), para os fins que especifica. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Alberto Goldman, Fernando Coruja, João Caldas, José Carlos Aleluia, Gilmar Machado, Airton Cascavel e Ricardo Barros. **À sanção.** 22212

Item 5 (inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 184, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)

Projeto de Lei nº 47, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$7.416.264,00 (sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e quatro reais), para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Fernando Coruja, Anivaldo Vale e Gilmar Machado. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para redação final. 22216

Redação final do Projeto de Lei nº 47, de 2001-CN (Parecer nº 56, de 2001-CMPOPF – Aprovada. **À sanção.**..... 22220

Item 6 (inversão da pauta, nos termos do Requerimento na 184, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)

Projeto de Lei nº 49, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$40.059.186,00 (quarenta milhões cinqüenta e nove mil, cento e oitenta e seis reais), para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente. Aprovado, após usar da palavra o Sr. José Carlos Aleluia. **À sanção.** 22220

Item 7 (inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 184, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)

Projeto de Lei nº 50, de 2001-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado do Piauí S/A., crédito su-

plementar no valor total de R\$1.126.348,00 (um milhão, cento e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais), para os fins que especifica. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Gilmar Machado, João Caldas e Heráclito Fortes. **À sanção.**..... 22224

Item 8 (inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 184, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)

Projeto de Lei nº 53, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$3.902.410,00 (três milhões, novecentos e dois mil quatrocentos e dez reais), para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Eni Voltolini, Gilmar Machado, José Carlos Aleluia, Giovanni Queiroz, Airton Cascavel e João Caldas. **À sanção.**..... 22228

Item 9 (inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 184, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)

Projeto de Lei nº 55, de 2001-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no valor de R\$882.213,00 (oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e treze reais), para os fins que especifica. Aprovado, após usarem da palavra o Sr. Giovanni Queiroz, a Sra. Laura Carneiro, os Srs. Anivaldo Vale e Virgílio Guimarães. **À sanção.**..... 22232

Item 10 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 184, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)

Projeto de Lei nº 96, de 2001-CN que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$975.916.257,00 (novecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e sete reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigente. **Aprovado o Substitutivo**, ficando prejudicado o projeto, após usarem da palavra os Srs. Gilmar Machado, Fernando Coruja, Eni Voltolini, João Caldas e José Carlos Aleluia. À Comissão Mista e Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para a redação final. 22235

Redação final do Projeto de Lei nº 96, de 2001-CN (Parecer nº 57, de 2001-CMPOPF). Aprovada. **À sanção.**..... 22237

Item 20 (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 183, de 2001-CN, lido anteriormente e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei nº 38, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Mi-

nistério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$10.034.00600 (dez milhões, trinta e quatro mil reais), para reforço de dotações constante do orçamento vigente. Aprovado, após usarem da palavra a Sra. Laura Carneiro e o Sr. Gilmar Machado. **À sanção.**..... 22276

Item 21 (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 183-A, de 2001-CN, lido anteriormente e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei nº 39, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$20.542.003,00 (vinte milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e três reais), para reforço de dotações constante do orçamento vigente. **Aprovado.** **À sanção.** 22278

Item 1

Projeto de Resolução nº 5, de 2001-CN, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e á outras providências. **Retirado da pauta.** 22289

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2001-CN, que autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5730.0001 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/GO – Entroncamento BR-153/GO – Divisa DF/GO, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Retirado da pauta.** 22289

Item 12

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2001-CN, que autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.784.0237.5749.0005 – Implantação de Hidrovias no Corredor Araguaia-Tocantins – Hidrovia do Capim, da Unidade Orçamentária 39.101 – Ministério dos Transportes. **Retirado da pauta.** ... 22289

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 7 de 2001-CN, que autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5725.0019 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-040/MJ – Santos Dumont-Ressaquinha-Belo Horizonte-Sete Lagoas, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Retirado da pauta.** 22289

Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 8 de 2001-CN, que autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da

União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5710.0013 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia Tocantins – BR-235/TO – Divisa TO/MA – Divisa TO/PA, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Retirado da pauta.** 22289

Item 15

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2001-CN, que autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5704.0024 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor-Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete (BR 040)–Piranga–Fervedouro, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Retirado da pauta.** 22289

Item 16

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2004-CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 do subtítulo 18.544.0515.1851.0123 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica, constante do Quadro V da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, nas condições que especifica. **Retirado da pauta.** 22290

Item 17

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2001-CN, que autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 02.122.0567.3756.0001 – Recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal, da Unidade Orçamentária 16.101 – Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Retirado da pauta.** 22290

Item 18

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2001-CN, que autoriza a execução condicionada de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0229.5703.0006 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco – BR-135/MG – Itacarambi–Manga–Montalvania, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Retirado da pauta.** 22290

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2001-CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da

União para 2001 do subtítulo 26.782.0235.5708.0007 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR 226/RN – Currais Novos–Divisa RN/CE, listado no Quadro V Anexo à Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001. **Retirado da pauta.** 22290

3.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Retificações constantes dos Ofícios nos 346, 348 e 350/2001, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovadas.** 22290

3.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 185, de 2001-CN, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Congressistas, solicitando a prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dada pelo Requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, até o dia 30 de junho de 2002, bem como que seja concedida uma verba suplementar de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), para suas despesas até seu término. **Concedida a prorrogação.** 22291

3.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA – Reflexão sobre a omissão do Poder Público e o crescimento da miséria no Brasil, com destaque para a ineficiência dos sistemas de saúde e educação. 22307

DEPUTADO LEUR LOMANTO – Gravidade da situação das rodovias federais brasileiras. 22310

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Quadro da fome no Estado de Alagoas, ressaltando a importância do Projeto Alvorada que integra a rede de proteção social montada pelo Governo Federal. 22311

3.4 – ENCERRAMENTO

4 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 35

Dá nova redação ao art. 53 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguintes emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 53 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 3º Recebida a denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º o pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2001. – Mesa da Câmara dos Deputados – Deputado **Aécio Neves**, Presidente – Deputado **Efraim Morais**, 1º Vice-Presidente – Deputado **Barbosa Neto**, 2º Vice-Presidente – Deputado **Severino Cavalcanti**, 1º Secretário – Deputado **Nilton Capixaba**, 2º Secretário – Deputado **Paulo Rocha**, 3º Secretário – Deputado **Ciro Nogueira**, 4º Secretário.

Mesa do Senado Federal. – Senador **Ramez Zebet**, Presidente – Senador **Edison Lobão**, 1º Vice-Presidente – Senador **Antonio Carlos Valadares**, 2º Vice-Presidente – Senador **Carlos Wilson**, 1º Secretário – Senador **Antero Paes de Barros**, 2º Secretário – Senador **Ronaldo Cunha Lima**, 3º Secretário – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, 4º Secretário.

Ata da 2ª Sessão Conjunta, em 20 de dezembro de 2001

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Sr. Ramez Tebet

Inicia-se a sessão às 11 horas

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, Srs. Deputados, declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 35, de 2001, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 2A, de 1995, no Senado Federal, e nº 610, de 1998, na Câmara dos Deputados, que “Dá nova redação ao art. 53 da Constituição Federal”. (*Dispõe sobre a imunidade parlamentar.*)

Encontram-se sobre a mesa os autógrafos da Emenda Constitucional, destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Sr. 1º Secretário, Deputado Severino Cavalcanti, fará a leitura dos autógrafos da Emenda Constitucional e, em seguida, proceder-se-á a sua assinatura.

É lida a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 35

Dá nova redação ao art. 53 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 53 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respecti-

va, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 3º Recebida a denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Neste momento, assino, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, a Emenda Constitucional.

(Procede-se à assinatura da Emenda Constitucional pelo Presidente da Câmara

dos Deputados e pelo Presidente do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido os demais membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a aporem suas assinaturas à Emenda.

(Procede-se ao ato das assinaturas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convodo a todos os presentes a se colocarem de pé. (Pausa.)

Nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 35, de 2001. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Congressistas, imunidade no Brasil deixou de ser sinônimo de impunidade.

Desejo, neste momento, dizer algumas palavras.

Esta Emenda Constitucional que acabamos de promulgar teve origem aqui, no Senado da República, em 20 de fevereiro de 1995. Foi a Proposta de Emenda à Constituição nº 02, cujo primeiro subscritor – e é preciso fazer-lhe justiça – foi o nobre Senador Ronaldo Cunha Lima, que ali se encontra (Palmas), que teve a participação também num projeto de lei praticamente idêntico do Senador Pedro Simon.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, relatou a matéria o Senador José Fogaça.

Em plenário, a matéria foi aprovada por unanimidade tanto no primeiro como no segundo turno.

Remetida à Câmara dos Deputados, foi Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação o Deputado Jaime Martins.

Eu não poderia deixar de destacar aqui a participação do Deputado Ibrahim Abi-Ackel nas negociações que resultaram na Emenda Aglutinativa Substitutiva, que foi aprovada em plenário, no primeiro turno, por 422 votos, num total de 425; e, no segundo turno, por 442 votos, num total de 445.

Tendo sido aprovada com substitutivo, a matéria retornou ao Senado Federal, onde foi novamente designado Relator o Senador José Fogaça.

Quero aqui registrar um fato singular, que ficará inscrito nos Anais do Parlamento brasileiro: no plenário do Senado, a matéria foi novamente aprovada **por unanimidade** tanto no primeiro como no segundo turno.

A Presidência citou nomes por uma questão de registro histórico, mas não pode deixar de salientar, até mesmo pelo número de votos favoráveis que a

proposição recebeu em ambas as Casas, a participação de todos os Srs. Deputados e Senadores.

Quero, nesta oportunidade, também dizer do sucesso do nosso ano legislativo, do sucesso da convocação do Congresso Nacional.

Ressalto, com muita ênfase, o trabalho realizado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves (Palmas), que está ao meu lado, e por mim, no período que encerramos hoje.

Sr. Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, Srs. Congressistas, este ano foi rico de realizações para o Congresso Nacional. Cumprimos todas as metas previstas. Essa emenda fecha com chave de ouro o pacote ético do Congresso Nacional. É o Poder Legislativo atendendo às exigências da sociedade.

Nesta momento, em que praticamente encerramos o ano legislativo, neste período de autoconvocação, peço permissão aos Srs. Congressistas, aos Líderes partidários e aos presidentes de partido para dizer que esta é uma oportunidade ímpar. É dever indeclinável do Congresso Nacional para com o País colocar, acima das paixões políticas, os interesses do Brasil. Ainda falta algo. Acredito que a sociedade brasileira espera de nós, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, portanto do Congresso Nacional, que, neste grave momento para o continente americano, concluamos esses trabalhos. Só falta isto. Acabemos com intransigências; deixemos de lado quaisquer outros interesses, coloquemos os interesses do nosso País acima de quaisquer outros, como, aliás, sempre fez o Congresso Nacional. Faço este apelo a todos os Congressistas; estamos fechando com chave de ouro o trabalho ético realizado pelo Congresso Nacional; então, votemos o Orçamento para o ano 2000. (Palmas.) Digamos ao mundo que o Brasil tem Orçamento e que o Congresso Nacional não faltarão com o cumprimento das suas mais elevadas funções, demonstrando sua grande responsabilidade. (Palmas.)

Deputado Aécio Neves, nesta oportunidade, mais uma vez, por dever de justiça, é preciso ressaltar que essa emenda constitucional, que estava na Câmara dos Deputados sendo exaustivamente debatida, apenas tomou impulso a partir da gestão de V. Exª. Quando V. Exª chegou àquela Casa, a proposta tomou corpo e tramitou; depois, veio para o Senado da República, que, entendendo que as modificações feitas na Câmara dos Deputados aperfeiçoaram o projeto, aprovou-o por unanimidade.

Ao cumprimentar e abraçar V. Exª, em nome do Senado Federal, creio que estou abraçando a Câmara dos Deputados e fazendo-lhe justiça pela brilhante

atuação na Presidência daquela Casa. Portanto, saúdo V. Ex^a e toda a Câmara dos Deputados em nome do Senado Federal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, Srs. Membros da Mesa Diretora do Congresso Nacional, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados minha manifestação será extremamente breve.

Não tenho dúvida de que os livros de história a serem escritos a partir de hoje haverão de creditar a esta geração de homens públicos, em especial a esta legislatura e a todos os Parlamentares que têm assento nas duas Casas, a mais profunda transformação no processo legislativo brasileiro, que significará, sem sombra de dúvida alguma, o grande e definitivo passo na busca da reconciliação do Poder Legislativo com a sociedade, que buscamos representar.

Sr. Presidente Ramez Tebet, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, como toda transformação profunda, essa foi uma ação solidária, e a palavra do Presidente da Câmara dos Deputados, neste instante, tem que ser, num primeiro momento, de saudação – de saudação muito sincera – ao Senado da República, de onde se originou essa matéria. Desse trabalho, participaram os ilustres Senadores a que V. Ex^a aqui já se referiu, que tiveram a sensibilidade de compreender que era preciso que algumas modificações comportamentais fizessem parte da nossa agenda. Posteriormente, essa matéria chegou à Câmara dos Deputados.

Permita-me, neste instante, Presidente Ramez Tebet, dividir, por absoluta justiça, com cada um dos 512 Parlamentares da Câmara dos Deputados, os louros e os créditos que V. Ex^a transfere a este Presidente. Cada um dos Parlamentares de cada um dos partidos com assento na Câmara dos Deputados compreendeu a importância e a relevância dessa matéria.

Saúdo e homenageio, por intermédio dos Líderes partidários, que tiveram papel absolutamente decisivo e – repito – solidário, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que resolveu, ouvindo o Colégio de Líderes, tratar de forma absolutamente prioritária essa questão.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, somos todos parceiros de uma mesma causa: a transformação do Brasil. E a vida pública, sabem as senhoras e os senhores, traz-nos angústias, traz-nos sucessivas frustrações,

sobretudo para aqueles que querem ver, com a ansiedade natural dos homens públicos, as soluções para os problemas que lhes são encaminhados. Mas apenas a vida pública permite a um cidadão participar de um momento histórico como este de que estamos participando.

As gerações futuras serão gratas a este Parlamento, Presidente Ramez Tebet, e também a V. Ex^a, que, num prazo extremamente exíguo de tempo, compreendendo a relevância dessa matéria, fez algo absolutamente inédito nesta Casa – tendo certeza, com a colaboração e a solidariedade de todos os Srs. Senadores. V. Ex^a permitiu que possamos, ainda este ano, depois do esforço que fizemos e do qual V. Ex^a foi um aliado permanente, entregar ao País um novo conceito de relação do Poder Legislativo com a sociedade que lhe compete representar.

Quero, portanto, encerrar minhas palavras dizendo do meu orgulho de ser membro do Parlamento brasileiro neste momento de profundas transformações e de ter tido a oportunidade de conviver com os meus companheiros da Câmara dos Deputados, solidários e corajosos no enfrentamento das resistências para que pudéssemos chegar a este instante.

Temos uma longa estrada ainda a percorrer, mas encontramos o caminho adequado. Dificuldades ainda teremos pela frente, mas a população brasileira, a sociedade que representamos, independente da região do País onde esteja, a qualificação cultural, da origem social, todo o Brasil hoje acompanha com expectativas extremamente positivas as transformações que ocorrem no Congresso Nacional.

Fica, portanto, a palavra de agradecimento do Presidente da Câmara aos companheiros da Mesa Diretora, aos Líderes partidários, a cada um dos Parlamentares que participaram desse processo, mas, muito em especial, ao Senado da República, que deu uma contribuição decisiva para que, cada vez mais, a sociedade brasileira se orgulhe do Poder que é a mais bem acabada representação do que temos atualmente no Brasil.

Presidente Ramez Tebet, V. Ex^a é merecedor do respeito e dos agradecimentos pessoais deste seu amigo e admirador, o Presidente da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado. Parabéns a todos os senhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 44 minutos.)

Ata da 3ª sessão conjunta, em 20 de dezembro de 2001 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Ramez Tebet, Efraim Moraes e Salatiel Carvalho.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antonio Carlos Valadares – Artur da Távola – Bello Parga – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes –

Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – *Ricardo Santos.*

E OS SRS. DEPUTADOS:

**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Parlamentares Presentes na Sessão
para Fins Administrativos**

Data:
Hora:

51ª Legislatura
5 QUINTA Sessão Legislativa Extraordinária

SESSÃO CONJUNTA Nº 003 - 20/12/2001

Abertura Sessão : 20/12/2001 14:48
Encerramento Sessão : 20/12/2001 19:34

Total de Presentes : 303

	Partido	Bloco
RORAIMA		
002 - Ailton Caracavel	PPS	PDT/PPS
001 - Alceste Almeida	PL	PL/PSL
006 - Almir Sá	PPB	
004 - Luciano Castro	PFL	PFL/PST
007 - Robério Araújo	PL	PL/PSL
Presentes Roraima: 5		
AMAPÁ		
012 - Dr. Benedito Dias	PPB	
014 - Eduardo Leabra	PTB	
017 - Jurandir Soares	PMDB	
016 - Sérgio Barcellos	PFL	PFL/PST
Presentes Amapá: 4		
PARÁ		
019 - Anivaldo Vale	PSDB	
595 - Asdrubal Bentes	PMDB	
021 - Babá	PT	
022 - Elcione Barbalho	PMDB	
025 - Giovanni Queiroz	PDT	PDT/PPS
013 - Haroldo Bezerra	PSDB	
028 - Nicias Ribeiro	PSDB	
030 - Paulo Rocha	PT	
032 - Raimundo Santos	PL	PL/PSL
599 - Socorro Gomes	PCdoB	PSB/PCDOB
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	
Presentes Pará: 11		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PFL	PFL/PST
625 - Dr. Gomes	PFL	PFL/PST
563 - Euler Ribeiro	PFL	PFL/PST
042 - Luiz Fernando	PPB	
039 - Silas Câmara	PTB	
Presentes Amazonas: 5		
RONDONIA		
044 - Agnaldo Auniz	PPS	PDT/PPS
047 - Euripede Miranda	PDT	PDT/PPS
046 - Nilton Capixaba	PTB	
049 - Oscar Andrade	PL	PL/PSL

	Partido	Bloco
RONDONIA		
051 - Sérgio Carvalho	PSDB	
Presentes Rondonia: 5		
ACRE		
053 - Ildefonso Cordeiro	PSDB	
054 - João Tota	PPB	
055 - Márcio Bittar	PPS	PDT/PPS
057 - Nilson Mourão	PT	
058 - Sérgio Barros	PSDB	
059 - Zila Bezerra	PTB	
Presentes Acre: 6		
TOCANTINS		
060 - Antônio Jorge	PTB	
624 - Dolores Nunes	PMDB	
623 - Edmundo Galdino	PSDB	
065 - Osvaldo Reis	PMDB	
066 - Paulo Mourão	PSDB	
Presentes Tocantins: 5		
MARANHÃO		
071 - Costa Ferreira	PFL	PFL/PST
074 - Francisco Coelho	PFL	PFL/PST
075 - Gastão Vieira	PMDB	
072 - João Castelo	PSDB	
076 - José Antonio Almeida	PSB	PSB/PCDOB
080 - Pedro Fernandes	PFL	PFL/PST
082 - Pedro Novais	PMDB	
084 - Roberto Rocha	PSDB	
086 - Sebastião Madeira	PSDB	
Presentes Maranhão: 9		
CEARÁ		
089 - Almeida de Jesus	PL	PL/PSL
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
090 - Arnon Bezerra	PSDB	
095 - Eunício Oliveira	PMDB	
094 - Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCDOB
096 - José Linhares	PPB	
097 - José Pimentel	PT	
100 - Manoel Salviano	PSDB	
101 - Moroni Torgan	PFL	PFL/PST
548 - Nelson Otoch	PSDB	
103 - Pinheiro Landim	PMDB	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
104 - Roberto Pessoa	PFL	PFL/PST
105 - Rommel Feijó	PSDB	
108 - Sérgio Novais	PSB	PSB/PCDOB
107 - Vicente Arruda	PSDB	
Presentes Ceará: 16		
PIAUI		
109 - Átila Lira	PSDB	

	Partido	Bloco
PIAUÍ		
114 - Heráclito Fortes	PFL	PFL/PST
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Mussa Demes	PFL	PFL/PST
118 - Paes Landim	PFL	PFL/PST
113 - Themístocles Sampaio	PMDB	
116 - Wellington Dias	PT	
Presentes Piauí: 7		
RIO GRANDE DO NORTE		
120 - Carlos Alberto Rosado	PFL	PFL/PST
124 - Iberê Ferreira	PTB	
121 - Lavoisier Maia	PFL	PFL/PST
122 - Múcio Sá	PTB	
Presentes Rio Grande do Norte: 4		
PARAÍBA		
129 - Armando Abílio	PSDB	
130 - Carlos Dunga	PTB	
133 - Damião Feliciano	PMDB	
131 - Efraim Moraes	PFL	PFL/PST
132 - Enivaldo Ribeiro	PPB	
135 - Inaldo Leitão	PSDB	
136 - Marcondes Gadelha	PFL	PFL/PST
137 - Ricardo Rique	PSDB	
138 - Wilson Braga	PFL	PFL/PST
Presentes Paraíba: 9		
PERNAMBUCO		
148 - Carlos Batata	PSDB	
153 - Clementino Coelho	PPS	PDT/PPS
155 - Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB
143 - Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB
145 - Inocêncio Oliveira	PFL	PFL/PST
146 - João Colaço	PSDB	
538 - Joel De Hollanda	PFL	PFL/PST
147 - José Chaves	PMDB	
161 - Marcos de Jesus	PL	PL/PSL
154 - Osvaldo Coelho	PFL	PFL/PST
539 - Pedro Corrêa	PPB	
162 - Pedro Eugênio	PT	
163 - Ricardo Fiuza	PPB	
158 - Salatiel Carvalho	PMDB	
160 - Severino Cavalcanti	PPB	
Presentes Pernambuco: 15		
ALAGOAS		
165 - Augusto Farias	PPB	
598 - Divaldo Suruagy	PST	PFL/PST
166 - Givaldo Carimbão	PSB	PSB/PCDOB
549 - Helenildo Ribeiro	PSDB	
167 - João Caldas	PL	PL/PSL
169 - José Thomaz Nonô	PFL	PFL/PST

	Partido	Bloco
ALAGOAS		
171 - Olavo Calheiros	PMDB	
168 - Regis Cavalcante	PPS	PDT/PPS
Presentes Alagoas: 8		
SERGIPE		
176 - Cleonânicio Fonseca	PPB	
175 - Jorge Alberto	PMDB	
604 - Tânia Soares	PCdoB	PSB/PCDOB
Presentes Sergipe: 3		
BAHIA		
589 - Ariston Andrade	PFL	PFL/PST
187 - Coriolano Sales	PMDB	
191 - Félix Mendonça	PTB	
193 - Geddel Vieira Lima	PMDB	
194 - Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB
196 - Jairo Carneiro	PFL	PFL/PST
197 - Jaques Wagner	PT	
585 - João Carlos Bacelar	PFL	PFL/PST
199 - João Leão	PPB	
201 - Jorge Khoury	PFL	PFL/PST
202 - José Carlos Aleluia	PFL	PFL/PST
206 - Jutahy Junior	PSDB	
204 - Leur Lomanto	PMDB	
210 - Mário Negromonte	PPB	
586 - Milton Barbosa	PFL	PFL/PST
213 - Paulo Braga	PFL	PFL/PST
214 - Paulo Magalhães	PFL	PFL/PST
212 - Pedro Irujo	PFL	PFL/PST
537 - Reginaldo Germano	PFL	PFL/PST
216 - Saulo Pedrosa	PSDB	
219 - Ursicino Queiroz	PFL	PFL/PST
217 - Waldir Pires	PT	
218 - Walter Pinheiro	PT	
Presentes Bahia: 23		
MINAS GERAIS		
221 - Aécio Neves	PSDB	
222 - Antônio do Valle	PMDB	
223 - Aracely de Paula	PFL	PFL/PST
224 - Cabo Júlio	PST	PFL/PST
227 - Carlos Mosconi	PSDB	
228 - Custódio Mattos	PSDB	
229 - Danilo de Castro	PSDB	
612 - Elias Murad	PSDB	
234 - Gilmar Machado	PT	
236 - Glycon Terra Pinto	PMDB	
235 - Herculano Anghinetti	PPB	
238 - Ibrahim Abi-Ackel	PPB	
240 - Jaime Martins	PFL	PFL/PST
239 - João Magalhães	PMDB	
534 - João Magno	PT	

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
241 - José Militão	PTB	
245 - Lael Varella	PFL	PFL/PST
243 - Lincoln Portela	PSL	PL/PSL
567 - Mário Assad Júnior	PL	PL/PSL
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
255 - Odelmo Leão	PPB	
251 - Olimpio Pires	PDT	PDT/PPS
256 - Osmânio Pereira	PSDB	
258 - Rafael Guerra	PSDB	
260 - Romeu Queiroz	PTB	
263 - Ronaldo Vasconcellos	PL	PL/PSL
266 - Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB
268 - Silas Brasileiro	PMDB	
264 - Virgílio Guimarães	PT	
Presentes Minas Gerais: 29		
ESPÍRITO SANTO		
275 - João Coser	PT	
276 - José Carlos Elias	PTB	
273 - José Carlos Fonseca Jr.	PFL	PFL/PST
611 - Rose de Freitas	PSDB	
Presentes Espírito Santo: 4		
RIO DE JANEIRO		
285 - Alexandre Santos	PSDB	
289 - Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
597 - Candinho Mattos	PSDB	
621 - Carlos Nader	PFL	PFL/PST
294 - Dr. Heleno	PSDB	
301 - Eber Silva	PST	PFL/PST
297 - Fernando Gonçalves	PTB	
309 - João Sampaio	PDT	PDT/PPS
310 - Jorge Bittar	PT	
311 - Laura Carneiro	PFL	PFL/PST
298 - Luiz Ribeiro	PSDB	
317 - Miro Teixeira	PDT	PDT/PPS
542 - Paulo de Almeida	PFL	PFL/PST
321 - Paulo Feijó	PSDB	
626 - Paulo Lessa	PPB	
617 - Reinaldo Gripp	PL	PL/PSL
323 - Roberto Jefferson	PTB	
322 - Rodrigo Maia	PFL	PFL/PST
622 - Ronaldo Santos	PSDB	
327 - Simão Sessim	PPB	
319 - Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL
Presentes Rio de Janeiro: 21		
SÃO PAULO		
330 - Alberto Goldman	PSDB	
332 - Aloizio Mercadante	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
343 - Arnaldo Madeira	PSDB	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
347 - Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
382 - De Velasco	PSL	PL/PSL
358 - Dr. Hélio	PDT	PDT/PPS
349 - Duillo Pisaneschi	PTB	
360 - Iara Bernardi	PT	
359 - Jair Meneguelli	PT	
591 - João Eduardo Dado	PDT	PDT/PPS
364 - João Herrmann Neto	PPS	PDT/PPS
366 - José de Abreu	PTN	
365 - José Dirceu	PT	
367 - José Genoino	PT	
398 - José Índio	PMDB	
341 - Luiz Antonio Fleury	PTB	
371 - Luiza Erundina	PSB	PSB/PCDOB
373 - Medeiros	PL	PL/PSL
374 - Milton Monti	PMDB	
377 - Moreira Ferreira	PFL	PFL/PST
381 - Nelson Marquzezelli	PTB	
379 - Neuton Lima	PFL	PFL/PST
587 - Orlando Fantazzini	PT	
384 - Paulo Kobayashi	PSDB	
388 - Professor Luizinho	PT	
394 - Rubens Furlan	PPS	PDT/PPS
387 - Salvador Zimbaldi	PSDB	
395 - Sampaio Dória	PSDB	
553 - Silvio Torres	PSDB	
389 - Telma de Souza	PT	
392 - Vadão Gomes	PPB	
393 - Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
396 - Wagner Salustiano	PPB	
397 - Xico Graziano	PSDB	
Presentes São Paulo: 35		
MATO GROSSO		
400 - Celcita Pinheiro	PFL	PFL/PST
401 - Lino Rossi	PSDB	
402 - Murilo Domingos	PTB	
403 - Pedro Henry	PPB	
518 - Ricarte de Freitas	PSDB	
405 - Teté Bezerra	PMDB	
406 - Welinton Fagundes	PL	PL/PSL
404 - Wilson Santos	PSDB	
Presentes Mato Grosso: 8		
DISTRITO FEDERAL		
407 - Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB
545 - Alberto Fraga	PMDB	
408 - Geraldo Magela	PT	
526 - Jorge Pinheiro	PMDB	
618 - Osório Adriano	PFL	PFL/PST
412 - Pedro Celso	PT	

	Partido	Bloco
DISTRITO FEDERAL		
414 - Wigberto Tartuce	PPB	
Presentes Distrito Federal: 7		
GOIÁS		
416 - Barbosa Neto	PMDB	
415 - Euler Moraes	PMDB	
418 - Juquinha	PL	PL/PSL
420 - Lídia Quinan	PSDB	
421 - Lúcia Vânia	PSDB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	
424 - Norberto Teixeira	PMDB	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
429 - Ronaldo Caiado	PFL	PFL/PST
430 - Vilmar Rocha	PFL	PFL/PST
431 - Zé Gomes da Rocha	PMDB	
Presentes Goiás: 11		
MATO GROSSO DO SUL		
620 - Dr. Antonio Cruz	PMDB	
433 - João Grandão	PT	
436 - Marisa Serrano	PSDB	
439 - Waldemir Moka	PMDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 4		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	PFL	PFL/PST
441 - Affonso Camargo	PSDB	
442 - Ailton Roveda	PTB	
446 - Chico da Princesa	PSDB	
444 - Dilceu Sperafico	PPB	
449 - Dr. Rosinha	PT	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
527 - Ivanio Guerra	PFL	PFL/PST
451 - José Borba	PMDB	
457 - José Carlos Martinez	PTB	
454 - Luiz Carlos Haully	PSDB	
462 - Moacir Micheletto	PMDB	
458 - Nelson Meurer	PPB	
459 - Odílio Balbinotti	PSDB	
464 - Oliveira Filho	PL	PL/PSL
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
465 - Ricardo Barros	PPB	
467 - Rubens Bueno	PPS	PDT/PPS
468 - Santos Filho	PFL	PFL/PST
Presentes Paraná: 19		
SANTA CATARINA		
475 - Antônio Carlos Konder Reis	PFL	PFL/PST
476 - Carlito Merss	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
477 - Eni Voltolini	PPB	
478 - Fernando Coruja	PDT	PDT/PPS

	Partido	Bloco
SANTA CATARINA		
472 - Hugo Biehl	PPB	
473 - João Matos	PMDB	
474 - João Pizzolatti	PPB	
484 - Paulo Gouvêa	PFL	PFL/PST
485 - Serafim Venzon	PDT	PDT/PPS
483 - Vicente Caropreso	PSDB	
Presentes Santa Catarina: 11		
RIO GRANDE DO SUL		
488 - Aírton Dipp	PDT	PDT/PPS
487 - Alceu Collares	PDT	PDT/PPS
601 - Ana Corso	PT	
489 - Augusto Nardes	PPB	
606 - Clovis Ilgenfritz	PT	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	
578 - Edir Oliveira	PTB	
532 - Esther Grossi	PT	
590 - Ezídio Pinheiro	PSB	PSB/PCDOB
496 - Fetter Junior	PPB	
500 - Luis Carlos Heinze	PPB	
501 - Marcos Rolim	PT	
506 - Nelson Marchezan	PSDB	
593 - Orlando Desconsi	PT	
616 - Osmar Terra	PMDB	
509 - Osvaldo Biolchi	PMDB	
503 - Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL
510 - Paulo Paim	PT	
513 - Telmo Kirst	PPB	
Presentes Rio Grande do Sul: 19		

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) - Presen-tes na Casa 57 Srs. Senadores e 303 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a ses-são.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da Re-pública que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercí-cio, Deputado Giovanni Queiroz.

É lida a seguinte

Mensagem do Presidente da República

MENSAGEM Nº 774, DE 2001-CN

(Nº 1.348/2001, na origem)

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 13, DE 10
DE DEZEMBRO DE 2001**

Cria o cargo de Secretário de Esta- do de Comunicação de Governo.

O Presidente da República, no uso da atribui-ção que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica criado o cargo de Natureza Espe-cial de Secretário de Estado de Comunicação de Governo.

Parágrafo único. A remuneração do cargo de que trata o **caput** é a referida no § 3º do art. 24-A da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 10 de dezembro de 2001, 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MENSAGEM Nº 1.348

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Fede-ral, submeto à elevada deliberação de Vossas Exce-lências o texto da Medida Provisória nº 13, de 10 de dezembro de 2001, que “Cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo”.

Brasília, 10 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

E.M.I nº 479-A – MP CCIVIL

Em 10 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à elevada conside-ração de Vossa Excelência proposta de Medida Provi-sória criando o cargo de Natureza Especial de Secre-tário de Estado de Comunicação de Governo.

2. A presente proposta, atende recomendação de Vossa Excelência no sentido de se reduzir gastos no âmbito da Presidência da República, o que se al-cançará com a transformação da Secretaria de Co-municação de Governo em Secretaria de Estado, sem contudo se perder o controle e o acompanha-mento da execução da política de divulgação e comu-nicação social do Governo.

3. A necessidade de se nomear o titular do ór-gão transformado, justifica a urgência da edição de Medida Provisória, nos termos do mandamento Constitucional.

4. Estas, Senhor Presidente, as razões que justi-ficam essa proposta.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998

Dispõe sobre a organização da Pre-sidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Art 24. São criados os cargos de Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, de Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Esta-do, de Ministro de Estado da Previdência e Assistên-cia Social e de Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.216-37, DE 31 DE AGOSTO DE 2001

Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a or-ganização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art 24-A. São criados os cargos:

I – de Ministro de Estado da Defesa:

II – de Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

III – de Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República;

IV – e Ministro de Estado da Integração Nacional;

V – de Ministro de Estado da Educação;

VI – de Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;

VII – de Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

VIII – de Ministro de Estado do Meio Ambiente;

IX – de Ministro de Estado do Esporte e Turismo;

X – de Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

XI – de Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário;

XII – de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República;

XIII – de Ministro de Estado Corregedor-Geral da União;

XIV – de Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano;

XV – de Secretário de Estado de Assistência Social;

XVI – de Secretário de Estado dos Direitos Humanos;

XVII – de Comandante da Marinha;

XVIII – de Comandante do Exército;

XIX – de Comandante da Aeronáutica.

§ 1º Os cargos de que tratam os incisos XIV a XIX deste artigo são de Natureza Especial.

§ 2º O titular do cargo de Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano terá prerrogativas, garantias, vantagens e direitos equivalentes aos de Ministro de Estado.

§ 3º A remuneração dos cargos de Secretário de Estado e de Comandante de que tratam os incisos XIV a XIX é de R\$7.200,00 (sete mil e duzentos reais)." (NR)

"Art. 24-B O cargo de Natureza Especial de Advogado-Geral da União fica transformado em cargo de Ministro de Estado." (NR)

"Art. 24-C Fica criado, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, um cargo em comissão de direção em organismo internacional, para exercer a função de Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, quando couber a brasileiro.

§ 1º O ocupante do cargo a que se refere o **caput**, a ser nomeado pelo Presidente da República, fará jus à remuneração correspondente ao índice noventa e quatro do item I da Tabela de Escalonamento Vertical constante do Anexo à Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.

§ 2º Da remuneração de que trata o § 1º, será deduzido o valor correspondente aos vencimentos, salários e quaisquer indenizações ou vantagens pecuniárias, em moeda estrangeira, percebidas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa." (NR)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – A mensagem lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – O Senhor Presidente da República adotou, em 10 de dezembro de 2001 e publicou no dia 11 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória **n.º 13**, que "cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução n.º 1/89-CN e da Resolução n.º 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Suplentes

Titulares

PMDB

Renan Calheiros
Nabor Júnior

1. Gilvam Borges
2. Juvêncio da Fonseca

PFL

Lindberg Cury
Mozarildo Cavalcanti

1. Geraldo Althoff
2. Jonas Pinheiro

Bloco (PSDB/PPB)

Geraldo Melo

1. Pedro Piva

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)

José Eduardo Dutra

1. Sebastião Rocha

PSB

Ademir Andrade

1. Roberto Saturnino

PL*

José Alencar

1.

Deputados**Titulares****Suplentes****PSDB**

Jutahy Júnior 1. Carlos Batata
Narcio Rodrigues 2. Sebastião Madeira

Bloco (PFL/PST)

Inocência Oliveira 1. Ariston Andrade
Abelardo Lupion 2. Corauci Sobrinho

PMDB

Roland Lavigne 1. Dolores Nunes

PT

Walter Pinheiro 1. Aloizio Mercadante

PPB

Odelmo Leão 1. Gerson Peres

PV*

Clovis Volpi 1.

De acordo com as normas estabelecidas por esta Presidência, na sessão conjunta realizada no dia 2 de outubro do corrente, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Publicação no do: 11-12-2001

Designação Comissão: 13-12-2001 (SF)

Instalação da Comissão: 14-12-2001

Emendas: até 16-12-2001 (6º dia da publicação)

Prazo final na Comissão: 11-12-2001 a 21-02-2001 (14º dia)

Remessa do processo à CD: 21-2-2002

Prazo na CD: de 22-2 a 07-3-2002 (15º ao 28º dia)

Recebimento previsto no SF: 07-3-2002

Prazo no SF: de 08-3 a 21-3-2002 (42º dia)

Se modificado, devolução à CD: 21-3-2002

Prazo para apreciação das modificações no SF pela CD: de 22-3 a 24-3-2002 (43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 25-3-2002 (46º dia)

Prazo final no Congresso Nacional: 08-4-2002** (60 dias)

* Designações Feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

§ 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001:

“Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.”

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve um acordo de todos os partidos políticos com assento nesta Casa, após ampla reunião realizada no gabinete do Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, para que pudéssemos votar onze créditos – nove estão nesta pauta e os nºs 38 e 39, já votados na Comissão de Orçamento.

Fizemos uma proposta, aceita por todos, para que este Plenário votasse somente os créditos e somente o Orçamento, sem modificar nada advindo da Comissão. Será a triagem nossa.

Por essa razão, eu pediria a retirada, em nome dos Líderes presentes, de todos os PDLs que estão aqui, a partir dos Itens 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, e também do Projeto de Resolução, o Item 1 da pauta, sobre o qual não houve acordo. Acordo, para nós, é para ser cumprido.

Estou aqui com o Líder Ricardo Barros, falei com o Coser, com o Miro Teixeira, com o meu querido Líder Heráclito Fortes.

Estamos pedindo, Sr. Presidente, a retirada desses itens que não foram acordados para esta pauta.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Tem V. Exª a palavra, nobre Líder Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT – RJ. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu amigo Deputado Inocêncio Oliveira falou de um acordo geral para o plenário. O PDT não participou desse acordo.

Não percebo aqui, no momento, o Deputado Inácio Arruda, que estava comigo numa reunião agora. S. Exª deve estar vindo para cá. O PC do B, pelo que ele me disse lá, também não participou desse acordo.

Vamos então pedir o cumprimento do Regimento: não haverá votação simbólica para nenhum item da pauta.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Tem V. Exª a palavra, nobre Líder Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, hoje, ao chegar a este plenário, alguns Líderes me disseram: A pessoa mais ligada ao Líder Miro Teixeira é o Deputado Inocêncio Oliveira.? Há 28 anos estou nesta Casa, tenho uma ligação fraterna, amiga, uma ligação de confiança com o Deputado Miro Teixeira. S. Ex^a é uma dessas pessoas que aprendemos a respeitar. As suas posições são coerentes, corretas, sérias.

Nunca o vi ir para o oba-oba, para o eleitoralismo, nunca o vi querer aparecer, fazer vedetismo. Não! Tenho com o Deputado Miro Teixeira uma ligação de respeito mútuo entre pessoas, daquelas que devem reger toda a nossa vida aqui, entre colegas.

Por isso, respeito, neste momento, a posição do Miro. Não poderia ser diferente. Mas, ao mesmo tempo, eu gostaria de fazer um apelo para que fizéssemos esse acordo agora. A Comissão de Orçamento é o filtro desta Casa, de que todos participam, com proporcionalidade partidária. Realmente ele tem toda a razão, o PDT se retirou e não participou. Quero dizer que não houve um acordo geral. O PDT não participou desse entendimento. Queria dizer isso de público.

Quero pedir desculpa por ter dito isso, mas, ao mesmo tempo, quero fazer um apelo a ele, fazer-lhe uma proposta: vamos votar esses créditos que aqui estão, para custeio da máquina administrativa, onze créditos já votados pela Comissão de Orçamento. Não será incluído nenhum crédito suplementar, nenhum projeto, nenhuma ação que não tenha sido votada na Comissão Mista de Orçamento. Não será.

Este Líder está dizendo de público que aceita todas as decisões emanadas daquele órgão técnico. Pente fino, o que tiver de ser feito, vai ser feito.

O Orçamento deve ser uma peça que represente não a vontade de um partido, de um grupo, de uma coligação, de um governo. Não. É a peça da Nação. O Orçamento é a lei maior do país e deve representar a vontade da Nação. Então, o entendimento é fundamental e desejo também entrar em entendimento.

Sobre as questões que V. Ex^a patrocinou e às quais deu início, eu queria dizer que estamos prontos para começar a conversar. V. Ex^a já me explicou algumas coisas. A primeira já está atendida. É a retirada de 1 bilhão e 400 de crédito condicionado se Deus quiser, vamos atender para receita. Vai ser retirado como receita 1 bilhão e 400 procedente da taxação dos inativos.

Segundo, é prosseguir nos entendimentos com V. Ex^a e com o PT sobre a renegociação da dívida dos pequenos produtores rurais, aqueles procedentes do Proterra e do Pronaf.

Em terceiro lugar, a questão dos servidores. Vamos sentar e conversar. Temos de conversar sobre esse assunto e também sobre o salário mínimo, para o qual chegamos ao limite de R\$200,00. Mas vamos conversar. Nesta Casa, não é impossível sentar em uma mesa e conversar sobre um assunto.

Por isso, apelo ao nobre amigo e fraternal Líder do PDT, que, se puder relegar, estará atendendo não ao Deputado Inocêncio Oliveira, mas à Casa, ao País, à instituição. Se não puder atender, respeito a posição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI) – Sr. Presidente, se o Deputado Miro Teixeira, cortês como é, permitisse...

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT – RJ) – Mas aí eu perderia a emoção de responder ao Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI) – Quem sabe V. Ex^a não poderá acumular essa emoção?

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT – RJ) – Quem sabe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes, Líder do Governo no Congresso Nacional, tentando acumular emoções.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero associar-me a tudo o que foi dito aqui pelo Líder do meu Partido, Deputado Inocêncio Oliveira, e apoiá-lo em gênero, número e grau.

O Deputado Miro Teixeira e esta instituição se confundem. Não se consegue ver este plenário sem a presença marcante do Deputado Miro Teixeira. Tenho certeza de que S. Ex^a, com sua sensibilidade, haverá de compreender o momento que o Brasil vive, as circunstâncias que nos cercam neste instante e colaborará para que possamos discutir e aprovar o Orçamento brasileiro.

O adiamento, a não aprovação dos créditos que hoje se encontram em pauta, nobre Deputado, terá como consequência prejuízos incalculáveis para setores importantes da sociedade brasileira. Como sei que o espírito de V. Ex^a, principalmente às vésperas do Natal, não é esse, eu gostaria de apelar não só para que V. Ex^a colaborasse com o andamento desta sessão, como também para que as discussões do Orçamento tenham bom termo. O Governo, por meio de sua Liderança, está disposto a discutir até mesmo a questão do salário mínimo; não está assumindo o

compromisso de aumentar o que já foi aumentado, por uma ação originária do próprio Congresso Nacional. E para mostrar que o Governo tem boa vontade, Deputado Miro Teixeira, acaba de ser anunciada uma redução no preço dos combustíveis, numa média de 16,8%.

Tenho certeza de que, diante de tudo isso, V. Ex^a, brasileiro que é, fará com que esta sessão transcorra de maneira satisfatória para todos.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

Depois V. Ex^a falará pela ordem, e, em seguida, o Deputado João Coser. V. Ex^a terá de aguardar o momento para falar.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Eu pedi a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – O Deputado João Coser também pediu a palavra pela ordem. Peço a V. Ex^a um pouco de paciência, já que a Presidência está com excesso de paciência.

Com a palavra o nobre Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho uma proposta que está recebendo uma sugestão que acolherei como emenda. O Deputado Inocêncio Oliveira e, depois, o grande Líder do Governo no Congresso Nacional, Deputado Heráclito Fortes, tocam nas mentes e nos corações com suas palavras.

Proponho, Sr. Presidente, que, diante dessas palavras, que sinalizam uma negociação, também sinalizemos no mesmo sentido aqui. Temos tentado, mas o Governo não tem querido negociar.

Na Comissão de Orçamento, na semana passada, quarta ou quinta-feira, eu até já havia concordado, juntamente com os companheiros outros do PDT, do PC do B, do PSB, do PPS, com a votação de mais alguns créditos, que atenderiam ao item medicamentos, aos programas de assistências às crianças; mas, de repente, começaram a chover novos créditos, com os quais não concordávamos, e acabamos deixando de votar, não por nossa causa.

Novamente, estamos tentando negociar um acréscimo no percentual do reajustamento dos servidores públicos e do próprio salário mínimo, além das questões já lembradas pelo Deputado Inocêncio Oliveira, que não encontram muitas dificuldades. Primeiro, é inconstitucional cobrar contribuição de inativos, e o Governo a lançou como receita condicionada. É claro que esses Líderes comprometidos com a Constitui-

ção, com o País, com a Casa e com o povo não vão concordar. Um destaque resolverá essa questão.

Surge uma oportunidade, como sempre surge em plenário. Não adianta muito, às vezes, nos esforçarmos, em algumas reuniões, em negociações, porque no plenário as coisas se tornam públicas. Então, publicamente, digo a V. Ex^a que não estamos obstruindo por uma razão menor, mas porque consideramos que a proposta orçamentária não está boa, que o trabalho feito no Parlamento também pode ser alvo de graves críticas. Queremos a oportunidade de sentar, o que estamos tentando há duas semanas, e exibir os nossos números.

Nós, do PDT, PC do B, PPS e PSB, não temos um número para dizer que o funcionalismo público deve ter, agora, um aumento de 50%. Isso seria demagógico. O que queremos dizer é que há como cortar recursos de algumas receitas que estão previstas no Orçamento e canalizá-los para esses reajustamentos, sensatamente. Mas não podemos transformar isso em uma queda de braço.

A proposta do Governo foi aumentada em R\$13 bilhões no Parlamento, com reavaliação de receitas. Não consideramos que isso seja útil para a estabilidade fiscal. É curioso, porque nós, da Oposição, é que estamos dizendo isso. Até pode haver uma margem de correção, porque o Governo subestima receitas para fazer superávit primário. Então, essa margem pode ser descontada se for encontrada uma fórmula justa.

Há emendas do Relator-Geral, em uma segunda rodada de emendas do Relator-Geral, que, seguramente, atenderam ao Regimento, às reivindicações de grupos, de Bancadas e, dizem até, o que não acredito, de Lideranças da Base e de membros da Mesa.

Podemos sentar e cortar os recursos dessas verbas acrescentadas pelo Relator-Geral totalmente, integralmente, e até encontrar caminhos para melhorar as contas públicas do Brasil, porque, repito, R\$13 bilhões de acréscimo no projeto mandado pelo Governo é rigorosamente absurdo que o Parlamento faça.

Não penso que estejamos diante de algo desejável, tendo em vista a possibilidade de redução do crescimento econômico no próximo ano e tudo o que está sendo vivido na economia mundial.

Sr. Presidente, antes das palavras do Deputado Inocêncio Oliveira, que sempre me toca o coração, e do Deputado Heráclito Fortes, que, às vésperas do Natal, assume uma face do símbolo do Natal, do Papai Noel, generoso nas palavras, repleto de gentile-

zas, eu ia propor a suspensão da sessão por uma hora para ver se poderíamos conversar.

Mas surge aqui uma idéia mais luminosa: que se abra a sessão para o pinga-fogo. Enquanto os Parlamentares vão falando, vamos à Liderança do Governo no Congresso. Agora, publicamente colocado que não estamos obstruindo por obstruir.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Nem temos como obstruir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT – RJ) – Aliás, disse bem o Deputado Inácio Arruda: cada vez mais um Líder que devemos ter, normalmente, atrás da orelha – no caso, S. Ex.^a é muito grande, devemos tê-lo ao lado?, pela consciência política que revela em todos os acontecimentos.

Vamos partir para uma discussão coerente, não para uma queda de braço. Fiquem na minha posição de Líder de um Partido que escuta de um político ou de uma Liderança da Base do Governo o seguinte: não vamos mexer nos índices do salário mínimo nem nos dos servidores, e ponto final. Então, não querem negociação. As palavras de V. Ex.^a me fazem crer que, como sempre, o Parlamento acaba encontrando os caminhos da sensatez.

Se concordarem, o Presidente abrirá para o pinga-fogo, sairemos daqui para a Liderança do Governo, ou do Líder Inocêncio Oliveira, que, entre nós, é o decano, e tentaremos encontrar uma solução que permitirá a votação de créditos e do Orçamento Público. Resolver-se-ia tudo no mesmo pacote.

Do contrário, compreendam, manteremos a nossa posição de pedir verificação de voto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Deputado e Líder Miro Teixeira, a Mesa ouve os Srs. Líderes para que se concretize o clima natalino para se tentar novo entendimento.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Calma nobre Deputado. Nós gostaríamos de ouvir os Líderes.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, penso que o Deputado Miro Teixeira levantou questões, mas não há nada de mais. Até louvo o Congresso Nacional por haver encontrado fontes, possibilitando um acréscimo de investimentos de 03 para 16 bilhões de reais. Mas isso tem de ser bem aplicado. Concordo plenamente em passar o pente fino...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Esta Liderança convoca os Srs. Líderes

O SR. JOÃO COSER (PT-ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Peço a V. Exas, temos uma hora...

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL) – Sr. Presidente, V. Ex.^a **suspenda e resolva.**

É uma questão de ordem, porque V. Exa entende que está resolvendo e não resolve nada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Nobre Deputado, V. Exa diga isso aos Líderes que estão aqui. Confio no bom senso dos Líderes desta Casa que haverão de encontrar uma solução.

Os Srs. Líderes se entendam, a Presidência suspende a pauta e dá a palavra para uma questão de ordem ao Deputado João Coser.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – A palavra já havia sido solicitada. Peço paciência a V. Exa.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, participamos de um processo de debate já há alguns dias e com uma reunião que formalizou alguns encaminhamentos hoje, há aproximadamente uma hora.

O Partido dos Trabalhadores gostaria de dizer que, realmente, está empenhado na perspectiva de continuarmos o debate e até na semana próxima -se possível amanhã – formalizar um reajuste melhor para o salário mínimo.

Fizemos aquela mesa, com a presença do Líder Walter Pinheiro e do Senador José Eduardo Dutra, e houve um compromisso que gostaríamos de registrar, no sentido de se fazer a votação dos créditos aprovados na Comissão de Orçamento exclusivamente. Portanto, não queremos abrir qualquer concessão.

Gostaríamos de dizer que a proposta feita pelo Deputado Miro Teixeira não interfere nessa nossa posição. Entendemos louvável e positivo sempre termos oportunidade de continuar discutindo, buscando a unanimidade de todo o Congresso Nacional. Temos a disposição de continuar trabalhando.

Isso não vincula o voto do Partido. Podemos votar contra, a favor e encaminhar essa votação. O nosso compromisso é fazer essa votação agora e, durante a noite de hoje, a partir da sessão das 19 horas, na Comissão de Orçamento iniciar o processo de debate do Orçamento Geral da União.

Quero reafirmar a posição do nosso partido, o PT, que quer votar o Orçamento neste ano, quer discutir a Medida Provisória dos agricultores, quer discu-

tir a questão dos funcionários públicos e do salário mínimo. Mas quero fazer uma pergunta ao Deputado Inocêncio Oliveira, quando 5. Ex³ fez a retirada dos PLs começou no décimo primeiro, mas os Projetos de Decreto Legislativo também não podemos votar, então tem de começar pelo 05...

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI)

– Estão retirados, Sr.

Deputado.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Retirar todos esses projetos. Só os créditos que foram aprovados na Comissão de Orçamento, que são frutos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – A Presidência esclarece aos nobres Deputados Inocêncio Oliveira e João Coser, antes de passar a palavra ao Deputado Inácio Arruda, que havia uma pauta, por isso a Presidência iniciou a sessão obedecendo-a. Com o possível entendimento dos Srs. Líderes, a Mesa, com certeza, passará a seguir o entendimento, o acordo que porventura aconteça com os Srs. Líderes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Pois não, nobre Deputado Líder do Governo. Ouvirei V. Ex³ antes do Deputado Inácio Arruda.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Nobre Deputado Inácio Arruda, mais uma vez quero apelar para o coração já semi-amolecido do Deputado Miro Teixeira.

Evidentemente, o que se vai votar aqui é exatamente o que já foi acordado. Não há nenhum item novo, são apenas os créditos aprovados pelo partido de V. Ex³, por todos os partidos, em acordo, na Comissão de Orçamento.

O apelo que faço a V. Ex³ é no sentido de que permita que essa votação prossiga normalmente, enquanto discutimos as demais questões, antecipando desde já que essa Liderança terá, juntamente com o Deputado Inocêncio e os demais líderes da base do Governo – nós teremos todos –, a maior boa vontade para ouvir as ponderações de V. Exa.

Quero lembrar que, com relação às preocupações de V. Ex³ sobre o relatório do Orçamento, já houve o consenso de que amanhã, ou a partir de hoje, se começaria a discutir exatamente essa dúvida.

Quero indagar de V. Ex³ se, diante desses últimos esclarecimentos, V. Exa concorda com o prosseguimento da sessão exclusivamente para se votar os itens já previamente aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B. – CE) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, queremos dizer que o nosso Bloco, PC do B, PSB – acabei de conversar com o Deputado Eduardo Campos —está disposto a permanecer na Casa até o dia 31. Não temos problema algum. Estamos dispostos a ir às últimas consequências no processo de negociação.

Agora, desde ontem, na casa do Presidente Aécio Neves, e hoje na reunião com o Presidente Ramez Tebet, colocamos uma preliminar que está assentada na questão do salário mínimo e dos servidores, mesmo porque a questão da medida provisória, nos termos em que a minuta foi apresentada, não nos atende. Aliás não atende a ninguém. E um passo, mas não atende. Quer dizer, foi um gesto, mas ela não atende em absoluto.

Então, se houver a disposição efetivamente de negociar... E há margem. Buscamos as fontes, buscamos juntos – não foi só a Oposição, mas Oposição e o Governo, com a sua base e membro do Governo, diretamente. Discutiram conosco, e as nossas fontes foram permanentemente descredenciadas. Então existe. Temos consciência de que temos fontes para cobrir o salário mínimo de R\$220,00, de que há margem para garantir uma reposição maior dos servidores públicos federais no País. Essa preliminar atendida, sentaremos para negociar salário mínimo, sentaremos para negociar servidores. Quanto aos inativos, essa é uma questão vencida, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal, não há o que discutir nesses termos.

Seria apenas uma inconstitucionalidade do Orçamento, insistir nisso. Mas, acredito que devemos até retirar isso de qualquer pauta de negociação. Acredito que aqui estejam servidores, o salário mínimo e a questão da medida provisória. Esses três pontos não foram atendidos. Foram dados sinais, no caso da medida provisória. Os outros dois ficaram na intransigência do Governo. Nem quero entrar na discussão de que podemos votar algo parecido com uma indecência. Eu não quero nem entrar nessa discussão, porque isso é motivo para auditoria, para CPI. Ou seja, são outros instrumentos para investigar as questões que foram levantadas e apresentadas ao Presidente do Congresso Nacional. Não quero entrar nisso. Estou entrando nessa negociação objetiva. Se, preliminarmente, tiver espírito natalino, aberto, para se discutirem essas questões, estamos de acordo. Se não, iremos observar a sessão do Congresso Nacional e também a reunião da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Deputado João Caldas, tem V.

Exa a palavra.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, estamos com a idéia do Deputado Gilmar Machado. Quero colocar para os Líderes que, quando da composição, dos debates, protocolos uma representação contra a Bancada de Alagoas, no dia 14 de novembro, e não houve nenhum rito de acompanhamento pelas autoridades coatoras. Isso ensejou um mandado de segurança impetrado no Supremo Tribunal Federal. Se estamos discutindo a transparência, a legitimidade, a legalidade, o pente fino na Comissão de Orçamento – que devemos ver como um todo e não como parte –, é preciso que, neste debate e nestes ajustes, se coloque a questão do Estado de Alagoas, que é gravíssima. Acabei de entregar uma cópia...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Sr. Deputado...

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL) – Sr. Presidente, estou concluindo. Ao Líder do Governo quero dizer que quando fizerem um acordo, não se esqueçam de que aqui existe um Partido chamado PL, que tem representantes que sabem usar o Regimento Comum da Casa e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que vamos usá-los no momento em que for preciso e cabível. Portanto, nas discussões de V. Exas, coloquem esta questão e não a subestimem, porque ela está até mesmo no Supremo Tribunal Federal.

Faço isso com constrangimento, porque não houve, da parte do Presidente do Congresso Nacional nem do Presidente da Comissão, nenhuma providência legal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Nobre Deputado, a Presidência...

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL) – Estamos apenas esclarecendo para que, depois, não venham aqui dizer que o Partido está contra aquilo, observando a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – A Presidência recomenda a V. Exa que entre em contato com o Líder do Partido de V. Exa, para participar da reunião de Líderes.

Com a palavra o nobre Deputado...

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL) – Não, eu apenas estou deixando uma posição. O restante, eu sei fazer depois.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia dito ao Deputado – e o Deputado Miro Teixeira havia até concordado – que seguissemos a lista do Pequeno Expediente, do "pinga fogo", para que pudéssemos fazer nossas considerações, enquanto os Líderes chegam a um entendimento, para depois seguirmos nesta sessão normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Nobre Deputado, a Mesa saberá usar o rito normal da sessão e o caminho a ser seguido. Não se preocupe, porque a intenção da Liderança é tentar encontrar o clima natalino. Fique V. Ex^a tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Passo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de prestar um esclarecimento à Casa e, de maneira muito especial, ao Deputado Inácio Arruda: fique tranquilo, Deputado Inácio Arruda; fique tranquila a Casa como um todo. Nem a Liderança do Governo no Congresso Nacional, nem o Líder Inocêncio Oliveira ou o Líder Odelmo Leão compactuaremos com irregularidades. Fiquem todos tranquilos. Somos defensores da transparência no Orçamento e da transparência nas atitudes. Então, V. Ex^a pode ficar absolutamente tranquilo porque, com relação a esse ponto, seremos unanimidade na Casa. O que estamos querendo é o prosseguimento do mecanismo de votação do Orçamento, para que não haja prejuízo para a Nação. E, na medida em que V. Ex^a tiver informações concretas de irregularidades, partam de quem partir, é dever apresentá-las à Casa para que esta tome providências. Tanto que o Relator já se colocou à disposição, a partir de hoje, para analisar e discutir sobre dúvidas ou qualquer outra suspeita que haja neste Orçamento.

Quero dizer a V. Ex^a que não tenho nenhuma familiaridade com a Comissão, mas fico com o espírito absolutamente tranquilo quando vejo a Comissão, além do Relator e do Presidente, criar um comitê de análise dessas emendas, composto por Parlamentares experientes e, acima de tudo, de comportamento ilibado nesta Casa.

Dessa forma, fique certo de que, nessa questão, seremos unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Muito bem. A Presidência deseja sucesso aos Srs. Líderes.

O SR. OLAVO CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para uma informação a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. OLAVO CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer a esta Casa que lamento que o Congresso Nacional esteja sendo palco da desinteligência de alguns membros da Bancada do Estado de Alagoas. Nossa Bancada já tem uma nota oficial, nos termos em que leremos hoje na Comissão de Orçamento, na qual tanto os três Senadores quanto os sete Deputados Federais alagoanos reafirmam as emendas escolhidas pelo Estado de Alagoas.

Sr. Presidente, não há uma única palavra verdadeira na representação feita contra a Bancada de Alagoas, que agiu estritamente dentro da lei e do Regimento, na defesa intransigente dos interesses maiores do nosso Estado. De forma alguma permitiríamos que interesses escusos fossem contemplados a título de emenda coletiva da Bancada do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Obedecendo à lista de inscrição, concedo a palavra ao nobre Deputado Babá, por cinco minutos.

O SR. BABÁ (PT PA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, companheiros trabalhadores, na madrugada de ontem, ocorreu um acidente muito grave em Belém. Gostaríamos de manifestar aqui nossa solidariedade aos companheiros que moram numa grande ocupação chamada Riacho Doce, grande área situada em frente à Universidade Federal do Pará. Alastrou-se um incêndio em casas de madeira; quase 200 delas foram queimadas e mais de 1.000 pessoas ficaram desabrigadas, entre estas, uma quantidade enorme de crianças. Hoje, as vítimas estão acampadas no ginásio do **campus** da Universidade.

A Prefeitura de Belém entrou em ação imediatamente, prestando total apoio à comunidade, juntamente com a Reitoria da Universidade, a Associação dos Servidores da Universidade, o Sindicato dos Servidores e os companheiros da ADUFPA e do DCE. Para nós é lamentável a situação que enfrentam. Por isso, prestamos total solidariedade a esses companheiros, ressaltando que a comunidade inteira – não apenas a da Universidade, mas a comunidade paraense – está prestando solidariedade a essas famílias.

Sr. Presidente, abordarei um problema que está sendo discutido no Orçamento: o salário mínimo. Não podemos aceitar que a classe trabalhadora e os aposentados submetam-se, mais uma vez, a um salário mínimo vergonhoso. A proposta apresentada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso é de apenas R\$200. Na verdade, o salário mínimo neste País já deveria ter sido reajustado há muito tempo e também ter recuperado suas perdas históricas. Segundo o Dieese, tais perdas fariam o salário aproximar-se, atualmente, a R\$1.000.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, por ter achatado o salário mínimo durante anos, oferece uma proposta que não passa de R\$200. Concordamos que o salário mínimo deva ser progressivamente aumentado. Na verdade, já deveria haver um salário mínimo superior. Não podemos aceitar a proposta do Governo.

O Partido dos Trabalhadores e os Partidos de Oposição propõem um salário mínimo de R\$220, que ainda é pouco. Reconhecemos ser insuficiente, mas, sem sombra de dúvida, os trabalhadores que recebem hoje um salário mínimo de R\$180 poderiam ter em seu orçamento mensal pelo menos R\$40 a mais, que não é nada – repito aqui. Mas, os R\$200 oferecidos pelo Governo é um valor ridículo e não podemos aceitá-lo.

Por isso mesmo, conclamamos os companheiros da Bancada do Partido dos Trabalhadores a não aceitarem nenhuma negociação com relação a esse Orçamento se não forem discutidos e negociados dois pontos importantes: a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e a situação do salário mínimo de R\$220. Isso é o mínimo que a Bancada da Oposição pode aqui nesta Casa fazer em apoio à classe trabalhadora deste País. Basta de recair sobre os trabalhadores o peso e o ônus dessa crise para a qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso empurrou este País.

Srs. Congressistas, quando se discute o Orçamento, o Governo diz que não há dinheiro suficiente. O salário dos funcionários públicos está com o aumento previsto de 3,5%, o que é um absurdo, depois de sete anos de congelamento salarial. O salário mínimo é apresentado depois de toda uma pressão, porque a proposta do Presidente Fernando Henrique Cardoso era de R\$189, e agora a Bancada do Governo está apresentando R\$200. Entendemos, juntamente com os companheiros da Oposição, que temos de chegar, de qualquer maneira, a R\$220, porque não podemos aceitar qualquer acordo aqui que coloque em risco os aposentados e a classe trabalhadora des-

te País. E dinheiro há! Essa história de dizer que o Orçamento desta Nação está restrito não é verdadeira, porque, quando se analisa o Orçamento, percebe-se que, mais uma vez, o Governo destina mais de R\$100 bilhões para o pagamento de juros e amortizações da dívida, atendendo aos banqueiros internacionais, esses mesmos banqueiros que levaram a Argentina...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – V. Ex^a tem a palavra para concluir, nobre Deputado.

O SR. BABÁ (PT PA) – Pois não, Sr. Presidente.

Esses banqueiros que estão sendo beneficiados neste Orçamento são os mesmos que, por intermédio do Fundo Monetário Internacional, quebraram a Argentina, destruíram a vida do trabalhador argentino. E no Brasil não é diferente.

Por isso, excelências, em vez de ficar economizando no salário mínimo, no salário dos servidores públicos, ou na dívida dos pequenos agricultores, o Governo deveria retirar dinheiro do pagamento de juros absurdos e abusivos da dívida interna e da dívida externa.

Portanto, queremos insistir em propor aos companheiros dos Partidos de Oposição que não aceitem qualquer negociação antes de serem negociadas as dívidas dos pequenos agricultores e um salário mínimo de R\$220.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – A Presidência quer prestar um esclarecimento aos Srs. Líderes. No momento em que V. Ex.^{as} chegarem a um entendimento, a Mesa passará imediatamente a votar a matéria.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT - RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de-sejo prestar um esclarecimento à Presidência.

O Deputado Inocêncio Oliveira pediu um tempo. Seguramente, S.Ex^a entrará em contato; o tempo não foi determinado, mas claro que será breve.

Só informo a V. Ex.^a. É V. Ex.^a quem deverá decidir se suspende a sessão e as remarca para as 16 horas e 30 minutos, se realiza um pinga-fogo. Enfim, aí a deliberação é de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Aproveitando a sugestão de V. Ex.^a, a Presidência dará 30 minutos para que os Srs. Líderes cheguem a um entendimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT - RJ) – É pouco, porque não começou a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Então estenderemos esse tempo até às 16 horas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT - RJ) – O Deputado Inocêncio Oliveira precisa ter uma conversa com os Parlamentares da base, antes de conversar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – A Presidência vai manter a sessão até que se encontre o espírito natalino.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT - RJ) – Quero também celebrar o discurso do Deputado Babá, porque S. Ex.^a desfaz uma notícia transmitida pelo **broadcasting do Estado de S.Paulo**, em tempo real, que nos havia deixado – nós do PDT e do PC do B – um pouco contristados, segundo a qual estávamos isolados na obstrução ao Orçamento, e que o PT já havia concordado com o salário de R\$200.

Tenho essa notícia e poderia trazê-la aqui. É claro que é o discurso do Deputado Babá que reflete a posição do PT, e faço aqui um **mea culpa**, porque achei que a notícia era verdadeira e percebo agora que não é.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT - MG) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT - MG. Como Líder. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o Deputado Miro Teixeira acaba de fazer um pronunciamento que nos deixa, nós, que temos sido fiéis a um trabalho conjunto com as Oposições, deveras preocupados.

Não sei se V. Ex.^a está encaminhando as posições das Oposições, do seu Partido ou sua. O PT tem sido um Partido absolutamente fiel, trabalhando junto com as Oposições na luta por um salário mínimo digno neste País. Não aceito insinuações como essa feitas por alguém que discute, todo dia, toda manhã, tarde e noite, com o PT.

O PT sabe que é preciso que se tenha um Orçamento votado neste País. O PT tem essa convicção, porque será Governo amanhã, mas sabe que o Governo atual precisa ter, não o Governo, mas o País precisa ter também um Orçamento votado. Contudo, exigimos um Orçamento votado com lisura, sobre o qual não pesem suspeitas e que, sobretudo, consagre, mas de maneira que o País inteiro saiba de onde

vêm, os direitos dos trabalhadores, como é o direito ao salário mínimo.

O PT tem agido de maneira solidária com as Oposições e, sobretudo, de maneira fiel ao seu próprio ideário e aos seus compromissos com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, o PT continuará nessa linha, procurando encontrar recursos, como já apresentou ao Relator-geral, a fim de que haja um salário mínimo decente. Ao contrário do que fez o PDT, quando da votação da cobrança da TIP: Votou de uma forma e, após a cobrança, votou de outra.

O PT não aceita esse tipo de insinuação. Não aceita! O PT, Deputado Miro Teixeira, vai se colocar ao lado das Oposições, mas será fiel ao seu pensamento, no sentido de dar ao País, neste momento, ainda neste ano, um Orçamento digno, com um salário mínimo decente, mas que permita ao País ser administrado até que o PT, as Oposições, junto com V. Ex^a, Deputado Miro Teixeira, possam assumir as rédeas do País.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – O Deputado Miro Teixeira foi citado. Posteriormente, concederei a palavra a V. Ex^a

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT – RJ. Por ter sido citado nominalmente. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que houve um equívoco. Fiz aqui um elogio ao discurso do Deputado Babá.

Pedi que me trouxessem – já liguei para a assessoria – a notícia divulgada em tempo real, dizendo que estávamos isolados. E para evitar equívocos, vou pedir até a V. Ex^a que essa notícia passe a integrar a Ata dos nossos trabalhos.

O Deputado Babá disse que não, que não havia isolamento – com outras palavras, é claro –, que o PT continua lutando pelos R\$220. E comemorei isso. Mas o Deputado Virgílio Guimarães fez um discurso que até agora não entendi. Vou ter até que pedir as notas taquigráficas do seu discurso, para poder entendê-lo, porque não deu para entender. Mas, de qualquer maneira, a minha intenção foi celebrar essa retomada da unidade.

Está chegando aqui, e vou ler – está aqui o Líder Walter Pinheiro –, o **broadcasting**:

Os líderes da maioria governista decidiram há pouco acatar a sugestão feita pelo PT de discutir a proposta orçamentária de 2002 na Comissão Mista de Orçamento até

sábado e votá-la no plenário do Congresso na próxima semana.

Até aí, assisti lá na reunião do Presidente do Senado.

Com isso, o PDT [aí quem diz é o Broadcasting] e o PC do B ficaram isolados na discussão. O PC do B não abre mão de que o reajuste do salário mínimo seja maior que R\$200 e o PDT quer reabrir a discussão do reajuste dos servidores públicos. O PT já sinalizou a possibilidade de recuo na defesa do salário mínimo acima de R\$200. O Líder do Partido, Walter Pinheiro, exigiu apenas que o relatório do Deputado Sampaio Dória seja submetido a um "pente fino" para que não haja dúvidas sobre supostas irregularidades levantadas ontem pela Oposição.

Prossegue a notícia. "Durante a reunião... aí falamos no líder Odelmo Leão.

Fiz apenas uma intervenção para dizer que nós do PDT e do PC do B ficamos contristados com essa notícia e, ao ouvirmos o discurso do Deputado Babá, claro, a palavra do PT estava no discurso de S. Ex^a. Apenas isso.

Como já li, passa a fazer parte. Penso que estamos trabalhando como sempre trabalhamos.

**DOCUMENTO A QUE SER REFERE O SR.
DEPUTADO MIRO TEIXEIRA, EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Senador Federal, primeiro subsidiário ao Regimento Comum.)

Orçamento: Governistas e PT decidem votar Texto na próxima semana

Brasília, 20 – Os líderes da maioria governista decidiram há pouco acatar a sugestão feita pelo PT de discutir a proposta orçamentária de 2002 na Comissão Mista de Orçamento até sábado e votá-la no plenário do Congresso na próxima semana. Com isso, o PDT e o PCdoB ficaram isolados na discussão. O PCdoB não abre mão de que o reajuste do salário mínimo seja maior que R\$200 e o PDT quer reabrir a discussão do reajuste dos servidores públicos. O PT já sinalizou a possibilidade de recuo na defesa do salário mínimo acima de R\$200. O Líder do partido, Walter Pinheiro, exigiu apenas que o relatório do Deputado Sampaio Dória seja submetido a um "pente fino"

para que não haja dúvidas sobre supostas irregularidades levantadas ontem pela Oposição. Durante a reunião, encerrada há pouco, o Líder do PBB, Odelmo Leão (MG) recebeu um telefonema do Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, que acompanha a delegação brasileira na viagem a Montevidéu, para a reunião do Mercosul. Odelmo disse que o Ministro fez um apelo para que houvesse um entendimento que resultasse na votação do orçamento ainda este ano. De acordo com o Líder do PBB, a falta de acordo em torno da proposta orçamentária sinalizaria para os investidores internacionais que há um desentendimento político no Brasil, o que seria muito ruim, no momento em que há um agravamento da crise argentina. Os Líderes acertaram também que hoje à tarde haverá sessão do Congresso Nacional para a votação de créditos suplementares ao orçamento deste ano, já aprovados pela Comissão Mista de Orçamento. (Nelson Breve)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Com a palavra, como Líder, Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Como Líder. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, quero trazer aqui a posição do PT. Não pode nenhum Líder de outro partido assumir a posição do PT, tampouco a posição do PT ser tomada por meio de nota de qualquer jornal.

O PT falou diante de todos os Líderes que estavam na reunião. Aliás nosso Partido vem participando com o Deputado Miro Teixeira, com o Deputado Inácio Arruda, com o Deputado Rubens Bueno e com o Deputado Eduardo Campos de todas as reuniões que temos feito em nome da Oposição.

O PT apresentou uma proposta muito clara, quero repetir. Sobre a questão do recuo, como alguns levantam, quero dizer que, desde a reunião de ontem, a Oposição já havia apresentado propostas de sinalização no que diz respeito a fontes do Orçamento. Está nos documentos oficiais da Bancada do Partido aqui na Casa, que é o nosso informe. Portanto, é público. Explicitamos as fontes alternativas para a viabilização da correção do salário mínimo acima de R\$200.

Desde o início o PT vinha firmando uma posição em relação a R\$220 de salário mínimo. Desde aquela reunião, nós, como diversos outros Parlamentares, sinalizamos com a possibilidade da correção do salário mínimo para até R\$210. Com base nos dados obtidos pelos técnicos da Comissão de Orçamento formalizamos as fontes que estão contidas na peça a que me

referi hoje e que foi publicada pelo órgão de informação diário da Casa. Essa é a primeira questão.

A segunda questão, Sr. Presidente: o PT, desde o início, apontou que não era possível votar o Orçamento sem que o atendimento aos pequenos e médios agricultores, excluídos da negociação que fez o Governo com os grandes agricultores, fosse materializado. Ontem afirmamos, como no dia de hoje, que a proposta apresentada no colégio de Líderes não nos atendia em três aspectos: a participação dos trabalhadores que tinham a relação com os fundos constitucionais estava excluída; os trabalhadores do campo que obtiveram financiamento por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador também estavam excluídos, assim como os que obtiveram contratos anteriores a 1995. Essas três condições, portanto, estavam fora da medida provisória. Desde ontem sinalizamos que a medida provisória não nos atendia, com base exatamente nessa informação. Não se trata de uma posição isolada de Líderes nem de Deputados. Podem os Deputados Babá, Paulo Paim e José Genoíno declararem suas posições e opiniões até porque são livres. No entanto, a Bancada do Partido, no dia de hoje, formalizou uma posição clara. Apresentamos um calendário, sim, e avaliamos que era importante que a Comissão, na quinta, na sexta e no sábado, pudesse fazer uma triagem em relação ao conjunto de informações que circulou no sentido de que haveria recursos nas mãos do Relator, informações que foram deslocadas para alguns Líderes – mas não para este porque não tenho participado da Comissão de Orçamento. Entendo que a Bancada está sobejamente representada naquela Casa pelos sete Deputados titulares e pelos sete Deputados suplentes, e não é preciso que o Líder lá esteja. Portanto, a Bancada reafirmou sua posição de continuar nesse período. Além do pente-fino que deve ser passado, é preciso buscar duas questões que tínhamos levantado. Ainda há negociação. Os Líderes que estavam na reunião, todos eles, ouviram taxativamente o que eu disse: há prazo para negociação, prazo para superação dos problemas na Comissão e prazo para que a Comissão aprecie o relatório, porque ela não o viu. Portanto, são essas as condições de negociação.

Quero frisar uma questão muito importante: nós apontamos o salário mínimo de R\$210 e as condições para conversarmos sobre o salário mínimo e a medida provisória. Portanto, estão mantidas as condições apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores. Muito antes da crise da Argentina, muito antes de crise de quem quer que seja, desta tribuna – e ouvi o que o Deputado João Coser disse – avisamos publi-

camente que a Bancada do Partido dos Trabalhadores estava em Brasília e que estava disposta, até o final deste ano, a votar a matéria orçamentária. Era de nosso interesse votar a peça orçamentária. Tanto continua mantida essa posição que, muito antes de qualquer crise, onde quer que tenha ocorrido, afirmamos que era fundamental que a Bancada estivesse aqui depois do Natal, porque a responsabilidade de votar o Orçamento não pode ser computada apenas à Oposição, muito menos à nossa Bancada, que tem 59 Deputados. Quem tem maioria, tem condições de votar o Orçamento. Declaramos isso desde o primeiro momento em que aqui chegamos.

Concluindo, Sr. Presidente, mantidas as condições que reafirmamos, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, na Comissão de Orçamento, vai trabalhar nesses três dias nessas questões. E gostaria de esclarecer de uma vez por todas que todo o conjunto de informações que circulou transformou o Orçamento pelo menos numa peça possível de ser debatida, o que até agora não tinha ocorrido. Gostaria de esclarecer as manobras – manobras no bom sentido –, as operações, os métodos e os critérios utilizados para a distribuição; assim como também continuar num processo de negociação em relação a esses dois itens a que me referi aqui – salário mínimo e a medida provisória que trata dos pequenos e médios agricultores. Qualquer posição divergente, decidiu a nossa Bancada que só se posicionará diferentemente na semana que vem, deliberando sobre a questão não com apenas um deputado, muito menos com um deputado que não pertença a nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Com a palavra o nobre Congressista Gilmar Machado, pela ordem de inscrição.

O Congressista Luisinho, que pedia a palavra pela ordem, com o pronunciamento do Líder, tenho certeza, já foi esclarecido.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, nesta tarde eu gostaria de abordar a situação difícil por que passa o povo argentino em virtude de um modelo econômico organizado e orientado pelo Fundo Monetário Internacional. Felizmente, no Brasil, por resistência da organização popular e da Oposição, que aqui resistiu bravamente à entrega do patrimônio, não estamos vivendo a mesma situação. A Argentina privatizou o que podia; montou um modelo fundamentado nos recursos externos, copiou e fez exatamente o modelo ditado por Washington. Hoje aquele país vive os problemas provocados por esse modelo. A Argentina

flexibilizou a legislação trabalhista. Para os que votaram a favor da flexibilização da CLT, é bom dar uma olhada na Argentina de hoje. Para os que querem e queriam vender e entregar Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, é bom dar uma olhada na Argentina de hoje, porque eles fizeram isso, aplicaram esse modelo que o Presidente Fernando Henrique tentou impor ao povo brasileiro, mas não conseguiu, devido – como disse – à resistência do movimento, pelas greves dos trabalhadores, pelos movimentos como o MST e outros que resistiram no campo, pela Central Única dos Trabalhadores, que organizava os trabalhadores nas cidades, pela resistência da Oposição no Congresso. Hoje não estamos vivendo a situação trágica que vive o povo argentino. Continuaremos resistindo a esse modelo imposto por Washington, continuaremos resistindo a esse modelo determinado pelo Fundo Monetário Internacional de entrega do nosso patrimônio, de destruição do serviço público. Continuaremos lutando, como lutamos na greve dos servidores das universidades, dos técnicos administrativos, dos professores, que através da sua luta não permitiram ao Governo e ao Ministro impor ao serviço público o emprego público, destruindo o Regime Jurídico Único. Mas a mobilização com pressão popular, com apoio da Oposição conseguiu resistir, e o Governo foi obrigado a recuar.

Este é o debate que faremos o ano que vem nas eleições: que modelo queremos? Que modelo desejamos para este País? Queremos um modelo que leve à situação da Argentina – pregado aqui pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelos Partidos que dão sustentação ao seu Governo –, ou outro modelo que leve de fato à valorização do mercado interno? E para valorizar o mercado interno precisamos melhorar o salário mínimo, precisamos dividir melhor a renda, distribuí-la melhor. É preciso melhorar o salário mínimo, e é por isso que estamos aqui, lutando para melhorá-lo, porque entendemos que com um salário digno o povo que ganha salário mínimo não gastará em Miami ou em outro lugar, ele gastará o seu salário aqui no País. Com isso, melhorará o processo industrial, melhorará o processo de produção no campo. É esse o modelo que nós desejamos para o Brasil. Desejamos um modelo de valorização do serviço público, e não um modelo em que o servidor público fica sete anos sem reajuste. É por isso que lutamos para que os servidores públicos tenham uma melhor remuneração e, evidentemente, sejam respeitados e valorizados.

Gostaria de concluir, Sr. Presidente, dizendo que vamos discutir e votar esse Orçamento, com muita

clareza, votando e destacando o que entendemos fundamental para melhorar a vida do nosso povo, não permitindo que o Brasil caminhe para esse modelo irresponsável, que levou o povo argentino a essa situação tão difícil que enfrenta agora, que o leva até a saquear.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO MAGELA (PT – DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma reclamação administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERALDO MAGELA (PT – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora esta seja uma sessão do Congresso Nacional, quero solicitar a V. Ex^a que, como Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, tome algumas providências. Fui informado hoje de que os funcionários que trabalham para algumas empresas que prestam serviços à Câmara dos Deputados ainda não receberam, até esta data, o décimo terceiro salário, nem sabem quando vão recebê-lo e estão em uma situação angustiante.

As empresas contratantes – se não me engano, Caenge e Capital – não deram a esses trabalhadores, que recebem baixos salários, qualquer informação sobre a data do pagamento. V. Ex^a há de convir que estamos às vésperas do Natal, data da maior importância para todos os cristãos.

Portanto, solicito a V. Ex^a, Deputado Efraim Morais, que tem agido com dignidade e muita firmeza na Mesa Diretora, que tome providências a fim de que essas empresas paguem ou informem a seus funcionários a data do pagamento do décimo terceiro salário. É preciso que elas cumpram a lei, que determina que ele seja pago até 20 de dezembro.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que ajude esses servidores a receberem o décimo terceiro salário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – A Mesa agradece-lhe as palavras elogiosas, Deputado Geraldo Magela, e se junta a V. Ex^a, fazendo um apelo às empresas para que tomem as providências cabíveis, a fim de resolver esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Com a palavra o nobre Deputado Clovis Ilgenfritz.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, nobre Deputado.

O SR. CLOVIS ILGENFRITZ (PT – RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, quero unir-me a determinada corrente, que nesta Casa é minoritária, mas que, em termos de Brasil, é majoritária. Na representação dos interesses da maioria do

povo brasileiro, nós, os 20% da Oposição, somos os 80% dos brasileiros que estão sofrendo com as políticas econômicas ditadas, exigidas, por setores externos, principalmente o FMI, e que fazem com que o nosso Governo adote um salário mínimo da fome e da miséria. E, o que é ainda pior, que o desemprego aumenta cada vez mais neste País.

Estamos tentando, de todas as formas, por meio de nossas lideranças, especialmente dos companheiros Deputados que fazem parte da Comissão de Orçamento, acordos com o Governo, buscando soluções para este País, mas o Governo continua inflexível. Por exemplo, o salário mínimo deveria ser hoje, no mínimo, de US\$100.00 – é a quantia que defendemos junto com nosso conterrâneo Paim e tantos outros Deputados –, mas o Governo vem criando dificuldades para isso.

Se não tivermos aqui a visão de que o nosso País precisa mudar radicalmente a sua política econômico-financeira, vamos, amanhã, enfrentar a mesma situação hoje enfrentada pela Argentina, que era um país próspero, um dos países mais progressistas e detentor do maior avanço da América Latina nas décadas passadas. Hoje, a Argentina está em estado de sítio, sofrendo, porque o governo se ajoelhou perante o FMI e aceitou as políticas suicidas, perversas do grande capital internacional, sem pensar no seu povo, que cria riqueza.

Hoje, o Brasil é a 8^a ou 9^a potência mundial em termos de produto interno bruto. O PIB brasileiro é um dos maiores do mundo, e nós não temos dinheiro para a Educação, nem para o salário.

Eu queria dizer aos Srs. Deputados e Senadores que participam desta sessão conjunta do Congresso Nacional que, no Rio Grande do Sul, o Governador Olívio Dutra mandou para a Assembléia Legislativa um projeto estabelecendo o aumento do salário mínimo. O projeto foi aprovado, e, lá, o salário mínimo, há alguns meses, é de R\$230,00 a R\$250,00.

Indagavam por que o Governo do Rio Grande, que é tão progressista, que está do lado dos trabalhadores, não fazia certas coisas, entre elas aumentar o salário mínimo. Isso foi feito e está dando certo! Não está quebrando nenhuma empresa, nem está criando problemas para a Previdência.

Srs. Congressistas, mais uma vez, eu queria dizer que apresentei uma proposta de emenda constitucional que acrescenta um inciso ao § 9º do art. 165, que vai dar ao povo brasileiro o direito de discutir as peças fundamentais do Orçamento em todos os Municípios do País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, precisamos abrir essa caixa, esse símbolo da corrupção, e mostrar os leilões que se fazem aqui do Orçamento da União, dos quais a população não tem conhecimento. Ela não sabe de quanto é a receita, de onde ela vem, nem para onde vai. O controle público sobre o Orçamento-Geral da União vai mudar este País. Haverá democratização do Estado, assim como crescimento da cidadania. Enfim, vamos ter aquilo que hoje está fazendo falta para que nos tornemos realmente uma grande potência. Não a oitava potência em termos de PIB, mas a maior potência em distribuição de renda, em qualidade de vida, como está acontecendo com alguns setores do nosso País que conseguem furar o bloqueio das restrições impostas pelo Governo Federal.

Estamos aqui propondo a instituição do orçamento participativo nacional justamente para tentar mostrar que não é possível o Orçamento-Geral da União continuar sofrendo as pressões que hoje sofre em nome de interesses de grupos, e não da Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Deputado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho dito que o Governo, de forma diversionista, retirou o debate da questão do salário mínimo da comissão de mérito, que é a Comissão de Trabalho e Serviço Público, e levou-o para a Comissão de Orçamento, tentando demonstrar que não existe recurso para um salário mínimo de R\$220 ou R\$230. Eu, particularmente, Sr. Presidente, entendo que qualquer reajuste que não chegue pelo menos a R\$220 não terá o endosso desta Casa.

Sr. Presidente, para a Previdência, que é a mais citada, a própria Constituição aponta as fontes do recurso: a CPMF, o Cofins, a tributação sobre lucro, os chamados jogos lotéricos e, ainda, a contribuição do empregado e do empregador. Não bastasse isso, é só ver o superávit da Seguridade Social do ano passado e a deste ano: respectivamente, R\$28 bilhões e R\$34 bilhões. Não bastasse isso, poderíamos analisar o relatório do TCU, segundo o qual a iniciativa privada tem uma dívida com a Previdência de R\$115 bilhões e que a projeção para o primeiro semestre do próximo ano é de R\$160 bilhões.

Por isso, Sr. Presidente, está corretíssima a posição assumida pela Oposição. Não tem lógica alguma os trabalhadores brasileiros esperarem um ano para terem um reajuste de R\$20, para chegar a

R\$200. Exclui, ainda, Deputado Miro Teixeira, com bem pondera V. Ex^a, os aposentados e pensionistas. Até há dois anos, não havia esse debate. O mesmo reajuste dado ao mínimo se estendia aos aposentados. Mas o debate foi jogado, de forma esperta pelo Governo, para o Orçamento, para nos deixar na prensa, como pretendem agora, alegando que, se o Orçamento não for votado, a culpa é nossa. Entretanto, o salário mínimo, os aposentados e os servidores praticamente não terão reajuste. E se alguém é culpado, Sr. Presidente, de não votarmos o Orçamento é o Governo, e não a Oposição.

Estão aqui os dados, demonstrados por todos os companheiros da Oposição, que justificam que não há motivo nenhum para que o salário mínimo não chegue a, pelo menos, R\$220. Confesso, Sr. Presidente, Líder Miro Teixeira e demais Líderes da Oposição, que, como Relator dessa matéria na Comissão de Trabalho, independentemente do que a Comissão de Orçamento decidir, o meu relatório vai propor não os R\$250 que pretendia, mas os R\$220 propostos pela Oposição, estendendo, sim, o mesmo percentual para os aposentados e pensionistas. Se quiserem nos derrotar, terão de fazê-lo aqui no plenário, em março, porque a matéria será votada aqui. Trarei o relatório, garantindo os R\$220, estendendo o percentual para os aposentados e pensionistas, demonstrando que não se trata de falta de recursos.

É falso o debate que o Governo está suscitando nesta Casa. Com esse falso debate, ele tenta mostrar que não existem recursos. Com certeza absoluta, haveremos de mostrar, se o Governo abrir o debate neste plenário, que dá para aprovar os US\$100.00. Aprovamos em 1995; aprovamos, queiramos ou não, no fim do ano passado; e temos tudo para aprová-lo também este ano.

Sr. Presidente, repito o que eu disse numa outra oportunidade: salário mínimo de R\$200,00, não chegando nem próximo aos US\$100.00, pode ser aprovado nesta Casa, mas, tenho certeza, contra o voto de toda a Oposição. Duvido que um único Parlamentar da Oposição endosse aqui um salário mínimo que não chegue pelo menos a R\$220,00. Essa não é uma opinião da Oposição somente, mas das centrais sindicais, das confederações, da Cobap, que reúne 19 milhões de aposentados e pensionistas, e é também do Mosap.

Espero que esta Casa estabeleça, sim, o diálogo, mas que não abramos mão de que o salário mínimo aqui aprovado seja de, pelo menos, US\$100.00, estendendo esse mesmo percentual a todos os aposentados e pensionistas. Se não, em dez anos – os números mostram isso – todo aposentado brasileiro

estará ganhando somente um salário mínimo, que não chegará sequer a US\$100.00.

Por isso, apelo aqui à Bancada da Oposição, apelo aqui aos Parlamentares dos mais variados Partidos. Alguns Parlamentares do PFL, do PPB e do PMDB afirmaram que não votarão um salário mínimo inferior a US\$100.00.

Sr. Presidente, este momento, próximo ao Natal e Ano Novo, é de grandeza e generosidade. Creio que essa matéria só será votada em março. Com certeza absoluta, esta Casa há de consagrar pelo menos o correspondente a US\$100.00 e o mesmo percentual de reajuste aos 18 milhões de aposentados e pensionistas.

Era o que queria dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao Deputado Inácio Arruda. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra no plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. SALATIEL CARVALHO (PMDB – PE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito esta sessão do Congresso Nacional para fazer um registro. Dia 21 de dezembro, deixará a Presidência da Petrobras o Dr. Henri Philippe Reichstul. Apelo à Presidência desta Casa para que inclua nos Anais do Congresso o balanço que o Dr. Henri, que ora está deixando a nossa maior estatal, a maior empresa brasileira, fez da sua gestão.

Faço este registro muito à vontade, inclusive porque, no início da gestão do Dr. Henri Philippe Reichstul, de certa forma, tivemos uma posição crítica em relação à maneira como, naqueles momentos iniciais, ele desenvolvia as relações com o Congresso Nacional.

Estive um pouco afastado da Comissão de Minas e Energia, na qual milito, que trata sobre o mérito dos assuntos relacionados ao petróleo, energia, gás, mas a minha postura foi plenamente compreendida pelo Presidente da Petrobras, que permaneceu à frente da empresa durante três anos e que amanhã se despede. Passou, então, a ter um convívio amistoso e cooperativo não só com a Comissão de Minas e Energia, mas também com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, da Câmara dos Deputados.

Aproveito a oportunidade para destacar no relatório que o Dr. Henri Philippe Reichstul faz, ao deixar a Petrobras, alguns dados que realmente revelam o êxito da sua gestão.

Quando ali chegou, em março de 1999, o caixa da companhia apresentava saldo negativo de US\$50 milhões. Hoje, ao deixar aquela estatal, o Presidente Henri Philippe Reichstul deixa a empresa com um sal-

do de mais de R\$10 bilhões em caixa e com uma programação de investimentos, até 2005, que atingem US\$31 bilhões, praticamente toda financiada, com projetos bem definidos.

Naquela época – março de 99 –, o valor de mercado da Petrobras era de aproximadamente US\$8 bilhões, chegando a valer, na gestão do Dr. Henri Philippe Reichstul, US\$30 bilhões. São, portanto, dados interessantes que mostram e comprovam a eficiência da gestão do Dr. Philippe.

Ressalto, ainda, que a Petrobras, hoje, "é uma empresa lucrativa, ágil e estrategicamente preparada para crescer num ambiente competitivo. É uma empresa em franco crescimento, que se internacionaliza. É reconhecida mundialmente pela sua excelência tecnológica e vista pelos investidores como um excelente negócio".

A Petrobras tem-se transformado em grande multinacional que hoje "explora petróleo e gás na Nigéria, Guiné Equatorial, Angola, Colômbia, Bolívia, Argentina, Cuba e Estados Unidos, que refina e distribui derivados na Bolívia e na Argentina. E que nos próximos meses deverá estar presente também no Golfo do México".

A Petrobras realmente tem-se transformado "na companhia de petróleo que mais tem crescido em produção e lucros nos últimos anos em todo o mundo". A sua produção de petróleo hoje, tanto a interna como a externa, está atingindo 1.688.000 barris neste final de ano, estando ainda a empresa preparada para chegar a 2005 com uma produção de 2.100.000 barris por dia. E para produzir 300 mil barris por dia no exterior.

Assim, Sr. Presidente, queremos nos congratular com o Dr. Henri Philippe Reichstul, que teve, portanto, uma gestão exitosa na Petrobras, transformando-a numa empresa competitiva, cada vez mais motivo de orgulho para todo o povo brasileiro.

Nós, por meio desta Casa, ao pedirmos a inclusão do relatório do balanço das atividades da gestão do Dr. Henri Philippe Reichstul à frente da Petrobras, queremos também a ele prestar a nossa sincera homenagem.

Muito obrigado.

.....
**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
DEPUTADO SALATIEL CARVALHO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário ao Regimento Comum.)
.....

O que justifica o nome encontro de hoje, é uma das marcas mais importantes alcançadas pela Petrobras: peço a todos que me acompanhem num brinde para comemorar o valor de 1 bilhão de dólares de petróleo extraído do campo de Marlim.

Este é mais um motivo de orgulho que levo, ao deixar a companhia. Orgulho de ter participado dessa equipe competente. Que foi capaz de desenvolver tecnologia suficiente para tirar esse óleo do fundo do mar e fazer com que chegasse aos mercados da África, da Ásia e até do Oriente Médio, onde estão as maiores companhias produtoras de petróleo do mundo.

Conseguimos fazer o que era impensável: transformar o Brasil num país exportador de petróleo.

Tenho certeza de que esse primeiro bilhão de dólares é apenas o começo de uma nova história da indústria do petróleo do Brasil e da Petrobras. Uma história que começou com a descoberta da Bacia de Campos; passou pelo desenvolvimento da mais sofisticada tecnologia de exploração e produção em águas profundas; pela adaptação tecnológica do parque de refino às características do óleo brasileiro e que culminará com a consolidação da Petrobras como uma empresa de classe internacional.

A conquista do mercado internacional para o óleo que aqui produzimos é de importância capital. Nessa produção crescerá ainda mais, nos próximos anos, assim como os nossos excedentes de óleo

pesado. Temos, portanto, que abrir novos mercados e exportar tecnologia de refino para que possamos garantir a colocação de nosso produto no exterior. É uma tarefa árdua, mas tenho absoluta certeza de que vocês chegarão lá.

A Petrobras já quebrou vários paradigmas ao longo de sua história: Primeiro, dizia-se que não havia petróleo no Brasil. Ela provou que havia. Depois se disse que as reservas brasileiras estavam todas localizadas no mar, em áreas economicamente inviáveis para a exploração e produção. Ela desenvolveu a melhor tecnologia do planeta e foi buscar o petróleo em profundidades nunca imaginadas; depois afirmou-se que o nosso óleo era excessivamente pesado e não se adaptava ao parque de refino nacional. Ela adaptou suas refinarias.

Hoje comemoramos não só a produção e o refino desse óleo pesado, como também a venda em quantidade expressiva para o mercado internacional. Essa é a maior marca da Petrobras. A marca da superação dos desafios. Orgulho-me de ter participado de algumas dessas conquistas.

Se a Petrobras mantiver o ritmo de crescimento da produção que vem conseguindo nos últimos anos – e tenho certeza de que manterá, ou talvez até o supere – vai precisar ampliar rapidamente o mercado para o óleo brasileiro no exterior. Esse é um grande desafio a ser transposto, porque já estamos no limite do processamento desse óleo nas nossas refinarias.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que você conseguirá isso. Nos poucos anos de convivência que tivemos, você demonstrou que não mente. Uma das suas especialidades é superar desafios. Portanto, me unindo ao futuro.

Quando aqui chegamos, em março de 1992, o ativo da companhia apresentava saldo negativo de 50 milhões de dólares. Lembramos-nos da situação financeira que tínhamos que fazer no dia seguinte para saldar os compromissos que venciam. Hoje estamos com mais de 10 bilhões de reais em caixa. E nossa programação de investimentos até 2002, que chega a 31 bilhões de dólares, está praticamente toda financiada, com projetos bem desenhados.

Em março de 1992, quando aqui chegamos, o valor do mercado de Petrobras era de 8 bilhões de dólares. Chegamos a valer mais de 50 bilhões, no topo da alta do bolsa. Hoje está um pouco menor, mas ainda muito acima. Não se deve esquecer as providências tomadas. Entre elas o lançamento das ações da companhia no maior bolsa de valores do planeta, a Bolsa de Valores da Nova York. Lançamos 4 bilhões de dólares em ações, 80 por cento das quais foram adquiridas por fundos globais de investimento e uma de fundos especializados em mercados emergentes.

Quando aqui chegamos, começava-se na construção que viria mudar o mercado financeiro para privatizar a companhia. Ninguém quisemos privatizá-la. Queríamos, sim, transformá-la numa grande corporação preparada para a competição que se constituiria com a desregulamentação do mercado e a fim da monopólio. Queríamos transformá-la numa empresa pública que tivesse a eficiência de uma corporação privada. E nós compramos esse projeto. Acreditamos no projeto que transformamos.

Primeiro desenvolvemos a estratégia de negócios. Arrastamos-nos das melhores consultorias internacionais e desenvolvemos a que queríamos ser. Juntos, decidimos que a Petrobras seria uma empresa de energia, que se internacionalizaria e se tornaria uma grande corporação com ativos de classe internacional. E conseguimos.

A Petrobras, hoje, é uma empresa justa, limpa, tecnologicamente preparada para crescer num ambiente competitivo. É uma empresa em franco crescimento, que se internacionaliza. É reconhecida mundialmente pela sua excelência tecnológica e vista pelos investidores como um excelente negócio.

Transformamos-nos de uma empresa doméstica numa multinacional que explora petróleo e gás na Rússia, Guiné Equatorial, Angola, Colômbia, Bolívia, Argentina, Cuba e Estados Unidos; que refina e distribui derivados na Bolívia e na Argentina. E que nos próximos meses deverá estar presente também no Golfo do México.

Conseguimos, juntos, transformar a Petrobras na companhia de petróleo que mais tem crescido em produção e vendas, nos últimos anos, em todo o mundo. Nossa produção média de petróleo, em novembro, atingiu 1 milhão e 422 mil barris por dia. Um aumento de 13% em relação ao mês anterior. O volume total de produção de petróleo e gás do Sistema Petrobras, no Terceiro Quadrante, passou de 1 milhão 238 mil barris de óleo equivalente por dia, em 1998, para 1 milhão 682 mil barris neste final de ano. E estamos preparados para chegar a 2003 com uma produção de 2 milhões e 100 mil barris por dia. E para produzir 300 mil barris por dia no exterior.

O lucro líquido da Petrobras, em 2000, chegou a 5,3 bilhões de dólares, um recorde na história da indústria brasileira. Em 2001, apesar da queda dos preços do petróleo e da retração das economias brasileira e internacional, o lucro líquido, até setembro, já chegava a 3 bilhões 341 milhões de dólares. Continuaremos, portanto, como uma das companhias mais lucrativas da indústria, no mundo.

Batemos, também, todos os recordes mundiais na exploração e produção de petróleo em águas profundas. Hoje a Petrobras produz óleo a 1 mil 877 metros de profundidade e explora a 2 mil 777 metros, na Bacia de Campos.

Nossa excelência na exploração e produção de petróleo em águas profundas nos garantiu ganhar pela segunda vez, este ano, o prêmio mais cobiçado do mundo na área tecnológica da indústria do petróleo: o prêmio da Offshore Technology Conference (OTC), por nossos resultados e inovação no Campo de Roncador, na Bacia de Campos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, tenho ouvido nesses últimos dias, em discursos de Senadores e Lideranças de Deputados, que a lei principal do Congresso Nacional, o principal instrumento de desenvolvimento do País é a Lei Orçamentária. Não teríamos o direito de discordar disso, não fosse a forma com que o Governo encara esse mesmo Orçamento.

Nós, Congressistas, temos clareza de que essa é uma peça da maior importância; tanto que o Deputado Miro Teixeira, Líder do PDT, e eu, subscrevemos um projeto de emenda constitucional que altera o conceito e a forma com que deve ser trabalhado o Orçamento, propondo que o Orçamento deixe de ser autorizativo para ser uma peça mandatória, impositiva, pela importância que endendemos ter o orçamento. Mas não é assim que entende o Governo que, agora, já neste ano e em anos anteriores, não tem cumprido o Orçamento, apesar de não haver, em nenhum momento, nenhuma frustração de receita.

É importante que se diga que este ano o Governo está tendo excesso de arrecadação em várias fontes e que não cumpre o Orçamento, não paga aquilo que está previsto no Orçamento, não executa os programas, nem mesmo aqueles originários do Executivo que às vezes são inclusive acrescidos de valores, dada a importância que nós, o Congresso, atribuímos a eles. Mas eles não cumprem o Orçamento da União. Pior ainda, Sr. Presidente, utilizam-se do artifício do crédito, do superávit financeiro do ano anterior, dos anos anteriores, que chega à casa de R\$70 bilhões, dinheiro acumulado nesse período pela não execução orçamentária, e depois encaminham um orçamento paralelo, distorcendo toda a peça orçamentária votada no Congresso Nacional.

E quando questionamos aqui o volumoso número de projetos de lei de crédito suplementar, créditos adicionais, somos às vezes mal entendidos; mas isso prova apenas que o Governo não sabe nem planejar suas ações, seus programas, ou que não tem capacidade executiva.

Ouvi, com tristeza, no dia 27 de dezembro do ano passado, quando participei, com outros companheiros da Comissão de Orçamento, de uma conversa com o Presidente da República, Sua Excelência dizer: Ajudem-me a gastar o dinheiro, porque temos recursos suficientes.

Ora, um Presidente da República dizer isso, num momento em que as Forças Armadas estão desarmadas, num momento em que as universidades estão sucateadas, num momento em que o Brasil é qualificado como um dos piores países em termos de educação de ensino médio, no mundo! Dizer que tem dinheiro sobrando, com as estradas matando e assassinando nossos cidadãos, com a criminalidade aumentando por falta da oportunidade do primeiro emprego ao jovem, que já procura uma forma de sobreviver por conta própria, e que vai para a marginalidade porque não lhe é oferecida a oportunidade do trabalho, do conhecimento ou da formação profissional.

Até quando vamos conviver com um Orçamento desse?

Nós, os Partidos de Oposição, o PDT que, há mais de trinta dias tenta ver a possibilidade de negociação para a discussão do salário mínimo, propusemos 250 reais e já baixamos para 220; os Partidos de Oposição já chegaram a um entendimento de que 220 é suficiente. Fomos buscar recursos, porque o Governo dizia para conseguirmos a fonte. O Presidente diz que o Congresso é muito responsável. E somos sim. Fomos buscar fontes e as conseguimos; e agora o Governo não quer sentar para negociar. A forma mais decente e justa de distribuição de renda para o cidadão brasileiro diante dessa concentração maciça e vergonhosa vivida pelo Brasil, seria por meio do salário mínimo. E mais, Sr. Presidente. O Governo quer distribuir o vale-gás de R\$6,00 para a família necessitada. Por que, em vez de dar esmola, como o vale-gás, não concede então aumento salarial? Já seriam mais R\$6,00 por mês de aumento salarial.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de demonstrar à Casa e aos que me ouvem como o Governo não cumpre o Orçamento. Em 1998, só foi executado 85% do Orçamento, e de investimento apenas 62%. Em 1999, 41%. No ano 2000, 35%. E este ano, tem pago apenas 19%. Ou seja, todo o esforço do Congresso Nacional, dos parlamentares e das comissões, no sentido de buscar recursos para programas importantes ou para o atendimento a comunidades mais distantes do País, não é atendido pelo Governo, que discrimina os parlamentares de oposição.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que estaremos firmes na busca do que entendemos ser a melhor forma de distribuição de renda, que é o aumento do salário mínimo para os trabalhadores e a compensação, a reposição das perdas dos servidores públicos do País. Não é justo que sacrifiquemos a classe trabalhadora, porque o Governo simplesmente não quer, não tem vontade política.

Durante o discurso do Sr. Giovanni Queiroz, o Sr. Efraim Moraes, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Salatiel Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Concedo a palavra, seguindo a relação de oradores inscritos, para uma breve comunicação, ao nobre Líder Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o PT tem lutado, nos últimos dias, para que o Brasil tenha um Orçamento para 2002 compatível com os objetivos da política econômica, mas sobretudo compatível com os anseios inadiáveis do povo brasileiro. E são dois anseios não conflitantes. O Brasil precisa se desenvolver e, para isso, precisa de investimentos, de consumo e de mercado interno. Há muito os economistas têm demonstrado que nada melhor do que políticas sociais, do que elevação da renda das camadas mais necessitadas, para fazer com que o País, com as características econômicas do Brasil, reencontre o caminho do desenvolvimento.

A elevação do salário mínimo significa estímulo à produção agrícola para o mercado interno, que é exatamente aquela que gera mais emprego e renda para o País; significa estímulo à produção de materiais de construção, porque a pessoa de renda baixa quer, em primeiro lugar, um abrigo, para fugir do aluguel, para conseguir se estabilizar e, para isso, ele adquire cimento, tijolo, areia. Ele promove, mesmo que por meio da autoconstrução, o desenvolvimento de uma indústria que gera emprego e renda.

Por isso, Sr. Presidente, as necessidades de uma política econômica se combinam com as necessidades de uma política social. É isso que faz o PT neste momento ao lutar por um aumento do salário mínimo. Uma sinalização, diga-se de princípio, porque não se trata de votar aqui agora de uma maneira antecipada o salário mínimo. Muitos podem pensar que estamos definindo o salário mínimo de 2002. Não. Estamos apenas fazendo as provisões orçamentárias para que a Previdência Social possa responder adequadamente a um reajuste do salário mínimo.

Por isso, Sr. Presidente, estamos abrindo mão do salário mínimo que propugnávamos, como fez o Deputado Paulo Paim, talvez o símbolo maior desta Casa de alguém que luta pelo trabalhador desassistido. O Deputado Paulo Paim tem sido marcado não só por aquele que representa os trabalhadores organizados, mas, sobretudo, os não-organizados, que têm na

sua pessoa o seu defensor. Ele já disse que o patamar de início seria R\$250,00 ou mais. Porém, compreendendo as dificuldades da Previdência Social, compreendendo que devemos esperar o desempenho da economia brasileira no primeiro trimestre para verificar, quem sabe, na decretação do salário mínimo algo maior, aceitamos uma provisão de algo que responda pelo menos a um salário mínimo de R\$220,00, porque, não havendo essa provisão hoje na lei orçamentária, será o argumento de amanhã, em abril do ano que vem, para o Governo negar um aumento substancial do salário mínimo sob o argumento de que a Previdência Social não teria como honrar esse compromisso.

Portanto, estamos apenas antecipando, de uma maneira positiva, porém sem compromisso de ficar apenas aí. Qualquer que seja o acordo a que chegemos – e este é ponto central do meu pronunciamento –, mesmo se chegarmos a algum ponto, em termos de provisionamento, inferior àquele proposto pelo Deputado Paulo Paim, de R\$250,00, isso não significa, em hipótese alguma, que, na época adequada, ao final do primeiro trimestre, não devamos fazer uma reavaliação do desempenho da economia, da arrecadação nacional e da capacidade de pagamento da iniciativa privada, para propugnarmos um salário mínimo adequado a este momento, que, quem sabe, não é mesmo o de R\$250,00, proposto aqui pelo Deputado Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores.

Por isso, Sr. Presidente, estamos abertos à negociação, mas sem abrir mão de um salário mínimo pelo menos decente, que o Brasil exige e de que precisa.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a, Deputado Virgílio Guimarães.

Continuando o período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Desconsi, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, nobre Deputado Fernando Coruja, para o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT – SC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o impasse criado diz respeito à aprovação do Orçamento do Governo Federal para o ano de 2002.

A discussão passa por alguns pontos. O primeiro é exatamente o desejo que têm os partidos de Oposição no Congresso de que o salário mínimo alcance valor superior à previsão feita tanto pelo Gover-

no, quanto pelo acordo anterior da base governista: inicialmente de R\$189,00 e, depois, de R\$200,00. Entendemos que esse valor precisa ser ampliado.

O segundo ponto é o reajuste dos servidores. O Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, que é preciso cumprir a Constituição e repor, ano a ano, as perdas. Entretanto, o aumento que mandou o Governo Federal ao Congresso, por meio de uma lei já aprovada aqui, é de 3,5%, o qual não cobre nem a inflação do período, no ano de 2001. Portanto, o Governo não cumpriu a ordem do Supremo Tribunal Federal.

O terceiro ponto é a discussão da medida provisória que trata da dívida dos pequenos agricultores. Ao lado disso, a formatação, a tramitação do Orçamento deste ano teve alterações em relação a outros anos. Ora, o Relator-Geral acabou incluindo, após o fechamento, a complementação das decisões feitas no acordo com as Bancadas, mais R\$850 milhões de recursos, sem critérios definidos, e ampliou a proposta orçamentária em R\$13 bilhões.

É diante disso que eu queria fazer um breve raciocínio: se ampliamos a proposta orçamentária em R\$13 bilhões, é claro, é evidente que poderemos ter recursos, mesmo dentro desse valor, para atender, por exemplo, o salário mínimo, que, para ser reajustado de R\$200,00 para R\$220,00, precisa de mais de R\$3 bilhões de recursos. E não se diga, como dizem alguns Líderes do Governo, que é preciso que os recursos venham de fonte continuada. Não é verdade! A própria Lei de Responsabilidade Fiscal exceção para a reposição a necessidade de fonte continuada de arrecadação.

O Governo tem hoje um superávit financeiro, e não superávit primário, de cerca de R\$70 bilhões. É como se o Presidente Fernando Henrique tivesse economizado, durante todo seu tempo de Governo, e agora tivesse em caixa esse montante, que pode ser utilizado para créditos suplementares em várias áreas. Não é um problema de recursos. Compara-se nossa situação com a da Argentina. Diz-se que estamos numa situação grave, e é preciso aprovar o Orçamento. Ora, a Argentina está nessa situação delicada porque andou aprovando os dez últimos orçamentos, desde o de 1991, que tiveram seus recursos públicos desviados para o pagamento da dívida, e criou um modelo econômico tal que o endividamento se tornou crescente, chegando aonde chegou.

No Orçamento, estamos prevendo mais de R\$70 bilhões destinados ao pagamento de juros. Ora, o modelo econômico que se cria no Brasil é muito assemelhado ao argentino. Talvez aquele país esteja vivendo uma situação que nós em breve viveremos,

não por deixarmos de votar o Orçamento, mas por votarmos da forma que o Governo quer, por votarmos uma proposta econômica da forma como está colocada. O Orçamento é uma peça importante.

Não estamos obstruindo porque não podemos obstruir. O que queremos é apenas votar. É diferente do Governo, que quer votação simbólica. Queremos apenas votar, dizer que não concordamos, registrar o voto no painel. É apenas isso que queremos. Não temos maioria para derrotar o Governo. Não estamos obstruindo. Estamos apenas querendo votar o Orçamento, nossos destaques e emendas.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, é preciso termos aqui o **quorum** para votar. Se não houver margem de negociação alguma, é muito provável que continuemos não em obstrução, mas querendo votar o Orçamento, sim, cada destaque e emenda e votar nominalmente o Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Com a palavra o nobre Deputado João Magno. V. Ex^a dispõe de até cinco minutos para seu pronunciamento.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, insistimos que o Governo tem caixa para pagar um salário mínimo real e minimamente digno para os trabalhadores brasileiros. Nesse sentido, a proposta que vem defendendo o nosso companheiro Paulo Paim, que é uma autoridade no assunto para a Bancada do PT e para a Oposição, é exequível e bem-vinda aos trabalhadores mais marginalizados do País.

Existe uma reclamação constante, por parte de alguns Prefeitos, de que esse salário, especialmente em prefeituras pequenas de algumas regiões do Brasil, poderia inviabilizar a Administração Pública. Confesso que, na condição de ex-prefeito da cidade de Ipatinga, acompanhando também muitas cidades de pequeno porte como dirigente de associação microrregional, entendo que essa também não é a realidade. Se formos considerar um tipo de prefeitura que ainda pensa a prática, dentro do Executivo, do planejamento municipal, especialmente das finanças públicas, com aquela visão particular – que, infelizmente, ainda existe em algumas prefeituras do Brasil – em que o prefeito, às vezes, é mais dono do talão de cheques da prefeitura, trata a prefeitura como se fosse, na verdade, uma fazenda sua, por esse triste lado, realmente não dá para pagar um salário decente mínimo aos trabalhadores.

Mas a ampla maioria de prefeitos já pensa diferente. A ampla maioria das prefeituras deste Brasil tem condições de se planejar, de se programar para ter eficiência, para ter uma política tributária, uma política de impostos, de modernização, capaz de não colocar os municípios nessa perspectiva de municípios incompetentes, que não têm condições mínimas de priorizar uma política para a parte administrativa, para o funcionalismo público.

Portanto, queremos fazer valer isso hoje neste nosso debate. Durante o final de semana, estaremos aqui discutindo o Orçamento. Queremos votá-lo. Mas desejamos sensibilizar o Governo, chamar a sua atenção. É possível e necessário garantir um salário mínimo decente.

Achamos que podemos ir além dos R\$220,00, podemos ir a R\$250,00, porque o País tem condições de oferecer o mínimo para uma parte da sociedade brasileira, para a parte dos cidadãos que trabalha e está hoje à margem, por causa da indignidade que é o salário mínimo brasileiro.

Mas também, Sr. Presidente, não quero deixar de fazer um apelo e ressaltar uma problemática que estamos percebendo exatamente hoje na Funasa.

Inúmeros prefeitos, por este País, querem tratar os seus Municípios com atenção, responsabilidade, e buscam recursos constitucionais e legítimos para investir. E quando qualquer prefeitura, neste País, solicita recursos em qualquer órgão do Governo, ela solicita não porque o Deputado A, B, C ou D é de partido X, Y ou Z, mas porque, pelo princípio da democracia e da Constituição Federal, é direito líquido e certo qualquer Município deste País pleitear recursos para poder amenizar a miséria que nele acontece.

E aí começamos a ver algumas coisas acontecerem. É lamentável!

Sr. Presidente, quero dizer que municípios pobres que ousam diminuir a miséria, o abandono, as doenças, a fome gastaram dinheiro. E quando vão apresentar projetos que são exequíveis e atendem aos requisitos, nesse momento ocorre a discriminação.

Já estamos começando a ficar de alguma forma indignados e vamos continuar sempre cobrando e denunciando. Não dá para a Oposição ser tratada como é apenas porque ela coloca algumas questões do País para serem examinadas – e há questões erradas. Nós temos o direito de questionar.

Fazemos um apelo aos Ministérios para que priorizem os projetos sérios – o que, na verdade, seria positivo para o próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Solicito a V. Ex^a que conclua, nobre Deputado.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – Implementar projetos custa dinheiro. Então, é preciso ter sensibilidade. Estamos cobrando da Funasa uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Dando seqüência ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Desconsi, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. ORLANDO DESCONSI (PT – RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, cidadãos e cidadãos brasileiros, venho ocupar este espaço para fazer coro com a reflexão sobre a mudança de rumo que o Brasil precisa fazer para evitar o que está acontecendo na Argentina.

A Argentina, país vizinho, seguiu, sem exceção, todas as orientações do Fundo Monetário Internacional. Hoje, aquele país está em estado de sítio. O país faliu. Privatizou todas as suas empresas estatais. Desempregou, reduziu a sua capacidade econômica e está em situação de caos absoluto.

E a direção do nosso País teima e insiste, embora tenhamos uma situação industrial diferente e exista mais resistência contra a implantação dessas políticas – fruto da organização social, dos partidos de Oposição –, em continuar impondo uma política de Estado mínimo, de concentração de renda, de exclusão social e uma política, Deputado João Magno, de discriminação de quem pensa diferente. E é estranho que isso parta de um Presidente que se diz democrata.

Mas ele discrimina os Parlamentares que usam a tribuna e que têm posição contrária à política do Governo Federal. Não temos nenhuma emenda liberada nos Ministérios. Essa é a forma pela qual o Governo busca atender Parlamentares que votam contra os seus interesses nesta Casa.

Nós não discriminamos Prefeitos que são do PMDB, do PPB, do PSDB ou do PTB porque eles são de outro partido – sob o governo desses Prefeitos existe um povo que precisa de recursos públicos, existem pessoas que pagam impostos que o País arrecada para devolver aos cidadãos em forma de serviços públicos de qualidade.

O Governo usou o Orçamento como moeda de troca para obter votos a favor do projeto que mudou a CLT, Deputado Luiz Antonio Fleury. O Governo mobili-

zou 476 Deputados, que estiveram aqui votando projeto contrário aos interesses dos trabalhadores.

Mas, agora, não mobilizou os Deputados da sua base para votar o Orçamento. Por que não? Porque pode usar igualmente, por meio de instrumentos legais que lhe competem, recursos públicos para fazer a sua politicagem.

Por que somente agora, no finalzinho do ano, são empenhados os projetos dos Parlamentares, dos Prefeitos e dos Estados? Por que somente agora? O recurso público é de todo o povo brasileiro, e o Presidente da República não pode utilizá-lo como se fosse dinheiro seu. Com o seu salário, Sua Excelência faz o que quiser. Mas com o Orçamento da União, Sua Excelência deve ter mais respeito – pois ele é do conjunto dos brasileiros –, se se quer dizer um Presidente democrata.

Portanto, faço um apelo aos Deputados da base do Governo, aos Líderes do Governo. Que S. Ex^{as} reorientem os rumos desse Governo para, efetivamente, poderem continuar dizendo que são democratas. É inconcebível e inaceitável que continuem com essa política.

Os Deputados de Oposição e alguns Deputados da base do Governo estão aqui, mas a maioria já se foi. O que desejamos, para votar o Orçamento, é o salário mínimo de R\$220,00, que é o mínimo do mínimo. Esse Governo já festejou o salário de US\$100.00! Duzentos reais não são US\$100.00! Portanto, para recompor o valor que já teve o salário mínimo, o Governo precisa rever a sua posição e aceitar as propostas que a Oposição está oferecendo.

Sr. Presidente, o Governo negociou R\$19 milhões da dívida agrícola dos grandes produtores. Será que os pequenos produtores só têm o caminho da exclusão? Será que eles também não têm direito? Um milhão de famílias estão há quatro meses a esperar uma solução do Governo Federal, que resolveu o problema dos grandes, mas não resolve o dos pequenos. É isso que estamos pedindo. Não é nada de mais, nada impossível. Falta bom senso, falta vontade política, e é isso que da Casa do Planalto não tem saído nos últimos tempos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Dando seqüência ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Hélio.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. DR. HÉLIO (Bloco/PDT – SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, nesta manhã, em sessão solene desta Casa, foi promulgada uma emenda constitucional da maior importância, cumprindo a meta estabelecida como prioridade que era – e é – o pacote ético. A restrição das imunidades parlamentares, ou seja, o combate à impunidade fora aprovado nesta manhã, unanimemente, pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. Entretanto, essa aprovação não encerra o esforço pelo pacote ético, tão desejado e cobrado pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, para a população brasileira, ético é o ressarcimento do dinheiro público desviado do País. A revista **Carta Capital**, nesta semana, trouxe uma reportagem com Salvatore Cacciola, aquele do Banco Marka, da operação de R\$1,4 bilhão desviado. Na entrevista concedida em Roma, em fevereiro de 1999, ele deixa claros os caminhos pelos quais bancos brasileiros, por meio de informações privilegiadas, sustentaram a retirada de recursos financeiros. Transformando esse montante numa aplicação social, para a construção de moradias populares, por exemplo, teríamos mais de 1,5 milhão de casas para a população de baixa renda.

No caso dos escândalos Sudam e Sudene, existe a suspeição de desvio de R\$4 bilhões, valor que daria para construir 2 mil hospitais, 2 mil centros de saúde, e para comprar uma ambulância para cada um dos mais de 6.000 Municípios brasileiros.

O escândalo do TRT paulista, de cerca de R\$169 milhões, na época, numa única conta, seria suficiente para doar um milhão de cestas básicas para famílias que passam fome hoje no País, além de proporcionar R\$200 de salário para cada um dos mais de 100 mil desempregados somente no Estado de São Paulo.

Essa conta mostra claramente que, para o povo brasileiro, hoje, a ética é o retorno, o ressarcimento do dinheiro público desviado.

Apresentamos ao Presidente desta Casa uma série de propostas que poderão levar não apenas ao ressarcimento do dinheiro público desviado como também ao repatriamento de dinheiro desviado para ilhas e para determinadas regiões onde não existe ainda um tratado ou acordo internacional com a Justiça brasileira.

Cerca de 17 países têm-se preocupado em estabelecer aproximadamente 40 recomendações, entre elas algumas legislações, alguns acordos e tratados internacionais, que facilitem para o Brasil a possi-

bilidade do ressarcimento, do repatriamento do dinheiro público desviado.

Dessa maneira, Sr. Presidente, estamos deixando como sugestão ao Deputado Aécio Neves, digno representante desta Casa, que neste ano tomou a bandeira, na Câmara dos Deputados – assumida pelo Senado Federal –, a intensificação de um pacote ético, para que, já no início da legislatura do próximo ano, possamos instituir nesta Casa um seminário internacional que contará com a presença de uma dezena de instituições, como o Coaf, do Ministério da Fazenda. Nesse seminário, poderiam ser discutidas as 40 recomendações apresentadas em conjunto por esses países, sendo possível também estabelecermos uma mudança ágil da lei brasileira, que possa proporcionar um ressarcimento rápido do dinheiro público desviado para aplicação social imediata.

São essas palavras, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer na tarde de hoje, recomendando a nossos Pares que façamos essa discussão para que complementemos o pacote ético para este País.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Seqüenciando o período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Batata. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Coser.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu gostaria de registrar que o Congresso Nacional, aos poucos, vem assumindo o seu papel de debater os grandes problemas da Nação. Há três anos, começamos pela primeira vez a cobrar do Governo Federal, no debate sobre o Orçamento Geral da União, a alocação de recursos para a correção do salário mínimo, do salário dos servidores públicos federais, entre outros pontos importantes para o desenvolvimento de nosso País, para gerar condições de vida digna para a nossa população. Não conseguimos no primeiro ano, no ano passado evoluímos e, neste ano, de R\$189, o Governo já chegou a concordar com um salário mínimo de R\$200 por mês.

Estamos trabalhando para que esse valor seja corrigido para pelo menos 10% acima disso, chegando a R\$220. Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional conseguiu fazer um debate sobre a correção da tabela do Imposto de Renda. O projeto foi apresentado no

Senado pelo Senador Paulo Hartung e debatido na Comissão, com o apoio do Partido dos Trabalhadores. Conseguimos chegar ao consenso dos 17,5% de correção.

O Congresso debate, de tempos em tempos, pontos importantes. Neste momento, estamos discutindo o Orçamento Geral da União. Com a crise e as dificuldades vividas pelo País, um companheiro perguntava há pouco, daqui da tribuna: "Por que só no final do ano o Executivo libera recursos e faz o empenho das emendas parlamentares, das emendas de bancada?".

É verdade que existe a negociação para a votação dos projetos de interesse do Governo; mas há também outro objetivo: o Executivo só começa a empenhar os recursos das emendas parlamentares após atingir o superávit primário exigido pelo FMI.

Na prática, a economia brasileira funciona para atender aos juros da dívida, à amortização da dívida e à exigência de superávit primário. A partir daí, o Governo começa a empenhar alguns recursos para atender as necessidades da população brasileira e começa a pensar no desenvolvimento do País, na infra-estrutura e em alguns projetos da área social. Por isso, Deputado João Magno, o Governo não empenhou até o mês passado. Neste mês, a exigência do FMI já foi superada, há recursos sobrando, e o Executivo sinaliza com algum empenho dos recursos orçamentários.

Srs. Congressistas, poderíamos aprofundar esse debate, porque, lamentavelmente, muitas vezes não conseguimos aprovar um aumento maior para o servidor público e para o salário mínimo em função desse comportamento do Governo. Ele usa todos os problemas para isso. Agora, por exemplo, o argumento levantado é real: trata-se da crise na Argentina, que nos parece profunda – o que é lamentável, porque era um país que, há dois ou três anos, competia com o Brasil em condições de igualdade; infelizmente, está em situação muito delicada, mas o Brasil conseguiu distanciar-se dessa crise.

Somos solidários ao povo argentino, lutamos para que tudo se resolva e desejamos que tenham capacidade de superar rapidamente sua crise; mas o Brasil tem que tocar a sua vida. Por isso, é importante termos capacidade de dar condição de vida mais decente ao nosso povo, estrutura, financiamento mais barato para nossas empresas. Não sei por que o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central não sinaliza com a redução das taxas de juros, muito altas em nosso País.

Sr. Presidente, é este o depoimento que gostaríamos de trazer: neste momento, estamos com disposição de votar os créditos que há neste Congresso Nacional, aprovados na Comissão de Orçamento, como também apreciar outros créditos indicativos de investimentos em áreas sociais pelo País afora e votar o Orçamento geral da Nação. Contudo, é lógico e evidente que queremos avaliar todos os recursos e emendas aprovados. Daí a necessidade daquele comitê de avaliação, de aprofundamento, para não permitir que o Orçamento aprovado permita qualquer desvio, irregularidade e principalmente qualquer descontentamento entre as Bancadas e seus Parlamentares.

Estaremos aqui até o dia 31 de dezembro, para que o País tenha um Orçamento e para que ninguém coloque nas nossas costas ...

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Pois não, Sr. Presidente.

...para que ninguém coloque nas costas do Partido dos Trabalhadores a responsabilidade por não contarmos, a partir do dia 1º de janeiro de 2002, com recursos para o Programa Bolsa-Escola, para investimentos sociais, para melhorar as estradas, hospitais, escolas e creches deste País. Se depender do nosso empenho e do nosso esforço, estaremos aqui trabalhando a fim de melhorar o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Dando sequência ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Antônio Fleury. V. Ex^a dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY (PTB – SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, eu gostaria de fazer um registro da minha querida São José do Rio Preto pelo falecimento da Professora D. Olga Malouk Lopes da Silva.

Tive a honra de ser seu aluno, como também o Ministro Aloysio Nunes Ferreira e tantos outros rio-pretenses que faziam com ela o curso de admisão. Seu filho hoje é Deputado estadual, Deputado Valdomiro Lopes da Silva. Um exemplo como professora e, por certo, se fosse viva e tivesse o conhecimento da reprovação que o País recebeu em matéria de conhecimento de leitura, poderia dizer com orgu-

lho que nenhum de seus alunos teria nota baixa nesse quesito.

Desejo homenagear, portanto, a professora Olga Malouk Lopes da Silva, recentemente falecida em São José do Rio Preto.

Sr. Presidente, o que me traz aqui é um requerimento que faço, nos termos dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, para que seja inquirido o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia sobre os seguintes fatos:

1) Qual a base legal para o reajuste extra das tarifas de energia elétrica anunciadas pelo Governo Federal para repor o prejuízo das empresas do setor com o racionamento;

2) Quais os termos do acordo do Governo Federal com as empresas do setor de energia para o referido reajuste, bem como em relação ao noticiado apoio financeiro do BNDES ao setor;

3) Como se chegou ao valor linear de 2,9% de aumento para tarifa residencial e 7,9% de aumento para os demais consumidores;

4) Qual será o prazo deste reajuste extra de tarifas de energia elétrica;

5) Como será controlado o prazo e a duração do reajuste extra;

6) Quais medidas serão tomadas para compensar as indústrias, o comércio em geral e os consumidores residenciais pelos prejuízos com o racionamento;

7) Após o período do Item 4, o aumento extra será deduzido de futuros reajustes;

8) Qual será a postura do Governo Federal caso o racionamento se prolongue pelos próximos anos;

9) Quais as metas de geração de energia para os próximos dez anos;

10) Qual o prazo para o fim do racionamento;

11) Quais as medidas tomadas para que não venhamos a sofrer novos racionamentos após o prazo do item anterior.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, recordamos que, antes da privatização do setor elétrico, houve um brutal reajuste de tarifas que visava, segundo o Governo, a dar maior competitividade, atrair capital estrangeiro. Foram lavrados contratos que previam reajustes anuais. Depois, surge o pro-

blema do apagão. E a população brasileira que fez o sacrifício, cortou a energia, ainda vai ter que pagar para as distribuidoras por uma energia que não forneceu? O BNDES vai ter de apoiar as distribuidoras e geradoras de energia?

Sr. Presidente, quando essas pessoas adquiriram as distribuidoras, adquiriram as geradoras de energia sabiam que estavam entrando no mercado. Mercado, no mundo capitalista, oferece risco. E as medidas que o Governo está tomando instauram no nosso País o capitalismo sem risco, porque essas empresas que não produziram e, portanto, não venderam essa energia, vão agora receber pela energia que não forneceram. Mas os brasileiros que economizaram, que se sacrificaram, pagarão por isso? Parece-me absolutamente inadmissível. Portanto, queremos uma explicação antes da ação judicial que, provavelmente, iremos mover.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Continuando o período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Damião Feliciano.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR) – Sr. Presidente, pedi que V. Ex^a me inscrevesse. V. Ex^a informou que havia 3 na minha frente. Este é o quinto orador.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Está inscrito. Se V. Ex^a fizer a gentileza de vir até a mesa, mostrarei a relação que tenho.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR) – Foi V. Ex^a que me disse, não olhei no papel que está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – V. Ex^a tem a prerrogativa de pedir a palavra, a qualquer momento, como Líder. No entanto, informo que V. Ex^a é o próximo orador.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR) – Falarei rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, eu gostaria de registrar a posição da Bancada do PPS com relação à tramitação do Orçamento Geral da União para o ano de 2002.

Sabemos que o Orçamento é de fundamental importância para a administração pública do País. Isso, evidentemente, traz transtornos de toda ordem e também algo muito interessante para a política econômica que aí está, em especial para os seus gerentes. Exata-

mente a mesma política que foi implantada na Argentina e que já passou pela Rússia, pela Grécia e pelo México. Não queremos que isso também aconteça ao Brasil. Essa é nossa luta, a luta da Oposição, para fazer com que esse modelo, definitivamente, seja sepultado e para que comecemos a escrever uma nova história, um novo modelo econômico para o País.

Por isso, a Bancada do PPS, assistindo atentamente à reunião de Líderes que houve hoje pela manhã, logo após a promulgação da emenda constitucional que trata da restrição da imunidade parlamentar, pôde trazer uma proposta que busca o consenso. Que esse consenso seja o objetivo maior. Que alcancemos, efetivamente, um número melhor para o salário mínimo. A nossa luta é para que esses R\$200 tenham ficado em uma discussão anterior. Que passemos para a discussão de um salário mínimo melhor que R\$200.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero comentar a proposta que o PT apresentou no sentido de que buscássemos um número verdadeiro para refinar a dívida dos pequenos agricultores com relação aos juros e aos prazos. Isso efetivamente está acontecendo. Agora, em um segundo momento, praticamente está selado o avanço do acordo entre a Oposição e o Governo.

O terceiro ponto é o que ontem foi colocado de forma um pouco atabalhoada e até irresponsável. Falo das dúvidas que pairam sobre o Orçamento da União: possíveis distorções e escândalos. Não ocorreram, e criou-se uma expectativa muito grande. Agora, mais do que nunca, cabe à Comissão de Orçamento passar um pente-fino, fazer uma apuração cuidadosa, para que o votemos na Comissão de Orçamento, ainda esta semana, e que semana que vem tenhamos a votação em plenário, por acordo, do Orçamento da União.

É a posição da Bancada do PPS referendada por sua Executiva Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Damião Feliciano.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PMDB – PB. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, inicialmente eu gostaria de registrar um acontecimento que orgulhou muito a Paraíba.

Trata-se do fato de o **Diário da Borborema**, de Campina Grande, minha cidade, ter sido agraciado com o prêmio de melhor capa do Brasil. A premiação

blema do apagão. E a população brasileira que fez o sacrifício, cortou a energia, ainda vai ter que pagar para as distribuidoras por uma energia que não forneceu? O BNDES vai ter de apoiar as distribuidoras e geradoras de energia?

Sr. Presidente, quando essas pessoas adquiriram as distribuidoras, adquiriram as geradoras de energia sabiam que estavam entrando no mercado. Mercado, no mundo capitalista, oferece risco. E as medidas que o Governo está tomando instauram no nosso País o capitalismo sem risco, porque essas empresas que não produziram e, portanto, não venderam essa energia, vão agora receber pela energia que não forneceram. Mas os brasileiros que economizaram, que se sacrificaram, pagarão por isso? Parece-me absolutamente inadmissível. Portanto, queremos uma explicação antes da ação judicial que, provavelmente, iremos mover.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Continuando o período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Damião Feliciano.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR) – Sr. Presidente, pedi que V. Ex^a me inscrevesse. V. Ex^a informou que havia 3 na minha frente. Este é o quinto orador.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Está inscrito. Se V. Ex^a fizer a gentileza de vir até a mesa, mostrarei a relação que tenho.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR) – Foi V. Ex^a que me disse, não olhei no papel que está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – V. Ex^a tem a prerrogativa de pedir a palavra, a qualquer momento, como Líder. No entanto, informo que V. Ex^a é o próximo orador.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR) – Falarei rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, eu gostaria de registrar a posição da Bancada do PPS com relação à tramitação do Orçamento Geral da União para o ano de 2002.

Sabemos que o Orçamento é de fundamental importância para a administração pública do País. Isso, evidentemente, traz transtornos de toda ordem e também algo muito interessante para a política econômica que aí está, em especial para os seus gerentes. Exata-

mente a mesma política que foi implantada na Argentina e que já passou pela Rússia, pela Grécia e pelo México. Não queremos que isso também aconteça ao Brasil. Essa é nossa luta, a luta da Oposição, para fazer com que esse modelo, definitivamente, seja sepultado e para que comecemos a escrever uma nova história, um novo modelo econômico para o País.

Por isso, a Bancada do PPS, assistindo atentamente à reunião de Líderes que houve hoje pela manhã, logo após a promulgação da emenda constitucional que trata da restrição da imunidade parlamentar, pôde trazer uma proposta que busca o consenso. Que esse consenso seja o objetivo maior. Que alcancemos, efetivamente, um número melhor para o salário mínimo. A nossa luta é para que esses R\$200 tenham ficado em uma discussão anterior. Que passemos para a discussão de um salário mínimo melhor que R\$200.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero comentar a proposta que o PT apresentou no sentido de que buscássemos um número verdadeiro para refinar a dívida dos pequenos agricultores com relação aos juros e aos prazos. Isso efetivamente está acontecendo. Agora, em um segundo momento, praticamente está selado o avanço do acordo entre a Oposição e o Governo.

O terceiro ponto é o que ontem foi colocado de forma um pouco atabalhoada e até irresponsável. Falo das dúvidas que pairam sobre o Orçamento da União: possíveis distorções e escândalos. Não ocorreram, e criou-se uma expectativa muito grande. Agora, mais do que nunca, cabe à Comissão de Orçamento passar um pente-fino, fazer uma apuração cuidadosa, para que o votemos na Comissão de Orçamento, ainda esta semana, e que semana que vem tenhamos a votação em plenário, por acordo, do Orçamento da União.

É a posição da Bancada do PPS referendada por sua Executiva Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Damião Feliciano.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PMDB – PB. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, inicialmente eu gostaria de registrar um acontecimento que orgulhou muito a Paraíba.

Trata-se do fato de o **Diário da Borborema**, de Campina Grande, minha cidade, ter sido agraciado com o prêmio de melhor capa do Brasil. A premiação

foi feita recentemente no Rio de Janeiro. Falo da capa do dia 11 de setembro, após o atentado terrorista nos Estados Unidos. Vários jornais concorreram ao prêmio. Esse fato muito nos felicita, muito nos orgulha, nos enaltece. Trata-se de um jornal de Campina Grande, de um jornal que escreve a história da minha cidade e que irá escrever mais sobre a essência viva de Campina Grande e da Paraíba, bem como sobre a história deste País e do mundo. Nós, campinenses, paraibanos, estamos alegres e nos regozijamos com essa homenagem. Estamos felizes.

Neste momento, eu gostaria de parabenizar o Presidente dos **Diários Associados**, jornalista Paulo Cabral; e, conseqüentemente, o Superintendente dos **Associados**, na Paraíba, Jornalista Marcondes Brito, que tem desempenhado um papel fundamental no Estado com um jornalismo bem empregado em bem servir e bem informar, o que torna, naturalmente, os **Associados** da Paraíba o primeiro em bem informar, no meu Estado. Em nome do Jornalista Marcondes Brito, também em Campina Grande, e do Superintendente do jornal **Diário da Borborema**, Marcelo Antunes, quero parabenizá-lo, e ao meu querido amigo Giovanis Antônio, que lembro como referência aos outros jornalistas que compõem esses jornais. Este Congressista, representando inclusive com alicerce, com base na política paraibana, na cidade de Campina Grande, sente-se feliz nesta homenagem que presta diante de todo o Brasil, nesta sessão tão importante do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, neste momento em que estamos vivenciando a questão do Orçamento, quero dizer que, no ano passado, apresentei um projeto para que o Orçamento fosse imperativo, fosse cumprido e não servisse meramente para ser manipulado depois ao bel-prazer do Poder Executivo, transformando todo o esforço deste Legislativo em um trabalho vão, porque não adianta, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, passar tantas horas de discussão em cima do Orçamento, discutindo a destinação das emendas, fazendo distribuição para áreas temáticas, correndo atrás de sub-relatores e do relator final. E, no ano que vem, o Governo Federal pode contingenciar, retirar e recolocar os recursos. Depois de um trabalho intenso e árduo do Legislativo, não vemos o fruto desse trabalho na sua essência, porque falta, acima de todos os projetos e discussões, a discussão maior para que esse seja um Orçamento determinante, imperativo e que possa ser cumprido pelo Executivo.

Sr^{as} e Srs. Congressistas, não adianta permanecermos horas e horas em discussões para que, depois,

is, o próprio Executivo possa dar caminho e nortear o trabalho que fizemos em cima do Orçamento. Essa é minha posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado Damião Feliciano.

Ainda no período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB – PE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, participei da Comissão que trata do Orçamento quando não havia um Orçamento democrático. Graças a Deus, há quase dez anos, temos o direito de discutir, nem que, depois, não tenhamos os bônus, porque o Governo contingencia, libera para quem quer. Mas este ano, Sr. Presidente, foi dos que mais discutimos o problema do Orçamento. Levantamos dados, procuramos créditos, discutimos todas as questões, e o que temos visto dos Membros desta Comissão é que não estão discutindo os problemas, às vezes, regionais, às vezes, problemas pessoais. Dispensei recursos para a minha região quando vi que outras regiões receberam mais. Vi que o Estado do Ceará tem mais dinheiro do que Pernambuco ou Bahia. Não estamos discutindo isso, estamos discutindo o macro, a parte maior para o Orçamento Fiscal de 2002.

Discutimos aqui com as Lideranças, com o comitê o problema do salário mínimo. O Governo queria dar um aumento de 5%, R\$189,00; estamos garantindo já R\$200,00. Queremos mais, queremos R\$250,00. Vamos ver onde conseguimos recursos para chegar a R\$250,00, R\$210,00, R\$201,00. Um real representa oito pães. Discutimos aqui o problema do servidor público federal, que tem uma perda salarial de 75%. Discutimos, na Comissão, Sr. Presidente Salatiel Carvalho, problemas do pequeno produtor rural lá do Nordeste. E talvez conseguiremos colocá-los naquela medida provisória que incluiu os grandes produtores e deixou de fora os pequenos, levando seus débitos ao Tesouro Nacional.

Mas vejo aqui, Sr. Presidente, um amontoado de projetos de lei com créditos especiais, créditos suplementares que não podem ser postergados, adiados. Aqui, há créditos para adquirir vacinas, medicamentos, gasolina para a Polícia Federal e para terminar algumas obras de que necessitamos, porque são obras sociais. Então, acho que não é o Congresso Nacional nem a Comissão de Orçamento, principalmente, que, nesse instante, por qualquer motivo, vai deixar que o

foi feita recentemente no Rio de Janeiro. Falo da capa do dia 11 de setembro, após o atentado terrorista nos Estados Unidos. Vários jornais concorreram ao prêmio. Esse fato muito nos felicita, muito nos orgulha, nos enaltece. Trata-se de um jornal de Campina Grande, de um jornal que escreve a história da minha cidade e que irá escrever mais sobre a essência viva de Campina Grande e da Paraíba, bem como sobre a história deste País e do mundo. Nós, campinenses, paraibanos, estamos alegres e nos regozijamos com essa homenagem. Estamos felizes.

Neste momento, eu gostaria de parabenizar o Presidente dos **Diários Associados**, jornalista Paulo Cabral; e, conseqüentemente, o Superintendente dos **Associados**, na Paraíba, Jornalista Marcondes Brito, que tem desempenhado um papel fundamental no Estado com um jornalismo bem empregado em bem servir e bem informar, o que torna, naturalmente, os **Associados** da Paraíba o primeiro em bem informar, no meu Estado. Em nome do Jornalista Marcondes Brito, também em Campina Grande, e do Superintendente do jornal **Diário da Borborema**, Marcelo Antunes, quero parabenizá-lo, e ao meu querido amigo Giovanis Antônio, que lembro como referência aos outros jornalistas que compõem esses jornais. Este Congressista, representando inclusive com alicerce, com base na política paraibana, na cidade de Campina Grande, sente-se feliz nesta homenagem que presta diante de todo o Brasil, nesta sessão tão importante do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, neste momento em que estamos vivenciando a questão do Orçamento, quero dizer que, no ano passado, apresentei um projeto para que o Orçamento fosse imperativo, fosse cumprido e não servisse meramente para ser manipulado depois ao bel-prazer do Poder Executivo, transformando todo o esforço deste Legislativo em um trabalho vão, porque não adianta, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, passar tantas horas de discussão em cima do Orçamento, discutindo a destinação das emendas, fazendo distribuição para áreas temáticas, correndo atrás de sub-relatores e do relator final. E, no ano que vem, o Governo Federal pode contingenciar, retirar e recolocar os recursos. Depois de um trabalho intenso e árduo do Legislativo, não vemos o fruto desse trabalho na sua essência, porque falta, acima de todos os projetos e discussões, a discussão maior para que esse seja um Orçamento determinante, imperativo e que possa ser cumprido pelo Executivo.

Sr^{as} e Srs. Congressistas, não adianta permanecermos horas e horas em discussões para que, depois,

is, o próprio Executivo possa dar caminho e nortear o trabalho que fizemos em cima do Orçamento. Essa é minha posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado Damião Feliciano.

Ainda no período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB – PE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, participei da Comissão que trata do Orçamento quando não havia um Orçamento democrático. Graças a Deus, há quase dez anos, temos o direito de discutir, nem que, depois, não tenhamos os bônus, porque o Governo contingencia, libera para quem quer. Mas este ano, Sr. Presidente, foi dos que mais discutimos o problema do Orçamento. Levantamos dados, procuramos créditos, discutimos todas as questões, e o que temos visto dos Membros desta Comissão é que não estão discutindo os problemas, às vezes, regionais, às vezes, problemas pessoais. Dispensei recursos para a minha região quando vi que outras regiões receberam mais. Vi que o Estado do Ceará tem mais dinheiro do que Pernambuco ou Bahia. Não estamos discutindo isso, estamos discutindo o macro, a parte maior para o Orçamento Fiscal de 2002.

Discutimos aqui com as Lideranças, com o comitê o problema do salário mínimo. O Governo queria dar um aumento de 5%, R\$189,00; estamos garantindo já R\$200,00. Queremos mais, queremos R\$250,00. Vamos ver onde conseguimos recursos para chegar a R\$250,00, R\$210,00, R\$201,00. Um real representa oito pães. Discutimos aqui o problema do servidor público federal, que tem uma perda salarial de 75%. Discutimos, na Comissão, Sr. Presidente Salatiel Carvalho, problemas do pequeno produtor rural lá do Nordeste. E talvez conseguiremos colocá-los naquela medida provisória que incluiu os grandes produtores e deixou de fora os pequenos, levando seus débitos ao Tesouro Nacional.

Mas vejo aqui, Sr. Presidente, um amontoado de projetos de lei com créditos especiais, créditos suplementares que não podem ser postergados, adiados. Aqui, há créditos para adquirir vacinas, medicamentos, gasolina para a Polícia Federal e para terminar algumas obras de que necessitamos, porque são obras sociais. Então, acho que não é o Congresso Nacional nem a Comissão de Orçamento, principalmente, que, nesse instante, por qualquer motivo, vai deixar que o

Governo possa, amanhã, dizer que não comprou a vacina porque a Comissão de Orçamento obstruiu os trabalhos e não autorizou que ele comprasse a vacina.

Por isso, Sr. Presidente, é importante ainda hoje discutirmos e votarmos esses projetos urgentes. Não adiantará, na próxima semana, Sr. Presidente; a Constituição e a Lei de Diretrizes Orçamentárias proíbem empenhar, contratar e pagar em um, dois ou três dias. No dia 31 não há mais pagamento.

Conclamo todos os companheiros desta Casa para que venham ao plenário para aprovarmos, nesta sessão do Congresso Nacional, esses projetos de lei, que são sociais, urgentes e emergenciais, destacando o direito de discutir o salário mínimo para que possamos aumentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Regis Cavalcante. S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. RÉGIS CAVALCANTE (Bloco/PPS – AL. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, em mais uma tentativa que consideramos infrutífera de enganar a opinião pública, o Governo, por seus áulicos palacianos, vem afirmando que a Nação corre sério risco de não contar com um orçamento para o próximo ano, diante, antes de mais nada, da recusa das forças oposicionistas em fazer um acordo que permita a aprovação daquelas contas nacionais.

Nada mais inexato. Nós, oposicionistas, estamos obstruindo, de fato, trabalhos da Comissão Mista, que examina o Orçamento, porque não podemos aceitar a absoluta intransigência do Governo diante de dois pontos essenciais: o novo valor para o salário mínimo e a renegociação dos débitos dos pequenos produtores com os bancos oficiais.

O Presidente Fernando Henrique acaba de lamentar que alguns bilhões de reais ficaram esquecidos nos cofres públicos porque não foram aplicados nas políticas sociais a que se destinavam. E isso, convenhamos, pode parecer até deboche. Porque foi o próprio Governo, pela voz da Fundação Getúlio Vargas, que calculou que existem 50 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da miséria, auferindo menos de R\$80,00 a cada mês, quantia que lhes permitiria uma alimentação capaz de mantê-los vivos e, com isso, produzindo mais riquezas para a Nação.

Ora, quando propomos um mínimo que passa de R\$180,00 para R\$220,00, ouvimos, em resposta, a alegação não comprovável de que faltam recursos. Como

a Oposição tem demonstrado um sem-número de fontes de recurso, não podemos aceitar tal justificativa.

Mas recursos não faltaram quando, há poucos dias, foi aprovada a composição da dívida dos grandes produtores com os bancos, aumentando-lhes o prazo de pagamento para 25 anos, reduzindo juros com largo prazo de carência.

Com a sua política do toma-lá-da-cá, o que pretende o Sr. Fernando Henrique são mais e mais verbas para as campanhas eleitorais de seus apaniguados, o que tem acontecido com fartura nos últimos anos.

Mas o de que Sua Excelência se está esquecendo – e isso é profundamente lamentável – é que, enquanto os megaprodutores se preocupam em produzir milhões de toneladas de soja e de milho para exportar, os pequenos produtores com a sua lavoura de subsistência, com sua lavoura familiar, ficam encarregados de levar comida à mesa dos brasileiros, responsáveis que são por quase 60% dessa produção alimentar.

Não vamos longe, nem precisaríamos. Onde é que nós estamos? Em Batalha, Sr. Presidente. O coração da bacia leiteira alagoana, que já foi a mais importante de todo o Nordeste, foi atingida. E o que vemos? O desalento, o abandono dos currais, os pequenos proprietários ameaçados pela Justiça e, no mesmo passo, ameaçados de perder o gado que ainda lhes resta e a terra que a duros cansares conseguiram. Vocês, como símbolo e exemplo, são o argumento mais forte de que dispomos para defender nossa posição em defesa de todos os pequenos produtores Brasil afora.

É, pois, a absurda intransigência governamental que leva a Oposição a obstruir os trabalhos, a exigir das Lideranças governistas que se sentem à mesa de negociação, que deixem de tergiversar e, mesmo, de iludir a população, porque, afinal, a mentira tem pernas curtas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Seqüenciando o período de breves comunicações, concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Deputado José Carlos Martinez.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PTB – PR. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, infelizmente, é muito triste o motivo que me traz hoje a este microfone nesta sessão do Congresso Nacional: anteontem à noite foi executado sumária e tragicamente um Deputado Estadual do nosso PTB do Paraná, Tia-

Governo possa, amanhã, dizer que não comprou a vacina porque a Comissão de Orçamento obstruiu os trabalhos e não autorizou que ele comprasse a vacina.

Por isso, Sr. Presidente, é importante ainda hoje discutirmos e votarmos esses projetos urgentes. Não adiantará, na próxima semana, Sr. Presidente; a Constituição e a Lei de Diretrizes Orçamentárias proíbem empenhar, contratar e pagar em um, dois ou três dias. No dia 31 não há mais pagamento.

Conclamo todos os companheiros desta Casa para que venham ao plenário para aprovarmos, nesta sessão do Congresso Nacional, esses projetos de lei, que são sociais, urgentes e emergenciais, destacando o direito de discutir o salário mínimo para que possamos aumentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Regis Cavalcante. S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. RÉGIS CAVALCANTE (Bloco/PPS – AL. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, em mais uma tentativa que consideramos infrutífera de enganar a opinião pública, o Governo, por seus áulicos palacianos, vem afirmando que a Nação corre sério risco de não contar com um orçamento para o próximo ano, diante, antes de mais nada, da recusa das forças oposicionistas em fazer um acordo que permita a aprovação daquelas contas nacionais.

Nada mais inexato. Nós, oposicionistas, estamos obstruindo, de fato, trabalhos da Comissão Mista, que examina o Orçamento, porque não podemos aceitar a absoluta intransigência do Governo diante de dois pontos essenciais: o novo valor para o salário mínimo e a renegociação dos débitos dos pequenos produtores com os bancos oficiais.

O Presidente Fernando Henrique acaba de lamentar que alguns bilhões de reais ficaram esquecidos nos cofres públicos porque não foram aplicados nas políticas sociais a que se destinavam. E isso, convenhamos, pode parecer até deboche. Porque foi o próprio Governo, pela voz da Fundação Getúlio Vargas, que calculou que existem 50 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da miséria, auferindo menos de R\$80,00 a cada mês, quantia que lhes permitiria uma alimentação capaz de mantê-los vivos e, com isso, produzindo mais riquezas para a Nação.

Ora, quando propomos um mínimo que passa de R\$180,00 para R\$220,00, ouvimos, em resposta, a alegação não comprovável de que faltam recursos. Como

a Oposição tem demonstrado um sem-número de fontes de recurso, não podemos aceitar tal justificativa.

Mas recursos não faltaram quando, há poucos dias, foi aprovada a composição da dívida dos grandes produtores com os bancos, aumentando-lhes o prazo de pagamento para 25 anos, reduzindo juros com largo prazo de carência.

Com a sua política do toma-lá-da-cá, o que pretende o Sr. Fernando Henrique são mais e mais verbas para as campanhas eleitorais de seus apaniguados, o que tem acontecido com fartura nos últimos anos.

Mas o de que Sua Excelência se está esquecendo – e isso é profundamente lamentável – é que, enquanto os megaprodutores se preocupam em produzir milhões de toneladas de soja e de milho para exportar, os pequenos produtores com a sua lavoura de subsistência, com sua lavoura familiar, ficam encarregados de levar comida à mesa dos brasileiros, responsáveis que são por quase 60% dessa produção alimentar.

Não vamos longe, nem precisaríamos. Onde é que nós estamos? Em Batalha, Sr. Presidente. O coração da bacia leiteira alagoana, que já foi a mais importante de todo o Nordeste, foi atingida. E o que vemos? O desalento, o abandono dos currais, os pequenos proprietários ameaçados pela Justiça e, no mesmo passo, ameaçados de perder o gado que ainda lhes resta e a terra que a duros cansares conseguiram. Vocês, como símbolo e exemplo, são o argumento mais forte de que dispomos para defender nossa posição em defesa de todos os pequenos produtores Brasil afora.

É, pois, a absurda intransigência governamental que leva a Oposição a obstruir os trabalhos, a exigir das Lideranças governistas que se sentem à mesa de negociação, que deixem de tergiversar e, mesmo, de iludir a população, porque, afinal, a mentira tem pernas curtas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Seqüenciando o período de breves comunicações, concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Deputado José Carlos Martinez.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PTB – PR. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, infelizmente, é muito triste o motivo que me traz hoje a este microfone nesta sessão do Congresso Nacional: anteontem à noite foi executado sumária e tragicamente um Deputado Estadual do nosso PTB do Paraná, Tia-

go Amorim, ainda jovem – 30 e poucos anos –, um dos mais brilhantes deputados da região oeste do meu Estado. Lamentavelmente, o Paraná não é diferente do resto do Brasil e vive, neste momento da História republicana do País, um trágico período em que os homens de bem, que lutam e trabalham e tentam fazer da sociedade do Brasil e do oeste do Paraná um lugar mais digno para viver, são drástica e violentamente assassinados de forma incalculável e inimaginável. Esse rapaz, ao chegar à sua casa, foi abordado por um motoqueiro que, com uma 9 mm, deu sete tiros num jovem Deputado, que nada mais fez do que passar a sua vida denunciando na televisão os crimes que se cometiam na região oeste do Paraná. Esse jovem brilhante, que tinha uma carreira linda pela frente, nos abandona subitamente. Provavelmente, na próxima eleição, fosse Prefeito de Cascavel. Infelizmente, Tiago Amorim nos deixa.

Que isso, Sr. Presidente, sirva de alerta ao Sr. Governador e aos Srs. Secretários de Estado, porque quem fuzilou o nosso deputado foi a Polícia, que participa, drástica e horrendamente, dos crimes que se cometem na fronteira do Paraná. Hoje, Sr. Presidente, carros são roubados e quem liga do oeste do Estado é a própria Polícia para dizer: "Traga aqui R\$10 mil e vá buscar o seu carro do lado de lá da fronteira". Há o tráfico de drogas, o contrabando e recentemente, o mais grave, a chegada da máfia chinesa em Foz de Iguaçu! Vivemos um mau momento da segurança do nosso Estado. Vivemos um mau momento do nosso Paraná.

Espero que companheiros tenham a oportunidade de juntar a classe política do nosso Estado, os homens de bem para caminhar contra a bandidagem, contra a safadeza, contra a sem-vergonhice. Que a morte do Tiago não tenha sido em vão! Que, lá de cima, ele ilumine os seus companheiros do PTB, a fim de que possamos, se Deus quiser, viver um novo tempo.

Estão aqui os Deputados Alberto Fraga e Murilo Domingos ao meu lado pedindo-me que diga que a Polícia que comete esse tipo de crime hoje é a Civil. Eu diria a V. Ex^{as}, meus companheiros, que a tristeza se abate no coração de todo o PTB do Paraná e do PTB do Brasil hoje. Está aqui o Deputado Luiz Antônio Fleury mandando o seu abraço para os companheiros, assim como o nosso Líder, Roberto Jefferson. Esperamos que tenha razão o Deputado Alberto Fraga, que tenha razão o Murilo Domingos, para que não tenhamos de imaginar que toda a nossa Polícia está podre, mas apenas parte dela. Tenho convicção e consciência de que homens como o nosso Coronel e Deputado, que conhece profundamente este assunto, conhece esta matéria, há de nos ajudar a reconstruir

neste País um clima de decência, de segurança, de honestidade.

Tenho aprendido as minhas lições com o Governador Fleury, que durante o seu Governo implantou o momento de mais dureza na luta contra a bandidagem. É preciso que passemos a olhar os bandidos como tal senão a sociedade civil fica entregue aos marginais.

Que Deus olhe por Tiago Amorim, que Deus o receba com carinho.

Sr. Presidente, fica aqui a homenagem do PTB e de todos nós para que lá no céu o Tiago seja recebido com homenagens, homenagens que ele não recebeu na terra dos homens que deviam tê-la feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Seguindo a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Deputado João Caldas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar, que dispõe de até cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Em seguida concederei a palavra a V. Ex^a, há orador na tribuna.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tenho convicção de que as dificuldades que enfrentamos para a apreciação e votação da proposta orçamentária, bem como aqueles relativos ao equacionamento da questão dos créditos suplementares decorrem, principalmente, de um sério problema político havido nesta Casa, que tem muito a ver, entre outras coisas, com a forma como foi tratado o projeto de mudanças na CLT, para o qual, de forma inexplicável e injustificável, o Poder Executivo solicitou urgência constitucional. Tal pedido permitiu que a pauta ficasse trancada durante longo período, produzindo uma polarização política extremamente acentuada sem qualquer justificativa.

Ficamos quase dois meses discutindo o assunto nesta Casa sem que a questão fosse resolvida este ano, já que o Senado só apreciará esta matéria no próximo ano. Em decorrência disso, questões essenciais para o tratamento da proposta orçamentária deixaram de ser examinadas. Refiro-me ao problema do salário mínimo, assunto que está sendo resolvido agora, ao final da tramitação do processo orçamentário.

go Amorim, ainda jovem – 30 e poucos anos –, um dos mais brilhantes deputados da região oeste do meu Estado. Lamentavelmente, o Paraná não é diferente do resto do Brasil e vive, neste momento da História republicana do País, um trágico período em que os homens de bem, que lutam e trabalham e tentam fazer da sociedade do Brasil e do oeste do Paraná um lugar mais digno para viver, são drástica e violentamente assassinados de forma incalculável e inimaginável. Esse rapaz, ao chegar à sua casa, foi abordado por um motoqueiro que, com uma 9 mm, deu sete tiros num jovem Deputado, que nada mais fez do que passar a sua vida denunciando na televisão os crimes que se cometiam na região oeste do Paraná. Esse jovem brilhante, que tinha uma carreira linda pela frente, nos abandona subitamente. Provavelmente, na próxima eleição, fosse Prefeito de Cascavel. Infelizmente, Tiago Amorim nos deixa.

Que isso, Sr. Presidente, sirva de alerta ao Sr. Governador e aos Srs. Secretários de Estado, porque quem fuzilou o nosso deputado foi a Polícia, que participa, drástica e horrendamente, dos crimes que se cometem na fronteira do Paraná. Hoje, Sr. Presidente, carros são roubados e quem liga do oeste do Estado é a própria Polícia para dizer: "Traga aqui R\$10 mil e vá buscar o seu carro do lado de lá da fronteira". Há o tráfico de drogas, o contrabando e recentemente, o mais grave, a chegada da máfia chinesa em Foz de Iguaçu! Vivemos um mau momento da segurança do nosso Estado. Vivemos um mau momento do nosso Paraná.

Espero que companheiros tenham a oportunidade de juntar a classe política do nosso Estado, os homens de bem para caminhar contra a bandidagem, contra a safadeza, contra a sem-vergonhice. Que a morte do Tiago não tenha sido em vão! Que, lá de cima, ele ilumine os seus companheiros do PTB, a fim de que possamos, se Deus quiser, viver um novo tempo.

Estão aqui os Deputados Alberto Fraga e Murilo Domingos ao meu lado pedindo-me que diga que a Polícia que comete esse tipo de crime hoje é a Civil. Eu diria a V. Ex^{as}, meus companheiros, que a tristeza se abate no coração de todo o PTB do Paraná e do PTB do Brasil hoje. Está aqui o Deputado Luiz Antônio Fleury mandando o seu abraço para os companheiros, assim como o nosso Líder, Roberto Jefferson. Esperamos que tenha razão o Deputado Alberto Fraga, que tenha razão o Murilo Domingos, para que não tenhamos de imaginar que toda a nossa Polícia está podre, mas apenas parte dela. Tenho convicção e consciência de que homens como o nosso Coronel e Deputado, que conhece profundamente este assunto, conhece esta matéria, há de nos ajudar a reconstruir

neste País um clima de decência, de segurança, de honestidade.

Tenho aprendido as minhas lições com o Governador Fleury, que durante o seu Governo implantou o momento de mais dureza na luta contra a bandidagem. É preciso que passemos a olhar os bandidos como tal senão a sociedade civil fica entregue aos marginais.

Que Deus olhe por Tiago Amorim, que Deus o receba com carinho.

Sr. Presidente, fica aqui a homenagem do PTB e de todos nós para que lá no céu o Tiago seja recebido com homenagens, homenagens que ele não recebeu na terra dos homens que deviam tê-la feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Seguindo a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Deputado João Caldas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar, que dispõe de até cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Em seguida concederei a palavra a V. Ex^a, há orador na tribuna.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tenho convicção de que as dificuldades que enfrentamos para a apreciação e votação da proposta orçamentária, bem como aqueles relativos ao equacionamento da questão dos créditos suplementares decorrem, principalmente, de um sério problema político havido nesta Casa, que tem muito a ver, entre outras coisas, com a forma como foi tratado o projeto de mudanças na CLT, para o qual, de forma inexplicável e injustificável, o Poder Executivo solicitou urgência constitucional. Tal pedido permitiu que a pauta ficasse trancada durante longo período, produzindo uma polarização política extremamente acentuada sem qualquer justificativa.

Ficamos quase dois meses discutindo o assunto nesta Casa sem que a questão fosse resolvida este ano, já que o Senado só apreciará esta matéria no próximo ano. Em decorrência disso, questões essenciais para o tratamento da proposta orçamentária deixaram de ser examinadas. Refiro-me ao problema do salário mínimo, assunto que está sendo resolvido agora, ao final da tramitação do processo orçamentário.

No ano passado, de maneira democrática, aberta e fundamentada do ponto de vista técnico, apreciamos a proposta que visava conceder aumento real ao salário mínimo logo no início do processo orçamentário, incluindo essa questão no rol das demandas existentes no que diz respeito ao Orçamento Geral da União.

Atualmente, diante da grave situação por que passa a Argentina – um processo de convulsão social, estado de sítio, com possibilidades de crise política, podendo levar até ao **impeachment** do Presidente da República –, o Partido dos Trabalhadores deu uma demonstração diante do impasse existente nesta Casa. Declarou que estaria disposto a retirar a obstrução para discutir os projetos de créditos suplementares no Congresso Nacional e a dar início, na Comissão de Orçamento, à leitura e à discussão do relatório apresentado pelo Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória. Em contrapartida, o Partido dos Trabalhadores espera que a base governista se movimente no sentido de equacionar os problemas que nos impedem de aprovar o Orçamento neste ano. Sabemos que conviver sem Orçamento, durante dois ou três meses do próximo ano, poderá gerar sérias consequências do ponto de vista social e da própria estabilidade da economia brasileira. O PT não deseja contribuir com essa perspectiva.

Desejamos solucionar o problema do salário mínimo, que não é apenas de responsabilidade do Governo ou da Oposição, mas da Nação brasileira, de milhões de pessoas que dependem dessa remuneração para viver com dignidade. Não queremos que a bandeira do aumento do salário mínimo fique apenas nas mãos da Oposição ou apenas nas mãos do Governo. É possível haver uma solução política que nos permita avançar para além dos R\$200 a partir de maio do próximo ano, de tal forma que todos saiam vencendo, sobretudo aqueles que dependem do salário mínimo, aposentados e trabalhadores ativos, para que possam ter um pouco mais de dignidade na sua qualidade de vida.

Então confiamos que, nas próximas horas, avancemos nessa direção, equacionando os problemas para a renegociação da dívida dos pequenos agricultores. Esperamos também ver resolvidos, na peça orçamentária, os problemas derivados do reforço de determinadas dotações orçamentárias. Esperamos que esses problemas surgidos, que geraram protestos por parte de diversos Parlamentares, sejam resolvidos de forma equilibrada pela própria Comissão de Orçamento.

Sr. Presidente, estou confiante em que, com o gesto da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para que possamos voltar a trabalhar ativamente nesta Casa, o Governo se movimente também na direção da solução desses problemas, para que possamos aprovar o Orçamento, oferecer condições de governabilidade no que diz respeito à peça orçamentária e também ganhos reais à população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex.^a.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria inicialmente de solidarizar-me com o Deputado Martinez com relação à morte. Quero apenas fazer um esclarecimento. É bom que se diga que, quando se fala "a Polícia", essa banda podre que foi denunciada, esses executores, trata-se da Polícia Civil.

Quando um policial militar comete um crime, a imprensa diz "policial militar", "a PM". Mas quando a Polícia Civil pratica o crime, a coisa fica generalizada como "a Polícia".

Não. Os suspeitos de cometer o assassinato são policiais civis, a mesma banda podre denunciada na CPI do Narcotráfico. O mesmo acontece no caso da cracolândia, onde dois delegados foram afastados; também se trata da polícia civil.

Era apenas esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Está feito o registro de V. Ex.^a.

Continua a lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Carvalho, que dispõe de cinco minutos.

O SR. SÉRGIO CARVALHO (PSDB – RO. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para também denunciar mais uma morte trágica, ocorrida ontem à noite no Estado de Mato Grosso, do índio Carlito Cinta-Larga, um dos chefes indígenas da reserva Cinta-Larga, situada no Município de Espigão d'Oeste, no Estado de Rondônia.

Esse fato é lamentável, trágico, e estamos alertando as autoridades para que tomem providências cabíveis para coibir a exploração ilegal de diamantes que existe naquela reserva indígena.

Esse fato já existe há um ano. No último dia 12 de dezembro, a Comissão da Amazônia realizou uma audiência pública, em que convocamos autoridades

No ano passado, de maneira democrática, aberta e fundamentada do ponto de vista técnico, apreciamos a proposta que visava conceder aumento real ao salário mínimo logo no início do processo orçamentário, incluindo essa questão no rol das demandas existentes no que diz respeito ao Orçamento Geral da União.

Atualmente, diante da grave situação por que passa a Argentina – um processo de convulsão social, estado de sítio, com possibilidades de crise política, podendo levar até ao **impeachment** do Presidente da República –, o Partido dos Trabalhadores deu uma demonstração diante do impasse existente nesta Casa. Declarou que estaria disposto a retirar a obstrução para discutir os projetos de créditos suplementares no Congresso Nacional e a dar início, na Comissão de Orçamento, à leitura e à discussão do relatório apresentado pelo Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória. Em contrapartida, o Partido dos Trabalhadores espera que a base governista se movimente no sentido de equacionar os problemas que nos impedem de aprovar o Orçamento neste ano. Sabemos que conviver sem Orçamento, durante dois ou três meses do próximo ano, poderá gerar sérias consequências do ponto de vista social e da própria estabilidade da economia brasileira. O PT não deseja contribuir com essa perspectiva.

Desejamos solucionar o problema do salário mínimo, que não é apenas de responsabilidade do Governo ou da Oposição, mas da Nação brasileira, de milhões de pessoas que dependem dessa remuneração para viver com dignidade. Não queremos que a bandeira do aumento do salário mínimo fique apenas nas mãos da Oposição ou apenas nas mãos do Governo. É possível haver uma solução política que nos permita avançar para além dos R\$200 a partir de maio do próximo ano, de tal forma que todos saiam vencendo, sobretudo aqueles que dependem do salário mínimo, aposentados e trabalhadores ativos, para que possam ter um pouco mais de dignidade na sua qualidade de vida.

Então confiamos que, nas próximas horas, avancemos nessa direção, equacionando os problemas para a renegociação da dívida dos pequenos agricultores. Esperamos também ver resolvidos, na peça orçamentária, os problemas derivados do reforço de determinadas dotações orçamentárias. Esperamos que esses problemas surgidos, que geraram protestos por parte de diversos Parlamentares, sejam resolvidos de forma equilibrada pela própria Comissão de Orçamento.

Sr. Presidente, estou confiante em que, com o gesto da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para que possamos voltar a trabalhar ativamente nesta Casa, o Governo se movimente também na direção da solução desses problemas, para que possamos aprovar o Orçamento, oferecer condições de governabilidade no que diz respeito à peça orçamentária e também ganhos reais à população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex.^a.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria inicialmente de solidarizar-me com o Deputado Martinez com relação à morte. Quero apenas fazer um esclarecimento. É bom que se diga que, quando se fala "a Polícia", essa banda podre que foi denunciada, esses executores, trata-se da Polícia Civil.

Quando um policial militar comete um crime, a imprensa diz "policial militar", "a PM". Mas quando a Polícia Civil pratica o crime, a coisa fica generalizada como "a Polícia".

Não. Os suspeitos de cometer o assassinato são policiais civis, a mesma banda podre denunciada na CPI do Narcotráfico. O mesmo acontece no caso da cracolândia, onde dois delegados foram afastados; também se trata da polícia civil.

Era apenas esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Está feito o registro de V. Ex.^a.

Continua a lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Carvalho, que dispõe de cinco minutos.

O SR. SÉRGIO CARVALHO (PSDB – RO. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para também denunciar mais uma morte trágica, ocorrida ontem à noite no Estado de Mato Grosso, do índio Carlito Cinta-Larga, um dos chefes indígenas da reserva Cinta-Larga, situada no Município de Espigão d'Oeste, no Estado de Rondônia.

Esse fato é lamentável, trágico, e estamos alertando as autoridades para que tomem providências cabíveis para coibir a exploração ilegal de diamantes que existe naquela reserva indígena.

Esse fato já existe há um ano. No último dia 12 de dezembro, a Comissão da Amazônia realizou uma audiência pública, em que convocamos autoridades

do Estado de Rondônia para que viessem aqui debater o problema. Convidamos o Sr. Airton Nogueira de Oliveira, Diretor do DNPM; José Walter Teixeira, Delegado da Polícia Federal; e Mário Moura, Presidente da Comissão da Sindicância da Funai no Estado de Rondônia, que apura esse fato da exploração ilegal na reserva indígena Cinta-Larga.

O mais grave, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, é que o Delegado José Walter Teixeira, na ocasião, disse que vários garimpeiros foram assassinados, inclusive com a ajuda de funcionários da Funai. Portanto, queremos fazer um pedido veemente ao Ministro da Justiça para que tome as devidas providências para coibir o que está ocorrendo no Estado de Rondônia.

Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade e deixar a denúncia registrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Sequenciando o período de breves comunicações desta sessão do Congresso Nacional, concedo a palavra ao nobre Congressista Sérgio Barros, do PSDB do Acre, que dispõe de até cinco minutos.

O SR. SÉRGIO BARROS (PSDB – AC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, gostaria de registrar o aniversário, amanhã dia 21, de Feijó. Situado às margens do rio Envira, é um dos mais antigos Municípios do Estado do Acre. Aquela região, tem sofrido as consequências do isolamento em função da falta de pavimentação da Rodovia BR-364 e da falta de médicos. Portanto, não poderia deixar de registrar, nesta Casa, as dificuldades vividas por aquele Município.

Sr. Presidente, tenho o dever de registrar que terá início nos próximos dias uma ação pró-saúde com relação ao saneamento básico. A ação será desenvolvida nesse Município, no valor de três milhões e meio, pelo Ministério da Saúde. Também estará sendo implementado, no valor de R\$1,2 milhão, um programa voltado ao problema de água potável.

Encaminhamos, há poucos dias, aos setores do Governo Federal e ao próprio Governo do Estado, Governador Jorge Viana, uma solicitação para que seja feita a desapropriação de uma área para o Município de Feijó, localizado na denominada Fazenda Califórnia, à margem direita do rio Envira, no Alto Envira, na fronteira com o Peru, a fim de que seja ali criada uma infra-estrutura técnico-administrativa e de saúde de apoio àquelas comunidades.

Aproveito a oportunidade para informar ao Presidente da Funai que, com relação às comunidades indígenas daquela região, ali encontramos, na segunda-feira passada, o Professor Jacó Piccoli, que desenvolve trabalhos e levantamentos antropológicos em áreas que possivelmente deverão ser delimitadas como indígenas. Recomendamos que a delimitação seja realizada com a devida coerência e sensibilidade, a fim de não prejudicar a população não indígena que, há tantos anos, ali vive.

Também gostaria de registrar a passagem do aniversário do nosso Município maior, a capital do nosso Estado, Rio Branco, fundada em 28 de dezembro de 1882, e que tem todo o nosso apoio aqui na Câmara Federal, como também o seu Prefeito Flaviano Melo.

Sr. Presidente, tenho em mão dois pronunciamentos, mas o tempo não permite que os faça. Por isso, solicito a V. Ex^a que os dê como lido e que leve aos meios de comunicação desta Casa. O primeiro assunto diz respeito ao levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que revelou a importância do setor agrícola para um melhor desempenho das exportações brasileiras e o equilíbrio da balança de pagamentos. Falo com relação à produção e exportação da soja brasileira.

O outro assunto, Sr. Presidente, trata de uma defesa que faço da Polícia Federal.

Imaginem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, que, há 20 anos, no Acre, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, havia em torno de 30 policiais federais e hoje já não temos mais esse número. É necessário, por parte do Governo, por parte do Sr. Delegado-Geral da Polícia Federal, envidar todos os esforços a fim de que tenhamos um incremento no número de policiais e, também, o devido respeito para com aqueles que tão bem têm servido a nossa fronteira brasileira, principalmente neste momento em que o Acre e o Governo Federal vêm consolidando a ligação rodoviária, a Rodovia Bioceânica com os países fronteiriços: Bolívia e Peru.

Era isso que tinha a registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

.....
SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS
DO SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS.
.....

O SR. SÉRGIO BARROS (PSDB – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, Levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Exterior revelou a importância do setor agrícola para o melhor desempenho das exportações brasileira e o equilíbrio da balança de pagamentos. E entre esses produtos da pauta de exportação, a soja assumiu a condição de produto líder das vendas para o mercado externo, com receitas da ordem de US\$ 2,6 bilhões, superando até mesmo a venda de aviões da Embraer e minério de ferros, os carros-chefes do nosso comércio exterior. Se incluirmos todo o complexo soja, que inclui o farelo e o óleo, o volume total exportado já soma US\$ 4,8 bilhões, contra US\$ 3,7 bilhões do mesmo período do ano passado, o que representa um crescimento de 23 por cento.

Esse desempenho positivo foi influenciado por fatores internos, como a safra recorde de grãos de 38,4 milhões de toneladas, e por fatores externos, como o aumento das vendas para a China, hoje o maior importador do produto no mundo, e como a maior procura do produto brasileiro pelos países europeus, temerosos dos efeitos da doença da "vaca louca" com o uso de ração animal.

O maior volume de venda de soja acabou reforçando o desempenho do setor agrícola em relação ao comércio exterior, que já apresenta um superávit de US\$ 9,9 bilhões nos oito primeiros meses deste ano, segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Isso mostra a importante contribuição do setor agropecuário no esforço para o equilíbrio das contas externas.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, as vendas de soja foram responsáveis pelo crescimento de 23,7 por cento as exportações de produtos básicos nos dez primeiros meses deste ano, mesmo com os preços desfavoráveis no mercado internacional. As exportações dos produtos básicos foram de US\$ 13,2 bilhões no mesmo período.

Além da safra recorde de 100 milhões de toneladas de grãos que o Brasil deve alcançar este ano, temos que levar em conta que o setor agropecuário teve esse excelente desempenho num momento bastante adverso para o comércio mundial, em consequência da desaceleração da economia norte-americana, do Japão e dos países europeus.

Esses números poder ser até maiores. A CNA estima que o superávit do setor agropecuário pode chegar a US\$ 14,5 bilhões até o fim do ano. Esse valor dá uma idéia da importância da agropecuária para o equilíbrio das nossas contas externas do País. Apesar de desse crescente volume de vendas, saldo positivo acumulado no ano está em torno de US\$ 1,4 bilhão. Mesmo contando com a influência do câmbio favorável, as exportações de produtos manufaturados não tiveram melhor desempenho porque foram afetadas nega-

tivamente pela desaceleração econômica nos Estados Unidos e pela crise da Argentina, dois dos maiores mercados importadores de nossos produtos.

Com isso, as vendas de manufaturados cresceram este ano apenas 2,4 por cento, contra 21,7 por cento em 2000. Essa redução fez cair de 58,7 para 56 por cento a participação dos manufaturados no total de exportações brasileiras.

Diante desse novo quadro, a direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil (BB) já admitem a possibilidade de ampliar os recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). O orçamento do programa para o próximo ano prevê R\$ 2 bilhões, mas esse volume pode ser revisto para atender um maior número de exportadores.

Outro fato positivo foi anunciado pelo secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Roberto Gianetti da Fonseca. Ele admitiu que as duas instituições estudam também formas de facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao Proex, de forma a estimular uma maior participação do setor nas exportações.

Depois de sete anos acumulando déficits na balança comercial, o Brasil parece, enfim, ter encontrado o caminho do equilíbrio das contas externas graças à força do campo. Portanto, resta ao Governo criar novos mecanismos de estímulo ao produtor rural para que ele continue dando pronta resposta aos desafios que o País lhe impõe.

Desejo ainda tratar de um outro assunto.

Desde o início do ano a imprensa vem divulgando as dificuldades financeiras, materiais e de recursos humanos enfrentadas pela Polícia Federal em todo o País. Nos últimos meses, a situação se agravou de tal forma que muitas Superintendências Regionais já estão com as contas de luz, água e telefone atrasadas.

E só não ficaram privadas desses serviços essenciais porque as concessionárias vêm atendendo aos apelos dos dirigentes regionais do órgão. Por falta de recursos, os policiais federais estão há três meses sem receber diárias para deslocamento nas operações a que são obrigados a realizar.

Segundo alguns desses Superintendentes, a situação é uma das piores enfrentadas pela Polícia Federal nos últimos anos. Em julho último, a direção do órgão comunicou ao Ministério da Justiça a necessidade de liberação de recursos adicionais de R\$ 144,5 milhões para atender as necessidades emergenciais até o final do ano. Até agora o problema não foi solucionado.

No Acre, por exemplo, as dívidas em atraso da Superintendências Regional já somam mais de R\$300 mil, sendo R\$240 mil com serviços essenciais e R\$60 mil em diárias atrasadas. Em outros estados, os policiais estão deixando de realizar diligências por falta de combustível para as viaturas.

No documento encaminhado ao Ministério da Justiça, a direção da PF revela que as operações estão seriamente comprometidas pela falta de condições financeiras e materiais. Apesar dessas dificuldades, o órgão conseguiu instaurar no ano passado cerca de 25,5 mil inquéritos policiais sobre os mais diversos crimes, indiciado mais de 6.400 pessoas.

Segundo os dirigentes da PF, o engajamento da instituição no Plano Nacional de Segurança Pública, lançado pelo Governo Federal, e uma maior participação do órgão na investigação de fraudes contra a Previdência Social contribuíram para o agravamento dos problemas, já que a PF não foi estruturada para enfrentar tantos desafios ao mesmo tempo.

No documento, a PF informa, ainda, que apenas no combate à "lavagem" de dinheiro e ao crime organizado foram realizadas, nos últimos 12 meses, 18 operações, inclusive no Acre, com a instauração de 729 inquéritos policiais e o indiciamento de 572 pessoas. Tudo isso demanda tempo, recursos materiais, financeiros e humanos.

Como resultado do combate ao narcotráfico, foram instaurados no mesmo período 2.123 inquéritos e apreendidos 6 toneladas de cocaína e 183 toneladas de maconha. Apenas na Amazônia, foram descobertas e destruídas 140 pistas de pouso clandestino de pequenas aeronaves. Com poucos resultados práticos, porque a cada pista destruída o narcotráfico constrói outras. Essas apreensões apresentam cinco vezes a média de exercícios anteriores, apesar do reduzido contingente de policiais e da estrutura deficiente do órgão.

Diante desse quadro, entendemos que a crise financeira vivida pela Polícia Federal exige providências urgentes e deve ser incluída na agenda de prioridades máximas do Governo Federal. Afinal, um trabalho primoroso como esse que vem sendo feito pela instituição não pode ficar comprometido por falta de recursos ou de apoio das autoridades responsáveis.

Entendo a necessidade de controle do déficit público e dos compromissos com nossos credores internacionais. Entretanto, faço um apelo ao novo Ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, ao próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso para que determine à área econômica do Governo que encontre uma solução para esse grave e preocupante proble-

ma que ameaça inviabilizar o trabalho imprescindível desenvolvido pela Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Dando continuidade ao período de breves comunicações nesta sessão do Congresso Nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, uso a tribuna, nesta oportunidade, primeiramente para levar ao conhecimento de V. Ex^{as} que, há 15 dias, em Santa Catarina, na Câmara Municipal de Tubarão, reuniu-se praticamente toda a representatividade do sul de Santa Catarina, decidindo-se que se deveria fechar a BR-101 no próximo dia 20, por 6 horas, no trecho entre Palhoça e a divisa com o Rio Grande do Sul. Alegou-se que, devido à falta de vontade política de algumas pessoas presentes, essa seria a forma de chamar a atenção de todo o País. O dia 20 é um dia difícil, pois é data festiva, em que se recebe turistas do mundo todo. A BR-101 já não comporta mais o tráfego normal; os usuários já têm problemas naquele trecho.

No último dia 15, estive presente numa reunião de avaliação na Câmara Municipal de Criciúma. O Senador Casildo Maldaner estava também presente, junto com as Lideranças e outros Parlamentares estaduais. Fiz um apelo para que não fosse fechada a BR-101 no dia 20, justifiquei por quê, e pedi um voto de confiança. No dia 17 seria publicado, em Washington, autorização do AGA nos 45 dias seguintes. Para que os colegas entendam, seria a preparação para a licitação da obra. O voto de confiança foi dado. E assim ficou definido naquela reunião: não se fecharia mais a duplicação da BR-101. Tive problemas, é verdade, para convencê-los da importância do não fechamento da BR-101, mas consegui, graças a Deus. Faremos uma avaliação nesses 45 dias, Sr. Presidente. Isso é de suma importância. Agora, é preciso que o Ministério dos Transportes, o Governo Federal, o Ibama e a Funai não criem mais problemas, pelo amor de Deus. Já está acordado; a missão do Bird esteve aqui e deu sinal verde. Tudo está tramitando normalmente e, por isso, entendo que é importante darmos essa trégua.

Outro assunto que trago a esta Casa é o meu apelo a todos os Partidos desta Casa para que votemos o Orçamento hoje, senão amanhã ou, na pior das hipóteses, na semana que vem. Troquemos idéias, esgotemos o entendimento, pois o Orçamento é a

No Acre, por exemplo, as dívidas em atraso da Superintendências Regional já somam mais de R\$300 mil, sendo R\$240 mil com serviços essenciais e R\$60 mil em diárias atrasadas. Em outros estados, os policiais estão deixando de realizar diligências por falta de combustível para as viaturas.

No documento encaminhado ao Ministério da Justiça, a direção da PF revela que as operações estão seriamente comprometidas pela falta de condições financeiras e materiais. Apesar dessas dificuldades, o órgão conseguiu instaurar no ano passado cerca de 25,5 mil inquéritos policiais sobre os mais diversos crimes, indiciado mais de 6.400 pessoas.

Segundo os dirigentes da PF, o engajamento da instituição no Plano Nacional de Segurança Pública, lançado pelo Governo Federal, e uma maior participação do órgão na investigação de fraudes contra a Previdência Social contribuíram para o agravamento dos problemas, já que a PF não foi estruturada para enfrentar tantos desafios ao mesmo tempo.

No documento, a PF informa, ainda, que apenas no combate à "lavagem" de dinheiro e ao crime organizado foram realizadas, nos últimos 12 meses, 18 operações, inclusive no Acre, com a instauração de 729 inquéritos policiais e o indiciamento de 572 pessoas. Tudo isso demanda tempo, recursos materiais, financeiros e humanos.

Como resultado do combate ao narcotráfico, foram instaurados no mesmo período 2.123 inquéritos e apreendidos 6 toneladas de cocaína e 183 toneladas de maconha. Apenas na Amazônia, foram descobertas e destruídas 140 pistas de pouso clandestino de pequenas aeronaves. Com poucos resultados práticos, porque a cada pista destruída o narcotráfico constrói outras. Essas apreensões apresentam cinco vezes a média de exercícios anteriores, apesar do reduzido contingente de policiais e da estrutura deficiente do órgão.

Diante desse quadro, entendemos que a crise financeira vivida pela Polícia Federal exige providências urgentes e deve ser incluída na agenda de prioridades máximas do Governo Federal. Afinal, um trabalho primoroso como esse que vem sendo feito pela instituição não pode ficar comprometido por falta de recursos ou de apoio das autoridades responsáveis.

Entendo a necessidade de controle do déficit público e dos compromissos com nossos credores internacionais. Entretanto, faço um apelo ao novo Ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, ao próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso para que determine à área econômica do Governo que encontre uma solução para esse grave e preocupante proble-

ma que ameaça inviabilizar o trabalho imprescindível desenvolvido pela Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Dando continuidade ao período de breves comunicações nesta sessão do Congresso Nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, uso a tribuna, nesta oportunidade, primeiramente para levar ao conhecimento de V. Ex^{as} que, há 15 dias, em Santa Catarina, na Câmara Municipal de Tubarão, reuniu-se praticamente toda a representatividade do sul de Santa Catarina, decidindo-se que se deveria fechar a BR-101 no próximo dia 20, por 6 horas, no trecho entre Palhoça e a divisa com o Rio Grande do Sul. Alegou-se que, devido à falta de vontade política de algumas pessoas presentes, essa seria a forma de chamar a atenção de todo o País. O dia 20 é um dia difícil, pois é data festiva, em que se recebe turistas do mundo todo. A BR-101 já não comporta mais o tráfego normal; os usuários já têm problemas naquele trecho.

No último dia 15, estive presente numa reunião de avaliação na Câmara Municipal de Criciúma. O Senador Casildo Maldaner estava também presente, junto com as Lideranças e outros Parlamentares estaduais. Fiz um apelo para que não fosse fechada a BR-101 no dia 20, justifiquei por quê, e pedi um voto de confiança. No dia 17 seria publicado, em Washington, autorização do AGA nos 45 dias seguintes. Para que os colegas entendam, seria a preparação para a licitação da obra. O voto de confiança foi dado. E assim ficou definido naquela reunião: não se fecharia mais a duplicação da BR-101. Tive problemas, é verdade, para convencê-los da importância do não fechamento da BR-101, mas consegui, graças a Deus. Faremos uma avaliação nesses 45 dias, Sr. Presidente. Isso é de suma importância. Agora, é preciso que o Ministério dos Transportes, o Governo Federal, o Ibama e a Funai não criem mais problemas, pelo amor de Deus. Já está acordado; a missão do Bird esteve aqui e deu sinal verde. Tudo está tramitando normalmente e, por isso, entendo que é importante darmos essa trégua.

Outro assunto que trago a esta Casa é o meu apelo a todos os Partidos desta Casa para que votemos o Orçamento hoje, senão amanhã ou, na pior das hipóteses, na semana que vem. Troquemos idéias, esgotemos o entendimento, pois o Orçamento é a

peça, a lei mais importante deste País. Esqueçamos as cores partidárias. Sei que está havendo novamente conversa no sentido de que votemos o Orçamento da União em 2002. É importante, na vida de cada cidadão, que a humildade prevaleça numa negociação, e todos devem iniciar partindo do princípio de que há necessidade de ceder.

Esse é o apelo que faço aqui, não só pelo meu Estado de Santa Catarina, mas na qualidade de Parlamentar brasileiro que sou – e que todos somos nesta Casa. Apelo no sentido de que busquemos um amplo entendimento e que votemos o Orçamento ainda hoje, ou então que votemos aqueles créditos de suma importância, a fim de darmos seqüência ao que já está planejado. E que nos empenhemos e voltemos a discutir outros pontos mais polêmicos do Orçamento.

O apelo que faço é para que não pensemos em cor partidária, mas, sim, nas cores da bandeira do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade, a atenção dos nobres Parlamentares, e chamando a atenção de que o patriotismo, nesta hora, tem de prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a, Deputado Edinho Bez.

Com a palavra o Deputado Paulo Gouvêa, do PFL de Santa Catarina.

Tem V. Ex^a a palavra por até cinco minutos.

O SR. PAULO GOUVÊA (Bloco/PFL – SC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Salatiel Carvalho, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a propósito da discussão do salário mínimo, creio que todos nós, membros desta Casa, deveríamos congratular-nos pelo fato de estarmos dando, pelo segundo ano consecutivo, um aumento real para o salário mínimo, o que há muitos e muitos anos não acontecia nesta Casa; simplesmente, e muito mal, concedia-se uma correção para o salário mínimo.

No ano passado, quando aprovamos o reajuste de valor de R\$131,00 para R\$180,00, houve um substancial aumento real, o que beneficiou todos os trabalhadores brasileiros e todos os aposentados que ganham salário mínimo. Neste ano, já chegamos a um acordo, fechando em R\$200,00, e, se dependesse da burocracia, que tem por obrigação olhar apenas para o equilíbrio das contas fiscais, teríamos ficado apenas em R\$189,00; mas chegamos, por meio de acordo, a R\$ 200,00.

Agora vejo, aqui no plenário, Congressistas ocupando a tribuna e falando à imprensa em salário mínimo

de R\$220,00, de R\$250,00 a R\$ 350,00, da mesma maneira que vejo Parlamentares falando que esse aumento deveria ser estendido a todos os aposentados, não apenas àqueles que ganham salário mínimo.

É claro que todos nós queremos isso. Não há nenhum Congressista que não queira conceder um salário mínimo de pelo menos US\$100,00 e até que chegasse a R\$350,00; um salário mínimo que efetivamente correspondesse a todas as necessidades de manutenção de uma família. Isso tudo é o que mais gostaríamos para o povo brasileiro. Mas há o limite da responsabilidade.

O que distingue Deputados que falam, realisticamente, na conquista de ter chegado a um salário mínimo de R\$200,00, com todos os contingenciamentos que temos no Orçamento federal, dos que falam qualquer outro número que lhes venha à cabeça é a diferença entre a atitude responsável e a demagogia irresponsável. Falar no microfone é fácil, o problema é viabilizar. Estamos viabilizando responsabilmente os R\$200,00, inclusive cortando emendas dos próprios Parlamentares e das Comissões, dinheiro que destinaríamos aos nossos Estados.

Sr. Presidente, endosso aqui a palavra de todos os que estão pedindo juízo ao Congresso Nacional. É preciso votar o Orçamento. Todos os Estados e toda a população brasileira estão na expectativa da votação do Orçamento. Penso em meu Estado. As verbas previstas para a BR-101 Sul dependem da votação dele. Os recursos que, a muito custo, nossa Bancada conseguiu incluir no Orçamento para duplicação da BR-470 e da BR-280, no Estado de Santa Catarina, para os hospitais, para o setor agrícola do Estado, tudo isso depende do Orçamento federal que está para ser votado. Fala-se em votar em fevereiro. O Orçamento só entraria em vigor em março ou abril, e a sociedade brasileira estaria perdendo, quem sabe, um terço do ano diante de vacilações, a meu ver, inexplicáveis no Congresso já que o Orçamento está pronto para ser votado.

Sr. Presidente, por último, se V. Ex^a me permitir, faço uma homenagem ao belíssimo Município catarinense de Rio dos Cedros, na região do Vale do Itajaí, que ontem comemorou 40 anos de emancipação político-administrativa.

Quero dar meus parabéns ao meu companheiro de Partido, Prefeito Marildo Felipe, pela competente administração, à Câmara de Vereadores e a toda a população do querido Município de Rio dos Cedros pelos seus 40 anos de emancipação.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

peça, a lei mais importante deste País. Esqueçamos as cores partidárias. Sei que está havendo novamente conversa no sentido de que votemos o Orçamento da União em 2002. É importante, na vida de cada cidadão, que a humildade prevaleça numa negociação, e todos devem iniciar partindo do princípio de que há necessidade de ceder.

Esse é o apelo que faço aqui, não só pelo meu Estado de Santa Catarina, mas na qualidade de Parlamentar brasileiro que sou – e que todos somos nesta Casa. Apelo no sentido de que busquemos um amplo entendimento e que votemos o Orçamento ainda hoje, ou então que votemos aqueles créditos de suma importância, a fim de darmos seqüência ao que já está planejado. E que nos empenhemos e voltemos a discutir outros pontos mais polêmicos do Orçamento.

O apelo que faço é para que não pensemos em cor partidária, mas, sim, nas cores da bandeira do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade, a atenção dos nobres Parlamentares, e chamando a atenção de que o patriotismo, nesta hora, tem de prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a, Deputado Edinho Bez.

Com a palavra o Deputado Paulo Gouvêa, do PFL de Santa Catarina.

Tem V. Ex^a a palavra por até cinco minutos.

O SR. PAULO GOUVÊA (Bloco/PFL – SC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Salatiel Carvalho, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a propósito da discussão do salário mínimo, creio que todos nós, membros desta Casa, deveríamos congratular-nos pelo fato de estarmos dando, pelo segundo ano consecutivo, um aumento real para o salário mínimo, o que há muitos e muitos anos não acontecia nesta Casa; simplesmente, e muito mal, concedia-se uma correção para o salário mínimo.

No ano passado, quando aprovamos o reajuste de valor de R\$131,00 para R\$180,00, houve um substancial aumento real, o que beneficiou todos os trabalhadores brasileiros e todos os aposentados que ganham salário mínimo. Neste ano, já chegamos a um acordo, fechando em R\$200,00, e, se dependesse da burocracia, que tem por obrigação olhar apenas para o equilíbrio das contas fiscais, teríamos ficado apenas em R\$189,00; mas chegamos, por meio de acordo, a R\$ 200,00.

Agora vejo, aqui no plenário, Congressistas ocupando a tribuna e falando à imprensa em salário mínimo

de R\$220,00, de R\$250,00 a R\$ 350,00, da mesma maneira que vejo Parlamentares falando que esse aumento deveria ser estendido a todos os aposentados, não apenas àqueles que ganham salário mínimo.

É claro que todos nós queremos isso. Não há nenhum Congressista que não queira conceder um salário mínimo de pelo menos US\$100,00 e até que chegasse a R\$350,00; um salário mínimo que efetivamente correspondesse a todas as necessidades de manutenção de uma família. Isso tudo é o que mais gostaríamos para o povo brasileiro. Mas há o limite da responsabilidade.

O que distingue Deputados que falam, realisticamente, na conquista de ter chegado a um salário mínimo de R\$200,00, com todos os contingenciamentos que temos no Orçamento federal, dos que falam qualquer outro número que lhes venha à cabeça é a diferença entre a atitude responsável e a demagogia irresponsável. Falar no microfone é fácil, o problema é viabilizar. Estamos viabilizando responsabilmente os R\$200,00, inclusive cortando emendas dos próprios Parlamentares e das Comissões, dinheiro que destinaríamos aos nossos Estados.

Sr. Presidente, endosso aqui a palavra de todos os que estão pedindo juízo ao Congresso Nacional. É preciso votar o Orçamento. Todos os Estados e toda a população brasileira estão na expectativa da votação do Orçamento. Penso em meu Estado. As verbas previstas para a BR-101 Sul dependem da votação dele. Os recursos que, a muito custo, nossa Bancada conseguiu incluir no Orçamento para duplicação da BR-470 e da BR-280, no Estado de Santa Catarina, para os hospitais, para o setor agrícola do Estado, tudo isso depende do Orçamento federal que está para ser votado. Fala-se em votar em fevereiro. O Orçamento só entraria em vigor em março ou abril, e a sociedade brasileira estaria perdendo, quem sabe, um terço do ano diante de vacilações, a meu ver, inexplicáveis no Congresso já que o Orçamento está pronto para ser votado.

Sr. Presidente, por último, se V. Ex^a me permitir, faço uma homenagem ao belíssimo Município catarinense de Rio dos Cedros, na região do Vale do Itajaí, que ontem comemorou 40 anos de emancipação político-administrativa.

Quero dar meus parabéns ao meu companheiro de Partido, Prefeito Marildo Felipe, pela competente administração, à Câmara de Vereadores e a toda a população do querido Município de Rio dos Cedros pelos seus 40 anos de emancipação.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, nesta hora, depois de um dia de amplos entendimentos com todos os Partidos com assento nesta Casa, sobretudo com os Partidos de Oposição, dizer que abrimos, novamente, um canal de entendimento em relação à votação do Orçamento.

Já conversei com alguns Líderes, sairei daqui agora para conversar, mais uma vez, com o Líder Deputado Arnaldo Madeira; com o Líder do PSDB, Deputado Jutahy Junior; com o Líder do PMDB, Deputado Geddel Vieira Lima, conversamos juntos com o Líder Deputado Odelmo Leão, do PPB, e vamos à casa do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, que está nos esperando para tentar viabilizar o entendimento. Conversamos com todos os Líderes de Partidos de Oposição, o Líder do PT, Walter Pinheiro; o Líder do PDT, Deputado Miro Teixeira; o Líder do PPS, o nobre Deputado Rubens Bueno, o Líder do PSB, Deputado Eduardo Campos, o Líder do PC do B, que está representado também pelo Deputado Inácio Arruda, e todos os outros, e fizemos uma demonstração de boa vontade.

Agora foi acertado, com a aquiescência do Líder Deputado Heráclito Fortes – eu queria dizer da participação efetiva de S. Ex^a nesses entendimentos, ressaltar seu trabalho, mostrando a importância da votação, e também por uma questão de justiça eu queria reconhecer o trabalho que o Deputado Jorge Bittar vem tendo, procurando o caminho e o entendimento –, que resolvemos votar todos os créditos que estão agora com parecer da Comissão, Sr. Presidente.

Esse foi o entendimento quantos aos créditos com o parecer da Comissão. Tenho dito e repetido que a Comissão de Orçamento é a triagem para o Líder do PFL. Se passou na Comissão de Orçamento, está em plena condição de ser votado pelo Plenário.

Estou me retirando para procurar esses entendimentos que reabrimos com toda a vontade de encontrar um caminho em torno de todos os pontos colocados pelos Partidos de Oposição, sem exclusão de qualquer deles. Deve-se ir à mesa de entendimentos desprendido, aberto e franco no sentimento de procurar um caminho. É o que temos neste instante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado, Ex^a.

Dando seqüência à lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Deputado Jaques Wagner, do PT da Bahia.

O SR. JAKES WAGNER (PT – BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ontem, o Tribunal Superior Eleitoral, em decisão unânime e inédita, na sua última sessão deste ano, tomou, a partir de uma provocação do PMDB baiano, a decisão de cancelar, suspender o programa partidário eleitoral do Partido da Frente Liberal no primeiro semestre do próximo ano, fazendo o mesmo com 75% do tempo do Partido Trabalhista Brasileiro.

A argumentação apresentada pelo PMDB foi a de que os programas partidários estavam transformados, na Bahia, em mera propaganda eleitoral fora do tempo. É verdade! A lei que garantiu aos partidos políticos duas propagandas anuais, uma em cada semestre, para divulgarem programas e realizações partidárias, têm-se transformado em propaganda eleitoral gratuita ilegal.

Essa decisão do TSE, sob a Presidência do Ministro Nelson Jobim, com o voto do Corregedor, Ministro Garcia Vieira, vem ao encontro daqueles que entendem que a propaganda eleitoral tem o seu período previsto na Lei Eleitoral e que não se pode continuar admitindo que o horário eleitoral gratuito, repito, de partido político transforme-se em propaganda eleitoral, estimulando ou anunciando este ou aquele candidato.

Espero que o TSE, em nível federal, coerentemente com a decisão que tomou na noite de ontem, manifeste-se da mesma forma em relação ao programa do Partido da Frente Liberal, no plano nacional, que nada tem de programa de partido político, tendo se transformado na propaganda eleitoral de uma candidatura deste Partido.

Nada contra, evidentemente, a propaganda eleitoral, mas, repito, a Lei Eleitoral prevê propaganda nos 45 dias anteriores ao processo eleitoral. Portanto, espero que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, inédita no Brasil, por unanimidade, chegue às direções partidárias para que cumpram a lei e, repito, o programa de partido político sirva tão-somente para a divulgação de idéias propostas, programas de governo ou de governos administrados por aquele partido político, e não em propaganda eleitoral gratuita fora do tempo e, portanto, ilegal.

Quero deixar minha saudação aos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral pela decisão de ontem, que faz, junto com fatos recentes no Judiciário baiano, voltar ao povo da Bahia a esperança de que tenhamos, em 2002, um processo eleitoral limpo, transparente, sob o império da lei e não sob o império da vontade de quem quer que seja.

Meus parabéns por essa decisão inédita do Tribunal Superior Eleitoral, que, aliás, já tinha surpreendido a todos quando da cassação do mandato do Governador do Piauí, Mão Santa, por abuso de poder econômico.

Nesse sentido, acho que os Ministros do TSE dão uma sinalização clara de qual será a postura daquele Tribunal durante as eleições de 2002.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz, PPS, Rondônia.

O SR. AGNALDO MUNIZ (Bloco/PPS – RO. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, para mim, é um prazer imenso fazer uso da palavra em um momento como este, em que estamos falando do Orçamento, discutindo um espaço, um destino para um aumento também no nosso salário mínimo, que está aí tão mísero. E a sociedade brasileira espera um Natal melhor e um ano novo diferenciado.

Quero registrar a presença de um Vereador da cidade de Jaru, no Estado de Rondônia: o Vereador Campos. Ele está fazendo uma visita à Casa; é um expoente e provavelmente deverá ser um candidato a Deputado Estadual.

Quero, de forma especial, fazer um registro a respeito do que temos enfrentado, na Câmara dos Deputados, no decorrer desses três anos. Nesse período, defendemos, veementemente, várias classes. Em especial, defendemos a classe dos evangélicos – que foi também uma luta do Vereador Campos –, e conseguimos o reconhecimento do curso de Teologia, pelo MEC, como nível superior. A tramitação do projeto que tratava dessa matéria estava há muitos anos paralisada, e conseguimos a sua aprovação, o que representou um grande avanço para a sociedade brasileira. Anteriormente, quem ministrava o curso de religião eram pessoas com curso de Filosofia, de História. Hoje, não; hoje, são realmente teólogos que ensinam religião.

Uma das questões que enfrentamos nesse período foi conseguir isenção tributária para as igrejas,

que passavam por grandes problemas. Antigamente, se um ministro evangélico fosse reconhecido na ata da igreja recebendo alguma remuneração, a igreja perdia a isenção tributária. Hoje, não. Essa foi uma vitória da Bancada evangélica na Câmara dos Deputados.

Também foi demonstrada a força da Bancada evangélica quando lutamos contra a união civil de pessoas do mesmo sexo. Estiveram aqui a diocese e os representantes da Assembléia de Deus no Brasil, José Wellington, que veio de São Paulo, e Manoel Ferreira, Presidente de outra Assembléia de Deus, ligado ao Ministério de Madureira. Conseguimos derrotar e suplantar essas barreiras, demonstrando, de forma clara, que existe um grupo evangélico nesta Casa que não aceita as leis antibíblicas, contra as quais nos levantamos com muito afinho e com muita dedicação.

Enfrentamos questões relativas aos servidores públicos, aos trabalhadores de um modo geral, aos agricultores do Estado de Rondônia, que é uma classe muita sofrida e tem sofrido muito em nosso Brasil, à classe estudantil, cuja bandeira levantamos, porque a juventude é o futuro da nossa Nação, de forma muito clara e veemente, firmando o nosso posicionamento com relação a esse segmento da sociedade.

Ficou claro também o nosso posicionamento contra a corrupção, contra a qual nos batemos. Ontem, quando estávamos aqui, o nome Agnaldo Muniz foi o primeiro a assinar o requerimento da CPI da corrupção. Eu o assinei porque tenho princípios cristãos, evangélicos e, acima de tudo, tenho compromisso com o povo, assumido no decorrer do meu mandato.

Nesses três anos, conseguimos, para a minha cidade, Jiparaná, e para o Estado, Rondônia, por meio de um trabalho realizado nos Ministérios, levar mais de R\$30 milhões para serem investidos no Estado de Rondônia, que depende muito dos investimentos federais, porque é um Estado novo, completou agora vinte anos.

Para concluir, quero frisar que os recursos para o anel viário da cidade de Jiparaná, os recursos para a recuperação da BR-364, os recursos para fazer o canal na cidade de Jiparaná e para a construção de uma nova ponte foram recursos conseguidos por nós. Estamos levando R\$1 milhão de reais para ser investido na cidade de Jaru e Tarilândia, municípios expoentes do nosso Estado, com uma extraordinária produção de grãos.

Quero deixar minha saudação aos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral pela decisão de ontem, que faz, junto com fatos recentes no Judiciário baiano, voltar ao povo da Bahia a esperança de que tenhamos, em 2002, um processo eleitoral limpo, transparente, sob o império da lei e não sob o império da vontade de quem quer que seja.

Meus parabéns por essa decisão inédita do Tribunal Superior Eleitoral, que, aliás, já tinha surpreendido a todos quando da cassação do mandato do Governador do Piauí, Mão Santa, por abuso de poder econômico.

Nesse sentido, acho que os Ministros do TSE dão uma sinalização clara de qual será a postura daquele Tribunal durante as eleições de 2002.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Obrigado a V. Ex^ª.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz, PPS, Rondônia.

O SR. AGNALDO MUNIZ (Bloco/PPS – RO. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados e Senadores, para mim, é um prazer imenso fazer uso da palavra em um momento como este, em que estamos falando do Orçamento, discutindo um espaço, um destino para um aumento também no nosso salário mínimo, que está aí tão mísero. E a sociedade brasileira espera um Natal melhor e um ano novo diferenciado.

Quero registrar a presença de um Vereador da cidade de Jaru, no Estado de Rondônia: o Vereador Campos. Ele está fazendo uma visita à Casa; é um expoente e provavelmente deverá ser um candidato a Deputado Estadual.

Quero, de forma especial, fazer um registro a respeito do que temos enfrentado, na Câmara dos Deputados, no decorrer desses três anos. Nesse período, defendemos, veementemente, várias classes. Em especial, defendemos a classe dos evangélicos – que foi também uma luta do Vereador Campos –, e conseguimos o reconhecimento do curso de Teologia, pelo MEC, como nível superior. A tramitação do projeto que tratava dessa matéria estava há muitos anos paralisada, e conseguimos a sua aprovação, o que representou um grande avanço para a sociedade brasileira. Anteriormente, quem ministrava o curso de religião eram pessoas com curso de Filosofia, de História. Hoje, não; hoje, são realmente teólogos que ensinam religião.

Uma das questões que enfrentamos nesse período foi conseguir isenção tributária para as igrejas,

que passavam por grandes problemas. Antigamente, se um ministro evangélico fosse reconhecido na ata da igreja recebendo alguma remuneração, a igreja perdia a isenção tributária. Hoje, não. Essa foi uma vitória da Bancada evangélica na Câmara dos Deputados.

Também foi demonstrada a força da Bancada evangélica quando lutamos contra a união civil de pessoas do mesmo sexo. Estiveram aqui a diocese e os representantes da Assembléia de Deus no Brasil, José Wellington, que veio de São Paulo, e Manoel Ferreira, Presidente de outra Assembléia de Deus, ligado ao Ministério de Madureira. Conseguimos derrotar e suplantar essas barreiras, demonstrando, de forma clara, que existe um grupo evangélico nesta Casa que não aceita as leis antibíblicas, contra as quais nos levantamos com muito afinho e com muita dedicação.

Enfrentamos questões relativas aos servidores públicos, aos trabalhadores de um modo geral, aos agricultores do Estado de Rondônia, que é uma classe muita sofrida e tem sofrido muito em nosso Brasil, à classe estudantil, cuja bandeira levantamos, porque a juventude é o futuro da nossa Nação, de forma muito clara e veemente, firmando o nosso posicionamento com relação a esse segmento da sociedade.

Ficou claro também o nosso posicionamento contra a corrupção, contra a qual nos batemos. Ontem, quando estávamos aqui, o nome Agnaldo Muniz foi o primeiro a assinar o requerimento da CPI da corrupção. Eu o assinei porque tenho princípios cristãos, evangélicos e, acima de tudo, tenho compromisso com o povo, assumido no decorrer do meu mandato.

Nesses três anos, conseguimos, para a minha cidade, Jiparaná, e para o Estado, Rondônia, por meio de um trabalho realizado nos Ministérios, levar mais de R\$30 milhões para serem investidos no Estado de Rondônia, que depende muito dos investimentos federais, porque é um Estado novo, completou agora vinte anos.

Para concluir, quero frisar que os recursos para o anel viário da cidade de Jiparaná, os recursos para a recuperação da BR-364, os recursos para fazer o canal na cidade de Jiparaná e para a construção de uma nova ponte foram recursos conseguidos por nós. Estamos levando R\$1 milhão de reais para ser investido na cidade de Jaru e Tarilândia, municípios expoentes do nosso Estado, com uma extraordinária produção de grãos.

Fica aqui o meu registro, desejando a toda a população do Estado de Rondônia e do Brasil um feliz Natal e um próspero Ano Novo.

Parabenizo a forma como o Presidente do Congresso Nacional tem conduzido os trabalhos, desde quando o assumiu, de forma cristalina, com tranqüilidade e com lisura, e desejo que continue da mesma forma no decorrer da Presidência de V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Agnaldo Muniz, o Sr. Salatiel Carvalho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Obrigado a V. Ex^a.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr 1º Secretário em exercício, Deputado Pedro Chaves.

É lido o seguinte:

Ofício nº P-346/2001 - CMO

Brasília, 11 de dezembro de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a substituição, no anexo II do PLN nº 36, de 2001, da folha relativa à parte que contém o cancelamento de dotação a cargo da Justiça do Trabalho/Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – Distrito Federal e Tocantins, pela folha anexa, objetivando corrigir erro material contido no código identificador da unidade orçamentária (15.101), conforme abaixo explicitado:

Onde de lê:

Órgão:15000— Justiça do Trabalho

Unidade:15101 – Tribunal Regional do Trabalho Da 10ª Região Distrito Federal E Tocantins

Leia-se:

Órgão:15000 – Justiça do Trabalho

Unidade:15111. – Tribunal Regional do Trabalho Da 10ª Região Distrito Federal E Tocantins.

Outrossim, informo que a matéria já foi objeto de votação pelo Plenário do Congresso Nacional, ensejando seja apreciada a referida alteração no âmbito dessa Casa.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Carlos Bezerra** – Presidente

ÓRGÃO: 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO UNIDADE: 15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)					CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - PL 1 PM				
FUNG.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	PRODUTO	VALOR				
					S	F	C	N	D
02122	0371	2002	0238	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAIS					
02122	0371	2002	0238	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAIS					
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica aos Srs. Parlamentares que se encontram sobre as bancadas cópias do documento que acaba de ser lido.

Em votação a retificação na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não posso votar este projeto porque não está no acordo e não sei do que se trata. Portanto, para que tenhamos uma sessão tranqüila é necessário que sejam votados os projetos acordados. Este requerimento não está na pauta, não está acordado, portanto não posso votá-lo. Se for colocado em votação, pedirei verificação. Não votarei o que não estiver acordado. Há um acordo, e vim aqui cumprir o acordo. Peço à Liderança do Governo que explique do que se trata. Não posso votar sem saber do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Posso ler para V. Ex^a?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Eu quero apenas entender.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se de um pedido de retificação da lei orçamentária do ano passado. É um ofício dirigido à minha pessoa, na qualidade de Presidente, pelo Senador Carlos Bezerra, na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos seguintes termos:

”Dirijo-me a V. Ex^a para encaminhar para as providências cabíveis cópia do Ofício 05667/2001, do Relator-Geral da proposta orçamentária para 2001, Senador Amir Lando, nesta data, que se refere ao pleito do Deputado Damião Feliciano sobre a solicitação de retificação na nomenclatura de ação orçamentária, objeto de sua Emenda n.º 353.00020, apresentada à referida proposta orçamentária e constante da Lei n.º 10.171, de 05/01/2001, conforme abaixo se lê.“ (...)

Segue a especificação.

Se V. Ex^a não concorda, vamos publicar e votaremos oportunamente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que colocasse isso no final da reunião. Não houve acordo nem tempo suficiente para estudar.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Ocorre que isso é uma mera falha técnica elaborada pela assessoria do Orçamento, que o Parlamentar requereu. O Senador Amir Lando foi o Relator à época, e eu remeti a S. Ex^a para, com sua autorização, fazer a correção, que foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a está satisfeito com o esclarecimento, Deputado José Carlos Aleluia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Sr. Presidente, diante do esclarecimento do Presidente da Comissão de Orçamento, retiro minha objeção. Podemos votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação a retificação na Câmara dos Deputados.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, esta matéria está incluída na pauta da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se de mera retificação técnica.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, não vi a retificação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos retirar, então.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Vamos votar no final da sessão. Não há acordo, a leitura é precipitada, e estamos num momento difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a será atendido, da mesma forma o Deputado José Carlos Aleluia, embora S. Ex^a houvesse retirado o pedido.

O SR. AIRTON CASCAVEL (Bloco/PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. AIRTON CASCAVEL (Bloco/PPS – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que dê como lido dois pronunciamentos que tenho em mão. O primeiro trata da ALCA, parabenizando o Senhor Presidente da República por tomar uma decisão firme em relação ao protecionismo americano, e, no segundo, analiso a miséria que atinge 50 milhões de brasileiros.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL

O SR. AIRTON CASCAVEL (Bloco/PPS – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Congressistas, ...

Inaugurando um fórum que, no Rio de Janeiro, examinava questões referentes à globalização, O Sr. Presidente da República afirmou que recentes decisões do Congresso dos Estados Unidos referentes ao comércio internacional do país estariam quase que impedindo a adesão do Brasil à ALCA.

Sua Excelência tem razão. E é bom, por isso mesmo, que exija do Itamaraty um comportamento consentâneo com essa situação, sem bravatas nem recuos, mas, na forma como o sabe fazer nossa diplo-

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Posso ler para V. Ex^a?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Eu quero apenas entender.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se de um pedido de retificação da lei orçamentária do ano passado. É um ofício dirigido à minha pessoa, na qualidade de Presidente, pelo Senador Carlos Bezerra, na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos seguintes termos:

”Dirijo-me a V. Ex^a para encaminhar para as providências cabíveis cópia do Ofício 05667/2001, do Relator-Geral da proposta orçamentária para 2001, Senador Amir Lando, nesta data, que se refere ao pleito do Deputado Damião Feliciano sobre a solicitação de retificação na nomenclatura de ação orçamentária, objeto de sua Emenda n.º 353.00020, apresentada à referida proposta orçamentária e constante da Lei n.º 10.171, de 05/01/2001, conforme abaixo se lê.“ (...)

Segue a especificação.

Se V. Ex^a não concorda, vamos publicar e votaremos oportunamente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que colocasse isso no final da reunião. Não houve acordo nem tempo suficiente para estudar.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Ocorre que isso é uma mera falha técnica elaborada pela assessoria do Orçamento, que o Parlamentar requereu. O Senador Amir Lando foi o Relator à época, e eu remeti a S. Ex^a para, com sua autorização, fazer a correção, que foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a está satisfeito com o esclarecimento, Deputado José Carlos Aleluia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Sr. Presidente, diante do esclarecimento do Presidente da Comissão de Orçamento, retiro minha objeção. Podemos votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação a retificação na Câmara dos Deputados.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, esta matéria está incluída na pauta da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se de mera retificação técnica.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, não vi a retificação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos retirar, então.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Vamos votar no final da sessão. Não há acordo, a leitura é precipitada, e estamos num momento difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a será atendido, da mesma forma o Deputado José Carlos Aleluia, embora S. Ex^a houvesse retirado o pedido.

O SR. AIRTON CASCAVEL (Bloco/PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. AIRTON CASCAVEL (Bloco/PPS – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que dê como lido dois pronunciamentos que tenho em mão. O primeiro trata da ALCA, parabenizando o Senhor Presidente da República por tomar uma decisão firme em relação ao protecionismo americano, e, no segundo, analiso a miséria que atinge 50 milhões de brasileiros.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL

O SR. AIRTON CASCAVEL (Bloco/PPS – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Congressistas, ...

Inaugurando um fórum que, no Rio de Janeiro, examinava questões referentes à globalização, O Sr. Presidente da República afirmou que recentes decisões do Congresso dos Estados Unidos referentes ao comércio internacional do país estariam quase que impedindo a adesão do Brasil à ALCA.

Sua Excelência tem razão. E é bom, por isso mesmo, que exija do Itamaraty um comportamento consentâneo com essa situação, sem bravatas nem recuos, mas, na forma como o sabe fazer nossa diplo-

macia, racionalizando ao máximo o assunto, para que se possa encontrar solução razoável para ele.

Desde 1994 o Congresso americano vem negando ao Presidente a autorização para promover o comércio, dentro do estilo “fast track”, que pode ser entendido como trilha rápida. De fato, o Executivo negociaria acordos comerciais com os diversos parceiros, não podendo o Parlamento modificá-los, mas apenas aceitá-los ou rejeitá-los.

Essa autorização veio de ser concedida agora, pela Câmara de Representantes, por 215 a 214, margem de apenas um voto que bem simboliza as dificuldades enfrentadas em plenário para sua aprovação.

Mas de que forma o Presidente Bush conseguiu aquela autorização? Da forma usual, negociando, por fora uma série de concessões, as mesmas concessões que o Sr. Fernando Henrique vem de condenar e que, de fato, inviabilizam qualquer acordo para o ingresso do Brasil na ALCA.

De início, a concessão concedida ao Presidente americano pode ser considerada risível. É que essa autorização não abrangerá aquilo que a Câmara entende ser “produtos sensíveis”, produtos que, por incrível que pareça, chegam a quase 300 itens na pauta de importação e exportação.

No caso específico do Brasil, açúcar e sucos cítricos seguem sendo quase que proibidos. E representam, nas trocas comerciais brasileiras, mais de 3 bilhões de dólares. Seguem sancionados, ainda, com uma legislação “antidumping”, as exportações de aços semi-acabados, item que representa 75% das exportações brasileiras no setor.

Nessa área convém que não nos esqueçamos de um dado relevante. A partir de 2003, Brasil e Estados Unidos estarão co-presidindo a comissão coordenadora da ALCA. Este o instante privilegiado para que a diplomacia brasileira exiba seu potencial de negociação e faça ver aos ianques que medidas assim tão restritivas e impostas sobretudo a produtos brasileiros que podem, com folga, competir com os mesmos itens, produzidos nos Estados Unidos ou em outros países do mundo, tais medidas, vale repetir, não poderão permitir que o Brasil ingresse tranquilamente nessa área de livre comércio, pois que, antes mesmo de ser ela perfeitamente definida, já significa prejuízos de vulto para nossa balança comercial.

O Sr. Presidente da República, portanto, deve passar das palavras aos atos para que ameaças da espécie a nossa economia não se concretizem de forma definitiva. E este é um instante que pode se tornar de grande projeção para a diplomacia brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Deputado, PPS.

Um outro assunto traz-me à tribuna.

Agora não se trata de mera especulação. Nem de estudos que economistas de oposição tenham feito para, uma vez mais, acusar o Governo de incompetência. É que, agora, Sr. Presidente, uma entidade governamental, a Fundação Getúlio Vargas, um dos maiores centros de pesquisa da América Latina, vem de divulgar este dado estarrecedor: 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da miséria.

Este dado, em si, constrange. Revolta, mesmo. Mas ele é apenas o prenúncio de outros ainda mais graves. O Governo gasta, em políticas sociais, 21% do PIB nacional, qualquer coisa perto de 200 bilhões de reais a cada ano. Mas, insiste a mesma Fundação, não existe uma política social que tenha um foco, razão pela qual esses recursos, dos mais vultosos, acabam por não cumprir os programas projetados, acabam por não atingir, na ponta, aqueles cidadãos os mais necessitados.

E os mais necessitados, Sr. Parlamentares, são as crianças. O percentual de meninos carentes, a meio desse total de indigentes, chega ao surpreendente índice de 40%, o que significa que mais de 20 milhões de menores de 15 anos vivem na miséria, na exclusão. E, portanto, representa uma juventude sem perspectiva. Isto é terrível.

Mais terrível, ainda, é ver que a bancada governista, na Câmara e no Senado, faz de um tudo para impedir que se eleve a renda mínima do brasileiro, aqui entendido o salário mínimo, aos 220 reais propostos pela oposição. Não, insiste o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, esse mínimo não pode ser superior a 200 reais, o que significa montante inferior a 80 dólares.

Assim como quem passa recibo, o próprio Sr. Presidente vem a público para dizer que sobraram muitos bilhões – Bilhões, Sr. Presidente!! – dentro do orçamento da República que não foram aplicados em sua destinação específica e que seriam diversos programas sociais. Ora, diante dessa miserabilidade sem horizonte, fica debochado dizer que nossas crianças morrem de fome enquanto os cofres públicos estão abarrotados de recursos que a elas seriam destinados.

São passados sete anos de Governo. De um Governo que não enfrentou maiores resistências deste Congresso, pois que praticamente todas as suas propostas, pelo menos as mais importantes e, por isso mesmo, as mais discutíveis, tiveram o aval de um

Parlamento mais submisso que consciente. Mas com esse poder a sua disposição, não soube o Sr. Fernando Henrique chegar, pelo menos a um objetivo, salvar nossa infância. E isto, convenhamos, é um triste réquiem para qualquer governo.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Pedro Chaves.

São lidos os seguintes

Ofício nº P-348/2001-CMO

Brasília, 12 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor

Senador Ramez Tebet

Digníssimo Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, para as providências cabíveis, cópia do Ofício GSAL nº 574/2001, do Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2001, Senador Amir Lando, de 11-12-2001, que se refere ao pleito do Deputado Armando Monteiro, sobre solicitação de retificação na nomenclatura de ação orçamentária objeto de suas Emendas nºs 35340015 e 3530016, apresentadas à referida Proposta Orçamentária e constante da Lei nº 10.171, de 5-1-2001.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Carlos Bezerra**, Presidente.

Ofício GSAL nº 574/2001

Brasília, 11 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor

Senador Carlos Bezerra

DD. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesta

Senhor Presidente,

Em apreço aos termos do Ofício nº 423/2001, de 10-12-2001, referente ao pedido do Deputado Armando Monteiro (PMDB – PE) de retificação na nomenclatura de ação orçamentária, objeto de suas Emendas nºs 35340015 e 35340016 apresentadas ao PLOA 2001, comunico a Vossa Excelência que a operacionalidade da retificação solicitada deverá ocorrer

nos termos da conclusão da Nota Técnica nº 85, de 2001, em anexo.

Aproveito o ensejo para manifestar a Vossa Excelência meu apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Amir Lando**.

Nota Técnica nº 85, de 2001

Brasília (DF), 10 de dezembro de 2001

Assunto: Despacho do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 10-12-2001, no Ofício nº 423/2001, que encaminha ao Senador Amir Lando pedido do Deputado Armando Monteiro (PMDB – PE) referente à retificação na nomenclatura de ação orçamentária, objeto de suas Emendas nºs 35340015 e 35340016 apresentadas ao PLOA 2001.

Interessado: Senador Amir Lando

1. Histórico

O ilustre Deputado Armando Monteiro solicita retificação de ações orçamentárias constantes da Lei nº 10.171, de 5-1-2001 (LOA 2001), resultado de aprovação de suas Emendas nº 15 e nº 16. Na referida lei, estão assim registradas:

UO	Funcional/Programa/Subtítulo	gnd	Modalidade de aplicação	Valor: R\$1,00
33903	08.244.0809.1481.0336 / Ações Sociais e Comunitárias no Enfrentamento à Pobreza- Implantação de Centro Comunitário/Geração de Renda- Aliança-PE	4	40	150.000,00
33903	08.244.0809.1481.0338 / Ações Sociais e Comunitárias no Enfrentamento à Pobreza- Implantação de Centro Comunitário/Geração de Renda - São Lourenço da Mata	4	40	100.000,00

Parlamento mais submisso que consciente. Mas com esse poder a sua disposição, não soube o Sr. Fernando Henrique chegar, pelo menos a um objetivo, salvar nossa infância. E isto, convenhamos, é um triste réquiem para qualquer governo.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Pedro Chaves.

São lidos os seguintes

Ofício nº P-348/2001-CMO

Brasília, 12 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor

Senador Ramez Tebet

Digníssimo Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, para as providências cabíveis, cópia do Ofício GSAL nº 574/2001, do Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2001, Senador Amir Lando, de 11-12-2001, que se refere ao pleito do Deputado Armando Monteiro, sobre solicitação de retificação na nomenclatura de ação orçamentária objeto de suas Emendas nºs 35340015 e 3530016, apresentadas à referida Proposta Orçamentária e constante da Lei nº 10.171, de 5-1-2001.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Carlos Bezerra**, Presidente.

Ofício GSAL nº 574/2001

Brasília, 11 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor

Senador Carlos Bezerra

DD. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesta

Senhor Presidente,

Em apreço aos termos do Ofício nº 423/2001, de 10-12-2001, referente ao pedido do Deputado Armando Monteiro (PMDB – PE) de retificação na nomenclatura de ação orçamentária, objeto de suas Emendas nºs 35340015 e 35340016 apresentadas ao PLOA 2001, comunico a Vossa Excelência que a operacionalidade da retificação solicitada deverá ocorrer

nos termos da conclusão da Nota Técnica nº 85, de 2001, em anexo.

Aproveito o ensejo para manifestar a Vossa Excelência meu apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Amir Lando**.

Nota Técnica nº 85, de 2001

Brasília (DF), 10 de dezembro de 2001

Assunto: Despacho do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 10-12-2001, no Ofício nº 423/2001, que encaminha ao Senador Amir Lando pedido do Deputado Armando Monteiro (PMDB – PE) referente à retificação na nomenclatura de ação orçamentária, objeto de suas Emendas nºs 35340015 e 35340016 apresentadas ao PLOA 2001.

Interessado: Senador Amir Lando

1. Histórico

O ilustre Deputado Armando Monteiro solicita retificação de ações orçamentárias constantes da Lei nº 10.171, de 5-1-2001 (LOA 2001), resultado de aprovação de suas Emendas nº 15 e nº 16. Na referida lei, estão assim registradas:

UO	Funcional/Programa/Subtítulo	gnd	Modalidade de aplicação	Valor: R\$1,00
33903	08.244.0809.1481.0336 / Ações Sociais e Comunitárias no Enfrentamento à Pobreza- Implantação de Centro Comunitário/Geração de Renda- Aliança-PE	4	40	150.000,00
33903	08.244.0809.1481.0338 / Ações Sociais e Comunitárias no Enfrentamento à Pobreza- Implantação de Centro Comunitário/Geração de Renda - São Lourenço da Mata	4	40	100.000,00

Alega o ilustre parlamentar em seu Ofício que o efeito pretendido pelas emendas é a destinação de recursos para centros de geração de renda, conforme a justificativa das citadas emendas. Para tanto pede seja alterado, em ambas as dotações acima, o título para “Ações de Geração de Renda no Enfrentamento à Pobreza”, evitando-se eventuais óbices na fase da execução financeira dos projetos.

As emendas elaboradas pelo autor contemplaram o programa “Ações Sociais e Comunitárias no Enfrentamento à Pobreza”, tipicamente relacionadas ao apoio a centros comunitários, centros de múltiplo uso e outras ações voltadas para a integração comunitária. Além disso, elencou de maneira explícita no subtítulo a expressão “Implantação de Centro Comunitário”. Como pretendia, segundo alega, projetos para centros de geração de renda, operou-se desconexão entre o título/subtítulo da emenda e o fim desejado pelo seu autor.

Registre-se que as “Ações de Geração de Renda no Enfrentamento à Pobreza” se destinam ao apoio a entidades (inclusive assistenciais), que, nas localidades mais carentes, se dedicam a envolver a população local em atividades que possam gerar algum tipo de renda. O fomento a pequenos empreendimentos comunitários também pode ser contemplado aqui.

É de se ressaltar, por oportuno, que a citada emenda, ao longo do processo de apreciação congressional, não foi objeto de destaque, com vistas à correção ora pretendida.

Do exame da justificativa das emendas (“espe-lhos” anexos), vê-se que o autor, apesar da identificação inadequada do título/subtítulo, pretendia alocar recursos para a “implantação de espaço físico de base comunitária para o desenvolvimento de projetos articulados de geração de renda, tanto na área de capacitação como de organização e funcionamento de empreendimentos coletivos (...)”. (g.n)

2. Análise Jurídica

A questão principal é saber se há, no âmbito da legalidade, possibilidade de modificação da ação orçamentária constante da Lei nº 10.171, de 5-1-2001, nos moldes requeridos pelo Deputado Armando Monteiro.

Evidentemente, a própria lógica nos leva à conclusão de que, na presença de equívocos apurados no texto da lei, o sistema normativo há de possibilitar a devida retificação.

Pois bem. No caso em tela, examinando-se a redação trazida pela justificativa das Emendas nºs 35340015 e 35340016 do Deputado Armando Monte-

iro, percebe-se que seria razoável a alocação de suas propostas nas “Ações de Geração de Renda no Enfrentamento à Pobreza”, corrigindo erro na elaboração das mesmas.

Nesse contexto, o artigo 325 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) enumera, em seus incisos, os comandos procedimentais nas hipóteses de ocorrência de erros, tendo o texto já sido aprovado e com redação definitiva. Tendo em vista que a Lei Orçamentária para 2001 já foi sancionada pelo Presidente da República, caberia invocar a combinação dos incisos I e II do mencionado artigo 325 do RISF:

Art. 325. Verificada a existência de erro em texto aprovado e com redação definitiva, proceder-se-á da seguinte maneira:

I – tratando-se de contradição, incoerência, prejudicialidade ou equívoco que importe em alteração do sentido do projeto ainda não remetido à sanção, ou à Câmara, o Presidente encaminhará a matéria à comissão competente para que proponha o modo de corrigir o erro, sendo a proposta examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de submetida ao Plenário;

II – nas hipóteses do inciso anterior, quando a matéria tenha sido encaminhada à sanção ou à Câmara, o Presidente, após manifestação do Plenário, comunicará o fato ao Presidente da República ou à Câmara, remetendo novos autógrafos, se for o caso, ou solicitando a retificação do texto, mediante republicação da lei.

..... (g.n) .

Do texto supra, compreende-se que, verificado o equívoco no âmbito da Lei Orçamentária Anual, já sancionada pelo Presidente da República, caberia ao Presidente do Congresso Nacional, utilizando-se de analogia ao RISF, com prévia manifestação do Plenário, comunicar este erro ao Presidente da República, pedindo a retificação do texto por meio da republicação da lei.

A título de informação, veja-se que, no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, há dispositivo semelhante, para os casos em que o projeto já tenha sido enviado à sanção presidencial:

Art. 199. Quando, após a aprovação de redação final, se verificar inexatidão do texto, a Mesa procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário e fará a devida comunicação ao Senado, se já

[illegible]

Consulta Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Ano 2001 Detalhamento da Emenda à Despesa

Emenda à Despesa: 3534 0015

Autor : ARMANDO MONTEIRO - PMDB / PE
Modalidade : 09 - EMENDA DE PARLAMENTAR

JUSTIFICATIVA :

IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO DE BASE COMUNITÁRIA, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ARTICULADOS DE GERAÇÃO DE RENDA, TANTO NA ÁREA DE CAPACITAÇÃO COMO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE EMPREENDIMENTOS COLETIVOS. TAMBÉM SERÃO ADQUIRIDOS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS PARA MANUFATURAR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS VISANDO GERAR RENDAS PARA INTEGRANTES DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA.

Programação da Despesa Proposta

Projeto/Atividade/Subtítulo 2600708 - ALIANÇA
Sistema 2 - SEGURIDADE
Unidade Orçamentária 33903 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade/Subtítulo 08.244.9999.1481
AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA IMPLANTAÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO/ GERAÇÃO DE RENDA - ALIANÇA - PE
Meta de 2641 - CENTRO IMPLANTADO
Projeto/Atividade/Subtítulo
Especificação/Unidade UNIDADE
Valor 1

Acréscimos à Programação

	Natureza da Despesa	Valor
4 - INVESTIMENTOS		150.000

Decréscimos à Programação

Sequência	Fonte	Natureza da Despesa	Valor
001089	100	8 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000

Posição Final da Programação da Despesa

Parecer Padrão:
APROVADA, EM RAZÃO DO MERITO E OPORTUNIDADE DA INICIATIVA/CONSIDERAÇÕES CONTIDAS NA JUSTIFICAÇÃO.

Consulta Emendas ao Projeto de Lei Orçamentário Ano 2001 Detalhamento da Emenda à Despesa

Emenda à Despesa: 3534 0016

Autor : ARMANDO MONTEIRO - PMDB / PE
Modalidade : 09 - EMENDA DE PARLAMENTAR

JUSTIFICATIVA :

IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO DE BASE COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ARTICULADOS DE GERAÇÃO DE RENDA, TANTO NA ÁREA DE CAPACITAÇÃO COMO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE EMPREENDIMENTOS COLETIVOS. TAMBÉM SERÃO ADQUIRIDOS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS PARA MANUFATURAR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS VISANDO GERAR RENDAS PARA INTEGRANTES DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA.

Programação da Despesa Proposta

Programação: 2613701 - SÃO LOURENÇO DA MATA
Estrutura: 2 - SEGURIDADE
Unidade Orçamentária: 33903 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto Atividade/Substituto: 08.244.9999.1481
AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA IMPLANTAÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO/ GERAÇÃO DE RENDA - SÃO LOURENÇO DA MATA - PE
Meta: 2641 - CENTRO IMPLANTADO
Projeto Atividade/Substituto:
Especificação/Unidade: UNIDADE
Quantidade: 1

Acréscimo à Programação

Natureza da Despesa	Valor
4 - INVESTIMENTOS	100.000

Decréscimos à Programação

Sequência	Fonte	Natureza da Despesa	Valor
001089	100	8 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000

Posição Final da Programação da Despesa

Parecer Padrão:
APROVADA, EM RAZÃO DO MÉRITO E OPORTUNIDADE DA INICIATIVA/CONSIDERAÇÕES CONTIDAS NA JUSTIFICAÇÃO.

Localidade: 2613701 - SÃO LOURENÇO DA MATA
 Esfera: 2 - SEGURIDADE
 Unidade Orçamentária: 33903 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Projeto/Atividade/Subtítulo: 08.244.0809.1481.0338
 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO/ GERAÇÃO DE
 RENDA - SÃO LOURENÇO DA MATA - PE

Meta do
 Projeto/Atividade/Subtítulo:

Especificação/Unidade: 0072 - CENTRO IMPLANTADO
 Quantidade: 1

Acréscimos à Programação:

Fonte	Natureza da Despesa	Valor
100	4 - INVESTIMENTOS	100.000

Consultar os valores da execução orçamentária do projeto.

Localidade: 2600708 - ALIANÇA
 Esfera: 2 - SEGURIDADE
 Unidade Orçamentária: 33903 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Projeto/Atividade/Subtítulo: 08.244.0809.1481.0336
 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO/ GERAÇÃO DE
 RENDA - ALIANÇA - PE

Meta do
 Projeto/Atividade/Subtítulo:

Especificação/Unidade: 0072 - CENTRO IMPLANTADO
 Quantidade: 1

Acréscimos à Programação:

Fonte	Natureza da Despesa	Valor
100	4 - INVESTIMENTOS	150.000

Consultar os valores da execução orçamentária do projeto.

Ofício nº P-350/2001-CMO

Brasília, 13 de dezembro de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, para as providências cabíveis, cópia do Ofício GSAL nº 0567/2001 do Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2001, Senador Amir Lando, desta data, que se refere ao pleito do Deputado Damião Feliciano, sobre solicitação de **retificação** na nomenclatura, de ação orçamentária, objeto de sua emenda nº 35300020, apresentada à referida Proposta Orçamentária e constante da Lei nº 10.171, de 5-1-2001, conforme abaixo explicitado:

Onde se lê:

UO	Funcional	GND	MA	Valor: R\$ 1,00
27.812.0180.5450.1502	Implantação de Infra-Estrutura Esportiva			
5.222	em Comunidades Carentes Construção e Equipamento de Quadra de Esporte - Areia - PB	4	40	100.000,00

Leia-se:

UO	Funcional	GND	MA	Valor: R\$ 1,00
27.812.0180.5450.1502	Implantação de Infra-Estrutura Esportiva			
5.222	em Comunidades Carentes Construção e Equipamento de Quadra de Esporte - Areia - PB	4	40	100.000,00

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Carlos Bezerra**, Presidente.

Ofício GSAL nº 0567/2001

Brasília, 13 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor

Senador Carlos Bezerra

DD. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesta

Senhor Presidente,

Em apreço aos termos de Correspondência de 4-12-2001, referente ao pedido do Deputado Damião Feliciano (PMDB-PB), de retificação na nomenclatura

de ação orçamentária, objeto de sua emenda nº 35300020 apresentada ao PLOA 2001, Comunico a Vossa Excelência que a operacionalidade da retificação solicitada deverá ocorrer nos termos da conclusão da Nota Técnica anexa.

Aproveito a oportunidade para manifestar a Vossa Excelência a expressão de meu apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador **Amir Lando**.

NOTA TÉCNICA Nº 87, de 2001

Assunto: Ofício nº 341/2001-CMO, de 5-12-2001, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio do qual é encaminhada, ao Senador AMIR LANDO, solicitação do Deputado **Damião Feliciano** referente à retificação do nome do Município de **Areial** para **Areia**, no Estado da Paraíba-PB, objeto de sua emenda nº 35300020, apresentada ao projeto de lei orçamentária para o exercício de 2001 —PLOA/2001.

Interessado: Senador **Amir Lando**

1 – Histórico

O ilustre Deputado Damião Feliciano, por meio de correspondência datada de 4-12-2001, solicita ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ratificação do nome do Município de Areial para Areia, conforme consta de sua emenda nº 35300020, corretamente aprovada, porém, publicada com incorreção.

De fato, consta do “espelho” anexado à solicitação, que a emenda supra-referida, aprovada com o valor de R\$100.000,00, na Funcional e Programática 27.812.0180.5450, destina-se à Implantação de Infra-Estrutura Esportiva em Comunidades Carentes — Construção e Equipamento de Quadra de Esporte — Areia-PB.

2 – Análise

Da análise dos elementos apresentados pelo ilustre solicitante pode-se perceber que lhe assiste razão, porquanto nos registros relacionados com o processo legislativo o nome do Município encontra-se corretamente grafado. A incorreção, portanto, resulta da publicação da Lei Orçamentária para o corrente exercício financeiro, Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001.

Para atender situações dessa natureza, o artigo 325 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) enumera, em seus incisos, os comandos procedimentais nas hipóteses de ocorrência de erros, tendo o texto já sido aprovado e recebido redação definitiva. Tendo em vista que a Lei Orçamentária para 2001 já foi sancionada pelo Presidente da República, caberia invocar a combinação dos incisos I e II do mencionado artigo 325 do RISF, **in verbis**:

“Art. 325. Verificada a existência de erro em texto aprovado e com redação definitiva, proceder-se-á da seguinte maneira:

I – tratando-se de contradição, incoerência, prejudicialidade ou equívoco que importe em alteração do sentido do projeto ainda não remetido à sanção, ou à Câmara, o Presidente encaminhará a matéria à comissão competente para que proponha o modo de corrigir o erro, sendo a proposta examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de submetida ao Plenário;

II – nas hipóteses do inciso anterior, quando a matéria tenha sido encaminhada à sanção ou à Câmara, o Presidente, após manifestação do Plenário, comunicará o fato ao Presidente da República ou à Câmara, remetendo novos autógrafos, se for o caso, ou solicitando a retificação do texto, mediante republicação da lei”.

Do texto supra, compreende-se que, verificado o equívoco no âmbito a Lei Orçamentária Anual, já sancionada pelo Presidente da República, caberia ao Presidente do Congresso Nacional, utilizando-se de analogia ao RISF, com prévia manifestação do Plenário, comunicar este erro ao Presidente da República, pedindo a retificação do texto por meio da republicação da lei.

A título de informação, veja-se que, no Regimento Interno da Câmara os Deputados, há dispositivo semelhante, para os Casos em que o projeto já tenha sido enviado à sanção presidencial:

“Art. 199. Quando, após a aprovação de redação final, se verificar inexatidão do texto, a Mesa procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário e fará a devida comunicação ao Senado, se já lhe houver enviado o autógrafo, ou ao Presidente da República, se o projeto já tiver subido à sanção. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a cor-

reção; em caso contrário, caberá a decisão ao Plenário.”

3. Conclusão

Cristalina é a compreensão de que houve erro na publicação do nome do Município de Areia, conforme se vê dos elementos apresentados pelo insigne Deputado Damião Feliciano.

Em se admitindo a ocorrência de equívoco e na ausência de norma orçamentária específica, a retificação desejada, cuja realização se afigura nos limites da razoabilidade, demandaria a utilização de analogia ao art. 325, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se refere à existência de erro em matéria já submetida à sanção do Presidente da República.

Com base nesse dispositivo, para que seja operacionalizada legalmente a retificação, deverá o Presidente do Congresso Nacional submeter a alteração desejada ao Plenário, que se manifestará acerca da pretendida e pertinente mudança na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 10.171, de 5-1-2001) – Funcional e Programática 27.812.0180.5450.1502 – Implantação de Infra-Estrutura Esportiva em Comunidades Carentes – Construção e Equipamento de Quadra de Esporte – Areia-PB.

Em caso de aprovação pelo Plenário, nos termos do artigo 325, II, do RISF o fato deverá ser comunicado ao Presidente da República, a quem deverá ser solicitada a retificação sob exame, nos seguintes termos:

Na Funcional e Programática 27.812.0180.5450.1502, constante da lei orçamentária anual – Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001,

onde se lê:

Implantação de Infra-Estrutura Esportiva em Comunidades Carentes – Construção e Equipamento de Quadra de Esporte – **Areial-PB**,

leia-se:

Implantação de Infra-Estrutura Esportiva em Comunidades Carentes – Construção e Equipamento de Quadra de Esporte – **Areia-PB**

Brasília, 13 de dezembro de 2001 – **Antonio Augusto Bezerra Ribeiro**, Consultor-Geral-Adjunto de Orçamentos.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ofício nº P-341-2001–CMO

Brasília, 5 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor
Senador **Amir Lando**

Digníssimo Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2001

Nesta

Senhor Relator-Geral,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, para as providências cabíveis, o Ofício s/nº do Deputado Damião Feliciano, de 4-12-2001, o qual solicita correção da Emenda, de sua autoria de nº 35300020, Funcional Programática nº 27.812.0180.5450, para o Município de Areia no Estado da Paraíba, apresentada corretamente por ocasião da tramitação da Proposta Orçamentária para 2001, mas publicada incorretamente contemplando o Município de Areial.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Carlos Bezerra**, Presidente.

Brasília, DF, 4 de dezembro de 2001

Exmº Sr.

Senador Carlos Bezerra

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização

Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, solicito, vossa especial atenção no sentido de verificar a possibilidade de consertar o texto da Emenda de minha autoria nº 35300020, Funcional Programática nº 27.812.0180.5450 para o Município de Areia Estado da Paraíba, que conforme cópias em anexo, foi apresentada corretamente, mas sua publicação saiu com erro onde agora se lê Areial.

Certo de contar com o apoio de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente. – Deputado **Damião Feliciano**.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PR. 001/2001-PR

DATA: 11/12/2001
HORAS: 10:12
FOLHA: 01/01

RÉCIBO DE ENTREGA DE EMEIDAS

ATOR	3530 - DAMIÃO FELICIANO	UF: PB	Valor em Acrescentado (Em R\$ 1,00)
001	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE - PB	001	20.000
002	PROJETO ATIPICO EQUIPAMENTOS PARA FUNCAÇÃO RUBENS DUTRA SECUNDO - CAMPINA GRANDE - PB	002	40.000
003	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - SERRARIA - PB	003	50.000
004	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - REMÍCIO - PB	004	100.000
005	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - SERRA REDONDA - PB	005	20.000
006	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - BARAUNA - PB	006	200.000
007	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - FLORES - PB	007	20.000
008	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - MURUNGU - PB	008	200.000
009	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - SANTA RITA - PB	009	100.000
010	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - JARDIM DO ESPRITO SANTO - PB	010	100.000
011	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - MATAPAZA - PB	011	20.000
012	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - ARAUÁ - PB	012	20.000
013	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - JARDIM DE SÃO PEDRO - PB	013	200.000
014	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - LAVRAMENTO - PB	014	10.000
015	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - CACIMBAS - PB	015	20.000
016	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB	016	20.000
017	ACÓES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - BOQUEIRÃO - PB	017	20.000

Despesa = 20 ; Receita = 0 ; Total = 0 ;
Nave de Segurança = 2466

ATOR: _____

Credenciado: _____

57059

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
P1 - nº 017/00-CNA

Data: 11/11/00

Hora: 16:23

Página: 00/02

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS

AUTOR: 3530 - DAMIÃO FELICIANO

UF: PB

Emenda	Título	Localidade	Valor do Acréscimo (Em R\$ 1,00)
011	ACÇÕES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL		
	ACÇÕES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - FRE: MARTINHO - PB		
55101		FRE: MARTINHO - PB	20.000
019	ACÇÕES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL		
	ACÇÕES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - PITIMBU - PB		
55101		PITIMBU - PB	90.000
020	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES		
	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE QUADRA DE ESPORTE - AREIA - PB		
51202		AREIA - PB	100.000

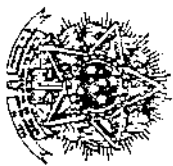
Despesa = 20 ; Receita = 0 ; Texto = 0)
nave de Segurança: 31466

Autor:

TOTAL (Despesa + Receita): 20

Credenciado:

53 059



CONGRESSO NACIONAL

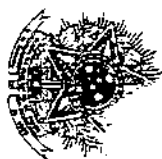
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS AO
ORÇAMENTO PARA 2001
UF/LOCALIDADE

PARAÍBÁ

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2001
Emendas Apresentadas à Despesa por - UF/LOCALIDADE

[illegible]



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

ORÇAMENTO PARA 2001

(Projeto de Lei nº 17/2000-CN)

Relator-Geral: Senador AMIR LANDO

EMENDAS APROVADAS POR UF/LOCALIDADE

(Após votação no Congresso Nacional)

PARAIBA

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Orçamento da União para 2001 - Emendas Aprovadas por Ordem Alfabética

Orçamento da União - Orçamento Geral da União - 2001

AUTOR	FUNÇÃO	EMENDA ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	TÍTULO SUBTÍTULO	U.F.	P.B.	E	G	M	A	Indicador
UF: PB											
Localidade:		ÁGUA BRANCA									
Localidade:	3539001	36001	10300	MACIOBA DE SAÚDE	10 302 0004 5776 1052	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - AGUA BRANCA - PB	2	4	40		10000
Localidade:	AGUIAR										
Localidade:	3539002	36001	10301	MACIOBA DE SAÚDE	06 102 0607 4600 0000	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - AGUIAR - PB	2	4	40		10000
Localidade:	ALAGOA GRANDE										
Localidade:	3539003	36001	10302	MACIOBA DE SAÚDE	27 612 0101 5120 1500	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - ALAGOA GRANDE - PB	2	4	40		10000
Localidade:	3539004	36001	10303	MACIOBA DE SAÚDE	27 612 0102 5120 1500	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - ALAGOA GRANDE - PB	2	4	40		10000
Localidade:	ALAGOA NOVA										
Localidade:	3539005	36001	10304	MACIOBA DE SAÚDE	18 544 0515 1051 1295	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - ALAGOA NOVA - PB	2	4	40		10000
Localidade:	ALAGOINHA										
Localidade:	3539006	36001	10305	MACIOBA DE SAÚDE	27 612 0103 5120 1500	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - ALAGOINHA - PB	2	4	40		10000
Localidade:	ALCANIL										
Localidade:	3539007	36001	10306	MACIOBA DE SAÚDE	27 612 0104 5120 1500	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - ALCANIL - PB	2	4	40		10000
Localidade:	ALLANDRA										
Localidade:	3539008	36001	10307	MACIOBA DE SAÚDE	27 612 0105 5120 1500	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - ALLANDRA - PB	2	4	40		10000
Localidade:	AMPARO										
Localidade:	3539009	36001	10308	MACIOBA DE SAÚDE	10 302 0004 5776 1052	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - AMPARO - PB	2	4	40		10000
Localidade:	APARECIDA										
Localidade:	3539010	36001	10309	MACIOBA DE SAÚDE	10 302 0004 5776 1052	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - APARECIDA - PB	2	4	40		10000
Localidade:	ARAÇAGI										
Localidade:	3539011	36001	10310	MACIOBA DE SAÚDE	10 302 0004 5776 1052	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - ARAÇAGI - PB	2	4	40		10000
Localidade:	ARARA										
Localidade:	3539012	36001	10311	MACIOBA DE SAÚDE	06 102 0607 4600 0000	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - ARARA - PB	2	4	40		10000
Localidade:	AREIA										
Localidade:	3539013	36001	10312	MACIOBA DE SAÚDE	10 302 0004 5776 1052	ACQUISICAO DE UNIFORMES, EQUIP. DE CAMPA, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIP. DE SAÚDE - AREIA - PB	2	4	40		10000

Chrysanthos, I. et al., "The Effect of the Age of the Donor on the Quality of the Sperm," *Journal of Human Fertility*, 1993, 10(1), 1-5.

[illegible]

Physique et chimie des matériaux, Université de Bourgogne, 21078 Dijon cedex, France

AUTOR	EMPRESA	INDICADOR ORÇAMENTÁRIO	PRINCIPAL PROGRAMÁTICA	PROJETO SUBTÍTULO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518
-------	---------	------------------------	------------------------	-------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Cheng, J. and J. C. Lagarias, *Journal of Number Theory*, 100 (2003), 1–10.

AUTOR	EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	TÍTULO SUBTÍTULO	LOCALIDADE	LEGISLATIVO	VALOR
						F B	TIPO
DAMAZO FELICIANO	35300015	53101	M. INTEG. MAC	06. 062. 0260. 0014	APÓSSENTAMENTOS DE TERCEIRA CATEGORIA	2	4. 40
Localidade:	CAIÇARA						
MARCONDES CAMPELIM	36330009	51202	INDESP	27. 012. 0180. 5600. 2389	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	1	4. 40
WELLINGTON MARINHO	23190003	53101	LA INTEG. MAC	06. 062. 0260. 0020	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
Localidade:	CAJAZEIRAS						
AMANDINO ADILIO	31380002	36901	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10. 302. 0004. 1023. 4208	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
AFRÍDIO AMARALIA	35300008	20117	SEC. ESP. DE SERV. UNIMAC	17. 512. 0120. 3608. 1202	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
WILSON BRUNÇA	31010009	53101	LA INTEG. MAC	06. 062. 0260. 0020	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
Localidade:	CAJAZEIRINHAS						
RAFAEL FÉLIX	36320009	51202	INDESP	27. 012. 0180. 5600. 2389	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	1	4. 40
Localidade:	CALDAS BRANDÃO						
EDIVALDO HERFICO	31390013	51202	INDESP	27. 012. 0180. 5600. 2160	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	1	4. 40
Localidade:	CAMPINA GRANDE						
BANCAIM DA VENTURA	21160002	53101	M. INTEG. MAC	10. 302. 0015. 1023. 0030	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	1	4. 40
BARBARA DA FRANÇA	21160015	70112	SEC. ESP. DE SERV. UNIMAC	15. 512. 0120. 3608. 1656	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	1	4. 40
(PMAO FELICIANO)	35300002	36901	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10. 302. 0004. 1023. 1288	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
DOMINGOS CAVALCANTE	35310003	36901	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10. 302. 0004. 1023. 4204	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
DIR NELLETO	35310004	36901	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10. 302. 0004. 1023. 4208	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
EDINALDO HENRIQUE	31600013	53001	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10. 302. 0004. 1023. 1547	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
EMMA DO MONTEIRO	31600020	36901	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10. 302. 0004. 1023. 1288	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
JOSÉ DE ARAÚJO	36330004	36901	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10. 302. 0004. 1023. 1288	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
LUIZA LINDURRA	36110002	33903	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	06. 062. 0260. 2355. 0116	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
MATHEUS GARCIA	35320009	36903	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	06. 062. 0260. 2355. 0118	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
Localidade:	CASSIPORANGA						
RICARDO MULLER	33330015	10211	INDESP	10. 311. 0110. 3608. 0040	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	2	4. 40
Localidade:	CATINGUEIRA						

179.00000000 (441.773) (UNO)H151 PROP. 151EN - (470 Kcal) Evacuados por 1577.00 al 10000.

[illegible]

Introduction

1994

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FINANÇAS - ATOS PUBL. 405 E FISCALIZAÇÃO

Documento de Trabalho para 2001 - Emendas Aprovadas por TIPO LOCALIDADE

AUTOR	EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃOAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO SUBTÍTULO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462
-------	--------	----------------------	-----------------------	------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

[illegible][illegible]

1. Mg^{2+} ions of the Mg^{2+} solution were added to the Mg^{2+} solution.

ATOR	EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PRINCIPAL PROGRAMÁTICA	TIPO O SUBSTITUTO	ESG	MA	TRM
					F	A	
Localidade:	ITAPORANGA						
CARLOS DUTRA	35700001 22 01	M AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	20 606 0000 1494 1128	ESTIMATIVA DE PROJEÇÃO AGROPECUÁRIA / AGROPECUÁRIA / AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - ITAPORANGA - MATRIZ/2023	1	4	30
Localidade:	ITAPOROROCA						
FRANCO DO RIBEIRO	31960003 36 99	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10 302 0004 1024 2822	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - ITAPOROROCA - PB	2	4	30
Localidade:	ITATUBA						
PIRENE DO LIMA	31060015 22 01	M AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	20 606 0006 1494 0220	ESTIMATIVA DE PROJEÇÃO AGROPECUÁRIA / AGROPECUÁRIA / AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - ITATUBA - MATRIZ/2023	1	4	30
Localidade:	JERICÓ						
WILSON BRAGA	35100016 36 21	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10 311 0119 0520 0220	ACÓD. DE MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - JERICÓ - PB	2	4	30
Localidade:	JOÃO PESSOA						
AMENSON ALMEIDA	31200009 20 21	CELET - PB	12 364 0001 3114 1004	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - CELET - PB	1	4	30
AMENSON ALMEIDA	31200012 42 02	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10 322 0170 4401 0144	DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - AMENSON ALMEIDA - PB	1	4	30
BANGORUA DA PAIXÃO	71160001 20 11	SEC ESP DESENV URBANO	15 451 0003 1051 0620	ACÓD. DE MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - SEC ESP DESENV URBANO - BANGORUA DA PAIXÃO - PB	1	4	30
DAMAZO DE OLIVEIRA	35360013 53 01	M SAÚDE - MAC	06 102 0067 4100 0710	ACÓD. DE MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - M SAÚDE - MAC	2	4	30
DONICIANO CALHEIROS	35310001 36 99	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10 302 0004 1023 2334	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - DONICIANO CALHEIROS - PB	2	4	30
EDMUNDO CANTALHO	35310002 36 99	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10 302 0004 1023 2344	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - EDMUNDO CANTALHO - PB	2	4	30
WILSON DUTRA	35030015 33 99	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	09 243 0020 5309 0720	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - WILSON DUTRA - PB	2	4	30
Localidade:	JUAZEIRINHO						
CARLOS DUTRA	35290002 22 01	M AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	20 606 0000 1494 1124	ESTIMATIVA DE PROJEÇÃO AGROPECUÁRIA / AGROPECUÁRIA / AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - JUAZEIRINHO - MATRIZ/2023	1	4	30
Localidade:	JURUPIRANGA						
DONICIANO CALHEIROS	35310010 51 20	MAESP	27 012 0100 5400 2332	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - MAESP - JURUPIRANGA - PB	1	4	30
Localidade:	JURU						
WELINGTON TELES	33170001 53 01	M SAÚDE - MAC	06 102 0067 4100 0550	ACÓD. DE MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - M SAÚDE - MAC	2	4	30
WILSON BRAGA	33030012 36 21	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10 311 0119 0520 0214	ACÓD. DE MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - WILSON BRAGA - MATRIZ/2023	2	4	30
Localidade:	LAGOA DE DENTRO						
RICARDO RIBEIRO	35310011 53 01	M SAÚDE - MAC	06 102 0067 4100 0610	ACÓD. DE MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - M SAÚDE - MAC	2	4	30
Localidade:	LAGOA SECA						
EDMUNDO CANTALHO	35310003 53 01	M SAÚDE - MAC	06 102 0067 4100 0400	ACÓD. DE MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E ABASTECIMENTO - M SAÚDE - MAC	2	4	30

[illegible]

AUTOR	FUNÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	TÍTULO / SUBTÍTULO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Localidade:	LASTRO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				

if they add into it, and if they are able to do so, it is not a

[illegible]

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Orçamento da União para 2001 - Emendas Aprovadas por Orçamentariedade

Documento de identificação do projeto de emenda: 14010
Data de emissão: 06/12/2001

AUTOR	EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	TÍTULO ORÇAMENTÁRIO	U	D	M	A	Voto
					E	S	M	A	Total
					1	4	40		
Localidade:	PEDRA LAVRADA								
EDILMARCOS	16/0003	51202	INDESP	27 012 0180 5450 1504					27 012 0180 5450 1504
				PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - PEDRA LAVRADA - PB					
Localidade:	PEDRAS DE FOGO								
RICARDO MIRIM	33/0000	51702	INDESP	27 012 0180 5450 1020					27 012 0180 5450 1020
				PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - PEDRAS DE FOGO - PB					
Localidade:	PICUI								
RICARDO FREIRE	23/0010	53101	M. INTER. MAC.	06 102 0667 4500 0014					06 102 0667 4500 0014
				ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PICUI - PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - PICUI - TO					
Localidade:	PILAR								
WELTERTON FREIRE FILHO	23/0010	53101	M. INTER. MAC.	06 102 0667 4500 0014					06 102 0667 4500 0014
				ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PILAR - PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - PILAR - TO					
Localidade:	PILÕES								
DAMÃO FELICIANO	36/0007	53101	M. INTER. MAC.	06 102 0667 4500 0014					06 102 0667 4500 0014
				ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PILÕES - PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - PILÕES - TO					
Localidade:	PILÔZINHOS								
AVENZONI ARIELMA	36/0016	53101	M. INTER. MAC.	10 544 0515 1051 1054					10 544 0515 1051 1054
				CONSTRUÇÃO DE TERMO DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - PILÔZINHOS - PB					
Localidade:	PIRIPITUBA								
ARMANDO ABILIO	31/0020	20117	SEC. ESP. DE SEV. URBANO	15 451 0805 1953 1000					15 451 0805 1953 1000
				ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PIRIPITUBA - PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - PIRIPITUBA - PB					
DOMINGUO CAMILO	36/0013	51202	INDESP	27 012 0180 5450 2506					27 012 0180 5450 2506
				PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - PIRIPITUBA - PB					
Localidade:	PITIMBU								
DAMÃO FELICIANO	36/0010	53101	M. INTER. MAC.	06 102 0667 4500 0122					06 102 0667 4500 0122
DOMINGUO CAMILO	36/0012	51202	INDESP	27 012 0180 5450 2506					27 012 0180 5450 2506
				ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PITIMBU - PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - PITIMBU - PB					
Localidade:	POCINHOS								
ARMANDO ABILIO	31/0009	51202	INDESP	27 012 0180 5450 1932					27 012 0180 5450 1932
				PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - POCINHOS - PB					
WELTERTON FREIRE FILHO	23/0017	53101	M. INTER. MAC.	06 102 0667 4500 0014					06 102 0667 4500 0014
				ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE POCINHOS - PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - POCINHOS - PB					
Localidade:	POÇO DANTAS								
INAI POTERILAO	36/0014	20117	SEC. ESP. DE SEV. URBANO	15 451 0805 1950 1006					15 451 0805 1950 1006
				PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - POÇO DANTAS - PB					
Localidade:	POÇO DE JOSÉ DE MOURA								
INAI POTERILAO	36/0010	53101	M. INTER. MAC.	06 102 0667 4500 0120					06 102 0667 4500 0120
				ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA - PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - POÇO DE JOSÉ DE MOURA - PB					
Localidade:	PRINCESA ISABEL								
AVERGOM AFFRADA	36/0003	53101	INDESP	10 514 0515 1051 1050					10 514 0515 1051 1050
				CONSTRUÇÃO DE TERMO DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE INTERESSE PÚBLICO - PRINCESA ISABEL - PB					

$$(\text{Ph}_3\text{C})_3\text{SiCH}_2\text{CO}_2\text{Et} \xrightarrow{\text{LiAlH}_4} (\text{Ph}_3\text{C})_3\text{SiCH}_2\text{OH} \quad \text{Yield } 90\%$$
[illegible]

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Orçamento da União para 2001 - Emendas Apropriadas por Unidade Orçamentária

Relatório da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

AUTOR	EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃOAL PROGRAMÁTICA	ÁTICO SUBTÍTULO	VALOR S R A F D	VALOR FUND.
Localidade:	SÃO JOSÉ DO SABUGI					
Localidade:	SÃO JOSÉ DOS RAMOS					
Localidade:	SÃO MAMEDE					
Localidade:	SÃO MIGUEL DE TAIPU					
Localidade:	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA					
Localidade:	SERIDÓ					
Localidade:	SERRA BRANCA					
Localidade:	SERRA GRANDE					
Localidade:	SERRA REDONDA					
Localidade:	SERRA SERRA					
Localidade:	SERTÃOZINHO					

Relatório da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatório da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatório da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO					Legislação em tramitação no Congresso Nacional	
Orçamento do Brasil para 2001 - Emendas Aprovadas por Comissão					Orçamento 2001	
AUTOR	CEMID	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	TÍTULO/ SUBTÍTULO	1 G M S N A F D	2 A M B I E N T E
EFIMM/MONRAB	16/2001	5301	16	INTE. MAC	2	4
Localidade: UMBUZEIRO					1	4
MONRAB/EFIMM	35/2001	51202	100	PROJ. DE LEI DO ORÇAMENTO DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2001	1	4
Localidade: VÁRZEA					1	4
EFIMM/MONRAB	16/2001	51202	100	PROJ. DE LEI DO ORÇAMENTO DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2001	1	4
Localidade: VIEIRÓPOLIS					1	4
MONRAB/EFIMM	35/2001	51202	100	PROJ. DE LEI DO ORÇAMENTO DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2001	1	4
Total da UF:					1	4

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os ofícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Pedro Chaves.

São lidos os seguintes

Ofício nº 1.693-L-PFL/2001

Brasília, 18 de dezembro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 13, de 11 de dezembro de 2001, que “cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo

Deputado Pauderney Avelino
Rubem Medina

Suplente

Francisco Coelho
Reginaldo Germano

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 1.694-L-PFL/2001

Brasília, 19 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor

Senador **Ramez Tebet**

Presidência do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ricardo Fiúza (PPB – PE) para integrar, como membro titular a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.176-79, de 23 de agosto de 2001, que “dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências”, em substituição ao Deputado Paes Landim.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 1.697-L-PFL/01

Brasília, 20 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor

Senador **Ramez Tebet**

Presidência do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ursicino Queiroz para a integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Gerson Gabrielli.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 719/01

Brasília, 20 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor

Senador **Ramez Tebet**

Presidência do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Eni Voltolini, como titular em substituição ao Deputado Almir Sá, e os Deputados Pedro Henry e Hugo Biehl, como suplentes, em substituição aos Deputados Vadão Gomes e Eliseu Moura, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 721/01

Brasília, 20 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor

Senador **Ramez Tebet**

Presidência do Congresso Nacional

Nesta

Senh Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Odelmo Leão, como suplente, em Substituição ao Deputado Wagner Salustiano, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Pedro Chaves.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 183, DE 2001-CN

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a inclusão, na presente Ordem do Dia, do PLN nº 38, de 2001, cujo parecer foi aprovado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2001. – **Heráclito Fortes**, Líder do Governo no Congresso Nacional; **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que deixe para apreciar esses requerimentos no final da reunião. Como acabei de dizer, estamos num processo de debate. Sei que foram aprovados e votados ontem, na Comissão, têm muita adequação, o Relator foi o Deputado Gilmar Machado, mas eu preferia que deixássemos para votá-los posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Deputado, o requerimento foi lido apenas para o conhecimento de V. Exªs.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Pedro Chaves.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 183-A, DE 2001-CN

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a inclusão na presente Ordem do Dia, do PLN nº 39, de 2001, cujo parecer foi aprovado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2001. – **Heráclito Fortes**, Deputado Federal, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As considerações são as mesmas feitas ao requerimento anterior.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Da mesma forma. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Pedro Chaves.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2001-CN

Requeremos, nos termos do art. 34, parágrafo único, do Regimento Comum, a inversão da Ordem do Dia para apreciarmos, primeiramente, os seguintes itens da pauta: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, referentes aos Projetos de Lei do Congresso Nacional de nºs: 18, 28, 44, 47, 49, 50, 53, 55, e 96, respectivamente.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2001. – **Heráclito Fortes**, Deputado Federal, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esses são os requerimentos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Sr. Presidente, já foram acordados, podemos votar.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, o requerimento pede a inversão da ordem?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São os projetos de lei, Exª. Eles foram acordados.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Estão sendo colocados adiante?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Exatamente.

Em votação o requerimento de inversão da pauta na Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o requerimento no Senado Federal.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 2:

PROJETO DE LEI N.º 18, DE 2001-CN

(Inversão da pauta, nos termos do Requerimento n.º 184, de 2001, lido e aprovado nesta oportunidade.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 18, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$700.000,00, para os fins que especifica” tendo,

– Parecer n.º 35, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto e rejeição da emenda apresentada. (Mensagem n.º 346/2001-CN - n.º 579/2001, na origem).

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para discutir, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Há oradores inscritos para a discussão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, não há oradores inscritos, aqui na Mesa.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Então, por favor, Deputado Gilmar Machado, se V. Ex^a...

Sr. Presidente, ao final do ano, estamos votando muitos projetos. O que o Governo mandou para cá no apagar das luzes, na verdade, é uma espécie de revisão da Lei Orçamentária Anual de 2001. Julho até que o Brasil devia adotar como norma geral aquilo que já existe em alguns países: fazer, de maneira assumida, a revisão da Lei Orçamentária – o que, aliás, o próprio Brasil faz com o Plano Plurianual, ao revê-lo.

Recentemente, votamos aqui uma revisão desse tipo, somando à totalidade, isto porque observamos que o Governo, no apagar das luzes, deixou mais de cem projetos de leis – especiais, extraordi-

nários, de suplementação, de todos os tipos, com fontes que se entrecruzavam –, uma verdadeira barafunda orçamentária. Então, devíamos fazer com que cada assunto fosse analisado de per si. Eu acreditava até, Sr. Presidente – e fiz um pronunciamento nesse sentido –, que deveríamos anexar os projetos fossem afins, separando-os daqueles que não têm afinidade. E o Governo, com um erro técnico em seu projeto, soma créditos especiais com suplementação, por exemplo.

Por essa razão, estamos encaminhando contrariamente a esse projeto de lei, porque ele não se encontra na ordem das prioridades quando verificamos o objetivo especificado.

Esse recurso para o Ministério da Fazenda, francamente, num ano em que discutimos salário mínimo, é inaceitável. Fala-se aqui que não há recursos para o salário mínimo, mas, no fim de ano, vêm suplementações de todos os tipos, exceto para o salário mínimo. Temos de mudar esses critérios, temos de resgatar a soberania do Congresso Nacional, temos de alterar a maneira de o Governo impor a esta Casa a sua vontade imperial.

O PT vai votar contra essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Pela ordem, primeiro, Sr. Presidente, para falar da ordem de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria saber se está valendo a inscrição no livro, porque somos orientados a fazer a inscrição; abre-se o livro; vamos ao Senado proceder à inscrição, e ela não vale aqui.

Gostaria de saber se esse é o critério, porque não faz sentido fazermos esse processo antecipadamente no Senado e ficarmos expostos a esta situa-

ção. Onde temos que nos inscrever para participar do processo de discussão?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero informar que houve um lapso e que V. Ex^a está inscrito. Garantirei a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no momento em que iniciamos a votação de créditos suplementares aprovados na Comissão de Orçamento, nós, das Oposições, entendemos de abrir o espaço para votar a matéria sem obstruir e temos segurança de que teríamos número suficiente de Parlamentares para obstruir a votação. Esse gesto vai ao encontro do gesto feito pelo Governo, que há pouco retoma negociações para avançarmos na garantia de um salário mínimo mais vantajoso para os aposentados e os trabalhadores deste País imenso, em que há 15 milhões de trabalhadores.

Estamos aqui também cedendo para avançarmos nas negociações, pela intermediação feita pelo Deputado Heráclito Fortes, Líder do Governo, pelo Deputado Inocêncio Oliveira e por Líderes da Oposição, que estão tentando consolidar o acordo para que possamos votar não só esses créditos, mas os outros que ainda estão paralisados na Comissão de Orçamento. Entendemos que vários deles são meritórios. Aliás, na sua grande maioria, são meritórios. No entanto, a obstrução dava-se no sentido de buscarmos com o Governo a oportunidade de negociar os outros créditos sociais.

Com relação ao PLN, nós, do PDT, votamos contra – e não estaremos obstruindo –, mas contra porque não vemos por que o Governo sacar dinheiro para ajudar a financiar entidades privadas. Portanto, nós, do PDT, votamos contra e registramos que estamos abertos à negociação, votando agora no sentido de ir ao encontro daquilo que o Governo também faz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como muito bem disse nosso coordenador, o Líder Virgílio Guimarães, votaremos contrariamente porque não conseguimos compreender como pode o Governo, que tem dificuldades de arranjar recursos para o salário mínimo, emprestar R\$700 milhões da Susep para instituições do setor de seguros que estão na condição de massa liquidante. Os recursos, Sr. Presidente, na verdade, são uma espécie de Proer para empresas de seguros que estão quebrando. O Governo vai socorrê-las, mas não há recursos para o pequeno e médio produtor, para uma série de coisas.

Houve uma dificuldade enorme, com quase cem dias de greve de professores universitários brasileiros, em razão de R\$350 mil. E agora, para resolver o problema de seguradoras quebradas, o Governo cria um programa de seguros para essas empresas. No nosso entendimento, é um absurdo os R\$700 milhões que estão sendo alocados. Não podemos aceitar que o Governo venha a socorrer todas as empresas que começam a quebrar. Por que não há recursos para atender a população que precisa?

Outra questão para a qual gostaríamos de chamar a atenção dos Líderes do Governo é a seguinte: não podemos continuar deixando todos esses remanejamentos de Orçamento para o final do ano. Estamos trabalhando com R\$32 bilhões, sendo R\$13 bilhões de superávit. Por que não se faz esse remanejamento de seis em seis meses? Por que o Governo não se organiza para que possamos fazer essas correções de seis em seis meses, a fim de que não tenhamos que ficar aqui no final do ano com cento e tantos créditos, com mais de R\$32 bilhões, que são praticamente 10% de reorganização do Orçamento?

Não podemos continuar nesta condição, porque é ruim para o Congresso Nacional, que fica exposto. É como se estivéssemos votando de qualquer jeito, no final do ano, e, acima de tudo, parecendo que não queremos trabalhar. Por quê? Porque não dá para votar de qualquer jeito essa enormidade de créditos, e ainda mais um projeto como este, que é exatamente para socorrer empresa de seguro quebrada. Esse é um processo que não podemos mais continuar aceitando e com ele convivendo. Para as

empresas é uma beleza, mas para o povo é uma tragédia!

Por isso, estamos nos colocando contrariamente e vamos deixar bem claro e registrado que vamos trabalhar para, no próximo Governo – que, tenho certeza, será um Governo comprometido com os trabalhadores –, não termos mais esses créditos de última hora, da forma como estamos tendo aqui. Será um processo mais organizado, dividido, para que possamos de fato colocar com clareza e transparência para o povo brasileiro, e não haverá mais empréstimos para cobrir empresas privadas de seguro que estão quebrando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Deputado Alberto Goldman, para discutir.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço à Oposição que seja mais cuidadosa na leitura dos projetos que estamos discutindo aqui. A não ser que haja a intenção obstrucionista e, neste caso, entende-se, porque se usa todo tempo, gasta-se todo o tempo.

Quero fazer uma observação: não são 700 milhões, são 700 mil. V. Ex^a falou em 700 milhões, são 700 mil.

Em segundo lugar, essa suplementação é para concessão de empréstimos de 700 mil para liquidação de sociedade seguradora de capitalização e entidades de previdência privada aberta. É para liquidação. São despesas no GND 5. Não é nenhum empréstimo, Proer nenhum de coisa nenhuma.

O cancelamento para essa suplementação, Sr. Presidente, é da fiscalização dos mercados de seguros, capitalização e previdência privada aberta e resseguro, é o GND 3, é custeio. Portanto, é uma simples transferência de 700 mil do custeio da mesma origem, fonte para o GND 5, em que haverá recursos para a liquidação de algumas entidades de capitalização. É apenas isso.

Esse discurso feito agora é absolutamente inútil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Deputado José Antonio.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Bloco/PSB – MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, na esteira do que foi exposto pelos Líderes do PT, da Comissão de Orçamento, Deputado Virgílio Guimarães, Deputado Giovanni Queiroz, Presidente do PDT na Comissão de Orçamento, queremos registrar, em nome da Liderança do Bloco PSB e PC do B, que, efetivamente, teríamos condições de impedir essa votação, como as demais que ocorrerão nesta sessão, com o pedido de verificação, o que inviabilizaria sua continuidade.

O que estamos fazendo não significa que concordemos com esse PL ou qualquer outro. Sejam 700 milhões ou 700 mil, o valor não justifica que haja essa atuação e que o Governo use o Orçamento, que decorre de uma lei aprovada pelo Congresso e que deve ter força cogente, como um instrumento de sua política econômica.

O Governo contingencia no começo do ano, não libera recursos para investimentos, não libera recursos para as emendas dos Parlamentares que são da Oposição. Negocia quando há uma votação importante. Quando chega ao final do ano, faz inúmeros créditos suplementares e diz que o Congresso não o está permitindo cumprir seus objetivos.

Não é possível que se utilize uma lei, a Lei Orçamentária, para esse fim. Trata-se de um desvio de finalidade na utilização da lei.

A Oposição está permitindo a votação desses projetos como um gesto de grandeza pela reabertura das negociações com relação à questão do salário mínimo. É exatamente por isso que faço esse registro, em nome do Bloco PSB/PC do B, para dizer que a Oposição está permitindo que, neste momento, se votem os PLs da sessão de hoje.

O Bloco PSB/PC do B vota contrariamente ao PL n.º 28.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, corroboramos em gênero, número e grau com os oradores que nos antecederam.

Ao menos essa matéria foi discutida na Comissão temática, na Comissão Mista de Orçamento. Debates e há um paradoxo. Temos certeza de que essa não é a prioridade do Brasil. Estamos discutindo juros, a Previdência, o PL n.º 9; estamos discutindo o salário mínimo, o impacto do Imposto de Renda. Vemos, mais uma vez, o socorro às sociedades privadas, principalmente àquelas que fazem capitalização e quebram, que estão atrelados diretamente ao sistema financeiro.

Mas estamos aqui para colaborar, para fazer um gesto, como V. Ex^a mesmo chamou, transparente, patriótico, cívico e amadurecido, e não para prejudicar o País. Precisamos extirpar as coisas que são más ao nosso Orçamento, ao andamento da realidade, à transparência e à ética na política, para correrem no fluxo normal.

Vamos votar contrariamente, mas deixamos que vá em curso a votação, como foi acordado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar em nome do PFL o apoio à aprovação da iniciativa. Quero registrar, também, que graças à Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n.º 101, esse assunto está vindo ao Congresso Nacional.

Em tempos passados – isso é o que se pode dizer – era uma limpeza do mercado de seguros. Como bem disse o Deputado Alberto Goldman, são R\$700 mil para manter a credibilidade do mercado de seguros e para limpar empresas em liquidação. Isso, no passado, era feito sem passar pelo Congresso Nacional.

Portanto, falo da importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem trazido resultados relevantes tanto na esfera federal, quanto nas esferas estadual e municipal.

Portanto, o PFL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, estamos diante de um projeto que tem por finalidade, dentro da nova política da Susep, a liquidação de empresas seguradoras.

O PDT e o PT posicionaram-se contra o projeto na Comissão Mista de Orçamento. Na verdade, o nosso posicionamento contrário vai na linha de que se quer criar no País um capitalismo sem riscos.

Talvez não seja o caso deste projeto, e, especificamente, têm razão os Congressistas Alberto Goldman e José Carlos Aleluia, no meu entendimento, neste caso específico. Mas, pensando em termos de macroeconomia, evoluímos para uma retirada de recursos por parte do Governo, que injeta na iniciativa privada. Aqui já votamos projetos para garantir os bancos, enfim, criamos um sistema tal de capitalismo sem riscos no País. É o que está acontecendo.

Por isso, sempre nos posicionamos de forma desconfiada, e a nossa preocupação com qualquer projeto que destine recursos. Neste caso específico, votamos contra na Comissão Mista, mas quero ponderar que talvez a reflexão seja importante e, neste caso, cumprindo a lei, o destino seja adequado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 18, de 2001-CN, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado com os votos contrários dos Deputados Gilmar Machado, João Caldas e José Antônio Almeida.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em consequência, a matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2001-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 700.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001) crédito especial no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), em favor do Ministério da Fazenda, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de cancelamento parcial de dotação orçamentária, conforme disposto no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 2500 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 2503 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

ANEXO I			CRÉDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO SUBTÍTULO-PRODUTO	INSTRUMENTO	EXERCÍCIO	RECURSO	MODALIDADE	UNIDADE	VALOR	
0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS. CAPITALIZAÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO								700.000	
OPERACIONES ESPECIAIS									
04 125	0779 0351	CONCESSÃO DE EMPRESTIMOS PARA LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES SEGURADORAS DE CAPITALIZAÇÃO E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA (LEI Nº 10.172/2001 - ART. 3)						700.000	
04 125	0779 0351 0001	CONCESSÃO DE EMPRESTIMOS PARA LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES SEGURADORAS DE CAPITALIZAÇÃO E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA (LEI Nº 10.172/2001 - ART. 3) - NACIONAL						700.000	
								700.000	
TOTAL - FISCAL								700.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								700.000	

ORÇAO : 2001 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 2001 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

ANEXO II			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRILHEO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V. LOR
0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS. CAPITALIZACAO, PREVIDENCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO									763.000
ATIVIDADES									
04 125	0779 214	FISCALIZACAO DOS MERCADOS DE SEGUROS. CAPITALIZACAO. PREVIDENCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO							763.000
04 125	0779 214 0001	FISCALIZACAO DOS MERCADOS DE SEGUROS. CAPITALIZACAO. PREVIDENCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO. NACIONAL							763.000
TOTAL - FISCAL									763.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									763.000

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 3:

PROJETO DE LEI Nº 28, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 28, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 3.642.611.000,00, para os fins que especifica.

Ao projeto foi apresentada uma emenda...

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer n.º 52, de 2001-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo e rejeição da emenda apresentada. (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste) (Mensagem n.º 499/2001-CN – n.º 693/2001, na origem).

Em discussão o projeto e o substitutivo, em turno único.

Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho o projeto favoravelmente, inclusive com a emenda apresentada pelo Deputado José Pimentel e acolhida pelo Relator, Deputado José Priante, que exatamente assegura parte dos créditos que serão incluídos para assegurar e garantir a capitalização tanto do Banco do Nordeste quanto do Banco da Amazônia; a parte que não está totalmente clara, da incorporação à diferença, depois será apresentada ao conjunto da Comissão de Orçamento para verificar exatamente como foi utilizado esse recurso. Apenas ressalto que nossa posição é favorável a essa emenda importante apresentada pelo Deputado José Pimentel nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Também para me manifestar, Sr. Presidente, favoravelmente ao projeto e chamar a atenção daqueles que fazem discursos tradicionais nesta Casa os quais ouvimos a todo ins-

tante e acabamos de ouvir agora há pouco, sobre aporte de recursos ao sistema financeiro privado.

Nenhum de nós defende que se dê dinheiro ou recursos públicos a entidades que, por uma razão ou outra, entram num processo quase falimentar. Não é um caso falimentar, evidentemente, o do Banco da Amazônia ou do Banco do Nordeste do Brasil, mas sem dúvida é uma capitalização com recursos públicos, recursos do Orçamento, ao Banco da Amazônia e ao Banco do Nordeste do Brasil, viabilizando a continuidade da missão dessas instituições, que são estatais. Não se trata de se fornecer recursos em determinado momento por alguma razão a entidade estatal ou não. É claro que entidade privada não pode receber recurso público, ela tem de funcionar com seus próprios recursos. Mas, neste caso, devemos lembrar que essas entidades, esses bancos têm necessidade, como tivemos aqui há pouco tempo, um Proes (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária) de pouco mais de R\$100 bilhões dados ao sistema estatal para que ele pudesse equilibrar o seu passivo e o seu ativo e tivesse um patrimônio líquido minimamente positivo. Sou favorável, portanto; entendo que esse é o dever do Estado em função do interesse que tem uma determinada entidade, e essas, sem dúvida, são do interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS (PL – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, debatemos esse assunto com muita clarividência na Comissão de Orçamento. Foi convocado o presidente do banco. Sua competente assessoria não deixa de acompanhar **pari passu** a Comissão de Orçamento não só neste ano, como nos anos próximos passados. Fizemos uma crítica ao Presidente do banco, Sr. Mário, que não costuma vir às comissões temáticas desta Casa. Diversas comissões o chamaram por meio de requerimento de convocação, e sempre há uma desculpa para que ele não compareça, o que é um erro. Espero que S. S^a faça esse reparo, porque quando o Congresso Nacional requer a presença de algum agente público é para dirimir dúvidas e dar sugestões em benefício da instituição e do povo brasileiro. S. S^a veio, colocou-se a emenda do Deputado José Pimentel, discutimos, há um acordo a ser seguido, e somos pela aprovação.

O Banco do Nordeste é de muita valia para o Nordeste – principalmente seus fundos constitucionais – para o pequeno e microprodutor, para as associações, para as parcerias das cooperativas com as prefeituras. O Banco do Nordeste é o farol do desenvolvimento, possui técnicos valorosos, é um banco empreendedor, é o banco mais próximo e realmente ajuda.

Lógico que não se pode fugir da ordem capitalista e financeira. Precisamos dos juros e da renegociação das dívidas dos produtores. O banco deve abrir suas portas para a crise, principalmente para quem está no semi-árido e no Nordeste, que precisa de incentivo e de tecnologia. Sr. Presidente, queremos passar o capital acionário. E para isso precisamos do Tesouro Nacional e do Governo brasileiro. Somos favoráveis, torcemos para o sucesso dos bancos estatais, principalmente do Banco do Nordeste, que é um banco do povo nordestino.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, esse PL talvez seja um dos mais importantes porque ele destina o crédito a cobrir despesas da União com a capitalização do Banco da Amazônia S. A., no valor de 1 bilhão 86 milhões de reais e do Banco do Nordeste, no valor de 2 bilhões 550 milhões de reais. Sr. Presidente, esses recursos têm o objetivo de atender melhor as regiões Norte e Nordeste, que são, sem dúvida, as mais sofridas do Brasil. É importante que se vote esta matéria, e, em bom momento, abrimos espaço para a aprovação desse projeto.

O PDT encaminha favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, passamos talvez dois meses – intensamente, um mês – discutindo esse projeto de lei. Alguns companheiros queriam detalhes. Inclusive, foi necessária a vinda do Presidente do Banco do Nordeste, que deu todos os esclarecimentos necessários. Ainda assim, a Comissão acolheu emenda no sentido de que o banco deveria informar à comissão sobre a capitalização.

O que é relevante nisso, Sr. Presidente, é que no último sábado fui ao interior da Bahia, na localidade de Ponto Novo, visitar uma feira de agricultura familiar. Lá chegando, vi uma fila enorme e um banco armado em uma barraca de lona. Era o Banco do Nordeste, que operava com pequenos agricultores recursos da ordem de 300 mil reais em empréstimos de 500 a 600 reais para que o agricultor pudesse comprar pequenos animais. O Banco do Nordeste hoje no Brasil, sobretudo no Nordeste e em uma

parte de Minas Gerais, é um banco do povo pobre. Portanto, justifica-se colocar recursos públicos para capitalizar um banco que é popular, que dinamiza a agricultura familiar e a do semi-árido.

O PFL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Deputado Ailton Cascavel.

O SR. AIRTON CASCAVEL (Bloco/PPS – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do PPS estou encaminhando favorável à matéria e ao mérito, pela importância do Basa. Mas faço aqui uma ressalva sobre a dificuldade que tem ainda o pequeno produtor de ter acesso a crédito nesses bancos oficiais. Fica registrado que o Basa hoje, que é o Banco da região Amazônica, que gerencia os fundos constitucionais daquela região, tem ainda uma grande dificuldade de acesso aos pequenos produtores daquela região.

Em todo o caso, o PPS, Sr. Presidente, encaminha favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este projeto de lei vem, há muito tempo, sendo discutido na Casa. Aliás, a Comissão de Orçamento requereu, em agosto deste ano, o comparecimento do presidente do Banco do Nordeste para prestar alguns esclarecimentos essenciais. Por quê? O Banco do Nordeste foi alvo de uma série de verificações, investigações, suspeitas, inclusive quanto aos números que apresentava. O Banco do Nordeste distribuiu lucros. É um banco capitalizado, segundo os resultados apresentados. Se essas informações fossem verdadeiras, não seria necessário, em nenhum momento, a capitalização com recurso público porque ele estaria perfeitamente saneado. Se não fosse assim, ele deveria então explicitar a situação real no seu balanço. E foi uma queda-de-braço, Sr. Presidente. Tivemos de segurar esse projeto da Comissão de Orçamento, em que havia uma emenda do Deputado José Pimentel. S. Ex^a também foi autor do requerimento de convocação do Presidente do BNB, que, após meses, lá compareceu e prestou esclarecimentos. Então foi votada a emenda do Deputado José Pimentel que, de certa maneira, colocava as coisas em seus devidos termos, ou seja, não acolhendo inteiramente, de uma vez só, sem qualquer verificação, os recursos solicitados pelo BNB.

Sr. Presidente, esse foi realmente o resultado de uma negociação que levou cinco meses na Comissão de Orçamento, entre esclarecimentos, requerimentos, audiências públicas e, por fim, uma demorada negociação com as autoridades econômicas do País para arredondar em torno da emenda do Deputado José Pimentel. Então se chegou a esse acordo, que foi votado com o nosso compromisso de votar aqui, festivamente, esse projeto de lei.

Portanto, o PT vota a favor com o sentimento do dever cumprido porque aperfeiçoou esse projeto de lei, colocou essas limitações preconizadas pelo Deputado Pimentel, a quem deixo aqui os cumprimentos da Bancada do PT, e acordadas posteriormente. Ao Deputado José Pimentel, bancário que sempre lutou pelo banco. Defender o banco não é apenas pleitear mais e mais recursos para a instituição em qualquer circunstância; defender o banco é também defender os critérios adequados para aplicação dos recursos públicos nessa instituição.

Parabéns, portanto, à Comissão de Orçamento, a esta Casa, ao BNB, aos nordestinos e, sobretudo, ao Deputado José Pimentel!

O PT vota favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, associo-me a tudo o que foi dito aqui sobre o Banco do Nordeste do Brasil. Aproveito a oportunidade para, como nordestino, como piauiense, dizer da minha satisfação de aqui estar, como Líder do Governo no Congresso Nacional, participando desta votação, para fazer justiça a um dos homens públicos mais admiráveis do Nordeste e do Brasil, funcionário do Banco do Nordeste, que acompanhou todo esse processo de votação. S. S^a já foi presidente do BNB e superintendente da Sudene e hoje representa em Brasília os interesses do Banco do Nordeste. Refiro-me ao Dr. Walfrido Salmito, um dos homens públicos mais exemplares deste País. Digo a todos os servidores do Banco do Nordeste que, em parte, também é deles essa conquista da instituição, que venceu essas barreiras e obstáculos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerra a discussão.

Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei n.º 28, de 2001-CN, que tem preferência regimental.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o Deputado Ailton Cascavel demonstrou sua preocupação com o atendimento da população pelo Banco da Amazônia, quando aqui exprimiu a posição do PPS. Digo a S. Ex^a que, na verdade, este recurso para o Banco da Amazônia vai ajudá-lo – e muito – a ampliar o número de agências, que, como bem salientou, são necessárias. No sul do Pará, por exemplo, as agências de Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu e Marabá distam 500 km uma da outra e os gerentes, às vezes, deslocam-se 200 km, 300 km para atender à população dos Municípios. Com esses recursos, o banco poderá expandir suas agências e dar um atendimento melhor à população. Para tanto, terá de admitir novos funcionários por meio de concurso público. O Banco da Amazônia já presta um grande serviço, até porque não há outro banco oficial do porte dele nas redondezas. A Caixa Econômica de lá é uma vergonha! O Banco do Brasil é de uma pequenez que dá vergonha, quase desaparece! Quem realmente atende à população mais necessitada, os trabalhadores rurais daquela região, é o Banco da Amazônia, que, com esses recursos, poderá, indubitavelmente, ampliar suas fronteiras no sentido de prestar-lhe melhor serviço. Encaminho, portanto, o voto favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o Substitutivo, que tem preferência regimental.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já discuti a proposição. Talvez nem fosse necessário fazer uso da palavra neste momento. Entretanto, cometi uma falha que quero corrigir aqui. O projeto trata do Banco do Nordeste e do Basa, que recebe agora os meus cumprimentos. O PT, que obstruiu, fez essa queda-de-braço prolongada, segurou este projeto, deixou as pessoas em polvorosa, porque o Banco da Amazônia corria o risco de quebrar, se não fosse aprovada a proposição. Sugerimos que o projeto fosse separado, pois o do Banco da Amazônia sempre foi correto e mereceu, pois, o nosso apoio, o que enfatizo publicamente. Reitero

que a matéria sempre contou com o apoio do PT, no tocante ao Banco da Amazônia. Ao que se refere ao Banco do Nordeste, já fiz alusão ao discutir a matéria. Portanto, como Líder do PT, encaminho o voto "sim" ao Projeto do Basa e do BNB, mais uma vez, cumprimentando, com muito orgulho, o Deputado José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação, na Câmara dos Deputados, o Substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado no Senado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 28, DE 2001-CN (SUBSTITUTIVO)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos financeiros da União, crédito especial no valor de R\$3.642.611.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001) crédito especial no valor de R\$3.642.611.000,00 (três bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais), em favor de encargos financeiros da União, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. informará à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o resultado da operação de capitalização realizada.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 0000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO

UNIDADE : 0001 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHOS COMPLEMENTARES

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNL	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	F T	M O D	I U	F T E	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

3.667.611,00

		OPERACOES ESPECIAIS							
20 046	0 07 0301	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - BANCO DA AMAZONIA S/A							1.086.393.000
20 046	0 07 0361 0001	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - BANCO DA AMAZONIA S/A - NACIONAL	F	5	F	99	0	144	1.086.393.000
20 046	0 07 0303	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A							2.556.218.000
20 046	0 07 0363 0001	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - NACIONAL	F	5	F	99	0	144	2.556.218.000

TOTAL - FISCAL

3.667.611.000

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

3.667.611.000

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 4:**

PROJETO DE LEI Nº 44, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 44, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 4.727.188.012,00, para os fins que especifica” tendo,

Parecer n.º 50, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto (Mensagem n.º 644/2001-CN - n.º 1.124/2001, na origem). (MPO – Operações Oficiais de Crédito)

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman e, a seguir, ao Deputado Fernando Coruja.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, R\$4.727.188.012,00 para o projeto de reestruturação e ajuste fiscal dos Estados e para a redução da presença do setor público estatal na atividade bancária, o Proes.

Por ironia do destino, por ironia a todos os discursos feitos sistematicamente nesta Casa, ao Proer, que era o programa de estruturação dos bancos privados, não foi aportado nenhum tostão de recursos do Orçamento. Todos os recursos do Proer advêm do Banco Central, dos empréstimos compulsórios que são retirados de todos os depósitos e várias formas que existem no próprio sistema bancário. Nenhum tostão de recursos da União, de recursos do Orçamento, foi destinado ao Proer, ainda. Sem dúvida, haverá certo momento em que no final das operações e liquidação provavelmente existirá uma defasagem entre ativo e passivo, o patrimônio líquido negativo, e o Banco Central terá de fazer a recomposição dos recursos do empréstimo compulsório, que são dos bancos, mas estão sob a guarda do Banco Central. Sem dúvida, isso ocorrerá em determinado momento, embora não tenha ocorrido até agora.

Estamos alocando R\$4,7 bilhões para a reestruturação do Proes dos bancos estatais e dos Estados que ficaram inadimplentes em relação aos bancos, o que é inevitável e importante, pois foi um elemento de equilíbrio e de saneamento do sistema financeiro nacional, mas não deixa de ser uma ironia.

Sr. Presidente, somos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, há pouco, votamos o projeto de auxílio para a capitalização do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste: R\$ 3,642 bilhões. Estamos destinando agora R\$4,727 bilhões para o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária e para o apoio à reestruturação e ao reajuste fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Quando destinamos recursos ao Banco da Amazônia e ao Banco do Nordeste, ouvimos discursos sobre a importância de fortalecer os bancos públicos, porque atendem ao pequeno produtor, financiam em condições especiais, servem de fomento, enfim, têm um papel importante para o sistema financeiro. Aqui estamos tratando de outra coisa, porque, na verdade, estamos injetando recursos para reduzir a presença dos bancos no setor público estadual. Vários Estados tiveram seus bancos privatizados. Talvez aquele auxílio para a capitalização do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia daqui a pouco sirva também para que um Governo qualquer – talvez não esse, porque ele já está no fim, não é, Congressista Alberto Goldman? – queira privatizar essas instituições.

Nós, que defendemos uma presença forte do Estado no setor financeiro, tivemos oportunidade de ver o Congressista Luiz Carlos Hauly fazendo **mea culpa** aqui, dizendo que, se havia algo de que ele ficava arrependido, era de ter fortalecido a desnacionalização e a desestatização do sistema financeiro - é importante falar que não é só a desestatização, mas a desnacionalização. Preocupamo-nos muito com a entrega do nosso sistema financeiro à iniciativa privada e, muitas vezes, ao Sistema Financeiro Internacional.

Agora, o que o Governo fez? Tentou, dentro da política econômica que defende, dentro daquilo que acredita que é certo, e está saneando, reestruturando e privatizando alguns setores estatais. Torçamos para que dê certo, torçamos para que essa política econômica não nos leve, daqui a pouco, a uma “argentinização”, a uma situação semelhante a da Argentina.

Temos preocupação sim. Os sinais da política macroeconômica são também preocupantes, embora alguns mostrem com números que saltam aos olhos como sendo altamente positivos e bons e digam que não estamos contaminados pelos problemas da Argentina. O aumento da dívida pública e outras situações podem fazer com que, daqui a pouco, esteja-

mos na mesma posição da Argentina. Mas fazer o quê? Contra a força não há resistência. Essa é a política macroeconômica do Governo, que está injetando recursos, privatizando bancos estatais. E aqui mostra o seu contraponto: num primeiro instante, fortalecemos alguns bancos estatais, em que acreditamos; num outro, numa contramão, o Governo dá mais recursos para desestatizar bancos estaduais. São importantes políticas macroeconômicas, mas os números são assustadores: R\$8 bilhões para dois projetos. Isso representa 3% do nosso orçamento, do dinheiro do orçamento real.

Votaremos a favor, pois contra a força não há resistência. Todavia, fazemos a seguinte advertência: onde vamos parar com esse modelo econômico, com essa tratativa com o Sistema Financeiro Nacional? É preocupante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o ajuste fiscal, o saneamento dos Estados é muito importante para o equilíbrio financeiro da nossa Federação.

Venho aqui, neste instante, lamentar que a Bancada do meu Estado – a maioria da Bancada passada está aqui – e o Governo que estava no nosso Estado, e hoje está aqui também representado, fecharam o Produban, o Banco do Estado de Alagoas. Demitiram-se pessoas e acabaram com o acervo do Banco. Pois o Produban, um banco voltado principalmente para a área do turismo, da agricultura, da área primária, que foi a mola propulsora do desenvolvimento do Estado de Alagoas, foi fechado por meio de um fax. Mas, para mim, foi uma resultante da incompetência.

Eu gostaria que o Governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, aproveitasse esta deixa, que os funcionários daquele Banco que estão desempregados, com suas famílias em dificuldades, que não têm para onde ir, procurassem o Ministro da Fazenda, o Presidente da República, para uma solução ao Banco que está na insolvência. O Banco Central está montado no Produban, fechando e vendendo os seus prédios, e hoje a dívida do Banco está em 250 milhões de reais.

Temos aqui um crédito fiscal, um crédito para o Tesouro, para o Orçamento da União, de 4,722 bilhões de reais. Isso é muito recurso. Com apenas 5% desse recurso seria possível sanear o Banco do Estado de Alagoas, que voltaria a funcionar.

Quero levar a proposta ao Governo e à Assembleia Legislativa de Alagoas para que a aproveitem. Aqui em Brasília, com um entendimento, conversan-

do com as autoridades monetárias, consegue-se fazer muita coisa. Somos favoráveis inclusive ao ajuste fiscal do Governo no Distrito Federal, pois o Proer já liberou bilhões para os bancos privados.

Sr. Presidente, quero dizer ao Governo de Alagoas que veja o que está acontecendo no Congresso Nacional e aproveite a oportunidade para tentar conseguir sanear as finanças do Banco do Estado de Alagoas e reabri-lo. Que os funcionários do Banco do Estado de Alagoas, o Sindicato dos Bancários, a Bancada Parlamentar de Alagoas, a Assembleia Legislativa Estadual e a sociedade alagoana se mobilizem, venham para cá e não deixem que o Banco Central, que já mandou um interventor liquidar o banco. Estamos vendo a aplicação de dinheiro público para a iniciativa privada, para os que faliram e para tantos bancos estatais, enquanto o nosso Produban está com as portas lacradas, os prédios fechados, alguns tendo que ser alugados e outros vendidos e uma dívida para com o País, uma rolagem de dívida, que é, na verdade, um grande problema para Alagoas. O que fazer com a dívida que já chega a 500 milhões devido aos juros e correção monetária? Verificamos que há recursos, há dinheiro que poderia salvar o banco: R\$4,727 bilhões. Falta apenas entendimento e vontade política.

Faço, neste momento, um chamamento ao Governador Ronaldo Lessa para que procure o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, o Presidente da República, o Ministro Pedro Parente, o Presidente do Banco Central e faça com que eles autorizem abrir um crédito suplementar ou abram um crédito no orçamento fiscal para não liquidar o banco. É preciso reconvocar os funcionários para reabrir o nosso banco, para que ele exerça suas atribuições financeiras principalmente para os agricultores, para fomentar o turismo, que é a indústria que mais cresce no Estado. Alagoas possui belíssimas praias. É uma das regiões mais ensolaradas do mundo. Sua capital é uma cidade digna, hospitaleira, que abrigaria o Banco do Estado como a porta para todo alagoano, o pequeno e o microempresário.

Votamos favoravelmente. Que o Governo de Alagoas defenda essa bandeira e não deixe fechar as portas do Banco do Estado de Alagoas, o nosso querido Produban. Seria um grande avanço. O dinheiro existe e como fazer seu saneamento.

Está materializado, não há como negar o óbvio. Não há como dizer que não pode fazer. Estamos vendo fazer. Existem vários precedentes para as corretoras, para as seguradoras, elas receberam setecentos milhões. Para mim um Banco do Estado fechar as suas portas e deixar

milhares de pais de família desempregados, uma massa de pessoas sem ter para onde ir.

Era preciso que viéssemos aqui e estivéssemos na Comissão Mista de Orçamento para chamar a sociedade alagoana...(*microfone desligado*)

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de pedir aos políticos de minha terra e à sociedade que se unam a fim de salvar o Estado de Alagoas.

Somos favoráveis à matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esta encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 44, de 2001-CN.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pagamos um alto preço pelo ajuste do sistema financeiro estatal brasileiro e pelo ajuste das contas dos Estados. É muito bonito vir aqui elogiar o funcionamento de bancos estaduais que, ao longo de muitos anos, serviram para que não houvesse controle nas despesas das províncias.

Hoje, li num jornal **on line** declaração de um dos candidatos ao cargo de Presidente da República do Brasil, que diz: "É importante lembrar que o povo está saqueando para comer porque durante dez anos o FMI saqueou a Argentina, de um lado, e os banqueiros saquearam de outro. E ninguém falou nada". Essa frase, Sr. Presidente, diante do projeto que estamos votando, demonstra apenas uma coisa: a democracia exige estadistas. E estadistas não estimulam saques, como esse candidato pretendeu estimular.

O PFL vota a favor do projeto. É um preço alto que a sociedade paga para reduzir a presença dos Estados na área bancária, que foi responsável por grandes desastres na economia brasileira durante muito tempo.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra e, em seguida, o Deputado Airton Cascavel..

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, em nome da Bancada do PT, vamos encaminhar favoravelmente ao projeto, com a preocupação, como muito bem foi colocado aqui, de que estamos aumentando a nossa dívida. Mas, os

Estados não tem outra opção a não ser entrar nessa reestruturação e, ao mesmo tempo, aceitar o processo de privatização de alguns bancos e adequar as suas contas à nova realidade que estamos vivendo. É um crédito grande, que aumenta a nossa dívida, mas temos que votar, porque há muitos Estados em dificuldades, inclusive para rolares suas dívidas.

A Bancada do PT votará favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra o Deputado Airton Cascavel.

O SR. AIRTON CASCABEL (Bloco/PPS – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, no momento em que encaminhamos o voto favorável, voltamos ao passado um pouquinho, para dizer que esses déficits dos Estados decorreram da administração de bancos estaduais que foram usados de forma politiquêira, com desvio de recursos de toda natureza, fora outras dívidas decorrentes da má aplicação dos recursos na mesma linha politiquêira.

Infelizmente, neste País, não se pode quebrar, não se pode parar, e o Poder Público não quebra. Sempre se acha um jeito de remendar, a cada ano, para continuar existindo.

Com esse adendo, nosso voto é favorável, lembrando esse passado e que, infelizmente, o Poder Público não pode quebrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O Governo encaminha o voto "sim", Sr. Presidente, e faz um apelo aos Senadores e Deputados membros da Comissão de Orçamento para que compareçam para a assinatura do livro, para que possamos iniciar os trabalhos da reunião da Comissão, convocada para as 19 horas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o Projeto de Lei n.º 44, de 2001-CN, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

ANEXO		CREDITO ESPECIAL									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMACAO SUBTITULO/PRODUTO	3	4	5	6	7	8	9	10	VALOR
1997 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS											4.727.188.012
		OPERACOES ESPECIAIS									
23 94	0902 0315	APOIO A REESTRUTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL (LEI Nº 8.496/97 E MEDIDA PROVISORIA Nº 139-64)									1.055.571.762
32 94	0909 0315 0001	APOIO A REESTRUTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL (LEI Nº 8.496/97 E MEDIDA PROVISORIA Nº 2.139-64) - NACIONAL									1.055.571.762
			F	5	F	09	0	144			1.055.571.762
28 50	0907 0343	PROGRAMA DE INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCIA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE BANCARIA - PROES (MP Nº 2.139-63, DE 23/07/2001)									3.671.616.250
32 50	0907 0343 0001	PROGRAMA DE INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCIA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE BANCARIA - PROES (MP Nº 2.139-63, DE 23/07/2001) - NACIONAL									3.671.616.250
TOTAL - FISCAL											27.185.012
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											4.727.188.012

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 5:**

PROJETO DE LEI Nº 47, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 47, de 2001-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$7.416.264,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento” tendo,

– Parecer n.º 46, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto (Mensagem n.º 647/2001-CN – n.º 1.127/2001, na origem). (MTE – Fund. Jorge Duprat, FAT)

Ao projeto foram apresentadas duas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer n.º 46, de 2001, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas aprovadas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, este projeto pretende abrir um crédito suplementar no valor de R\$7.416.264,00 em favor do Ministério do Trabalho e Emprego e destina esses recursos para algumas áreas. Uma primeira por ressarcimento a empregadores não optantes pelo benefício fiscal previsto nas Leis 6.321/76 e 6.542/76. Ora, a dotação inicial era de R\$8 mil. Pretende o projeto acrescentar R\$940.083,00 para ressarcimento aos empregadores. O projeto não diz exatamente para que empresas. Fala apenas que é para uma empresa esse ressarcimento. Seria importante que o projeto esclarecesse para quem se destina.

Depois, destina recursos para a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, que é uma fundação do Ministério do Trabalho e sobre a qual as informações são vagas; não sabemos onde ela terceiriza os serviços. É muito co-

mum que as fundações terceirizem os serviços para capacitar trabalhadores, como sempre se fala. Depois, há mais recursos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Aliás, abrindo um parêntese, discute-se muito, há três ou quatro CPIs do FAT, pedidas tanto pelos partidos da base do Governo como pelos partidos da Oposição, mas isso nunca anda. O dia em que se abrir essa caixa preta do FAT, não sei o que vai acontecer. Em nome do trabalhador, tiraram-se recursos; em nome da capacitação do trabalhador, esses recursos acabam na mão de quem capacita, e, muitas vezes, quem capacita são estruturas não confiáveis. Não temos informações, não sabemos o que é essa Fundação Jorge Duprat Figueiredo, o que são esses serviços terceirizados, com os quais se gasta mais de R\$1 milhão no final do ano, quem está contratando. Bom, é para capacitar trabalhadores. Mas, de que forma, como? Votamos o Orçamento sem muitas informações, porque elas não chegam e não são fáceis de ser conseguidas. Agora, em benefício do acordo, queremos ver se elevamos para R\$210,00 o salário mínimo, estamos torcendo para que a base do Governo se acerte e traga uma contraproposta. Vamos votar a favor, é mais um crédito de confiança de R\$7.416.264,00 ao Governo.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL) – Sr. Presidente, com fulcro no art. 22, já que passou o horário da sessão...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes, quero dizer que a Presidência está prorrogando os trabalhos por mais 30 minutos e faz um apelo para a brevidade dos pronunciamentos dos eminentes Parlamentares.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL) – Atendida a questão de ordem, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ANIVALDO VALE (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ANIVALDO VALE (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer o registro da nossa satisfação em ver aprovado o proje-

to de capitalização do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste, um projeto que está no contexto da modernização dos bancos públicos federais, um projeto que foi amplamente discutido na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que entendeu que deveria se valorizar tanto o Banco da Amazônia como o Banco do Nordeste, neste momento em que há um esforço do Governo em ajustar todos os bancos públicos federais e o sistema financeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 47, de 2001-CN.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar a votação.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, este crédito foi relatado pelo Deputado Pedro Celso, que trabalhou no Governo do Distrito Federal, é um deputado extremamente ligado aos trabalhadores e tem uma preocupação muito grande com os recursos do FAT e sua aplicação.

Por isso, gostaríamos de encaminhar favoravelmente ao relatório apresentado pelo Deputado Pedro Celso, que faz remanejamentos dentro da própria estrutura, para que os trabalhadores possam ter um melhor atendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização oferecendo a redação final ao Projeto de Lei n.º 47, de 2001-CN, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Pedro Chaves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 56, DE 2001-CN

A Comissão mista de planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 47/2001-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 7.416.264,00 (sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e quatro reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Sala de Reuniões, 20 de dezembro de 2001. – Senador **Carlos Bezerra**, Presidente. – Deputado **Pedro Celso**, Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 56, DE 2001-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$7.416.264,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$7.416.264,00 (sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F G N R P O D I U F T E				VALOR
0099		NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO						5.811.426
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
11	331	0099 0217	BOLSA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO					5.811.426
11	331	0099 0217 0001	BOLSA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO - NACIONAL					5.811.426
				S 3 P 90 0 100				5.811.426
0793		QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO						1.604.838
		ATIVIDADES						
11	332	0793 2598	MELHORIA DO ATENDIMENTO AO TRABALHADOR E ORIENTAÇÕES TRABALHISTAS					1.604.838
11	332	0793 2598 0001	MELHORIA DO ATENDIMENTO AO TRABALHADOR E ORIENTAÇÕES TRABALHISTAS - NACIONAL					1.604.838
				S 4 P 90 0 180				1.604.838
TOTAL -		SEGURIDADE						7.416.264
TOTAL -		GERAL:						7.416.264

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 6:**

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 2001 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 49, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 40.059.186,00, para reforço de dotações do orçamento vigente”.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 47, de 2001-CN, concluiu pela aprovação do projeto (Mensagem nº 649/2001-CN – nº 1.129/2001, na origem). (MD – Com. Marinha, Fundo Naval)

Em discussão o projeto, em turno único.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Apenas me manifesto favorável ao parecer do Deputado Félix Mendonça. Vamos fazer a seguinte imaginação: um observador vindo de um tempo em que os bancos não eram tão representativos nem representavam ônus tão fortes e em que o Exército e as Forças Armadas tinham representação maior na sociedade diria: “Que povo estranho: gasta tanto para sanear os bancos e tão pouco em suas Forças Armadas”.

Oriento favoravelmente, mas não posso deixar de registrar a penúria em que se encontram as Forças Armadas, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 49, de 2001-CN, na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer. (Pausa.)

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 2001-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$40.059.186,00, para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$40.059.186,00 (quarenta milhões cinquenta e nove mil cento e oitenta e seis reais) para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	P R O	M O D	I U	F T E	VALOR
0622 ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA MARINHA									3.195.420
ATIVIDADES									
05 152	0622 2855	MANUTENCAO DE MEIOS NAVAIS							3.195.420
05 152	0622 2855 0003	MANUTENCAO DE MEIOS NAVAIS - NACIONAL							3.195.420
			F	3	P	60	0	100	3.195.420
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL									700.000
PROJETOS									
05 152	0626 1948	OBTENCAO DE MEIOS NAVAIS							700.000
05 152	0626 1948 0009	OBTENCAO DE MEIOS NAVAIS - NACIONAL							700.000
			F	3	P	60	0	149	700.000
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									12.500.000
ATIVIDADES									
05 122	0750 2060	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							12.500.000
05 122	0750 2060 0219	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL							12.500.000
			F	2	P	60	0	100	12.500.000
TOTAL - FISCAL									21.395.420
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.395.420

ORÇAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52931 - FUNDO NAVAL

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	P R O	M O D	I U	F T E	VALOR
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL									18.663.766
PROJETOS									
05 152	0626 1485	OBTENCAO DE PROPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA A MARINHA							1.135.000
05 152	0626 1485 0001	OBTENCAO DE PROPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA A MARINHA - NACIONAL							1.135.000
			F	3	P	60	0	250	1.135.000

ORÇÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52931 - FUNDO NAVAL

ANEXO II			CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FL.	C.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S T R U T U R A	G R U P O	R E S U L T A D O	M O D O	I N D I C E	VALOR
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL									18.663.766
			PROJETOS						
8	122	0626 1485	OBTENÇÃO DE PROPRÍOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA A MARINHA						1.135.000
9	122	0626 1485 0001	OBTENÇÃO DE PROPRÍOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA A MARINHA - NACIONAL	F	5	P	90	0 200	1.135.000
9	152	0626 1945	MODERNIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES						2.977.298
9	152	0626 1945 0005	MODERNIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES - NACIONAL	F	1	P	90	0 200	2.977.298
8	152	0626 1947	OBTENÇÃO DE MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS						14.651.468
9	152	0626 1947 0003	OBTENÇÃO DE MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS - NACIONAL	F	3	P	90	0 200	14.651.468
TOTAL - FISCAL				F	9	P	90	0 200	18.663.766
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.663.766

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 7:**

PROJETO DE LEI Nº 50, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 50, de 2001-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado do Piauí S/A., crédito suplementar no valor total de R\$ 1.126.348,00, para os fins que especifica".

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Parecer n.º 51, de 2001-CN, concluiu pela aprovação do projeto (Mensagem n.º 650/2001-CN – n.º 1.130/2001, na origem).

Em discussão o projeto, em turno único.

Tem a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma observação quanto a esse crédito que vai para o Banco do Estado do Piauí. Entendemos que todos os bancos estaduais... Apoiamos toda questão que é pública, mas há uma grande preocupação, porque esses recursos, segundo a informação do projeto, são para a modernização das agências, com o que concordamos.

Só queremos fazer um alerta: vamos organizar, montar, reestruturar esse banco, melhorar suas agências, modernizá-las, mas não aceitaremos, posteriormente, um processo de privatização. É só um alerta ao ilustre Líder do Governo neste Congresso Nacional de que estamos votando favoravelmente, queremos a modernização do banco, a melhoria, o aumento das agências, mas, posteriormente, se a intenção for a de melhorar apenas para privatizar, terão aqui uma Oposição forte com relação a essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI) – É evidente que respeitaremos a posição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez me convenço de nossa tese, em relação ao Produban, o Banco do Estado de Alagoas, que está sob administração de um liquidante do

Banco Central, de que a liquidação foi por uma questão meramente política.

Vem de Governos passados, por questões políticas, a decisão de perseguir Alagoas, e não perseguir a quem os combatia, e fecharam o Banco, num rito sumário. Hoje, vemos aqui quase R\$5 bilhões para socorrer o Banco, para equalização do sistema financeiro, para modernização, para saneamento fiscal. Agora, mais um crédito, no Orçamento, um investimento para modernização de agências.

Vejam que contraditório: enquanto, no Piauí, está-se levando recursos para modernizar e informatizar o Banco do Piauí, os nossos estão caindo, sendo fechados, liquidados, vendidos, alugados, tendo seu patrimônio sucateado. Não pode haver dois pesos e duas medidas. Isso foi bom para nos alertar. Eu não queria que fosse colocado R\$1 milhão para o Piauí, mas que fossem colocados R\$10 milhões para os bancos do Piauí, que é um Estado que cresce, principalmente hoje, com a cultura da soja. Lá está o Delta do Parnaíba. Conheço o sofrimento do povo nordestino, principalmente dos sertões do Piauí, para não citar Euclides da Cunha, pois Heráclito Fortes ficaria com raiva.

Sr. Presidente, está na hora de o Governo de Alagoas rever a posição do Produban, não deixá-lo acabar. Basta abrir um crédito suplementar para resolver uma dívida de quase 500 milhões. Hoje, depois que fecharam o banco, está o liquidante num apartamento, num hotel de luxo, em Maceió, o Oficial de Justiça está atrás de todo mundo e o Banco, que é a mola propulsora do desenvolvimento do nosso Estado, está fechado por falta de um estalo político, de um conhecimento político técnico, enquanto milhares de pais de família estão desempregados.

Aqui está a solução: o Tesouro Nacional, o Banco Central, o Ministério da Fazenda e o Governo Federal darem dinheiro aos bancos estaduais, principalmente aos que estão em dificuldades. Vamos sanear o Banco do Estado, rever sua política, vamos convocar a nossa sociedade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, para rever o nosso Banco, que é histórico e pioneiro, que tanto ajudou os alagoanos, volto a insistir, na área da agricultura, do turismo e do comércio e da estabilidade. Eu gostaria de ver aqui, o mais breve possível, um crédito suplementar para resolver a questão do Banco do Estado de Alagoas, com a reconvocação de seus funcionários, dos seus gerentes, dos seus clientes, da sua poupança, dos seus clubes sociais.

O Banco do Estado de Alagoas fechou por incompetência e, agora sei, por negligência, por falta de conhecimento, por falta de tecnicidade daqueles que estão aqui e que deixaram essas coisas passarem, daqueles que estavam lá e se comprometeram não sei com quê, deixando lacrar as portas do Produban.

Somos favoráveis, Sr. Presidente, ao PL n.º 50 e queremos que o Piauí, com competência, arranque os recursos que o seu povo merece. Quero que isso aconteça no Estado de Alagoas para salvar o nosso Produban.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comovido, quero registrar esse gesto de generosidade do Deputado João Caldas.

Nós, aqui, neste plenário, nos emocionamos com a firmeza, com a bravura e, acima de tudo, com a sinceridade com que ele defende Alagoas e os problemas do seu Estado. Fico a imaginar como não estão embevecidos os alagoanos que sintonizam a **TV Câmara** por terem mandado para cá um representante tão combativo e autêntico.

Quero sugerir a S. Ex^a, no momento em que agradeço a compreensão por não obstaculizar qualquer aprovação de recursos para o Estado do Piauí recuperar o seu Banco, que promova, com o prestígio e o trânsito que tem na Casa, no início do próximo ano, um debate sobre as causas que levaram à crise instituições financeiras nordestinas: o Banco de Alagoas, o Banco do Estado do Piauí e alguns bancos de sua escolha. S. Ex^a verá que, no caso em tela, as questões da crise do Banco do Estado do Piauí são bem diferentes das do Banco do Estado de Alagoas.

E S. Ex^a, como homem atuante e, acima de tudo, vigilante, sabe, por exemplo, as causas que levaram o Banco de Alagoas à crise. Ele, que é um homem com trânsito livre em todos os segmentos da sociedade e do empresariado alagoano, com bom trânsito junto aos usineiros, terá, tenho certeza, os subsídios de que precisa para chegar, facilmente, a essas causas.

Assim, agradeço a generosidade e esse espírito do Deputado João Caldas, com a tranquilidade de saber que não é apenas véspera de Natal,

nem tampouco o espírito de Papai Noel que baixa sobre o seu corpo, mas sua formação e sua maneira de ser.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para corroborar. Quanto ao Deputado Heráclito Fortes e – são apenas uns 30 segundos – sobre a sua preocupação com o Estado de Alagoas, só para deixar um registro. Os usineiros a que ele se refere e o grupo Carlos Lyra, de que sou aliado, não devem um centavo ao Banco do Estado. Se há usineiros que devem, não são aqueles com os quais tenho relacionamento público, que todos conhecem.

O Banco fechou por perseguição política e por incompetência dos que deixaram que fechasse.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI) – Sr. Presidente, peço desculpas a V. Ex^a pela tolerância...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estamos no período de prorrogação, Deputado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Bloco/PFL – PI) – ... mas eu não gostaria de levar para casa, hoje, a insinuação de que tentei citar o Dr. Carlos Lyra, até pelo apreço e admiração que tenho por ele. Pensei que ele fosse amigo de outro usineiro, um que comprou recentemente uma usina em Pernambuco ligado a minha família. Eu não sabia que V. Ex^a era pródigo nessas relações e nem quis insinuar, mas quero pedir desculpas ao Dr. Carlos Lira por ter tido o seu nome desagradavelmente colocado nos Anais. Mas longe estou dessa insinuação, que fica por conta e responsabilidade do Deputado João Caldas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o Projeto de Lei n.º 50, de 2001-CN, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o projeto no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 50, DE 2001-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado do Piauí S.A., crédito suplementar no valor total de R\$ 1.126.348,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001) crédito suplementar no valor total de R\$ 1.126.348,00 (um milhão, cento e vinte e seis mil e trezentos e quarenta e oito reais), em favor do Banco do Estado do Piauí S.A., para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são oriundos de geração própria, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO	PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	CREDITO SUPLEMENTAR
PROG		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO - R\$ 1.126.348		
QUADRO	SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25	COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.126.348
QUADRO	SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
099	SERVIÇOS FINANCEIROS	1.126.348
QUADRO	SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0781	INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	1.067.542
0997	INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	115.506
QUADRO	SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
25766	BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A.	1.126.348
QUADRO	SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
095	RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.126.348
TOTAL		1.126.348
QUADRO	SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.126.348
6.1.0.0	RECURSOS PRÓPRIOS	1.126.348
6.1.1.0	GERAÇÃO PRÓPRIA	1.126.348
TOTAL DA RECEITA		1.126.348
RECEITAS CORRENTES		1.126.348
RECEITAS DE CAPITAL		0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25266 - BANCO DO ESTADO DO PIAUI S.A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.126.348		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		1.126.348
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
694 SERVICOS FINANCEIROS		1.126.348
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL		1.007.542
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		118.806
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.126.348
TOTAL		1.126.348
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.126.348
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		1.126.348
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		1.126.348
TOTAL DA RECEITA ... 1.126.348 RECEITAS CORRENTES ... 1.126.348 RECEITAS DE CAPITAL ... 0		

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25266 - BANCO DO ESTADO DO PIAUI S.A.

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VA L O R
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL			1.007.542					
		PROJETOS						
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS						1.007.542
23 694	0781 3324 0059	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PIAUI						1.007.542
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	I	4 - INV	90	0	495	1.007.542
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			118.806					
		ATIVIDADES						
23 694	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						118.806
23 694	0807 4103 0065	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PIAUI						118.806
		ATIVO MANTIDO (%)	I	4 - INV	90	0	495	118.806
TOTAL - INVESTIMENTO			12.348					

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 8:**

PROJETO DE LEI N.º 53, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 53, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$3.902.410,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente” tendo,

– Parecer n.º 48, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto (Mensagem n.º 653/2001-CN – n.º 1.133/2001, na origem). (MCT – Administração Direta)

Ao projeto foi apresentada uma emenda.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição da emenda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

O SR. ENI VOLTOLINI (PPB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eni Voltolini.

O SR. ENI VOLTOLINI (PPB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Partido Progressista Brasileiro tem a satisfação de vir apresentar algumas considerações a respeito desse projeto. Talvez quem de forma meio afoita tenha lido o encaminhamento deve ter estranhado que estamos falando aqui de atribuição de gastos ao antigo Ministério de Projetos Especiais, que agora o Ministério de Ciência e Tecnologia absorveu boa parte desses projetos. Muito rapidamente, gostaria de destacar a importância de alguns desses projetos que o Ministério da Ciência e Tecnologia está tratando. Por exemplo, o Projeto Genoma, que é de altíssima relevância. O mundo inteiro discute essas questões importantes que, certamente, darão a toda a sociedade mundial a condição de, pela decodificação do seu código genético, termos a expectativa de resolver problemas cruciais de várias doenças, ou questões da hidrologia e da meteorologia que são importantíssimas quando um País continental como o nosso tem na agricultura boa parte da sua grande renda.

Então, não de forma afoita mas de forma estudada e consciente, o Partido Progressista Brasileiro apóia e encaminha favoravelmente essa matéria.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deputado Gilmar Machado, por gentileza, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Nós votaremos favoravelmente, mas gostaríamos de fazer duas observações. O que nos chama a atenção neste projeto, neste final de ano, é o cancelamento de alguns programas que entendemos sejam atividades-fins do Ministério da Ciência e Tecnologia, como climatologia, rede de inovação para competitividade, mudanças no desenvolvimento tecnológico na área nuclear, para uma atividade-meio que é exatamente a administração. Essas modificações criam alguns problemas. Entendemos que o importante do Ministério da Ciência e Tecnologia é exatamente a sua atividade-fim, o desenvolvimento da pesquisa direta. Mas, evidentemente, se foi feito esse cancelamento é porque há uma necessidade de melhorar a parte administrativa para que exatamente outros programas possam funcionar.

Então, gostaríamos de reafirmar que o Ministério da Ciência e Tecnologia tenha, de fato, os recursos para as suas atividades-fins, para o desenvolvimento de pesquisa e conhecimento que façam com que este País possa continuar crescendo e se desenvolvendo.

Essa é a observação que gostaríamos de fazer, e dizer que estamos encaminhando favoravelmente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

Faço um apelo, sem que os Srs. Deputados me interpretem mal – é para o rápido andamento dos nossos trabalhos. Se os Srs. Deputados puderem abreviar os seus pronunciamentos, a Mesa agradece.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não posso deixar de registrar a importância deste projeto que trata de recursos para a biotecnologia e recursos genéticos, o Projeto Genoma, para a implantação do Instituto de Pesquisa de Xingó, que desejo que seja na cidade de Paulo Afonso, a qual tenho a honra de representar na Câmara dos Deputados.

Trata-se de uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem tido um papel relevante no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, criando fundos para o desenvolvimento científico e tecnológico, que é, sem dúvida, uma das bases para o desenvolvimento sustentado deste País.

Registro, também, a implantação da Agência Nacional de Meteorologia e, ainda, recursos na área de biotecnologia e recursos genéticos.

Portanto, é um projeto que merece aprovação e que, usando a mesma analogia do meu pronunciamento em relação às Forças Armadas, precisaríamos investir mais em ciência e tecnologia e em Forças Armadas para acabar, definitivamente, com esses programas de saneamento de banco que custam mais do que qualquer país pode suportar como mostra muito bem a crise da Argentina, que não fez o saneamento no momento oportuno das províncias e do sistema financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Parlamentares, a Mesa lembra que após esta sessão do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização estará aguardando para dar continuidade aos seus trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, verifico que está sendo destinado R\$3.902.000,00 para a Ciência e Tecnologia. É uma miséria! Trata-se de tão pouco que ficamos até envergonhados. O Brasil necessita investir muito mais nessas áreas. Nas universidades brasileiras, quantas não estão adequadas para avançar no setor de ciência e tecnologia, na pesquisa, proporcionando ao Brasil a condição de poder, quem sabe, daqui a duas ou três gerações competir no mercado internacional que já tem tecnologia de ponta em diversas áreas? Temos aqui alguns núcleos de excelência isolados e muito poucos. Penso que é mais do que justo que seja aprovado esse crédito. E mais, poderia ser maior. Ao invés de se pagar tantos juros, por que não acrescentar na pesquisa, na tecnologia, na ciência para que o Brasil possa ser um dia um País de primeiro mundo?

O PDT vota favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado Airtton Cascavel.

O SR. AIRTON CASCAVEL (Bloco/PPS – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é na mesma linha que encaminhou o Deputado Giovanni Queiroz, os ínfimos valores que tem o Ministério da Ciência e Tecnologia. Vejam o exemplo claro da minha região amazônica, a capacidade da biodiversidade, o patrimônio do genoma amazônico, que precisa de investimentos substanciais que trarão retorno a este País e, infelizmente, não há recursos nessa área. Podemos fazer a grande revolução deste século atra-

vés do investimento científico e tecnológico. Nesse caso, refiro-me essencialmente à Amazônia, que é um patrimônio até por sua biodiversidade.

Algumas medidas isoladas estão sendo tomadas. A Superintendência da Zona Franca, no Amazonas, por exemplo, está criando o Centro Ambiental e Tecnológico, na cidade de Manaus, para fazer estudos nessa área.

Sr. Presidente, o PPS encaminha favoravelmente, ressaltando que é preciso cada vez mais disponibilizar recursos substanciais, e não apenas R\$3 milhões. Poderíamos estar aprovando R\$30 milhões, valor que retornaria multiplicado para os cofres públicos e em inteligências para este País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, este projeto é extremamente relevante. Foi discutido na nossa Comissão temática e dispõe sobre biotecnologia e biodiversidade, principalmente para equipamentos de meteorologia, como um instrumento auxiliar para ser usado principalmente na agricultura programada e no mercado, pois precisamos conhecer os níveis de precipitação para a época de plantio, ter informações sobre o clima; além do genoma e tantos outros avanços de um mundo ainda tão desconhecido.

Discordo do que disse o companheiro José Carlos Aleluia. O Centro de Pesquisas de Xingó deve ficar situado em Xingó, no Município de Piranhas, onde a Chesf investiu muitos recursos, muitos milhões na sua gestão. O parque está pronto e precisa continuar em Xingó. Discordo de S. Ex^a e peço que abrace a nossa causa, lembrando que foi iniciado pelo eminente Deputado. Esse centro de pesquisas deve estar sediado em Xingó, na cidade de Piranhas, Alagoas.

Somos favoráveis ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos à votação.

Em votação o Projeto de Lei n.º 53, de 2001-CN, na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

		ATIVIDADES	F	P	90	0	100	
19 572	0463 4170	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EMPRESARIAL						184.130
19 572	0463 4170 0001	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EMPRESARIAL - NACIONAL	F	3	3	90	0	100
								134.130
04 - BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA								1.274.500
		PROJETOS	F	P	90	0	100	
19 572	0466 1259	IMPLANTACAO DO LABORATORIO NACIONAL DE BIOLOGIA MOLECULAR						1.274.500
19 572	0466 1259 0001	IMPLANTACAO DO LABORATORIO NACIONAL DE BIOLOGIA MOLECULAR - NACIONAL	F	4	3	90	0	100
								1.274.500
04 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA AREA NUCLEAR								30.000
		ATIVIDADES	F	P	90	0	100	
19 572	0467 2463	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA NUCLEAR						30.000
19 572	0467 2463 0001	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA NUCLEAR - NACIONAL	F	1	3	90	0	100
								30.000
04 - GESTAO DA POLITICA DE CIENCIA E TECNOLOGIA								1.572.250
		PROJETOS	F	P	90	0	100	
19 572	0473 1267	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CONJUNTOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA ENTRE BRASIL E COREIA						112.600
19 572	0473 1267 0001	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CONJUNTOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA ENTRE BRASIL E COREIA - NACIONAL	F	1	3	90	0	100
								112.600
		ATIVIDADES	F	P	90	0	100	
19 572	0473 2201	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CONJUNTOS DE CIENCIA E TECNOLOGIA ENTRE O BRASIL E OS PAISES DA AMERICA DO SUL						1.562.650
19 572	0473 2201 0001	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CONJUNTOS DE CIENCIA E TECNOLOGIA ENTRE O BRASIL E OS PAISES DA AMERICA DO SUL - NACIONAL	F	1	3	90	0	100
								1.562.650
TOTAL - FISCAL								1.572.250
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.572.250

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 9:**

PROJETO DE LEI Nº 55, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 55, de 2001-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no valor de R\$882.213,00, para os fins que especifica" tendo,

– Parecer n.º 49, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto (Mensagem n.º 655/2001-CN - n.º 1.135/2001, na origem).

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, para discutir, ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, serei breve. Quero dizer o seguinte: o projeto modernizará agências do Rio de Janeiro, por isso sou favorável a ele, como também o PDT é favorável. Só queria dizer que o que precisa ser modernizado são os funcionários, que precisam de melhor qualificação. Os do Pará, pelo menos, são uma vergonha. A dificuldade que criam para as prefeituras que fazem convênio com os ministérios é uma vergonha. A Caixa Econômica Federal precisa modernizar-se intestivamente, no seu corpo funcional, adequar os funcionários, modernizá-los, tirar aquela burocracia, aquela má-vontade, aquela indisciplina no que diz respeito ao servidor público. A Caixa Econômica, pelo menos do Pará, é uma vergonha. Que nós arranjemos outro dinheirinho para ou reciclar o pessoal que está lá, ou contratar novos, porque aqueles lá não têm dado resposta aos anseios, às necessidades dos nossos Municípios no Estado do Pará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PFL RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à nobre Deputada Laura Carneiro.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PFL RJ. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o PFL vota a favor, pois para nós, do Rio de Janeiro, é absolutamente impor-

tante esse crédito, que moderniza todas as nossas agências da Caixa.

Com certeza, no Rio de Janeiro, como em todo o País, temos problemas que serão pelo menos minorados a partir da aprovação desse crédito, Sr. Presidente.

O SR. ANIVALDO VALE (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator, nobre Deputado Anivaldo Vale.

O SR. ANIVALDO VALE (PSDB – PA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar que, no nosso entendimento, esse projeto é de alta representação porque significa o esforço do Governo no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

A exemplo do que mencionei anteriormente sobre a capitalização do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste, está a Caixa Econômica Federal a buscar recursos com a finalidade de modernizar suas agências no Rio de Janeiro. Há um manejo em que se buscam recursos de bens imóveis, veículos, máquinas e equipamentos. O projeto está perfeitamente ajustado, tendo sido discutido amplamente na Comissão de Orçamento, onde todos os Deputados tiveram oportunidade de participar. Vejo que isso representa o esforço do Governo com respeito ao Comif (Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais), que procura desenhar o papel dos bancos públicos federais.

Portanto, parablenzo o Governo. Creio que a Caixa Econômica recebe um instrumento de modernização, de instrumentalização de suas agências no Rio de Janeiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães.

A Mesa aproveita a ocasião para prorrogar os trabalhos por mais 15 minutos, lembrando que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização está aguardando o término desta sessão.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT vota favoravelmente: recurso público para bancos públicos, com o fim de modernizá-los e torná-los mais competitivos, mostrando que a estatal funciona melhor, de maneira mais eficiente e com sentimento social muito além, portanto, da banca privada.

O PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 55, de 2001-CN, na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado.

Em votação no Senado.

A matéria vai à sanção.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 55, DE 2001-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 882.213,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento, aprovado pela Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, crédito suplementar no valor de R\$ 882.213,00 (oitocentos e oitenta e dois mil e duzentos e treze reais), em favor da Caixa Econômica Federal, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária de outra atividade da empresa, conforme indicado no Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO : 2500 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	CREDITO SUPLEMENTAR TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ÓRGÃO : R\$ 882.213		
QUADRO ANTESE POR FUNÇÕES 23 COM. CTO E SERVIÇOS		882.213
QUADRO ANTESE POR SUBFUNÇÕES 694 SER.ÇOS FINANCEIROS		882.213
QUADRO ANTESE POR PROGRAMAS 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL		882.213
QUADRO ANTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS 25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL		882.213
QUADRO ANTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		882.213
TOTAL		882.213

ÓRGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ANEXO PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	CREDITO SUPLEMENTAR TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 882.213		
QUADRO ANTESE POR FUNÇÕES 23 COM. CTO E SERVIÇOS		882.213
QUADRO ANTESE POR SUBFUNÇÕES 694 SER.ÇOS FINANCEIROS		882.213
QUADRO ANTESE POR PROGRAMAS 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL		882.213
QUADRO ANTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		882.213
TOTAL		882.213

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL								2.213
PROJETOS								
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS						2.213
23 694	0781 3324 0957	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						2.213
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - 077	90	0	495	2.213
TOTAL - INVESTIMENTO								2.213

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 252.213			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			252.213
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
694 SERVICOS FINANCEIROS			252.213
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			252.213
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS			
25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL			252.213
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			252.213
TOTAL			252.213

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 252.213			
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			252.213
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES			
694 SERVICOS FINANCEIROS			252.213
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			252.213
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			252.213
TOTAL			252.213

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25720 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								882.213
		ATIVIDADES						
23 60	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						882.213
23 60	0807 4102 0073	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						882.213
		BEM MOVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	882.213
TOTAL - INVESTIMENTO								882.213

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 10:

PROJETO DE LEI Nº 96, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 96, de 2001-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$975.916.257,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes", tendo,

– Parecer n.º 53, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela apresentação de substitutivo, incorporando o texto das Emendas 23 e 24, pela rejeição das Emendas nºs 3, 17, 18 e 45, e inadmissibilidade das demais emendas apresentadas.(Mensagem n.º 710/2001-CN - n.º

1.191/2001, na origem) (Ensino profissional; várias universidades; pobreza; desemprego; SUS)

Em discussão o projeto e o substitutivo.

O SR. GILMAR MACHADO (PT - MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votaremos favoravelmente porque entendemos que esse crédito assegura recursos, na área da educação, para modernização das universidades, para compra de livros do ensino fundamental, de forma que estes cheguem às nossas crianças no início do ano, e também para o seguro-desemprego, que considero fundamental.

Além disso, gostaríamos de fazer uma observação: as duas emendas apresentadas são para a construção de duas creches no Estado de São Paulo, atendendo à solicitação de um Deputado que retira recursos da área em que estava colocada na fonte

para construir essas duas creches, de R\$50 mil cada uma, em dois municípios de São Paulo, um deles a cidade de Monte.

Penso que também precisamos atender os pedidos dos nobres Parlamentares. Uma vez que a Comissão aprovou, vamos apoiar a indicação do Deputado Neuton Lima, que é de São Paulo, para que seja atendido o nobre Deputado com as duas creches nesses dois Municípios do Estado de São Paulo, beneficiando as crianças daquelas localidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem dúvida o projeto é meritório: abre crédito suplementar de R\$975.916.257,00 para as áreas de educação, saúde, trabalho, cultura, assistência à criança, a idosos e para várias áreas.

A única observação que gostaríamos de fazer é que, desses valores que estão sendo suplementados, R\$406 milhões decorrem do superávit financeiro do exercício de 2000. É dinheiro que sobrou em função da execução do Orçamento do ano 2000, portanto significa superávit financeiro, que o Governo está utilizando, no caso, para suplementar esses programas importantes.

É sempre bom lembrar que há um superávit financeiro absolutamente importante na execução orçamentária desse Governo. Alguns falam em R\$70 bilhões ao longo do Governo Fernando Henrique, recursos esses que poderiam perfeitamente ser utilizados para a correção dos salários dos servidores públicos, por exemplo, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal não exige, para que haja a correção, a especificação da fonte, isto é, não é necessária a criação de um tributo ou a ampliação da alíquota de outro já existente, por exemplo.

Ora, o Governo pode fazer isso obedecendo a lei, que prevê a possibilidade de utilização de recursos do superávit financeiro para créditos adicionais de várias ordens, sejam suplementares ou especiais. Mas, da mesma forma, esse superávit financeiro também poderia ser utilizado para atender às nossas reivindicações, como aquelas referentes a salários de servidores, salário mínimo, etc. É importante a observação: o Governo, segundo informações, já possui R\$70 bilhões de superávit financeiro! Não queremos que tais recursos parem, como a maioria deles, nas mãos do sistema financeiro. Que venham para coisas importantes, como as aqui listadas e em favor das

quais votaremos, e para outras que estamos aqui solicitando, pedindo, quase exigindo para os servidores e para o trabalhador.

Muito obrigado.

O SR. ENI VOLTOLINI (PPB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra, para discutir.

O SR. ENI VOLTOLINI (PPB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista Brasileiro entende oportuno o encaminhamento da proposta. E quem se detiver para analisar rapidamente as verdadeiras intenções e quem recebe as principais rubricas não poderá opor-se. Vejam bem: no Ministério da Educação, estamos preocupados com as instituições de ensino superior, com os hospitais universitários, buscando readequar e revitalizar as famosas escolas agropecuárias, que durante muito tempo foram referência no Brasil, principalmente no ensino de nível médio. Não há como contestar aplicações desse tipo.

Além disso, por exemplo, quando se fala do Ministério do Trabalho, a principal rubrica é exatamente para o novo emprego e para seguro-desemprego. Este País precisa privilegiar a oportunidade de novos empregos.

Já no Ministério da Saúde, estamos privilegiando o quê? Vigilância sanitária, a preocupação com a qualidade daquilo que o brasileiro consome, com aquilo que o brasileiro produz.

O Partido Progressista Brasileiro não tem nenhuma dúvida em encaminhar favoravelmente a esta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Deputado João Caldas, para discutir.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a matéria é muito relevante e muito gratificante.

Nós que estamos vendo esses programas sociais, principalmente os relativos ao Nordeste, sabemos o efeito que eles têm nas comunidades carentes, no povo que precisa tanto de apoio e solidariedade. Todos estes Ministérios: da Educação, da Previdência, do Trabalho, da Saúde, da Cultura, com esses relevantes serviços de biblioteca, livro aberto, difusão da cultura, música, arte, ciências, patrimônio cultural, política cultural, política afro.

Sr. Presidente, chamo atenção apenas para o fato de que os Ministros deveriam gastar mais esses recursos, não segurá-los tanto. Estamos vendo a ine-

xequibilibidade desses créditos. O ano está acabando com o maior congestionamento nos Ministérios, quando universidades, associações, prefeituras, entidades civis organizadas poderiam estar se preparando para ter acesso a esses recursos.

Mas o crédito tratado na Comissão é bom, é muito relevante. É nesse sentido que parabenizamos as ações do Governo Federal, no que tange às mudanças e às conquistas sociais.

Sr. Presidente, somos favoráveis, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Deputado João Magno.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer a defesa do próximo projeto, que, se não me engano, é o de número 117.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Sr. Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, este projeto atende ao Ministério da Educação, ao Ministério da Previdência, ao Ministério do Trabalho.

Entendemos que os programas são relevantes. Contudo, registro que o Governo abre crédito para o ensino superior, o que é positivo, mas apelo ao Ministério da Educação, que deve estar nos ouvindo.

A Bancada da Bahia registra, todos os anos, uma emenda relativa à Universidade Federal da Bahia, a única universidade federal na Bahia. Mas até o momento o Ministro não empenhou um só centavo dos R\$16 milhões que colocamos.

Da mesma maneira que vamos apoiar o Ministro liberando novos recursos, para que S. Ex^a empenhe em programa na área universitária de todo o Brasil, espero que S. Ex^a possa atender ao empenho da emenda da Bancada da Bahia para a modernização da Universidade Federal da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerra a discussão.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o Substitutivo ao Projeto de lei n.º 96, de 2001-CN, que tem preferência regimental, nos termos do parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Pedro Chaves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 57, DE 2001-CN

A Comissão mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei n.º 96/2001-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$975.916.257,00 (novecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e sete reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes".

Sala de Reuniões, 20 de dezembro de 2001. – Senador **Carlos Bezerra**, Presidente. – Deputado **Pedro Novais**, Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 57, DE 2001-CN

Abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 975.916.257,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$975.916.257.00 (novecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e sete reais), para atender às programações constantes do anexo I desta Lei.

Art 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2000, no valor de R\$406.019.922,00 (quatrocentos e seis milhões, dezenove mil, novecentos vinte e dois reais);

II – ingresso de recursos de operações de crédito interna e externa – em moeda e em bens ou serviços, no valor de R\$357.351.581,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e oitenta e um reais);

III – excesso de arrecadação de receitas financeiras e não-financeiras diretamente arrecadadas e do Tesouro Nacional no valor de R\$119.467.732,00 (cento e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil setecentos e trinta e dois reais); e

IV – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$93.077.022,00 (noventa e três milhões, setenta e sete mil, vinte e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26101 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO: SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	J U T	F I N E	P R O	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							359.820.533
	PROJETOS							
12.364.0041.3714	MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE SEUS HOSPITAIS DE ENSINO							359.820.533
12.364.0041.3714.0049	MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE SEUS HOSPITAIS DE ENSINO - NACIONAL							359.820.533
		F	4-INV	90	0	147	P	49.164.360
		F	4-INV	90	0	149	P	281.042.528
		F	4-INV	90	0	112	P	29.613.645
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							29.874.192
	PROJETOS							
12.363.0044.3049	INSTITUTO PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							26.332.580
12.363.0044.3049.0015	INSTITUTO PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NACIONAL							26.332.580
		F	4-INV	90	0	149	P	22.382.693
		F	4-INV	90	3	112	P	3.949.887
12.363.0044.7109	IMPLEMENTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP							3.541.612
12.363.0044.7109.0001	IMPLEMENTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL							3.541.612
		F	4-INV	50	0	149	P	2.853.866
		F	4-INV	50	2	100	P	687.746
0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO							26.831.293
	PROJETOS							
12.362.0045.3682	EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR - PROEM							26.831.293
12.362.0045.3682.0001	EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR - PROEM - NACIONAL							26.831.293
		F	4-INV	30	0	148	P	16.400.000
		F	3-ODC	30	0	148	P	10.731.293
0465	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II							8.550.000
	ATIVIDADES							
12.572.0465.4172	MANUTENÇÃO DA REDE NACIONAL DE PESQUISA							8.550.000
12.572.0465.4172.0001	MANUTENÇÃO DA REDE NACIONAL DE PESQUISA - NACIONAL							8.550.000
		F	3-ODC	90	0	300	P	8.550.000
TOTAL	FISCAL							425.076.018
TOTAL	GERAL							425.076.018

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26206 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR											
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00											
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO						E S F	G N D	M O D	I U T E	F P P	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL												40.890
ATIVIDADES													
12 363	0044 2992	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL											40.890
12 363	0044 2992 0039	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARÁ											40.890
				F 3-ODC	90	0	100	P					24.390
				F 3-ODC	90	0	112	P					16.500
TOTAL		FISCAL											40.890
TOTAL		GERAL											40.890

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26208 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T E	F P	VALOR	
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						86.436	
ATIVIDADES								
12 363 0044 2992	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						982	
12 363 0044 2992 0043	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIÁS						982	
		F	3-ODC	90	0	250	P	982
PROJETOS								
12 363 0044 3208	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						85.454	
12 363 0044 3208 0005	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIÁS						85.454	
		F	4-INV	90	0	250	P	85.454
TOTAL		FISCAL					86.436	
TOTAL		GERAL					86.436	

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26213 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAÍBA

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T E	F P P	VALOR	
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						364	
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12 363 0051 0337	CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CONCEFET						364	
12 363 0051 0337 0023	CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CONCEFET - NO ESTADO DA PARAÍBA						364	
				F 3-ODC	50	0 100 P	364	
TOTAL	FISCAL						364	
TOTAL	GERAL						364	

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIDADE: 26220 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO - SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I O U	F T E	F / P	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							70.000
ATIVIDADES								
12 363 0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							720
12 363 0044 2992 0069	FUNDAMENTAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SÃO PAULO							720
					F 3-ODC	90	0 250 P	720
PROJETOS								
12 363 0044 3208	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							69.280
12 363 0044 3208 0007	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SÃO PAULO							69.280
	ÁREA CONSTRUÍDA (m²) = 142				F 4-INV	90	0 250 P	69.280
TOTAL	FISCAL							70.000
TOTAL	GERAL							70.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIDADE: 26233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO - SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I O U	F T E	F / P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							95.000
ATIVIDADES								
12 364 0041 4009	FUNDAMENTAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							95.000
12 364 0041 4009 0061	FUNDAMENTAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO CEARÁ							95.000
					F 3-ODC	90	0 281 P	95.000
TOTAL	FISCAL							95.000
TOTAL	GERAL							95.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	F I P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							37.281
ATIVIDADES								
12 364 0041 4002	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO E DA OPERAÇÃO DE ALOJAMENTO							37.281
12 364 0041 4002 0049	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO E DA OPERAÇÃO DE ALOJAMENTO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							37.281
		F	3-ODC	90	0	250	P	37.281
0043	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO							133.208
ATIVIDADES								
12 364 0043 4006	FUNCIÓNAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO							133.208
12 364 0043 4006 0085	FUNCIÓNAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							133.208
		F	3-ODC	90	0	281	P	133.208
0050	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA							64.000
ATIVIDADES								
12 364 0050 4004	FUNCIÓNAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA							64.000
12 364 0050 4004 0071	FUNCIÓNAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							64.000
		F	3-ODC	90	0	281	P	64.000
TOTAL	FISCAL							234.489
TOTAL	GERAL							234.489

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	F I P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							12.888
ATIVIDADES								
12 364 0041 4009	FUNCIÓNAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							12.888
12 364 0041 4009 0055	FUNCIÓNAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE GOIÁS							12.888
		F	3-ODC	90	0	100	P	12.888
0043	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO							108.580
ATIVIDADES								
12 364 0043 4006	FUNCIÓNAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO							108.580
12 364 0043 4006 0047	FUNCIÓNAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE GOIÁS							108.580
	PLANO MATRICULADO (UNIDADE) = 15	F	3-ODC	90	0	250	P	108.580
TOTAL	FISCAL							121.468
TOTAL	GERAL							121.468

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	P	VALOR
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO							4.516
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364 0051 0311	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA - ABEM							340
12 364 0051 0311 0011	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA - ABEM - NO ESTADO DA PARAÍBA							340
		F	3-ODC	50	0	250	P	340
12 364 0051 0317	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO - ABED							492
12 364 0051 0317 0005	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO - ABED - NO ESTADO DA PARAÍBA							492
		F	3-ODC	50	0	250	P	492
12 364 0051 0443	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ABCCS							85
12 364 0051 0443 0001	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ABCCS - NO ESTADO DA PARAÍBA							85
		F	3-ODC	50	0	250	P	85
12 364 0051 0447	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ANGRAD							885
12 364 0051 0447 0003	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ANGRAD - NO ESTADO DA PARAÍBA							885
		F	3-ODC	50	0	250	P	885
12 364 0051 0450	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPGOS							2.714
12 364 0051 0450 0003	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPGOS - NO ESTADO DA PARAÍBA							2.714
		F	3-ODC	50	0	250	P	2.714
TOTAL - FISCAL								4.516
TOTAL - GERAL								4.516

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	F P	VALOR
0050	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA							4.998,108
	ATIVIDADES							
12 244 0050 2329	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE							4.998,108
12 244 0050 2329 0017	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							4.998,108
		F	3-ODC	80	0	250	P	4.998,108
TOTAL	FISCAL							4.998,108
TOTAL	GERAL							4.998,108

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26247 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	F P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							1.102.622
	ATIVIDADES							
12 364 0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							1.102.622
12 364 0041 4009 0051	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							1.102.622
		F	3-ODC	90	0	281	P	900.422
		F	4-INV	90	0	281	P	202.200
TOTAL	FISCAL							1.102.622
TOTAL	GERAL							1.102.622

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26256 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	F P	VALOR
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO							23.649
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364 0051 0327	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							1.327
12 364 0051 0327 0011	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.327
		F	3-ODC	50	0	250	P	1.327
12 364 0051 0331	CONTRIBUIÇÃO À FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO							7.022
12 364 0051 0331 0021	CONTRIBUIÇÃO À FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							7.022
		F	3-ODC	50	0	250	P	7.022
12 363 0051 0336	CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS - CODEST							3.600
12 363 0051 0336 0019	CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS - CODEST - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							3.600
		F	3-ODC	50	0	250	P	3.600
12 363 0051 0337	CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CONCEPTE							2.200
12 363 0051 0337 0035	CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CONCEPTE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							2.200
		F	3-ODC	50	0	250	P	2.200
12 364 0051 0448	CONTRIBUIÇÃO À REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - REDETEC							9.500
12 364 0051 0448 0005	CONTRIBUIÇÃO À REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - REDETEC - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							9.500
		F	3-ODC	50	0	250	P	9.500
TOTAL	FISCAL							23.649
TOTAL	GERAL							23.649

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26260 ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T E	F / P	VALOR
0461	EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO						108.000
PROJETOS							
12 571 0461 3080	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS						108.000
12 571 0461 3080 0039	PROJEÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						108.000
		F	3-ODC	90	0	281 P	108.000
TOTAL	FISCAL						108.000
TOTAL	GERAL						108.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26261 ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBÁ

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T E	F / P	VALOR
0043	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO						579.252
ATIVIDADES							
12 364 0043 4006	FUNIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO						579.252
12 364 0043 4006 0037	FUNIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						579.252
		F	3-ODC	90	0	281 P	579.252
TOTAL	FISCAL						579.252
TOTAL	GERAL						579.252

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26262 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T E	F / P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO						14.330.376
ATIVIDADES							
12 364 0041 4009	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO						14.330.376
12 364 0041 4009 0057	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE SÃO PAULO						14.330.376
		F	3-ODC	90	0	281 P	14.330.376
TOTAL	FISCAL						14.330.376
TOTAL	GERAL						14.330.376

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26263 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	J U T	F T E	F P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							24.011
ATIVIDADES								
12 364 0041 4002	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO E DA OFERTA DE ALOJAMENTO							24.011
12 364 0041 4002 0007	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO E DA OFERTA DE ALOJAMENTO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							24.011
					F	3-ODC	90 0 250 P	24.011
TOTAL	FISCAL							24.011
TOTAL	GERAL							24.011

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26269 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	J U T	F T E	F P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							289.275
ATIVIDADES								
12 364 0041 4009	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							289.275
12 364 0041 4009 0015	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							289.275
					F	4-INV	90 0 280 P	289.275
0681	GESTÃO E PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS							1.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12 212 0681 0334	CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA - OUI							1.000
12 212 0681 0334 0015	CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA - OUI - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.000
					F	3-ODC	72 0 250 P	1.000
TOTAL	FISCAL							390.275
TOTAL	GERAL							290.275

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26271 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	J U T	F T E	F P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							13.753
ATIVIDADES								
12 364 0041 4009	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							13.753
12 364 0041 4009 0081	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO DISTRITO FEDERAL							13.753
					F	3-ODC	83 0 100 P	13.753
TOTAL	FISCAL							13.753
TOTAL	GERAL							13.753

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26273 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0041		DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO								396.084
		ATIVIDADES								
12.364	0041.4009	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO								396.084
12.364	0041.4009.0033	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								396.084
				F	4-INV	90	0	281	P	396.084
TOTAL		FISCAL								396.084
TOTAL		GERAL								396.084

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26274 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0041		DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO								760.000
		PROJETOS								
12.364	0041.3076	CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR								760.000
12.364	0041.3076.0001	CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								760.000
		PRÉDIO CONSTRUÍDA (M²) - 1169		F	4-INV	90	0	250	P	760.000
TOTAL		FISCAL								760.000
TOTAL		GERAL								760.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26275 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0041		DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO								34.410
		ATIVIDADES								
12.364	0041.4009	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO								34.410
12.364	0041.4009.0049	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO ACRE								34.410
				F	3-ODC	90	0	281	P	34.410
TOTAL		FISCAL								34.410
TOTAL		GERAL								34.410

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26281 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							6.000
ATIVIDADES								
12 364 0041 4009	FUNCIIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							6.000
12 364 0041 4009 0013	FUNCIIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE SERGIPE							6.000
		F	3-ODC	80	0	250	P	6.000
TOTAL	FISCAL							6.000
TOTAL	GERAL							6.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26282 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							9.022
ATIVIDADES								
12 364 0041 4009	FUNCIIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							9.022
12 364 0041 4009 0053	FUNCIIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							9.022
		F	3-ODC	90	0	100	P	9.022
TOTAL	FISCAL							9.022
TOTAL	GERAL							9.022

ÓRGÃO: 26008 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26286 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							654.318
ATIVIDADES								
12 364 0041 2321	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO							6.000
12 364 0041 2321 0017	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO AMAPÁ							6.000
		F	4-INV	80	0	250	P	6.000
12 364 0041 4009	FUNCIIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							648.318
12 364 0041 4009 0106	FUNCIIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO AMAPÁ							648.318
		F	3-ODC	80	0	280	P	29.000
		F	3-ODC	80	0	281	P	617.602
		F	3-ODC	80	0	100	P	1.716
TOTAL	FISCAL							654.318
TOTAL	GERAL							654.318

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIDADE: 26291 FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	F P	VALOR
0043	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO							20.000.000
	ATIVIDADES							
12 364 0043 2317	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA A PÓS-GRADUAÇÃO							20.000.000
12 364 0043 2317 0003	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA A PÓS-GRADUAÇÃO - NACIONAL							20.000.000
	CLUMF ADQUIRIDO (UNIDADE) = 4500							20.000.000
					F	3-ODC	90 0 112 P	
TOTAL	- FISCAL							20.000.000
TOTAL	- GERAL							20.000.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIDADE: 26294 HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	F P	VALOR
0046	HOSPITAL DE ENSINO							2.380.000
	ATIVIDADES							
12 302 0046 4010	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL À POPULAÇÃO							380.000
12 302 0046 4010 0003	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL À POPULAÇÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							380.000
						S	3-ODC	90 0 280 P
								380.000
	PROJETOS							
12 364 0046 7563	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DOS HOSPITAIS DE ENSINO							2.000.000
12 364 0046 7563 0005	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							2.000.000
						F	4-INV	90 0 250 P
								2.000.000
TOTAL	- FISCAL							2.000.000
TOTAL	- SEGURIDADE							380.000
TOTAL	- GERAL							2.380.000

FUNÇÃO		PROGRAMA/AÇÃO/SUBSTITUTO/PRODUTO		E S F		G N D		M O D		U T E		P		VALOR
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA														115.134.000
ATIVIDADES														
12.361	0040 4046	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL												44.894.852
12.361	0040 4046 0003	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL												44.894.852
		PROJETO DISTRIBUIDO (UNIDADE) = 10003												20.000.000
		F 3-ODC 60 0 250 P												24.894.852
12.361	0040 4085	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL												15.134.000
12.361	0040 4085 0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL												15.134.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) = 30												10.000.000
		F 3-ODC 60 0 650 P												5.134.000
12.361	0040 6121	DIRETO DO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDECOLA												16.140.182
12.361	0040 6121 0001	DIRETO DO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDECOLA - NA REGIÃO NORTE												2.999.017
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) = 7466												1.167.382
		F 4-INV 40 0 650 P												1.831.635
12.361	0040 6121 0003	DIRETO DO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDECOLA - NA REGIÃO NORDESTE												11.016.952
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) = 29119												5.475.210
		F 4-INV 40 0 650 P												5.541.742
12.361	0040 6121 0005	DIRETO DO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDECOLA - NA REGIÃO CENTRO-OESTE												2.124.003
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) = 4588												1.314.899
		F 4-INV 40 0 650 P												809.104
12.361	0040 6125	DIRETO DO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL												13.964.966
12.361	0040 6125 0001	DIRETO DO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL - NA REGIÃO SUL												4.032.679
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) = 12288												1.680.581
		F 4-INV 40 0 650 P												2.352.128
12.361	0040 6125 0003	DIRETO DO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL - NA REGIÃO SUDESTE												9.699.740
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) = 20394												4.418.329
		F 4-INV 40 0 650 P												5.281.411
12.361	0040 6125 0005	DIRETO DO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL												232.547
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) = 186												2.505
		F 4-INV 40 0 650 P												230.042
		F 4-INV 30 0 650 P												
PROJETOS														
12.361	0040 3699	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR												25.000.000
12.361	0040 3699 0183	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - NACIONAL												25.000.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 503												25.000.000
		F 4-INV 40 0 650 P												
0042 ESCOLA D QUALIDADE PARA TODOS														19.500.000
PROJETOS														
12.126	0042 3697	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL - CETE, NÚCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - NTE E ESCOLAS												19.500.000
12.126	0042 3697 0001	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL - CETE, NÚCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - NTE E ESCOLAS - NACIONAL												19.500.000
		IDADE EQUIPADA (UNIDADE) = 711												3.500.000
		F 3-ODC 60 0 650 P												16.000.000
		F 4-INV 90 0 650 P												
0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS														42.364.241
ATIVIDADES														
12.366	0047 2047	ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS												33.355.601

12 366	0047 2047 0001	ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS - NACIONAL - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO) LUNO MATRICULADO (UNIDADE) = 317559	F 3-ODC 50 0 650 P	33.355.601
			F 3-ODC 50 0 179 P	24.366.000
				8.989.601
OPERÇÕES ESPECIAIS				
12 366	0047 0081	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		9.008.640
12 366	0047 0081 0001	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO ACRE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	311.673
				311.673
12 366	0047 0081 0005	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE RONDÔNIA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	562.304
				562.304
12 366	0047 0081 0007	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE RORAIMA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	104.903
				104.903
12 366	0047 0081 0009	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO TOCANTINS - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	82.455
				82.455
12 366	0047 0081 0011	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE ALAGOAS - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	1.059.840
				1.059.840
12 366	0047 0081 0013	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DA BAHIA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	99.245
				99.245
12 366	0047 0081 0015	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO CEARÁ - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	678.592
				678.592
12 366	0047 0081 0017	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO MARANHÃO - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	1.152.599
				1.152.599
12 366	0047 0081 0019	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DA PARAIBA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	691.725
				691.725
12 366	0047 0081 0021	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	2.015.743
				2.015.743
12 366	0047 0081 0023	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO PIAUÍ - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	514.878
				514.878
12 366	0047 0081 0025	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	1.173.092
				1.173.092
12 366	0047 0081 0027	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE SERGIPE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F 3-ODC 30 0 179 P	561.591
				561.591
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO				3.225.568
ATIVIDADES				
12 122	0750 2000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		2.000.000
12 122	0750 2000 0011	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F 3-ODC 90 0 650 P	2.000.000
				2.000.000
12 122	0750 2002	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		1.225.568
12 122	0750 2002 0031	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NACIONAL	F 3-ODC 90 0 650 P	1.225.568
				1.225.568
TOTAL - FISCAL				180.223.809
TOTAL - GERAL				180.223.809

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26307 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS - PE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I O U	F T E	F I P	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							41.678
ATIVIDADES								
12 363 0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							41.678
12 363 0044 2992 0109	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							41.678
		F	3-ODC	90	0	250	P	7.303
		F	3-ODC	90	0	281	P	34.375
TOTAL	FISCAL							41.678
TOTAL	GERAL							41.678

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26321 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS - AM

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I O U	F T E	F I P	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							80.001
ATIVIDADES								
12 363 0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							80.001
12 363 0044 2992 0125	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAPÁ							80.001
		F	3-ODC	90	0	281	P	62.230
		F	4-INV	90	0	331	P	17.771
TOTAL	FISCAL							80.001
TOTAL	GERAL							80.001

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26324 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO POMBA - MG

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I O U	F T E	F I P	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							63.401
ATIVIDADES								
12 363 0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							63.401
12 363 0044 2992 0153	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							63.401
		F	3-ODC	90	0	112	P	63.401
TOTAL	FISCAL							63.401
TOTAL	GERAL							63.401

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26326 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SALINAS - MG

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							46.850
ATIVIDADES								
12 363 0044 2992	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							46.850
12 363 0044 2992 0147	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							46.850
		F	3-ODC	90	0	250	P	46.850
TOTAL	FISCAL							46.850
TOTAL	GERAL							46.850

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26340 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRIÓ - SC

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							1.500
PROJETOS								
12 363 0044 3053	VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							1.500
12 363 0044 3053 0013	VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							1.500
		F	4-INV	90	0	250	P	1.500
TOTAL	FISCAL							1.500
TOTAL	GERAL							1.500

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26341 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CERES - GO

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							66.000
ATIVIDADES								
12 363 0044 2992	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							66.000
12 363 0044 2992 0015	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIÁS							66.000
	ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) = 1	F	3-ODC	90	0	250	P	66.000
TOTAL	FISCAL							66.000
TOTAL	GERAL							66.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIDADE: 26345 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO					E S F	G N D	M O D	L U T E	F I P	VALOR
0044		DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL										83.840
		ATIVIDADES										
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL										83.840
12 363	0044 2992 0119	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA										83.840
						F 3-ODC	90	0	112	P		50.000
						F 3-ODC	90	0	250	P		33.840
TOTAL		FISCAL										83.840
TOTAL		GERAL										83.840

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIDADE: 26907 FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO					E S F	G N D	M O D	L U T E	F I P	VALOR	
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO										25.000.000	
OPERAÇÕES ESPECIAIS												
12 364	0041 0579	CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO GRATUITO									25.000.000	
12 364	0041 0579 0001	CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO GRATUITO - NACIONAL									25.000.000	
						F	5-IFI	90	0	114	F	25.000.000
TOTAL		FISCAL										25.000.000
TOTAL		GERAL										25.000.000

ÓRGÃO: 33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 33201 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0083		PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA							119.148.377
		ATIVIDADES							
09 126	0083 2581	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS							13.351.718
09 126	0083 2581 0003	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - NACIONAL							13.351.718
		BENEFÍCIO PROCESSADO (MIL) = 412661	S	3-ODC	90	0	300	P	13.351.718
09 271	0083 2591	SERVIÇOS DE CONCESSÃO, MANUTENÇÃO E CESSAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS							70.913.072
09 271	0083 2591 0003	SERVIÇOS DE CONCESSÃO, MANUTENÇÃO E CESSAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - NACIONAL							70.913.072
		BENEFÍCIO CONCEDIDO/CESSADO (UNIDADE) = 2000000	S	3-ODC	90	0	300	P	70.913.072
09 122	0083 2593	FUNIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL							34.883.587
09 122	0083 2593 0003	FUNIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAL							34.883.587
		USUÁRIO ATENDIDO (UNIDADE) = 6000000	S	3-ODC	90	0	300	P	34.883.587
0084		ARRECAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS							27.092.722
		ATIVIDADES							
09 125	0084 2570	FISCALIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS							14.380.248
09 125	0084 2570 0003	FISCALIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - NACIONAL							14.380.248
			S	3-ODC	90	0	300	P	14.380.248
09 126	0084 2580	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DAS GUIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL							12.712.474
09 126	0084 2580 0003	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DAS GUIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAL							12.712.474
		GUIA PROCESSADA (UNIDADE) = 408468	S	3-ODC	90	0	300	P	12.712.474
0100		ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR							32.502.710
		ATIVIDADES							
09 301	0100 2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							32.502.710
09 301	0100 2004 0039	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							32.502.710
			S	3-ODC	90	0	300	P	32.502.710
0750		PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO							21.256.191
		ATIVIDADES							
09 122	0750 2000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS							16.531.682
09 122	0750 2000 0159	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL							16.531.682
			S	3-ODC	90	0	300	P	16.531.682
09 122	0750 2002	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS							4.724.509
09 122	0750 2002 0131	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NACIONAL							4.724.509
			S	3-ODC	90	0	300	P	4.724.509
TOTAL		- SEGURIDADE							200.000.000
TOTAL		GERAL							200.000.000

FUNCAIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO		E	S	G	M	J	F	F	VALOR
				S	S	N	O	U	T	P	
0065	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA										50.000
PROJETOS											
08 242	0065 1426	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA									50.000
08 242	0065 1426 0106	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO A DEFICIENTES, E MODERNIZAÇÃO DA APAE - ITURAMA - RJ									50.000
				S	4-INV	40	0	100	P		50.000
0066	VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO										1.774.961
PROJETOS											
08 125	0066 1487	REVISÃO E AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA									1.774.961
08 125	0066 1487 0003	REVISÃO E AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA - NACIONAL									1.774.961
				S	3-ODC	50	0	153	P		1.774.961
				BENEFÍCIO REVISADO (UNIDADE) = 92763							
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA										161.000
ATIVIDADES											
08 243	0067 2556	ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHES									16.000
08 243	0067 2556 0114	ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE - CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EQUIPAMENTO DE CRECHE EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS									16.000
				S	4-INV	40	0	100	P		16.000
PROJETOS											
08 243	0067 1001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE									145.000
08 243	0067 1001 0568	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE - CONSTRUÇÃO DE CRECHE - NOVO GAMA - GO									15.000
				S	4-INV	40	0	100	P		15.000
08 243	0067 1001 0594	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE - CONSTRUÇÃO DE CRECHE MUNICIPAL EM PONTES GERAL - SP									50.000
				S	4-INV	40	0	153	P		50.000
08 243	0067 1001 0596	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DA CRECHE MUNICIPAL DE - MONTE MOR - SP									50.000
				S	4-INV	40	0	153	P		50.000
08 243	0067 1001 0608	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE - CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO CONJUNTO HABITACIONAL TUCUL - CUIABÁ - MT									30.000
				S	4-INV	40	0	100	P		30.000
0070	BRASIL JOVEM										20.000
PROJETOS											
08 243	0070 5398	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE									20.000
08 243	0070 5398 0214	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG									20.000
				S	4-INV	40	0	100	P		20.000
0809	ENFRENTAMENTO À POBREZA										6.400.000
PROJETOS											
08 244	0809 5565	AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA									6.400.000
08 244	0809 5565 0050	AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA - AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL									6.400.000
				S	4-INV	30	0	153	P		1.500.000
				S	4-INV	40	0	153	P		4.900.000
				MUNICÍPIO ATENDIDO (UNIDADE) = 500							
TOTAL		- SEGURANÇA									8.405.961
TOTAL		- GERAL									8.105.961

ÓRGÃO: 36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE: 36212 AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVS

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	M O D	I N T	F I N E	VALOR
0010 VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS									15.072.826
ATIVIDADES									
10 304 0010 4335	FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA								7.822.826
10 304 0010 4335 0001	FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NACIONAL								7.822.826
		S 3-ODC	72	0	150		P		1.000.000
		S 3-ODC	50	0	150		P		1.392.826
		S 3-ODC	30	0	150		P		6.430.000
10 304 0010 4336	FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA								7.250.000
10 304 0010 4336 0001	FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NACIONAL								7.250.000
		S 3-ODC	50	0	150		P		6.250.000
		S 3-ODC	72	0	150		P		1.000.000
0024 VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS									250.000
ATIVIDADES									
10 304 0024 4340	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E TERMINAIS ALFANDEGADOS								250.000
10 304 0024 4340 0001	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E TERMINAIS ALFANDEGADOS - NACIONAL								250.000
		S 3-ODC	90	0	150		P		250.000
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									6.594.624
ATIVIDADES									
10 122 0750 2000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS								5.794.624
10 122 0750 2000 0355	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL								5.794.624
		S 3-ODC	90	0	280		P		1.919.000
		S 3-ODC	90	0	150		P		3.875.624
10 126 0750 2003	AÇÕES - INFORMÁTICA								800.000
10 126 0750 2003 0199	AÇÕES DE INFORMÁTICA - NACIONAL								800.000
		S 3-ODC	90	0	150		P		800.000
TOTAL - SEGURIDADE									21.917.450
TOTAL GERAL									21.917.450

ÓRGÃO: 36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE: 36901 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR												
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00												
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO						E S F	G N D	M O D	I N T	F I N E	F / P	VALOR	
0004	QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS													4.762.000
PROJETOS														
10 302	0004 5395	IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - SAÚDE NO CEARÁ - KIN												4.762.000
10 302	0004 5395 0001	IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - SAÚDE NO CEARÁ - KIN - PROJETO DO CEARÁ												4.762.000
							S	4-INV	30	0	148	P	4.762.000	
TOTAL - SEGURIDADE														4.762.000
TOTAL GERAL														4.762.000

ÓRGÃO: 38000 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE: 38101 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0681		GESTÃO DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS								7.921
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
11 212	0681 0159	CONTRIBUIÇÃO AO CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - CINTERFOR								7.921
11 212	0681 0159 0001	CONTRIBUIÇÃO AO CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - CINTERFOR - NACIONAL								7.921
				F	3-ODC	72	0	100	P	7.921
TOTAL		FISCAL								7.921
TOTAL		GERAL								7.921

ÓRGÃO: 38000 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE: 38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0099		NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO								50.507.490
		ATIVIDADES								
11 126	0099 2624	SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS								2.395.484
11 126	0099 2624 0001	SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - NACIONAL								2.395.484
				S	3-ODC	80	0	180	P	2.395.484
11 331	0099 2633	HABILITAÇÃO DO TRABALHADOR AO SEGURO-DESEMPREGO								10.162.006
11 331	0099 2633 0001	HABILITAÇÃO DO TRABALHADOR AO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL								10.162.006
		TRABALHADOR HABILITADO (UNIDADE) = 477525								10.162.006
				S	3-ODC	80	0	340	P	10.162.006
11 333	0099 6489	SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, INTERMEDIÇÃO DO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO								37.950.000
11 333	0099 6489 0001	SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, INTERMEDIÇÃO DO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL								37.950.000
				S	3-ODC	90	0	340	P	37.950.000
0100		ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR								4.318.394
		ATIVIDADES								
11 126	0100 2621	SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA ATUALIZAÇÃO DA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS								1.565.516
11 126	0100 2621 0001	SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA ATUALIZAÇÃO DA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - NACIONAL								1.565.516
				S	3-ODC	80	0	180	P	1.565.516
11 122	0100 2627	REMUNERAÇÃO DE AGENTES PAGADORES DO ABONO SALARIAL								2.752.878
11 122	0100 2627 0001	REMUNERAÇÃO DE AGENTES PAGADORES DO ABONO SALARIAL - NACIONAL								2.752.878
		BENEFÍCIO PAGO (UNIDADE) = 340178								2.752.878
				S	3-ODC	90	0	340	P	2.752.878
TOTAL		- SEGURIDADE								54.825.884
TOTAL		GERAL								54.825.884

ÓRGÃO: 42000 MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE: 42101 MINISTÉRIO DA CULTURA

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L U T	F T E	F P	VALOR	
0750	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO							27.000	
	ATIVIDADES								
13 122 0750 2001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES							27.000	
13 122 0750 2001 0073	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - NACIONAL							27.000	
				F 3-ODC	90	0	100	P	27.000
	TOTAL - FISCAL							27.000	
	TOTAL - GERAL							27.000	

ÓRGÃO: 42000 MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE: 42202 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L U T	F T E	F P	VALOR	
0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR							63.041	
	ATIVIDADES								
13 331 0100 2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							63.041	
13 331 0100 2011 0035	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ							63.041	
				F 3-ODC	90	0	100	P	45.041
				F 3-ODC	90	0	250	P	18.000
0168	LIVRO ABERTO							200.000	
	ATIVIDADES								
13 392 0168 2650	FUNCIONAMENTO DE BIBLIOTECAS DA UNIÃO							200.000	
13 392 0168 2650 0001	FUNCIONAMENTO DE BIBLIOTECAS DA UNIÃO - NACIONAL							200.000	
				F 3-ODC	90	0	100	P	200.000
0173	GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA							5.000	
	ATIVIDADES								
13 126 0173 2641	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CULTURAIS							5.000	
13 126 0173 2641 0001	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CULTURAIS - NACIONAL							5.000	
				F 3-ODC	90	0	100	P	5.000
0750	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO							115.625	
	ATIVIDADES								
13 122 0750 2000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS							115.625	
13 122 0750 2000 0065	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ							115.625	
				F 3-ODC	90	0	250	P	115.625
TOTAL	- FISCAL							383.656	
TOTAL	- GERAL							383.656	

ÓRGÃO: 42000 MINISTÉRIO DA CULTURA
 UNIDADE: 42203 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	C N D	M O D	I U E	F T E	F P	VALOR
0750	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO							313.484
	ATIVIDADES							
13 122	0750 2000 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS							286.114
13 122	0750 2000 0163 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL							286.114
		F	4-INV	90	0	100	P	54.000
		F	3-ODC	90	0	100	P	232.114
13 122	0750 2001 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES							9.188
13 122	0750 2001 0093 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - NACIONAL							9.188
		F	3-ODC	90	0	100	P	9.188
13 126	0750 2003 AÇÕES DE INFORMÁTICA							18.182
13 126	0750 2003 0221 AÇÕES DE INFORMÁTICA - NACIONAL							18.182
		F	3-ODC	90	0	100	P	18.182
TOTAL	FISCAL							313.484
TOTAL	GERAL							313.484

ÓRGÃO: 42000 MINISTÉRIO DA CULTURA
 UNIDADE: 42204 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	C N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL									58.634
		ATIVIDADES							
13.391	0167.2636	PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO							58.634
13.391	0167.2636.0001	PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO - NACIONAL							58.634
			F	3-ODC	90	0	100	P	58.634
0171 MUSEU MEMÓRIA E FUTURO									1.233.920
		ATIVIDADES							
13.391	0171.2651	FUNIONAMENTO DE MUSEUS DA UNIÃO							1.233.920
13.391	0171.2651.0009	FUNIONAMENTO DE MUSEUS DA UNIÃO - NACIONAL							1.233.920
			F	3-ODC	90	0	250	P	285.492
			F	3-ODC	90	0	650	P	144.470
			F	3-ODC	90	0	100	P	803.958
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									90.610
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
13.212	0681.0146	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL							90.610
13.212	0681.0146.0001	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL - NACIONAL							90.610
			F	3-ODC	72	0	100	P	90.610
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									233.111
		ATIVIDADES							
13.122	0750.2060	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS							171.830
13.122	0750.2060.0079	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL							171.830
			F	3-ODC	90	0	100	P	171.830
13.122	0750.2061	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES							7.013
13.122	0750.2061.0031	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - NACIONAL							7.013
			F	3-ODC	90	0	100	P	7.013
13.126	0750.2003	AÇÕES - INFORMÁTICA							54.268
13.126	0750.2003.0223	AÇÕES DE INFORMÁTICA - NACIONAL							54.268
			F	3-ODC	90	0	100	P	54.268
TOTAL		FISCAL							1.616.275
TOTAL		GERAL							1.616.275

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26101 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA							9.008.640
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 243 0040 0615	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.533)							9.008.640
12 243 0040 0615 0003	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.533) - NACIONAL							9.008.640
		F	3-ODC	90	0	179	P	9.008.640
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							25.000.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364 0041 0577	CONCESSÃO DE CRÉDITO EDUCATIVO A ESTUDANTES CARENTES							25.000.000
12 364 0041 0577 0001	CONCESSÃO DE CRÉDITO EDUCATIVO A ESTUDANTES CARENTES - NACIONAL							25.000.000
		F	5-IFI	90	0	114	F	25.000.000
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							3.541.612
	PROJETOS							
12 363 0044 3688	IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP							3.541.612
12 363 0044 3688 0001	IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL							3.541.612
		F	3-ODC	30	2	100	P	475.066
		F	4-INV	30	2	100	P	212.680
		F	4-INV	30	0	148	P	674.542
		F	3-ODC	30	0	148	P	2.179.324
0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO							26.831.293
	PROJETOS							
12 128 0045 3677	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED							3.290.675
12 128 0045 3677 0001	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED - NACIONAL							3.290.675
		F	3-ODC	72	0	148	P	275.659
		F	3-ODC	90	0	148	P	3.015.016
12 362 0045 3679	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO - PROMED							7.838.107
12 362 0045 3679 0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO - PROMED - NACIONAL							7.838.107
		F	3-ODC	72	0	148	P	7.838.107
12 362 0045 3680	ESTUDOS E PESQUISAS PARA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED							7.146.240
12 362 0045 3680 0001	ESTUDOS E PESQUISAS PARA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED - NACIONAL							7.146.240
		F	3-ODC	72	0	148	P	2.819.546
		F	3-ODC	90	0	148	P	4.326.694
12 362 0045 3686	IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO - PROMED							8.556.271
12 362 0045 3686 0001	IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO - PROMED - NACIONAL							8.556.271
		F	3-ODC	90	0	148	P	4.724.839
		F	3-ODC	72	0	148	P	3.831.433
TOTAL	FISCAL							64.381.545
TOTAL	GERAL							64.381.545

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26206 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							40.890
ATIVIDADES								
12 363 0044 2994	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS							24.390
12 363 0044 2994 0023	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS - NO ESTADO DO CEARÁ							24.390
	ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) = 97	F	3-ODC	90	0	100	P	24.390
PROJETOS								
12 128 0044 3048	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							16.500
12 128 0044 3048 0051	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARÁ							16.500
	PROFESSOR CAPACITADO (UNIDADE) = 5	F	3-ODC	90	0	112	P	16.500
TOTAL	FISCAL							40.890
TOTAL	GERAL							40.890

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26213 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAÍBA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							364
ATIVIDADES								
12 363 0044 2994	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS							364
12 363 0044 2994 0023	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS - NO ESTADO DA PARAÍBA							364
		F	3-ODC	90	0	100	P	364
TOTAL	FISCAL							364
TOTAL	GERAL							364

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							37.281
ATIVIDADES								
12 364 0041 4009	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							37.281
12 364 0041 4009 0089	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							37.281
		F	3-ODC	90	0	250	P	37.281
TOTAL	FISCAL							37.281
TOTAL	GERAL							37.281

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO							12.776
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364 0051 0327	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							11.577
12 364 0051 0327 0069	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO ESTADO DE GOIÁS							11.577
		F	3-ODC	50	0	100	P	11.577
12 364 0051 0331	CONTRIBUIÇÃO À FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO							1.199
12 364 0051 0331 0015	CONTRIBUIÇÃO À FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO - NO ESTADO DE GOIÁS							1.199
		F	3-ODC	50	0	100	P	1.199
0681	GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS							112
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 212 0681 0334	CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA - OUI							112
12 212 0681 0334 0023	CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA - OUI - NO ESTADO DE GOIÁS							112
		F	3-ODC	72	0	100	P	112
TOTAL	FISCAL							12.888
TOTAL	GERAL							12.888

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO							4.516
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364 0051 0327	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							2.917
12 364 0051 0327 0071	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO ESTADO DA PARAÍBA							2.917
		F	3-ODC	50	0	250	P	2.917
12 364 0051 0335	CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - CRUB							1.599
12 364 0051 0335 0049	CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - CRUB - NO ESTADO DA PARAÍBA							1.599
		F	3-ODC	50	0	250	P	1.599
TOTAL	FISCAL							4.516
TOTAL	GERAL							4.516

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIDADE: 26256 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

ANEXO II		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F / P	VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							23.649
ATIVIDADES								
12 364 0041 4009	FUNCIIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							23.649
12 364 0041 4009 0007	FUNCIIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							23.649
					F 3-ODC	90	0 250 P	23.649
TOTAL	FISCAL							23.649
TOTAL	GERAL							23.649

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIDADE: 26269 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F / P	VALOR
0043	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO							1.000
ATIVIDADES								
12 364 0043 4006	FUNCIIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO							1.000
12 364 0043 4006 0007	FUNCIIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.000
					F 3-ODC	90	0 250 P	1.000
TOTAL	FISCAL							1.000
TOTAL	GERAL							1.000

FUNCAIONAL PROGRAMATICA		PROGRAMA / ATIVIDADE / SUBTITULO / PRODUTO		E S S F G M I F S N N O U T / F D D O E P					VALOR
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO								6.000
ATIVIDADES									
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							6.000
12 364	0041 4009 0105	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO AMAPÁ							6.000
				F 3-ODC	90	0	250	P	6.000
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO								1.716
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
12 364	0051 0327	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDES							1.716
12 364	0051 0327 0101	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDES - NO ESTADO DO AMAPÁ							1.716
				F 3-ODC	50	0	100	P	1.716
TOTAL - FISCAL									7.716
TOTAL - GERAL									7.716

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26294 HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N O	M C D	I U	F T E	P P	VALOR
0906		OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)							2.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA							2.000.000
28 844	0906 0284 0107	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL							2.000.000
		S 6-AMO 90 0 250 F							2.000.000
	TOTAL -	SEGURIDADE							2.000.000
	TOTAL -	GERAL							2.000.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N O	M O D	I U	F I T E P	VALOR
0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS								8.989.601
		ATIVIDADES							
12 366	0047 2047	ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS							8.989.601
12 366	0047 2047 0003	ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS - NACIONAL - PISM ! PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BÁSICA PARA MICRORREGIÕES CARENTES; ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) = 86133							8.989.601
					F	3-ODC	50	0 179 P	8.989.601
TOTAL - FISCAL									8.989.601
TOTAL - GERAL									8.989.601

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26324 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO POMBA - MG

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	M C D	U	F T E	P	VALOR
0044		DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL								63.401
		PROJETOS								
12 363	0044 3049	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL								17.600
12 363	0044 3049 0011	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								17.600
			F	4-INV	90	0	112	P		17.600
12 363	0044 3208	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL								20.801
12 363	0044 3208 0013	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								20.801
			F	4-INV	90	0	112	P		20.801
12 363	0044 3209	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL								25.000
12 363	0044 3209 0019	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								25.000
			F	3-ODC	90	0	112	P		25.000
TOTAL		FISCAL								63.401
TOTAL		GERAL								63.401

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F P E	VALOR
0044		DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						66.000
ATIVIDADES								
12 363	0044 2894	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS						66.000
12 363	0044 2894 0013	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS - NO ESTADO DE GOIÁS						66.000
							ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) = 133	
							F 3-QDC 90 0 250 P	66.000
TOTAL - FISCAL								66.000
TOTAL - GERAL								66.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIDADE: 26345 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	M O D	I U	F T E	F P	VALOR
0044		DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL								83.840
		PROJETOS								
12 363	0044 3208	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL								83.840
12 363	0044 3208 0033	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA								83.840
		ÁREA CONSTRUÍDA (M²) = 180								
				F	4-INV	90	0	250	P	33.840
				F	4-INV	90	0	112	P	50.000
TOTAL		-	FISCAL							83.840
TOTAL		-	GERAL							83.840

ÓRGÃO: 33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 33903 FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	C N D	M O D	U	F T E	P	VALOR
0065	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA							1.824.961
PROJETOS								
08 242 0066 1426	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA							50.000
08 242 0066 1426 0106	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO À DEFICIENTES, E MODERNIZAÇÃO DA APNE - ITURAMA - MG	S	3-ODC	40	0	100	P	50.000
08 125 0065 1488	REVISÃO E AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA							1.774.961
08 125 0065 1488 0003	REVISÃO E AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA - NACIONAL BENEFÍCIO REVISADO (UNIDADE) = 117848	S	3-ODC	90	0	153	P	1.774.961
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA							61.000
ATIVIDADES								
08 243 0067 2556	ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE							16.000
08 243 0067 2556 0114	ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE - CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EQUIPAMENTO DE CRECHE EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3-ODC	40	0	100	P	16.000
PROJETOS								
08 243 0067 1001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE							45.000
08 243 0067 1001 0566	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE - CONSTRUÇÃO DE CRECHE - NOVO GAMA - GO	S	3-ODC	40	0	100	P	15.000
08 243 0067 1001 0608	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE - CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO CONJUNTO HABITACIONAL TIJUCAL - CUIABÁ - MT	S	3-ODC	40	0	100	P	30.000
0070	BRASIL JOVEM							20.000
PROJETOS								
08 243 0070 5398	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE							20.000
08 243 0070 5398 0214	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG	S	3-ODC	40	0	100	P	20.000
0809	ENFRENTAMENTO À POBREZA							6.500.000
PROJETOS								
08 244 0809 1481	AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA							6.500.000
08 244 0809 1481 0394	AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA - AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS MUNICÍPIO ATENDIDO (UNIDADE) = 500	S	4-INV	30	0	153	P	1.500.000
		S	4-INV	40	0	153	P	5.000.000
TOTAL	SEGURIDADE							8.405.961
TOTAL	GERAL							8.405.961

ÓRGÃO: 38000 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE: 38101 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO II		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F T E	F P	VALOR
0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR							7.921
	ATIVIDADES							
11 365 0100 2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							7.921
11 365 0100 2010 0141	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							7.921
						F 3-ODC	90 0 100 P	7.921
TOTAL	FISCAL							7.921
TOTAL	GERAL							7.921

ÓRGÃO: 38000 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE: 38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO II		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F T E	F P	VALOR
0103	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA							1.650.000
	PROJETOS							
11 571 0103 5508	PESQUISA PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA							1.650.000
11 571 0103 5508 0001	PESQUISA PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - NACIONAL							1.650.000
						S 3-ODC	90 0 180 P	1.650.000
0106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO							2.311.000
	PROJETOS							
11 126 0106 1277	PESQUISAS SOBRE EMPREGO E DESEMPREGO - PED							791.000
11 126 0106 1277 0001	PESQUISAS SOBRE EMPREGO E DESEMPREGO - PED - NACIONAL							791.000
						S 3-ODC	50 0 180 P	791.000
11 571 0106 1461	ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DO TRABALHO							1.170.000
11 571 0106 1461 0001	ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DO TRABALHO - NACIONAL							1.170.000
	ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) = 1					S 3-ODC	90 0 180 P	1.170.000
11 333 0106 5413	ESTUDO PARA AVALIAÇÃO E HARMONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO							350.000
11 333 0106 5413 0001	ESTUDOS PARA AVALIAÇÃO E HARMONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO - NACIONAL							350.000
	ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) = 1					S 3-ODC	90 0 180 P	350.000
TOTAL	- SEGURIDADE							3.961.000
TOTAL	GERAL							3.961.000

ÓRGÃO: 42000 MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE: 42101 MINISTÉRIO DA CULTURA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I C O	F U T E	F / P	VALOR
0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR							14.000
ATIVIDADES								
13 365 0100 2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							14.000
13 365 0100 2010 0089	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							14.000
		F	3-ODC	90	0	100	P	14.000
0167	BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL							867.378
ATIVIDADES								
13 391 0167 2636	PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO							867.378
13 391 0167 2636 0003	PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO - NACIONAL							867.378
		F	3-ODC	40	0	100	P	867.378
0168	LIVRO ABERTO							1.000.000
ATIVIDADES								
13 392 0168 4494	FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS NA ÁREA DO LIVRO E DA LEITURA							1.000.000
13 392 0168 4494 0003	FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS NA ÁREA DO LIVRO E DA LEITURA - NACIONAL							1.000.000
		F	3-ODC	50	0	100	P	1.000.000
0170	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL							1.161.989
ATIVIDADES								
13 392 0170 4491	FOMENTO A PROJETOS DE DIFUSÃO CULTURAL							1.161.989
13 392 0170 4491 0001	FOMENTO A PROJETOS DE DIFUSÃO CULTURAL - NACIONAL							1.161.989
		F	3-ODC	40	0	100	P	1.161.989
0750	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO							27.000
ATIVIDADES								
13 122 0750 2002	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS							27.000
13 122 0750 2002 0079	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NACIONAL							27.000
		F	3-ODC	90	0	100	P	27.000
TOTAL	FISCAL							3.070.367
TOTAL	GERAL							3.070.367

ÓRGÃO: 42000 MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE: 42202 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

ANEXO II		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO		E S F	G N D	M O D	I O U T E	F P P
0167	BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL						200.000
	PROJETOS						
13 391 0167 7581	REFORMA DO PRÉDIO ANEXO DA BIBLIOTECA NACIONAL						200.000
13 391 0167 7581 0001	REFORMA DO PRÉDIO ANEXO DA BIBLIOTECA NACIONAL - NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ						200.000
			F	4-INV	90	0	100 P
							200.000
0173	GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA						5.000
	ATIVIDADES						
13 126 0173 2641	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CULTURAIS						5.000
13 126 0173 2641 0001	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CULTURAIS - NACIONAL						5.000
			F	4-INV	90	0	100 P
							5.000
TOTAL	FISCAL						205.000
TOTAL	GERAL						205.000

ÓRGÃO: 42000 MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE: 42203 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

ANEXO II		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO		E S F	G N D	M O D	I O U T E	F P P
0172	CULTURA AFRO-BRASILEIRA						293.904
	PROJETOS						
13 391 0172 1507	CONSTRUÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E REFERÊNCIA DA CULTURA NEGRA						293.904
13 391 0172 1507 0001	CONSTRUÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E REFERÊNCIA DA CULTURA NEGRA - NO DISTRITO FEDERAL						293.904
	CENTRO CONSTRUÍDO () = 2		F	4-INV	90	0	100 P
							293.904
0750	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						19.580
	ATIVIDADES						
13 122 0750 2001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES						10.000
13 122 0750 2001 0093	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - NACIONAL						10.000
			F	4-INV	90	0	100 P
							10.000
13 122 0750 2002	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS						9.580
13 122 0750 2002 0097	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NACIONAL						9.580
			F	4-INV	90	0	100 P
							5.000
			F	3-ODC	90	0	100 P
							4.580
TOTAL	FISCAL						313.484
TOTAL	GERAL						313.484

FUNCAIONAL PROGRAMATICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	P T E	F P	VALOR
0166		MÚSICA E ARTES CÊNICAS							313.000
PROJETOS									
13.392	0166 1562	CONCESSÃO DE PRÊMIOS NAS ÁREAS DE MÚSICA E DE ARTES CÊNICAS							313.000
13.392	0166 1562 0001	CONCESSÃO DE PRÊMIOS NAS ÁREAS DE MÚSICA E DE ARTES CÊNICAS - NACIONAL							313.000
								F 3-ODC 90 0 100 P	313.000
0170		PRODUÇÃO DIFUSÃO CULTURAL							76.000
PROJETOS									
13.392	0170 1561	CONCESSÃO DE PRÊMIOS NAS ÁREAS DE ARTES VISUAIS E CULTURA POPULAR							76.000
13.392	0170 1561 0003	CONCESSÃO DE PRÊMIOS NAS ÁREAS DE ARTES VISUAIS E CULTURA POPULAR - NACIONAL							76.000
								F 3-ODC 90 0 100 P	76.000
TOTAL - FISCAL									389.000
TOTAL - GERAL									389.000

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Apelo aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que fazem parte da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para que a ela compareçam, pois está sendo aguardada a presença dos Srs. Parlamentares para se dar início à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um requerimento que foi lido na Hora do Expediente. Peço vênia aos Srs. Parlamentares para lê-lo novamente:

REQUERIMENTO N.º 183, De 2001-CN

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, requeremos a V. Ex^a, nos termos regimentais, a inclusão na presente Ordem do Dia do PL n.º 38 de 2001, cujo parecer foi aprovado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Sessões.

Assinam: Deputado **Heráclito Fortes** e Deputado **Inocência Oliveira**.

O requerimento havia sido lido. Se aprovado, vamos incluir o projeto na pauta.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Congressistas que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 20:**

PROJETO DE LEI Nº 38, de 2001-CN

(Incluído em pauta nos termos do Requerimento n.º 183, de 2001, aprovado nesta oportunidade.)

Discussão em turno único do Projeto de Lei n.º 38, de 2001, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de

R\$10.034.000,00 (dez milhões e trinta e quatro mil reais), para reforço de dotação constante do Orçamento vigente".

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer n.º 54 de 2001, concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PFL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para encaminhar a votação, tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PFL – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, este projeto trata de abrir crédito especialmente para um programa de produção de componentes e insumos da indústria nuclear e de alta tecnologia, absolutamente importante no enriquecimento do urânio.

Portanto o PFL encaminha favoravelmente, de acordo com o que foi votado na Comissão.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o PT também vota favoravelmente, porque entende que é fundamental que o Brasil possa aumentar a sua unidade de enriquecimento de urânio para o nosso desenvolvimento nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o Projeto de Lei n.º 38, de 2001-CN, na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

FUNC	PROGRAMA/CA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	S T E	VALOR
0270 - PRODUÇÃO DE COMPONENTES E INSUMOS PARA A INDUSTRIA NUCLEAR E DE ALTA TECNOLOGIA									10.034.000
		PROJETOS							
25 662	0270 1393	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE URANIO							10.034.000
25 662	0270 1393 4001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE URANIO - NACIONAL							10.034.000
			F	4	P	90	0	300	10.034.000
TOTAL - FISCAL									10.034.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.034.000

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O outro requerimento lido na Hora do Expediente – Requerimento n.º 183-A, de 2001-CN – é também assinado pelo Deputado Heráclito Fortes e requer, nos termos regimentais, a inclusão, na presente Ordem do Dia, do PL n.º 39, de 2001, cujo parecer foi aprovado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Congressistas que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 21:**

PROJETO DE LEI N.º 39, de 2001 – CN

(Incluído em pauta nos termos do Requerimento n.º 183-A, de 2001, aprovado nesta oportunidade.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 39, de 2001-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$20.542.003,00 (vinte milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e três reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”.

Ao projeto de lei foram apresentadas três emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer n.º 55, de 2001, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT – SC. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, gostaria de um esclarecimento. Ontem caiu a reunião da Comissão de Orçamento, já tinha sido votado na Câmara e caiu no Senado.

Gostaria de saber se este projeto foi votado na Comissão.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL) – Não foi votado, porque houve recurso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Recebo essa indagação como uma questão de ordem.

A data é de 20 de dezembro de 2001. A Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, na terceira reunião extraordinária, em 19 de dezembro de 2001, aprovou, por unanimidade, o relatório do Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado está aí. O relatório é de S. Ex^a, que teria sido aprovado favoravelmente, nos termos do projeto.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PFL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acredito que a Mesa já tenha esclarecido a matéria.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 39, de 2001-CN, na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 39, DE 2001-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$20.542.003,00, para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$20.542.003,00 (vinte milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e três reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC.	PROGRAMA/FUNCA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F I E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO									37.281
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4002	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO E DA OFERTA DE ALOJAMENTO							37.281
12 364	0041 4002 C 19	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO E DA OFERTA DE ALOJAMENTO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	3		90	0	250	37.281
TOTAL - FISCAL									37.281
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									37.281

FUNC	PROGRAMA/PCA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	R E S F	G N D	K P	M O D	I U	F T E	VALOR
0051 - GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									4.516
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0311	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO MEDICA - ABEM							340
12 364	0051 0311 0011	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO MEDICA - ABEM - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	340
12 364	0051 0317	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTACAO - ABED							492
12 364	0051 0317 0025	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTACAO - ABED - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	492
12 364	0051 0443	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIENCIAS SOCIAIS - ABECIS							85
12 364	0051 0443 0021	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIENCIAS SOCIAIS - ABECIS - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	85
12 364	0051 0447	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE PROGRAMA DE GRADUACAO EM ADMINISTRACAO - ANGRAD							885
12 364	0051 0447 0003	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE PROGRAMA DE GRADUACAO EM ADMINISTRACAO - ANGRAD - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	885
12 364	0051 0450	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM CIENCIAS SOCIAIS - ANPGCS							2.714
12 364	0051 0450 0003	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM CIENCIAS SOCIAIS - ANPGCS - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	2.714
TOTAL - FISCAL									4.516
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.516

UNIDADE : 26256 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									22.322
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0331	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO							7.022
12 364	0051 0331 0021	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	7.022
12 363	0051 0336	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS - CODESFE							3.600
12 363	0051 0336 0019	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS - CODESFE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	3.600
12 363	0051 0337	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCACAO TECNOLOGICA - CONCEFET							2.200
12 363	0051 0337 0035	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCACAO TECNOLOGICA - CONCEFET - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	2.200
12 364	0051 0448	CONTRIBUICAO A REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - REDETEC							9.500
12 364	0051 0448 0005	CONTRIBUICAO A REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - REDETEC - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	9.500
TOTAL - FISCAL									22.322
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.322

FUNC	PROGRAMA	PROGRAMACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	I E	VALOR
0040 - TODA CRIANCA NA ESCOLA									11.389.992
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 361	0040 0304	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE - COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZACAO DO MAGISTERIO - FUNDEF							11.389.992
12 361	0010 0304 00 1	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE - COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZACAO DO MAGISTERIO - FUNDEF - NO ESTADO DO PIAUI	F	3	9	30	0	179	4 100 397 7 289 595
0047 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS									9.008.640
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 366	0047 0081	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS							9.008.640
12 366	0017 0081 00 1	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO ACRE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	9	30	0	179	311 675 562 300
12 366	0017 0081 00 5	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE RONDONIA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	9	30	0	179	311 675 562 300
12 366	0017 0081 00 7	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE RORAIMA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	9	30	0	179	311 675 562 300
12 366	0017 0081 00 2	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO TOCANTINS - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	9	30	0	179	311 675 562 300
12 366	0017 0081 00 1	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE ALAGOAS - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	9	30	0	179	311 675 562 300
12 366	0047 0081 00 3	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DA BAHIA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	9	30	0	179	311 675 562 300
12 366	0047 0081 00 5	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO CEARA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	9	30	0	179	311 675 562 300
12 366	0017 0081 00 7	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO MARANHAO - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	9	30	0	179	311 675 562 300
12 366	0047 0081 00 9	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO PARANA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	9	30	0	179	311 675 562 300

		JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DA PARAIBA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	O	179	691.725 2.015.743
12.365	0047 0081 0047	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	O	179	691.725 2.015.743
12.366	0047 0081 0047	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO PIAUI - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	O	179	2.015.743 514.878
12.366	0047 0081 0047	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	O	179	514.878 1.173.092
12.366	0047 0081 0047	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE SERGIPE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	O	179	1.173.092 561.591
			F	3	P	30	O	179	561.591
TOTAL - FISCAL									20.398.632
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.398.632

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO

ANEXO 1

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									66.000
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							66.000
12 363	0044 2992 0035	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS							66.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE)	1	3	1	90	0	250	66.000
TOTAL - FISCAL									66.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									66.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMA/FCA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									12.776
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0327	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							11.577
12 364	0051 0327 0053	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	P	50	D	100	11.577
12 364	0051 0331	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO							1.199
12 364	0051 0331 0015	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	P	50	D	100	1.199
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									112
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 212	0681 0334	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO UNIVERSITARIA INTERAMERICANA - QUI							112
12 212	0681 0334 0011	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO UNIVERSITARIA INTERAMERICANA - QUI - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	P	72	D	100	112
TOTAL - FISCAL									12.888
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.888

FUNC	PROGRAMA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0040 TODA CRIANCA NA ESCOLA									11.389.992
12 361	0040 0304	OPERACOES ESPECIAIS							
12 361	0040 0304 0 01	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE - COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZACAO DO MAGISTERIO - FUNDEF							11.389.992
12 361	0040 0304 0 01	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE - COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZACAO DO MAGISTERIO - FUNDEF - NO ESTADO DA BAHIA	F	3	F	30	0	100	4.100.397
			F	3	F	40	0	100	7.289.595
0047 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS									9.068.646
12 366	0047 0081	OPERACOES ESPECIAIS							
12 366	0047 0081 0 01	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS							9.068.646
12 366	0047 0081 0 01	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO AMAZONAS - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F	3	F	30	0	100	2.339.384
12 366	0047 0081 0 01	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F	3	F	30	0	100	2.343.841
12 366	0047 0081 0 01	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE GOIAS - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F	3	F	30	0	100	2.343.841
12 366	0047 0081 0 01	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F	3	F	30	0	100	1.933.986
12 366	0047 0081 0 01	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO PARANA - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F	3	F	30	0	100	1.933.986
TOTAL - FISCAL									20.398.638
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									20.398.638

São os seguintes os itens retirados de pauta, conforme acordo de Lideranças:

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2001-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 2001-CN, que "Dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências" tendo,

- Parecer único nº 45, de 2001-CN, das Mesas da Câmara e do Senado, concluindo pela apresentação de substitutivo.

– 11 –

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 5, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2001, do Congresso Nacional, que "Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5730.0001 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR – 060/GO – Entroncamento BR – 153/GO – Divisa DF/GO, da Unidade Orçamentária 39.201 - DNER", como conclusão do

- Parecer nº 25, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 12 –

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 6, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2001, do Congresso Nacional, que "Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.784.0237.5749.0005 – Implantação de Hidrovias no Corredor Araguaia – Tocantins – Hidrovia do Capim, da Unidade Orçamentária 39.101 – Ministério dos Transportes", como conclusão do

- Parecer nº 26, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 13 –

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 7, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2001, do Congresso Nacional, que "Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5725.0019 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-040/MG – Santos Dumont – Ressaquinha – Belo Horizonte – Sete Lagoas, da Unidade Orçamentária 39.201 - DNER", como conclusão do

- Parecer nº 27, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 14 –

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 8, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2001, do Congresso Nacional, que "Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5710.0013 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-235/TO – Divisa TO/MA – Divisa TO/PA, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER", como conclusão do

- Parecer nº 29, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 15 –

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 9, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2001, do Congresso Nacional, que "Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5704.0024 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete (BR 040) – Piranga – Fervedouro, da Unidade Orçamentária 39.201 - DNER", como conclusão do

- Parecer nº 30, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

- 16 -

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 10, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2001, do Congresso Nacional, que "Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 do subtítulo 18.544.0515.1851.0123 - Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica, constante do Quadro V da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, nas condições que especifica", como conclusão do

- Parecer nº 31, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

- 17 -

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 11, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2001, do Congresso Nacional, que "Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 02.122.0567.3756.0001 - Recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal, da Unidade Orçamentária 16.101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal", como conclusão do

- Parecer nº 37, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

- 18 -

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 12, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2001, do Congresso Nacional, que "Autoriza a execução condicionada de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0229.5703.0006 - Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco - BR-135/MG - Itacarambi -

Manga - Montalvania, da Unidade Orçamentária 39.201 - DNER", como conclusão do

- Parecer nº 40, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

- 19 -

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 14, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2001, do Congresso Nacional, que "Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 do subtítulo 26.782.0235.5708.0007 - Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste - BR-226/RN - Currais Novos - Divisa RN/CE, listado no Quadro V Anexo à Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001.", como conclusão do

- Parecer nº 42, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT - PA) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Apenas vou fazer uma consulta: se podemos aprovar as retificações que foram lidas no Expediente para encerrarmos a matéria, quais sejam, as constantes dos Ofícios n.ºs 346, 348 e 350, de 2001, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRª LAURA CARNEIRO (Bloco/PFL - RJ) - Sr. Presidente, o PFL vota "sim" às retificações.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT - PA) - Quais as retificações, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Vamos ler pela terceira vez.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT - MG) - Sr. Presidente, fui eu que havia retirado, em nome da Liderança do PT...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Como?

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu havia pedido para verificar, em nome do PT, porque não havia captado pela leitura que V. Exª tinha feito. Mas já analisa-

mos e estamos de acordo com o projeto. A retificação de nomenclatura que V. Ex^a abordou logo no início, inclusive V. Ex^a acolheu a minha ponderação. Agora, colaborando com os trabalhos, estou devolvendo a V. Ex^a a faculdade de colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA) – Sr. Presidente, quero entender: retificação de quê? Foi erro técnico?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Posso ler?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Retificação na nomenclatura de ação orçamentária objeto de duas emendas. Dá o número das emendas.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA) – Do Orçamento deste ano, vigente?

A SR^a. LAURA CARNEIRO (Bloco/PFL – RJ) – De 2001.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Número 3534001535, a propósito da Lei n.º 10.171, de 5 de janeiro de 2001.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA) – Tudo bem, Sr. Presidente. Vamos votar favoravelmente.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já fizemos esta reclamação aqui em outra sessão do Congresso e vamos fazer agora para ver se V. Ex^a corrige. Há na Mesa o costume de distribuir os avulsos, de entregar ao PT e PDT e achar que está resolvido. Há aqui o PPS, o PL... Parece-me que a distância é muito grande e não fazem chegar aqui os avulsos. Então são essas coisas que não podem acontecer. Gostaria que V. Ex^a corrigisse essa falha, Sr. Presidente.

E somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São três, portanto, os ofícios de retificação.

Já que há concordância, a Mesa pede permissão para colocá-los em votação em bloco.

A Presidência comunica aos Srs. Parlamentares que os documentos se encontram nas bancadas.

Está feita a observação pelo Deputado João Caldas.

Em votação as retificações, em globo, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que as aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A Presidência tomará as necessárias providências.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº185,DE 2001-CN

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, com fundamento nos artigos 76, § 1º, inciso I e 152 do Regimento Interno do Senado Federal, **requer a prorrogação** dos seus trabalhos até o dia 30 de junho de 2002, bem como que seja concedida uma verba suplementar de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), para suas despesas até seu término.

Justificação

A presente CPMI já vem funcionando por cerca de um ano e meio, tendo obtido resultados que demonstram a eficácia do aproveitamento de seus trabalhos cumprindo fielmente os objetivos que foram adjudicados em suas finalidades.

A demonstração disso se vem notando na repercussão causada através da mídia jornalística, bem como no número de denúncias recebidas neste tempo de funcionamento e também em razão dos depoimentos colhidos.

Requerimento solicitando a prorrogação da CPMI – Roubo de Cargas
com prazo previsto até o dia 30/06/2002.

Nome do Parlamentar

Assinatura

Oscar Andrade

RITA CANATA

LAMARTINE ROSELA

LUIZ BITHENCOURT

MARCO ANTONIO

SILVIO LOPES PEREIRA

JOSÉ ANTONIO AMARAL

JOSÉ ANTONIO AMARAL

RAMIRO MOTA

SÉRGIO LOPES

JOSÉ ANTONIO AMARAL

JOSÉ ANTONIO AMARAL

EDUARDO BEZ

GILBERTO CARVALHO

JOSÉ ANTONIO AMARAL

JOSÉ ANTONIO AMARAL

JOSÉ ANTONIO AMARAL

JOSÉ ANTONIO AMARAL

JOSÉ ANTONIO AMARAL

JOSÉ ANTONIO AMARAL

JOSÉ ANTONIO AMARAL

JOSÉ ANTONIO AMARAL

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Requerimento solicitando a prorrogação da CPIML – Roubo de Cargas
com prazo previsto até o dia 30/06/2002.

Nome do Parlamentar

Assinatura.

Kleber Magalhães	Sérgio Valle
Sérgio Magalhães	Sérgio Valle
Roberto Magalhães	Sérgio Valle
Giovanni Queiroz	Sérgio Valle
CARLOS ALBERTO ROSADO	Sérgio Valle
REMI TRINTA	Sérgio Valle
Cláudio Genuário	Sérgio Valle
CLÁUDIO DA PRIMEIRA	Sérgio Valle
José Rodrigues Borba	Sérgio Valle
Plácido Carneiro	Sérgio Valle
JOÃO HENRIQUE	Sérgio Valle
Manoel Gagliardini	Sérgio Valle
Manoel Gagliardini	Sérgio Valle
Albino Filho	Sérgio Valle
JOÃO TULO	Sérgio Valle
PERNILHO MAGALHÃES	Sérgio Valle
EZIDIO PINHEIRO	Sérgio Valle
José Rocha	Sérgio Valle
AROLDE OLIVEIRA	Sérgio Valle
MIRIAM REID	Sérgio Valle
ESTHER GROSSI	Sérgio Valle
JOÃO LUIZ	Sérgio Valle

Requerimento solicitando a prorrogação da CPMI – Roubo de Cargas
com prazo previsto até o dia 30/06/2002

Nome do Parlamentar

Assinatura

Romualdo Feijó

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

GERMÃO RIGOTTO

JAIME TERRA

HERCULEANO ANGLINETTI

Romualdo Feijó

Romualdo Feijó

Romualdo Feijó

Romualdo Feijó

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Luciano Bivar

Requerimento solicitando a prorrogação da CPiMl – Roubo de Cargas
com prazo previsto até o dia 30/06/2009.

Nome do Parlamentar	Assinatura
Eduardo Amorim	Eduardo Amorim 84
Antonio Manoel de Moraes	Antonio Manoel de Moraes 813
Roberto de Faria	Roberto de Faria 751
Edoardo Nunes	Edoardo Nunes 812
Paulo José Costa	Paulo José Costa 644
Clóvis Moura	Clóvis Moura 648
José Sarney Jr.	José Sarney Jr. 608
Roberto de Faria	Roberto de Faria 608
Peláez Pinheiro	Peláez Pinheiro 528
Rubens Moura	Rubens Moura 634
Antonio de Faria	Antonio de Faria 538
MARCUS DE JESUS	MARCUS DE JESUS 745
BARTOLÔMEU FELIPE	BARTOLÔMEU FELIPE 644
Nelson Trindade	Nelson Trindade 648
João de Faria	João de Faria 648
ILAMAR SERPA	ILAMAR SERPA 902
Gerônimo Silva	Gerônimo Silva 912
Anderson Bezerra	Anderson Bezerra 910
Alvaro de Faria	Alvaro de Faria 638
Roberto de Faria	Roberto de Faria 723
Rafaela Cavalcante	Rafaela Cavalcante 648
Francisco Figueira	Francisco Figueira 70

Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

11/12/01 11:19:18

Página: 001

Tipo da Proposição: REQ

Autor da Proposição: CPMI

Data de Apresentação: 10/12/01

Ementa: Requer a prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Possui Assinaturas Suficientes: CONFERINDO

Totais de Assinaturas:	Confirmadas	186
	Não Conferem	002
	Fora do Exercício	000
	Repetidas	001
	Illegíveis	000
	Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1	AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR
2	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO
3	AIRTON DIPP	PDT	RS
4	ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA
5	ALBERTO FRAGA	PMDB	DF
6	ALCESTE ALMEIDA	PL	RR
7	ALCEU COLLARES	PDT	RS
8	ALDIR CABRAL	PFL	RJ
9	ALMEIDA DE JESUS	PL	CE
10	ALMIR SÁ	PPB	RR
11	ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP
12	ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC
13	ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG
14	ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP
15	ANTÔNIO JORGE	PTB	TO
16	AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ
17	ARY KARA	PTB	SP
18	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
19	AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE
20	AVENZOAR ARRUDA	PT	PB
21	B. SÁ	PSDB	PI
22	BISPO WANDERVAL	PL	SP
23	CABO JÚLIO	PST	MG
24	CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ

SGM - PECAP (7503)

11/12/01 11:49:18

Conferência de Assinaturas

Página: 002

25	CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN
26	CARLOS BATATA	PSDB	PE
27	CARLOS DUNGA	PTB	PB
28	CARLOS NADER	PFL	RJ
29	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
30	CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP
31	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
32	CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR
33	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA
34	CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG
35	CLOVIS VOLPI	PV	SP
36	CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO
37	CORIOLOANO SALES	PMDB	BA
38	CORNÉLIO RIBEIRO	FL	RJ
39	COSTA FERREIRA	PFL	MA
40	CUNHA BUENO	PPB	SP
41	DILCEU SPERAFICO	PPB	PR
42	DINO FERNANDES	PPB	RJ
43	DJALMA PAES	PSB	PE
44	DOLORES NUNES	PMDB	TO
45	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
46	DR. HÉLIO	EDT	SP
47	DUILIO PISANESCHI	FTB	SP
48	EDINHO BEZ	PMDB	SC
49	EDMUNDO GALDINO	PSDB	TO
50	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
51	EDUARDO CAMPOS	PSB	PE
52	ELIAS MURAD	PSDB	MG
53	ELISEU MOURA	PPB	MA
54	EMERSON KAPAZ	PPS	SP
55	ESTHER GROSSI	PT	RS
56	EULER MORAIS	PMDB	GO
57	EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO
58	EXPEDITO JÚNIOR	PSDB	RO
59	FERNANDO CORUJA	PDT	SC
60	FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ
61	FRANCISCO GARCIA	PFL	AM
62	FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA
63	GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
64	GERMANO RIGOTTO	PMDB	RS
65	GERSON PERES	PPB	PA
66	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
67	GILBERTO KASSAB	PFL	SP
68	GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
69	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
70	GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG
71	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
72	GUSTAVO FRUET	PMDB	PR

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

11/12/01 11:49:19

Página: 003

73 HAROLDO BEZERRA	PSDB	PA
74 HAROLDO LIMA	PCdoB	BA
75 HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG
76 IBERÊ FERREIRA	PTB	RN
77 ILDEFONÇO CORDEIRO	PSDB	AC
78 ITAMAR SERPA	PSDB	RJ
79 IVAN PAIXÃO	PPS	SE
80 JAIME FERNANDES	PFL	BA
81 JAIME MARTINS	PFL	MG
82 JAIR MENEGUELLI	PT	SP
83 JOÃO CASTELO	PSDB	MA
84 JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI
85 JOÃO PAULO	PT	SP
86 JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ
87 JOÃO TOTA	PPB	AC
88 JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE
89 JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE
90 JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA
91 JORGE ALBERTO	PMDB	SE
92 JORGE PINHEIRO	PMDB	DF
93 JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA
94 JOSÉ BORBA	PMDB	PR
95 JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	ES
96 JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	PR
97 JOSÉ DE ABREU	PTN	SP
98 JOSÉ ÍNDIO	PMDB	SP
99 JOSÉ JANENE	PPB	PR
100 JOSÉ MILITÃO	PTB	MG
101 JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA
102 JOSÉ ROCHA	PFL	BA
103 JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL
104 JÚLIO REDECKER	PPB	RS
105 JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
106 KINCAS MATTOS	PSB	SP
107 LAMARTINE POSELLA	PMDB	SP
108 LAVOISIER MAIA	PFL	RN
109 LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE
110 LUCIANO BIVAR	PSL	PE
111 LUCIANO CASTRO	PFL	RR
112 LUIZ ALBERTO	PT	BA
113 LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
114 LUIZ FERNANDO	PPB	AM
115 LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
116 MAGNO MALTA	FL	ES
117 MARCELO BARBIERI	PMDB	SP
118 MARCELO CASTRO	PMDB	PI
119 MÁRCIO BITTAR	PSP	AC
120 MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG

SGM - SECAP (7503)

11/12/01 11:49:19

Conferência de Assinaturas

Página: 004

121 MARCONDES GADELHA	PFL	PB
122 MARCOS DE JESUS	PL	PE
123 MARCOS LIMA	PMDB	MG
124 MARINHA RAUPP	PMDB	RO
125 MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PL	MG
126 MÁRIO NEGROMONTE	PPB	BA
127 MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
128 MEDEIROS	PL	SP
129 MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
130 MIRIAM REID	PSB	RJ
131 MURILO DOMINGOS	PTB	MT
132 NEIVA MOREIRA	FDT	MA
133 NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
134 NELSON PROENÇA	PPS	RS
135 NELSON TRAD	PTB	MS
136 NEUTON LIMA	PFL	SP
137 NICE LOBÃO	PFL	MA
138 NILO COELHO	PSDB	BA
139 NILTON CAPIXABA	PTB	RO
140 ODÍLIO BALBINOTTI	PSDB	PR
141 OLIVEIRA FILHO	PL	PR
142 OSCAR ANDRADE	PL	RO
143 OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG
144 OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
145 OSVALDO REIS	PMDB	TO
146 PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
147 PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ
148 PAULO JOSÉ GOUVÊA	PL	RS
149 PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP
150 PAULO LESSA	PPB	RJ
151 PAULO MARINHO	PFL	MA
152 PEDRO CANEDO	PSDB	GO
153 PEDRO CHAVES	PMDB	GO
154 PEDRO FERNANDES	PFL	MA
155 PHILEMON RODRIGUES	PL	MG
156 PROFESSOR LUIZINHO	PI	SP
157 RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
158 RAIMUNDO SANTOS	PL	PA
159 REGIS CAVALCANTE	PPS	AL
160 REMI TRINTA	PL	MA
161 RENATO VIANNA	PMDB	SC
162 RICARDO RIQUE	PSDB	PB
163 RITA CAMATA	PMDB	ES
164 ROBERTO PESSOA	PFL	CE
165 ROLAND LAVIGNE	PMDB	BA
166 ROMEL ANIZIO	PPB	MG
167 ROMEU QUEIROZ	PTB	MG
168 ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE

SGM - SFCAP (7503)

11/12/01 11:09:19

Conferência de Assinaturas

Página: 005

169 RONALDO SANTOS	PSDB	RJ
170 RUBENS FURLAN	PPS	SP
171 SALOMÃO CRUZ	PFL	RR
172 SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
173 SERAFIM VENZON	PDT	SC
174 SÉRGIO BARROS	PSDB	AC
175 SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO
176 SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG
177 SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE
178 SILVIO TORRES	PSDB	SP
179 TETÉ BEZERRA	PMDB	MT
180 THEMÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI
181 VADÃO GOMES	PPB	SP
182 VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG
183 WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ
184 WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE
185 ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO
186 ZILA BEZERRA	PTB	AC

Assinaturas que Não Conferem

1 EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS
2 VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM

Assinaturas Repetidas

1 EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS
-------------------	-----	----

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Parlamentares, o requerimento lido contém o número regimental de subscritores. Nos termos do art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, fica concedida a prorrogação pelo prazo solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Deputados Inácio Arruda e Leur Lomanto e o Sr. Senador Teotônio Vilela Filho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário ao Regimento Comum.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Congressistas o governo Fernando Henrique continua sua obra destinada a destacar o Brasil diante do mundo. Segundo Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), a distribuição de renda brasileira somente supera as de Serra Leoa, Jamaica e República Centro-Africana. Em consequência, a crescente miséria dos que se encontram na base desse castelo de desigualdade ocorre em consonância com o agravamento da situação da Saúde no País.

A omissão do poder público no enfrentamento dos problemas de habitação, saneamento, concentração fundiária, desemprego e violência se reflete na degradação generalizada da vida e da saúde dos brasileiros. Assim, a situação das cidades, articulada com a formidável concentração da renda, determina o agravamento das demandas de saúde. Os municípios crescem de forma desordenada, sem planejamento urbano. A concentração demográfica nas regiões metropolitanas forma caóticos aglomerados humanos, contribuindo para o agravamento dos problemas sociais.

Com a universalização da saúde, conquistada na Constituinte de 1988, o Estado estaria obrigado a assumir o compromisso de assegurar ao cidadão o direito à saúde, independente de sua condição econômica, política, social ou religiosa. Mas, os reduzidos valores repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) têm contribuído para a falência de pequenos hospitais do interior, além de gerar demissões e descredenciamento de serviços do SUS nas grandes cidades.

Na prática, o SUS, que representa uma conquista da sociedade civil organizada, tem se desgastado, tornando-se ineficiente, pois o alargamento do atendimento médico-hospitalar não foi acompanhado da devida ampliação de recursos financeiros para o setor. A estrutura atual é incapaz de atender os 120 milhões de brasileiros que dependem exclusivamente do SUS.

A rede de atenção básica apresenta problemas de funcionamento. Os postos de saúde funcionam com um número limitado de profissionais, além da falta de equipamentos e medicamentos necessários. Desse modo, a população busca assistência nos hospitais de grande porte, sobrecarregando os setores de emergência, inclusive prejudicando o atendimento dos pacientes que necessitam de tratamento especializado.

Chamo a atenção para a existência de uma proposta de reestruturação do nível de assistência, baseada na Norma Operacional Básica de 1996, do Ministério da Saúde, que delimita as áreas de atuação do Estado e Município para a gestão de saúde. Pela legislação, a atenção básica seria de responsabilidade municipal, cabendo ao Estado o atendimento nas redes secundária e terciária. Contudo, ressalto que a mera proibição do atendimento primário nos hospitais terciários não resolve o problema. Pelo contrário, se não dotarmos os postos de saúde de uma estrutura adequada ao atendimento básico, a situação tende a se agravar ainda mais, visto que o público-alvo deixa de receber a assistência ofertada naquelas unidades hospitalares, restando abandonado à própria sorte.

No jornal **O Povo**, de 09/09/01, o Coordenador de Saúde do Município de Fortaleza reconhece que o funcionamento de alguns postos de saúde é deficiente, apontando como principal causa a carência de médicos, realçando a necessidade de reestruturação do serviço. Isso requer obviamente a contratação de mais profissionais de saúde e o aporte dos equipamentos necessários às condições mínimas de funcionamento para que a população possa dispor de um atendimento minimamente eficaz.

Após a criação do SUS, o governo federal lançou, em 1994, o Programa de Saúde da Família (PSF), com o objetivo de proporcionar o atendimento primário de saúde nas zonas rurais, destinado em especial às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As equipes deveriam residir no local, compostas por um médico, um enfermeiro, um auxiliar e cinco agentes de saúde. No Ceará, esse programa encontra-se ameaçado pela ausência dessas equipes, notadamente de médicos. Das 1.140 equipes cadastradas, 280 estão desativadas. Dos 184 municípios cearenses, poucos estão com suas equipes formadas, segundo o presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, Jurandir Frutuoso. Diariamente, é possível observar, nos principais jornais de Fortaleza, a oferta de vagas para médicos nas prefeituras municipais do Ceará.

Cada equipe custa ao poder público R\$ 12 mil, submetida a um contrato de trabalho que não respeita a legislação trabalhista. Não existe concurso público para o

preenchimento das vagas ofertadas. Diante dessa situação de instabilidade, os profissionais de saúde não se motivam ao trabalho na zona rural, mesmo com bons salários. O presidente do Conselho Regional de Medicina, Antônio Lino Cavalcante, afirma que a insegurança trabalhista e a falta de condições de trabalho afastam o médico da atuação no interior. Segundo ele, o Ceará tem 6.020 médicos em atividade, dos quais somente cerca de mil atuam no interior. Portanto não há falta de médicos, mas de concurso público. E com urgência, pois a ausência desses profissionais prejudica todo o trabalho de atenção primária no interior, fundamental para reduzir a pressão sobre as unidades de grande porte da capital.

Existe um temor significativo quanto ao agravamento dos índices de mortalidade infantil. Conforme dados da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, 93 municípios, representando 50,5% do total, estão com índices mais elevados que a média de todo o Estado.

Municípios com maiores índices de mortalidade infantil em 2000 (percentual referente ao do Estado no mesmo período - de 28,75%)					
Município	%	Município	%	Município	%
Solonópole	191,11	Massapê	51,78	Catana	42,78
Barroquinha	80,70	Poranga	50,98	Piquet Carneiro	42,65
Granjeiro	75,63	Ameirolândia	50,42	Bela Cruz	42,55
Ereçê	74,07	Missão Velha	50,35	General Sampaio	42,25
Altaneira	66,67	Choro	49,30	Ibicuitinga	42,25
Ibaretama	65,42	Orós	49,91	Mombaça	42,10
Itatira	64,98	Ipaporanga	47,27	Ipô	41,87
Gracá	60,00	Jati	45,87	Meruoca	41,83
Aurora	58,82	Aluaba	45,20	Ubajara	40,88
Antonina do Norte	56,96	Morrinhos	44,35	Cruz	40,32

Norte					
Frecheirinha	56,54	Chaval	44,25	Ico	39,85
Uruboca	55,56	Tarrafas	44,20	Granja	38,83
Tianá	53,11	Paramoti	44,03	Farias Brito	38,79
Salitre	52,34	Carnaubal	43,89		

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará

O tratamento oferecido pelo governo ao PSF revela sua total falta de compromisso com a população de baixa renda, visto que é menos oneroso colocar em risco vidas humanas do que estabelecer um contrato de trabalho digno, capaz de garantir um serviço de qualidade. Os Programas de Agente Comunitário de Saúde desenvolvidos pelo Ministério de Saúde constituem verdadeiro desrespeito à saúde da população e aos direitos dos trabalhadores que se submetem a contratos temporários diante da realidade de desemprego em vigor no País. No Ceará, agentes de saúde responsáveis pela assistência da Regional I, paralisaram suas atividades, reivindicando melhoria

salarial e garantias trabalhistas. Desse modo, ficaram prejudicados naqueles bairros os programas de vacinação infantil, combate à dengue, tratamento e prevenção da tuberculose e hanseníase.

A grande dificuldade reside no desprezo pelas necessidades básicas da população e na submissão incondicional à agenda do FMI, que determina o padrão das relações trabalhistas e o desmonte da máquina estatal, cumprindo um plano sistemático de fechamento dos postos de trabalho.

Essa política resulta também na carência de leitos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), comprometendo o atendimento na rede secundária, pois superlota os leitos das Unidades de Terapia de Urgência (UTU). Somente no período de novembro de 2000 a junho deste ano, morreram, no Frotinha de Parangaba, 191 pacientes à espera de leito em UTI. Diante desse quadro, foi instalada recentemente, na Câmara Municipal de Fortaleza, a CPI do Funcionamento das UTUs e UTIs dos Hospitais Públicos de Fortaleza. Num estudo realizado, o déficit de UTIs na rede hospitalar de Fortaleza foi estimado em 825 leitos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que devem existir entre dois e quatro leitos hospitalares para cada 1.000 habitantes. O número de leitos em UTI deve variar entre 5 a 10% do total de leitos dos hospitais. Para a população de Fortaleza e Região Metropolitana, com um total de 2,9 milhões de habitantes, seriam necessários 11.512 leitos hospitalares e 1.151 leitos de UTI. Mas existem apenas 326 leitos de UTI, dos quais 158 na rede privada e 168 na rede pública.

O Ministério Público defende a criação de leitos de UTI em hospitais secundários. Em matéria veiculada no jornal **O Povo**, na edição de 03/10/01, o promotor Luciano Percicotti Santana reafirma que se estes hospitais possuem atendimento de urgência e emergência, estão aptos à criação de leitos de UTI. O relatório apresentado como resultado das investigações da CPI sugere a ampliação do número de leitos de UTI nos hospitais públicos para combater o índice de mortalidade dos pacientes e a contratação de médicos para cuidar dos pacientes graves nas UTUs.

Numa tentativa de viabilizar o atendimento da crescente demanda, o poder público recorreu a serviços conveniados com instituições filantrópicas e credenciamentos de hospitais privados no SUS. Entretanto, tal iniciativa não foi suficiente, pois o valor pago às redes privada e filantrópica cobre apenas os custos fixos do serviço ofertado. Desse modo, não há nenhum interesse para a rede privada em ampliar essa oferta de leitos, visto que a tabela de preços do SUS para pagamento da assistência médico-hospitalar é irreal. Cabe

ao poder público dar uma resposta a essa situação, que tem sido responsável por um significativo número de mortes no Ceará.

Desse modo, fica evidente o que é prioridade para os dirigentes da Nação. Sob essa lógica percebemos que os gastos com Saúde e Educação são inferiores aos gastos com juros, atingindo os R\$34 bilhões em 1999, segundo estudo apresentado pelo IBGE. Consideradas as perdas com a desvalorização de janeiro do mesmo ano, R\$130,3 bilhões saíram pelo ralo da ciranda cambial. No ano 2000 a situação segue o mesmo rumo. Até novembro, os gastos com juros representam o dobro dos gastos com Saúde.

Precisamos estar atentos ao cumprimento da emenda constitucional 29, aprovada nesta Casa, no ano passado, que fixa os gastos mínimos com saúde para estados e municípios, estabelecendo percentuais para aplicação no período 2000-2004 e envolvendo recursos provenientes da variação do PIB nominal. A referida emenda é resultado de uma ampla luta travada pelo movimento SOS SUS, alterando os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescentado artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com o fim de assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Conforme informações prestadas à Frente Parlamentar de Saúde, os governadores e prefeitos não vêm cumprindo a emenda. Apesar dos esforços destinados à adoção de medidas voltadas para a aplicação de recursos financeiros no setor, é muito claro o desprezo pela população que não tem acesso aos planos de saúde, numa atitude de afronta à Constituição. É preciso definir critérios de repasse, impedir que as transferências da União sejam incluídas nos percentuais estaduais e municipais e evidenciar que o PIB do aumento federal é do ano anterior.

O Hospital São José (HSJ), referência para doenças infecto-contagiosas no Ceará, vem realizando um atendimento precário em consequência da carência de profissionais de saúde. Dispõe de 536 funcionários, além de 69 prestadores de serviços terceirizados; é responsável pelo atendimento diário de 200 pessoas, possui 116 leitos, dos quais 32 para pacientes soropositivos. No último dia 11 de setembro foi realizada uma manifestação no HSJ a partir da denúncia da carência de pessoal, pressionando o Governo do Estado para a contratação de profissionais mediante concurso público, com a finalidade de proporcionar um melhor atendimento à população. Segundo os manifestantes, o São José já apresenta uma carência de 28 funcionários, e, com a conclusão da reforma prevista para este ano, a necessidade cresce para 119 profissionais.

Apesar da resistência inicial do Secretário de Saúde do Estado, o movimento dos funcionários do HSJ – pautado pela determinação, unidade e amplitude – foi decisivo para modificar a posição oficial e garantir a realização do concurso público, anunciado no dia seis de novembro. Somente agora, com a ameaça de paralisação, o governo Tasso contemplou esta antiga reivindicação dos servidores, temendo um grande caos oriundo da suspensão dos tratamentos de controle viral. A organização dos servidores do HSJ foi fundamental para a abertura do concurso, que, de acordo com a presidente do Sindicato dos Médicos do Ceará, Fátima Dias, foi "uma grande vitória".

O Centro Integrado de Diabetes e Hipertensão (CIDH), no Ceará, também sofre com a falta de profissionais de saúde, visto que são realizadas, periodicamente, campanhas de detecção de doenças, o que resulta num aumento da demanda. Revela uma atitude irresponsável a promoção de campanhas do gênero sem a estrutura necessária para o tratamento do doente. O atendimento no CIDH está suspenso para os pacientes que necessitam de consultas pela primeira vez. Até mesmo aqueles que são encaminhados por outras unidades de saúde são constrangidos a esperar três meses por uma consulta. De acordo com a diretora do CIDH, Adriana Forti (jornal **O Povo**, edição de 29/05/01), o Centro está superlotado, sem condições de realizar uma triagem para novos pacientes. E, além da demanda espontânea, cerca de 200 pacientes com consultas referendadas passam por lá diariamente.

O CIDH é uma unidade de referência para Fortaleza e interior do Estado. Dispõe de 22 médicos, dos quais somente quatro são endocrinologistas, com a responsabilidade de acompanhar todos os que estão em tratamento na unidade (o Ministério da Saúde aponta para a necessidade de dez profissionais com essa especialidade).

As restrições ao orçamento da Saúde são inexplicáveis. Relatório do Conselho Nacional de Saúde demonstra que a arrecadação da União, através da Receita Federal, cresceu 80%: entre 1995 e 1999 saltou de R\$84 bilhões para R\$151 bilhões. Desse modo, se o governo Fernando Henrique sustentasse um mínimo compromisso com o povo brasileiro, teria mantido a proporcionalidade na distribuição das receitas de contribuição e o orçamento da Saúde já deveria ter sido de R\$30 bilhões em 1999 – independente de qualquer emenda constitucional. A arrecadação da CPMF, criada para aplicação na Saúde, cresceu 50% também no mesmo período. Nesse caso, mantida a mesma proporcionalidade, o orçamento da Saúde para 2000 já deveria ter sido de R\$38 bilhões.

As Conferências e os Conselhos de Saúde, com a participação de 50% de usuários, devem ser respeitados como fóruns de deliberação, com direitos claramente estabelecidos na Lei 8.142, cabendo a estas

instâncias definir as diretrizes do plano de saúde em cada esfera de governo e fiscalizar a execução política e financeira. As Conferências de Saúde ocorrem de quatro em quatro anos, exatamente para que os governos apresentem seus Planos de Saúde para discussão e deliberação. Defendemos que o Ministério de Saúde apresente um Plano Nacional de Saúde, com o objetivo de assegurar a saúde dos brasileiros em sintonia com o direito conquistado na Constituição.

É preciso reafirmar os princípios do SUS – de universalidade, integralidade, descentralização e democracia. É urgente o reajuste do Piso de Atenção Básica, o qual se encontra no vergonhoso patamar de R\$10,00 per capita/ano, além da defasada tabela do SUS, que precisa de mudanças nos valores e nos critérios de aplicação, posto que privilegia os procedimentos de alta complexidade em detrimento do trabalho dos profissionais de saúde.

Nas unidades do SUS encontramos servidores federais, estaduais e municipais, trabalhadores celetistas, além de outras relações de trabalho ("cooperados", prestadores de serviço, etc.) nas mais diversas organizações - inclusive não-governamentais, privadas, associações, etc. – todas, quase sempre, refletindo a precarização dos direitos dos trabalhadores.

É imprescindível um Plano de Cargos, Carreiras e Salários digno e coerente com a importância que tem o SUS e a indispensável capacitação dos profissionais de todos os níveis e de todas as áreas. É urgente a reversão desse quadro de grave insuficiência, que apenas agrava a situação de saúde da população e do País.

É o que tenho a dizer.

O SR. LEUR LOMANTO (PMDB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Congressistas, estamos no final do ano, e neste período a maioria dos brasileiros preferem viajar de automóvel em nossas rodovias, outros viajam de ônibus. A verdade é que a movimentação nas estradas em todo país é intensa.

Nas décadas de sessenta e setenta o governo federal investiu muito na construção e manutenção de rodovias, foi um período de grande atenção para este setor, até porque foi uma opção de desenvolvimento.

A idéia era incentivar as indústrias de produção de veículos automotores, como automóveis, caminhões e ônibus, e mesmo promover a interiorização do Brasil. Foram construídos milhares de quilômetros de rodovias e estradas.

Mas a manutenção de rodovias é muito cara, e o governo, por dificuldades econômicas, deixou de fazer a necessária e adequada manutenção de nossas rodovias.

Colocar em boas condições rodovias que há anos não recebem investimentos custa muito caro. Quem constrói as melhores estradas e cobra o menor preço é o

Batalhão de Engenharia do Exército. Mas não tem condições de atender a grande demanda nacional.

Dos mais de 51 mil quilômetros de rodovias federais, cerca de 60 % não estão adequadas, as viagens são perigosas. apesar do processo de privatização.

Fazer uma viagem de automóvel hoje no Brasil é uma aventura. Pois, além da falta de fiscalização, da precariedade das rodovias, temos de enfrentar o maior dos perigos que é a falta de responsabilidade do motorista brasileiro.

Embora a polícia rodoviária federal e mesmo as polícias rodoviárias estaduais façam um grande esforço, a fiscalização nas estradas é muito precária e permite que cada motorista dirija com liberdade absoluta. A alta velocidade e as ultrapassagens imprudentes são a origem de grandes desastres. As imprudências dos motoristas, aliadas ao péssimo estado de conservação das estradas, produzem doloroso saldo de perdas de vidas humanas.

As campanhas de segurança no trânsito feitas pelo governo não são suficientes .

Como exemplo de fiscalização eficaz, poderíamos usar nas estradas o sistema eletrônico que temos instalado aqui em Brasília e em algumas capitais, o radar que fotografa os veículos que cometem irregularidades.

Além das perdas humanas e dos perigos a que todos que se aventuram ao viajar de carro ou de ônibus, temos também prejuízos econômico-financeiros .

Estudos promovidos pelo Departamento de Pesquisa do Unibanco mostram que todos os anos perdemos aproximadamente R\$10 bilhões de reais, equivalente a 1,7% do PIB em razão de estradas mal conservadas.

O Ministério dos Transportes realiza um grande esforço no sentido de recuperar as estradas. Mas isso é um trabalho de longo prazo, em face da precariedade da malha rodoviária brasileira.

Um programa mais amplo se faz necessário, com uma visão sistêmica que corrija as disfunções e distorções geradas no passado.

As rodovias que já foram privatizadas estão a nos mostrar uma nova realidade: o alto custo dos pedágios cobrados no Brasil. Empresas transportadoras gastam mais de 20% do frete só com pedágio .

Em Salvador, capital da Bahia, moradores de condomínios residenciais da orla marítima, que são obrigados a utilizarem rodovias para chegar em casa, fizeram um grande protesto contra o alto preço do pedágio.

Para dar prova a estes fatos, da capital do Estado de São Paulo à cidade de Araçatuba, no noroeste paulista, existem oito pedágios num trecho de 650 km.

A rodovia Presidente Dutra que liga o Rio de Janeiro a São Paulo possui 420 km e quatro pedágios. O

custo do pedágio incide nos custos das mercadorias elevando o preço de todos os produtos transportados.

O custo do pedágio em muitos Estados está saindo mais caro do que custo do combustível. Os preços cobrados nos pedágios em nosso País são mais altos do que na Europa.

O governo federal investiu muito em rodovias nos últimos anos. Só que os pedágios são muito caros. Empresários visam o lucro. Nada temos contra o lucro, porém, eles devem ser coerentes.

A situação é grave. Os motoristas brasileiros são considerados os mais perigosos do mundo. Somos infelizmente campeões de acidentes de trânsito, as nossas rodovias contribuem muito para os acidentes.

Viajar por nossas estradas torna-se uma aventura, um perigo, principalmente no final do ano e nos feriados longos.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ocupo a tribuna do Congresso Nacional nesta tarde, para tratar de assunto de grande importância social para o Brasil e especialmente para o Estado de Alagoas, que é o efetivo combate à fome através de Programas do Governo Federal.

O mapa do fim da fome, que a Fundação Getúlio Vargas preparou com os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios de 1999, traz dados constrangedores e inquietadores sobre o Estado de Alagoas.

Segundo esse mapa, Alagoas tem 55% de sua população de pobres e indigentes. O trabalho, que é inquietante nas suas conclusões, mas criterioso nos seus métodos, oferece mais que a crua denúncia da realidade mais perversa, pois aponta caminhos da superação desse quadro da mais dura iniquidade social. No caso de Alagoas, a Fundação estima as transferências mínimas necessárias para a erradicação da pobreza: cerca de 58 milhões mensais, 695 milhões ao ano.

Registre-se, até por questão de justiça, que os números, por mais aterradores que o sejam no presente, já foram piores em passado recente.

Em 1990, por exemplo, esse percentual chegou aos incríveis 75%. No ano da criação do real, em 1994, este percentual ainda era de 72%. A partir de então, verificou-se uma acentuada e progressiva redução até chegar aos 55% desse último levantamento da Fundação Getúlio Vargas.

Com esse diagnóstico, Alagoas se situa à frente de outros Estados nordestinos, como o Maranhão e o Piauí e até mesmo à frente do Ceará. Estamos próximos, praticamente no mesmo patamar de pobreza percentual da Bahia, que sendo o maior e mais rico Estado nordestino, até por isso se apresenta também como um dos campeões de concentração de renda. Estar à frente de outros Estados, longe de nos tran-

quilizar, ao contrário, nos desafia. É absurdo e impossível conformar-se ou omitir-se diante desse *ranking* macabro da miséria. É inegável, afinal, que o percentual, eloqüente por si, expressivo pela crueza da realidade que desnuda e denuncia, é uma violência à cidadania e uma afronta à consciência do cidadão.

Diante desses números, que ainda não tínhamos devidamente quantificados, embora os intuíssemos, o que temos feito é trabalhar cada vez mais para que a União aumente e apresse transferências que possam, no curto prazo, resgatar da linha da pobreza e da indigência mais da metade da população alagoana. E com o otimismo contido que as circunstâncias permitem, constatamos que os números perversos da miséria têm caído, em Alagoas e, com certeza, vão cair ainda mais.

Conseguimos, até brandindo esses dados de uma realidade extremamente desigual e perversa, conseguimos que o Governo Federal implantasse o Projeto Alvorada em todos os 102 municípios de Alagoas. Alagoas é a única unidade da Federação a ter 100 por cento de seus municípios cobertos e beneficiados pelo Alvorada, que é a mais densa rede de proteção social jamais montada no Brasil.

As transferências globais desse Projeto, que incluem as bolsas de complementação de renda a programas de saneamento, de assistência médica ou de geração de emprego e renda, representam para Alagoas, só este ano que termina, cerca de 300 milhões de reais, quase a metade dos 695 milhões estimados pela Fundação Getúlio Vargas como necessários à erradicação da pobreza. Mesmo abstraindo investimentos em infra-estrutura e em assistência médica, que incluem pagamento das equipes dos médicos de família, por exemplo, os números ainda são eloqüentemente expressivos. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil investe em Alagoas, este ano, cerca de 11 milhões para livrar nossas crianças do trabalho e lhes garantir a permanência na escola e a perspectiva do futuro.

A bolsa-alimentação para crianças e gestantes paga outros 19 milhões só este ano. Nenhum outro programa social, no entanto, está investindo tanto quando o Bolsa-Escola, que transfere mensalmente para Alagoas mais de 4 milhões e meio de reais, cerca de 55 milhões a cada ano.

Para isso, conseguimos que o Ministro Paulo Renato, da Educação, elevasse a cota de Alagoas para 311 mil crianças de 158 mil famílias. Esse número de crianças assistidas representa mais de 11 por cento de toda a população de 2 milhões e 300 mil pessoas, recenseadas em Alagoas.

Se tomada apenas a faixa etária de até 06 a 15 anos, que compõe a clientela natural e exclusiva do Programa da Bolsa-Escola, nós teremos praticamente a totalidade de crianças carentes assistidas em meu Estado.

Haverá quem diga, e não sem razão, que o valor pago por criança e o teto de três crianças por família são

ainda muito baixos. Ninguém o negará, ninguém o desconhecerá. Mas certamente, ao lado das transferências de recursos proporcionados pelo FUNDEF, a bolsa-escola estará por trás dos números da matrícula escolar, que também comemoramos com alegria e, sobretudo, com muita esperança. Só nos últimos cinco anos, o número de matrículas no ensino fundamental em Alagoas aumentou 50%. Ainda não temos a escolaridade plena, infelizmente, mas pelo menos há um caminho e uma determinação traçadas: de garantir a toda criança um lugar na escola e uma esperança na vida.

Mais do que o valor da bolsa-escola, em si, é preciso reconhecer e mais que isso, preservar o princípio e a disposição consagrados pelo Governo, de instituir um programa efetivo de complementação de renda. Um programa sem maiores condicionantes, a não ser que o beneficiário seja pobre, com renda individual, não familiar, de até 90 reais. Um programa sem maiores exigências, a não ser que a criança esteja efetivamente matriculada e obtenha um comparecimento mínimo de 85 por cento. Um programa sem burocracia, absolutamente descentralizado. Um programa, mais ainda, que entrega o dinheiro da bolsa diretamente nas mãos de cada mãe de família, o que representa um outro avanço considerável, o do reconhecimento da figura da mulher como chefe de família.

É claro que esses programas sociais de complementação de renda serão insuficientes, por si, para a erradicação absoluta da miséria, que tem raízes históricas complexas, que é preciso levar em conta, e tem causas estruturais e conjunturais que é impossível desconhecer. Mas a urgência da fome impõe a emergência de medidas assistenciais, que não são definitivas para vencer a miséria, mas nem por isso são menos imprescindíveis para superá-la.

É cômodo, muito cômodo, para quem não conhece a fome ou o desespero de ver um filho sem comida, sem escola, sem saúde e sem perspectiva de vida; é cômodo para quem só conhece a miséria por ouvir dizer desacreditar medidas assistenciais e programas de transferência ou de complementação de renda. Ninguém desconhecerá que a melhor maneira de vencer a miséria é promover o desenvolvimento que garanta emprego, que gere e distribua renda—e tudo isso depende mais de políticas econômicas que de assistência social. Mas a ninguém será lícito admitir que enquanto não chegam os resultados de políticas econômicas que se desejam se adiem as medidas de política social que se impõem.

O Projeto Alvorada, que é o guarda-chuva maior e mais abrangente de todos os projetos que integram a rede de proteção social montado pelo Governo, explicita, na verdade, que, agora, a luta contra a miséria tem outro calendário. O Brasil escolheu a intervenção direta da complementação de renda, distribuindo até

um quarto do salário mínimo por família carente, somente através do bolsa-escola.

Na luta contra a miséria, o Brasil já obteve uma larga e significativa vitória quando estabilizou a moeda e venceu a inflação, acabando de vez o imposto inflacionário que penalizava sobretudo os mais pobres, hipotecando suas esperanças e seu futuro, suas oportunidades e chances de vida.

Essa luta que é diuturna e permanente não dependerá, agora, somente dos êxitos das políticas gerais de desenvolvimento, da geração de emprego e renda, e nem mesmo somente das políticas sociais compensatórias, embora elas tenham adquirido no Brasil dos últimos anos uma formidável e inédita dimensão. O Brasil, finalmente, tem a coragem de contar seus pobres e, mais ainda, tem a disposição de ajudá-los a superar a pobreza, transferindo renda diretamente para cada um deles. Ainda não é o ponto de chegada que esperamos, mas já representa o ponto de partida com que sonhamos.

O próprio valor de cada bolsa ainda é um desafio. Seja da bolsa-escola que incentiva a permanência da criança na Escola, seja o da bolsa-alimentação que suplementa a comida de gestantes, de nutrízes e crianças, seja ainda a bolsa-renda que assiste agricultores atingidos pela seca no Nordeste. É um desafio para o Governo e para o País como aumentar o valor dessas bolsas, de modo a tornar mais efetivo o combate à miséria e mais rápida a vitória contra a indigência. Mas é um primeiro passo, que me permito saudar com a esperança de quem chega agora dos sertões e dos confins de nossa Alagoas, e de quem pode testemunhar no rosto, no sorriso e na emoção de milhares de mães e crianças pobres a alegria de que, agora, já podem começar a sonhar. O futuro, com certeza, ainda está longe, mas elas, como nós, já estamos dando o primeiro passo. E alimentamos, com muita fé, com muito entusiasmo, a confiança de que o próximo mapa do fim da fome que a Fundação Getúlio Vargas vier a preparar pinte um quadro de nossos sonhos e de nossas esperanças: o quadro da vitória contra a miséria e a indigência, o quadro da consolidação do desenvolvimento, da justiça e da cidadania.

Eram estas as palavras que desejava proferir nesta tarde,

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de encerrar a sessão, a Mesa faz um apelo aos Srs. Parlamentares quanto ao funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 34 minutos.)